

configurações

Edição comemorativa
*Vinte anos, 20 questões
sociais, 20 artigos*

Título: CONFIGURAÇÕES N.º 36 | Dezembro de 2025

Conselho Fundador: Manuel Carlos Silva (ICS-UM, Professor Catedrático Aposentado)

Conselho Editorial:

Diretora | Ana Maria Brandão (ICS-UM)

Diretor-adjunto | Fernando Bessa Ribeiro (ICS-UM)

Flávio Miranda (FLUP)

Pedro Cunha (FCHS-UFP)

Cristina Clara Ribeiro Parente (FLUP)

Conselho Consultivo e Científico: Alípio Sousa Filho (IH-UFRN); António Lucas Marín (CCI-UCM); Ana Maria Nogales Vasconcelos (ICE-UnB); Ana Nunes de Almeida (ICS-UL); Ana Paula Marques (ICS-UM); Ana Veloso (EPsi-UM); Anne E. C. McCants (MIT); António Colomer (ETSIT-UPV); Beatriz Casais (EEG-UM); Daniel Bertaux (CNRS Paris); Elísio Estanque (FEUC); Eugénia Rodrigues (SSPS-Ed); Fátima Alves (DCSG-UAb); Francisco Aguiar (FETS-UVigo); François Dubet (UBordeaux, Professor Emérito de Sociologia); Gina Gaio Santos (EEG-UM); Ivonaldo Neres Leite (CE-UFPB); Jari Eloranta (FSS-UHel); João Filipe Marques (FE-UAlg); João Teixeira Lopes (FLUP); José Bragança de Miranda (ULusófona - Lisboa); José Manuel Sobral (ICS-UL); Loïc Wacquant (UC Berkeley); Luís Baptista (NOVA FCSH); Manuela Ivone Paredes Pereira da Cunha (ICS-UM); Paulo de Carvalho (FLCS-UAn); Pedro Novo Melo (ESG-IPCA); Ramón Máiz Suárez (FCPS-USC); Renato Lessa (UFF, Professor Catedrático Aposentado); Richard Cleminson (Spanish, Portuguese and Latin American Studies Department, University of Leeds); Rodrigo da Costa Dominguez (ICS-UM); Sílvia Andreia da Mota Gomes (Department of Sociology, University of Warwick); Vera Mónica da Silva Duarte (UMAia)

Assistente Editorial: Rafaela Ribeiro (cics@ics.uminho.pt | configuracoes_cics@ics.uminho.pt)

Coordenação deste número: Ana Maria Brandão e Fernando Bessa Ribeiro (ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho)

Revisão linguística deste número: Margarida Baldaia, Língua Franca - Línguas e Traduções, Lda. e Inovtrad - Tradução, Formação e Serviços, Lda.

Paginação deste número: Fernando Ramalho

Propriedade, redação e administração: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), 4710-057 Braga, Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696. Sítio: <https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/polos/cics-nova-uminho>

Normas para apresentação de artigos: Os textos originais propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas no sítio da *Configurações: Revista de Ciências Sociais* (<https://revistas.uminho.pt/index.php/configuracoes/index> | <https://journals.openedition.org/configuracoes/>)

Avaliação de artigos: Os artigos propostos são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de duplo anonimato. A listagem de avaliadores é publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final relativamente à publicação dos artigos candidatados cabe à equipa coordenadora de cada número e, em última instância, ao Conselho de Redação da revista. Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês

Apoios: Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/4647/2025» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa | This publication is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project «UID/4647/2025» of CICS.NOVA – Interdisciplinary Centre of Social Sciences of Universidade Nova de Lisboa

Edição: *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Capa e layout: Bernardo Providência | **Fotografia da capa:** AGD Beukhof

ISSN: 1646-5075 | **e-ISSN:** 2182-7419

Depósito legal N.º: 246289/06

ÍNDICE

Vinte anos, 20 questões sociais, 20 artigos, antecidos de uma revisitação. Uma nota de abertura sobre o número especial da <i>Configurações</i>	1
Fernando Bessa Ribeiro Ana Maria Brandão	7
A revista <i>Configurações</i> : uma síntese de revisitação	23
Manuel Carlos Silva	33
Percursos: modos de usar sociologicamente	41
João Teixeira Lopes	51
As temporalidades da atividade docente: desafios ao trabalho, organizações e profissões	61
Hermes Augusto Costa	69
Alomorfia do universo laboral: qual a influência das técnicas de gestão?	79
João Areosa	89
Centralidade paradoxal do trabalho: dois reptos para uma sociologia crítica	97
Ana Paula Marques	107
Educação, desigualdades e mobilidade: o “elevador social” avariou?	
Pedro Abrantes	
Pessoas ciganas e cidadania em Portugal: 50 anos de democracia e condições de vida	
Olga Magano	
Justiça para crianças na sociedade digital: desafios emergentes	
Maria Joao Leote de Carvalho	
A violência doméstica contra as mulheres em Portugal: Uma breve análise crítica dos últimos 20 anos	
Sofia Neves	
A adição (não) é uma doença. O modelo biomédico das dependências e os seus críticos	
Vasco Gil Calado	
Sociologia da inteligência artificial	
Helena Machado Susana Silva	

Illness Narratives in AI-Generated Images: The Making of a New Variant? Susana Noronha	117
Lugares reterritorializados na era dos media digitais Antónia do Carmo Barriga	129
Democracia em Portugal: O papel da ação coletiva contenciosa Ana Raquel Matos	137
Antirracismo e políticas da memória no século XXI: do Império Português às viagens pela descolonização Bruno Sena Martins	147
Dinâmicas revolucionárias: o 25 de abril 1974, a crise da habitação no Porto e as respetivas sociologias Virgílio Borges Pereira	159
Pela lente das políticas públicas: a construção social dos antigos combatentes Ana Romão Maria da Saudade Baltazar Sara Silva Luís Baptista	169
Estudos GLQ – Gay, Lésbicos e Queer em Portugal António Fernando Cascais	179
Patrick Geddes: da ação social cooperativa à cirurgia de conservação João Sarmento	189
O que é o tráfico de pessoas? Apontamentos para uma sociologia crítica Mara Clemente	199
A mediação e alguns assuntos que desafiam a paz global Pedro Cunha	209

RIBEIRO, Fernando Bessa; BRANDÃO, Ana Maria – Vinte anos, 20 questões sociais, 20 artigos, antecédidos de uma revisitação. Uma nota de abertura sobre o número especial da *Configurações*. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 1-5. ISSN 2182-7419.

VINTE ANOS, 20 QUESTÕES SOCIAIS, 20 ARTIGOS, ANTECEDIDOS DE UMA REVISITAÇÃO. UMA NOTA DE ABERTURA SOBRE O NÚMERO ESPECIAL DA CONFIGURAÇÕES

Vinte anos decorridos desde a sua fundação, a *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é hoje um periódico relevante no campo das Ciências Sociais em Portugal. Assinalando este aniversário, que marca, de certo modo, a entrada na vida adulta, este número é constituído por 20 artigos de autores que, com o seu trabalho científico e académico, contribuíram para fazer a história da nossa revista.

Os projetos científicos e editoriais, como aliás todas as obras humanas, são relevantes, em boa medida, pelas pessoas que as fazem. Assim, é justo começar por destacar os contributos do fundador e primeiro Diretor da *Configurações*, Manuel Carlos Silva, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, hoje aposentado, mas incansavelmente ativo, praticando a sociologia pública nos justos termos propostos por Michael Burawoy, ou seja, produzindo conhecimento sociológico inseparável da luta por um outro futuro, radicalmente diferente do presente. Foi sob a sua liderança intelectual e editorial que a *Configurações* se afirmou, a partir de 2005, como uma publicação semestral de referência no panorama editorial português no campo das Ciências Sociais, dando visibilidade aos ensaios teóricos e aos resultados da investigação empírica,

nomeadamente os produzidos pelos docentes investigadores do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e, posteriormente, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). A visão sociológica e política de Manuel Carlos Silva sempre privilegiou o diálogo interdisciplinar e a pluralidade de abordagens. Merecem destaque os seus interesses pelo estrutural e pela ação coletiva organizada, pelo marxismo e pelo weberianismo, sem ignorar os contributos de Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Anthony Giddens, e o compromisso com a análise das classes e desigualdades sociais, do trabalho, do género e da sexualidade, tendo por pano de fundo a crítica severa ao capitalismo. Por isso, é indispensável a sua síntese de revisitação publicada neste número, que constitui um testemunho notável do trajeto da *Configurações* e do que se pode classificar, com inteira propriedade, como o contributo dado, ao longo destas duas décadas, para o campo editorial das ciências sociais em Portugal.

Enobrecendo este legado, esta edição especial reúne 20 artigos que, no seu conjunto, refletem a vitalidade e a abrangência temática, teórica e metodológica que sempre caracterizaram a *Configurações*. Respondendo ao convite da Direção, todos os autores que contribuíram para este número já tinham publicado pelo menos um artigo em algum dos 35 números que compõem o atual acervo da revista. Nada tendo sido propositadamente definido sobre os tópicos e questões a abordar, os artigos que dão corpo a este número especial revelam a pluralidade de interesses e inquietações dos autores e confirmam a diversidade teórica, metodológica e política da Sociologia e das Ciências Sociais. Como o leitor poderá apreciar, os textos abordam alguns dos campos mais desafiadores da sociedade contemporânea, oferecendo análises e perspectivas que, certamente, nos municiam para uma compreensão mais densa e minuciosa das principais questões do nosso tempo. Ao procurar estabelecer alguma ordem nos artigos que agora se publicam, escolheu-se organizá-los segundo eixos temáticos que facilitam a seleção por parte do leitor.

Refletindo sobre os fundamentos da disciplina, em “Percursos: modos de usar sociologicamente”, João Teixeira Lopes convida-nos a pensar a Sociologia através do conceito de percurso, propondo uma ferramenta conceptual para captar a mobilidade, a dinâmica e a diacronia

nas trajetórias sociais. A mobilização de autores como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Bernard Lahire permite a Teixeira Lopes elucidar e defender o conceito de coeficiente de singularidade.

No eixo trabalho, profissões e sofrimento laboral, reúnem-se três contributos que analisam as profundas metamorfoses do mundo laboral. Se Hermes Augusto Costa reflete sobre “As temporalidades da atividade docente”, contrastando as expectativas de estabilidade e prestígio do passado com os desencantos do presente, como o envelhecimento do corpo docente, o *burnout* e o peso burocrático, já João Areosa debruça-se sobre o sofrimento no trabalho, explorando a “Alomorfia do universo laboral” e mostrando que a gestão funciona como um “braço armado” do capital na sua luta eterna contra os trabalhadores. Este eixo encerra com o texto de Ana Paula Marques, em torno de “Dois reptos para uma sociologia do trabalho crítica”, no qual a autora discute a centralidade paradoxal do trabalho na era digital.

No eixo da educação, desigualdades, mobilidade social e exclusões sociais, Pedro Abrantes questiona se o “elevador social” avariou no sistema educativo português. Por sua vez, Olga Magano examina criticamente as condições de vida e cidadania das “Pessoas ciganas em Portugal”, após 50 anos de democracia.

No eixo da justiça, controlo social e direitos são apresentados três artigos. Maria João Leote de Carvalho aborda os “desafios emergentes” da “justiça para crianças na sociedade digital”. Já Sofia Neves faz uma análise crítica da evolução do combate à “violência doméstica contra as mulheres em Portugal” nas últimas duas décadas. Por último, Vasco Gil Calado problematiza o modelo biomédico das dependências, defendendo a valorização das abordagens ancoradas no entendimento de que os comportamentos aditivos são “fenómenos biopsicossociais”.

A reflexão sobre tecnologia, inteligência artificial e digitalização conta com a proposta de Helena Machado e Susana Silva para uma “Sociologia da inteligência artificial”, desconstruindo os seus mitos e implicações sociotécnicas. Num texto escrito em inglês, Susana de Noronha explora as narrativas de doença em “AI-Generated Images”. Noutro ângulo, Antónia do Carmo Barriga reflete sobre as fronteiras entre o público e

o privado num tempo marcado pelos *smartphones* e seus impactos no quotidiano e nas formas de experienciar o mundo.

No campo da política, memória e ação coletiva, Ana Raquel Matos discute o papel da “ação coletiva contenciosa” para a revitalização da “Democracia em Portugal”. Por sua vez, Bruno Sena Martins analisa a articulação entre “Antirracismo e políticas da memória” no Portugal pós-colonial. Na sequência, Virgílio Borges Pereira revisita as “Dinâmicas revolucionárias” do 25 de Abril de 1974 e a crise da habitação no Porto, enquanto Ana Romão, Maria da Saudade Baltazar, Sara Silva e Luís Baptista examinam a “construção social dos antigos combatentes” através das políticas públicas.

Completem este número quatro contribuições singulares por não se inserirem nos eixos temáticos descritos. António Fernando Cascais traça o estado dos Estudos GLQ (Gay, Lésbicos e Queer) em Portugal. De outro campo disciplinar, e escrevendo na sua condição de geógrafo, João Sarmento revisita o legado de Patrick Geddes. Com a propriedade de estar entre os pioneiros do planeamento urbano e regional e de ser defensor de um urbanismo participativo, Sarmento sublinha os contributos de Geddes, mostrando como o seu legado influenciou figuras como Lewis Mumford. Já Mara Clemente oferece ao leitor “Apontamentos para uma sociologia crítica” sobre o complexo e polissémico conceito de “tráfico de pessoas”. A autora reclama a construção de uma Sociologia que dê voz às experiências reais dos migrantes em vez de reproduzir visões aparentemente despolitizadas e estigmatizantes dos mesmos. O número encerra com o artigo de Pedro Cunha sobre os “Assuntos que desafiam a paz global”, propondo o autor uma política que coloque no centro da sua ação a mediação, entendida como “condição *sine qua non* para a construção do bem-estar e da paz num mundo em conflito e guerra”.

Esta edição é, pois, uma expressão colorida do que a *Configurações* sempre foi: um fórum plural, crítico e interdisciplinar. Como inevitavelmente é imposto pela vida que se consome no quotidiano dos dias que vão passando, a *Configurações* não é imune ao tempo e às mudanças que ele traz no seu bojo. Da direção fundadora de Manuel Carlos Silva, passando pela condução dedicada de Ana Paula Marques e, posteriormente,

de Ana Maria Brandão, a quem se deve uma especial atenção à indexação, decisiva para a continuidade da revista. Este número faz também “a transmissão de testemunho”, abrindo-se um novo ciclo sob a direção de Fernando Bessa Ribeiro. Assente no compromisso de assumir o legado, de o defender e de tentar ampliá-lo, procurar-se-á trazer novas questões, temas e autores, com especial atenção para o imenso espaço ibérico, latinoamericano e africano de língua oficial portuguesa. O caminho continuará a ser acidentado e repleto de escolhos imprevistos. Mas iremos perseverar! Todos os que fazem a *Configurações* – autores, membros dos conselhos editorial e científico – sabem bem o que enfrentamos neste tempo caótico que anuncia a mudança de hegemonia no sistema capitalista internacional num quadro sociopolítico e ecológico dramático que coloca em causa a própria viabilidade da sociedade humana. Observando o contexto político em que operam as Ciências Sociais em Portugal, não haverá dúvidas de que enfrentam muitos desafios. Encaradas não raro com desconfiança, e crescentemente desvalorizadas pelo Estado em favor de ciências mais “úteis”, quer dizer, que produzem conhecimento mercantilizável, estamos convictos de que nós, trabalhadores intelectuais que produzem conhecimento sobre a sociedade e o mundo em que vivemos, não iremos desistir, continuando a procurar refletir sobre os nossos problemas e caminhos para a imaginação realista de uma sociedade decente. Em suma, que este número especial sirva não só de homenagem ao passado, mas também de semente para a renovação e até novas configurações da teoria social e suas especializações disciplinares, com destaque para a Sociologia.

A direção da Configurações: Revista de Ciências Sociais,

FERNANDO BESSA RIBEIROⁱ e ANA MARIA BRANDÃOⁱⁱ

ⁱ fbessa@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7431-8562>.

ⁱⁱ anabrandao@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6594-1563>.

A REVISTA **CONFIGURAÇÕES***: UMA SÍNTESE DE REVISITAÇÃO

MANUEL CARLOS SILVAⁱ

Fundador da *Configurações: Revista de Ciências Sociais*
Professor Catedrático Aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS. NOVA.UMinho)

Revisitando os 35 números da Revista *Configurações* (criada em 2005, com edição semestral e suporte de verbas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia mediadas pelo respetivo Centro de Investigação e seus grupos de investigação¹⁾), poder-se-á dizer que ela englobou os mais diversos problemas e temas nucleares no âmbito das Ciências Sociais (particularmente da Sociologia, dada a formação maioritária dos seus autores/as nesta área). Ao longo destes 35 números foram publicadas

i mcsilva2008@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8462-9516>.

* No quadro da comemoração dos 20 anos de percurso da Revista *Configurações*, a atual diretora e colega Ana Maria Brandão solicitou-me amavelmente que, como primeiro diretor, elaborasse um texto-síntese de revisitação dos números da Revista, para o que me propus destacar os diversos contributos de colegas a nível (inter)nacional. Se não são citados especificamente os números da Revista, seus títulos e autores/as dos artigos, tal deve-se à difícil tarefa na componente bibliográfica e sobretudo ao limitado número de caracteres. Porém, pelos temas e ideias-síntese apresentados, é possível inferir os respetivos autores/as, podendo os seus artigos ser consultados, já que todos os números da revista estão acessíveis *online*. Sem deixar de plasmar aqui e ali uma marca própria nalguns temas também por mim tratados, procurei retraduzir e ser fiel ao conjunto dos conteúdos substantivos dos autores/as, os quais vieram enriquecer a própria Revista e seus leitores/as.

1 Embora tenham conhecido as necessárias mudanças e adaptações, em 2005 estes grupos de investigação eram: *i*) trabalho e organizações; *ii*) desenvolvimento e desigualdades sociais; *iii*) saúde, família e solidariedade; *iv*) cultura e estilos de vida. Em 2014, aquando da reestruturação e fusão dos três referidos centros de investigação, eram estes os grupos: *(i)* desigualdades sociais e ação pública; *(ii)* cidadania, trabalho e tecnologia; *(iii)* cidade, ambiente e desenvolvimento regional; *(iv)* sistema de modelação e planeamento; *(v)* saúde, população e bem-estar; *(vi)* educação, conhecimento e cultura.

reflexões em ensaios teóricos e resultados de inúmeras investigações realizadas amiúde, primeiro no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), e, depois, no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, este último já como resultado de uma fusão do CICS com o CES-NOVA e o e-GEO da Universidade Nova de Lisboa. Desde 2014 a Revista, sendo organizada pelo polo da Universidade do Minho no quadro do CICS.NOVA.UMinho, pôde contar com o trabalho de autores/as investigadores/as da Universidade do Minho, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Évora, da Universidade dos Açores e do Instituto Politécnico de Leiria, mas teve também o privilégio de contar com valiosos contributos de colegas de outros centros de investigação no país e no estrangeiro, sem deixar de validar, por revisão de pares, propostas de publicações de mestres e doutorandos/as, além de especialistas não académicos. Por outro lado, à exceção de números intertemáticos e/ou mistos, a maior parte dos números foi de ordem temática, focalizando-se em relevantes questões e abordagens interdisciplinares, plurais e multidimensionais. Se há artigos em que predominam abordagens de enfoque mais estrutural, noutros prevalece uma perspetiva interpretativa e interacionista ou mesmo fenomenológica e noutros ainda procura-se, num esforço de síntese proteórica, superar velhos dilemas como sociedade-indivíduos e estrutura-ação, na sequência de autores como Elias (1980), Giddens (1984) e sobretudo Bourdieu (1979, 1980), em torno de conceitos inovadores e mediadores como os de configuração, estruturação e *habitus*². Ou seja, as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais, e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societais (pre)existentes das desigualdades sociais em termos de classe, étnico-raciais e de género. Tal

2 Trata-se de três conceitos nucleares que propiciam a superação sintética das velhas dicotomias: sociedade-indivíduos, estrutura-ação. Com efeito, o conceito de configuração em Elias (1980) representa um instrumento conceptual que, constituindo um padrão mutável construído pelos atores sociais, visa afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos a sociedade e os indivíduos como se fossem antagónicos, quando ambos são interdependentes na compreensão e explicação dos fenómenos sociais. Por sua vez, a estruturação em Giddens (1984) remete para o impacto da estrutura sobre os atores sociais e a influência marcante destes na conservação ou mudança da estrutura. Por fim, o *habitus* em Bourdieu (1979) é um conceito mediador apenas compreensível a partir das estruturas exteriores, sendo simultaneamente um esquema estruturante, reproduzidor e criativo das ações dos indivíduos e dos grupos.

não deixou de suscitar debates sobre os próprios conceitos de classe e eventuais articulações com raça/etnia e gênero, sendo de salientar alguns estudos de caso em Portugal, no Brasil e noutros países.

De entre os três autores de síntese, Giddens e sobretudo Elias são convocados nalguns artigos, mas é de longe Bourdieu quem, como ‘novo clássico’, capta as mais frequentes referências, sendo inclusive dedicado ao seu legado um número próprio na Revista em 2022 com vários contributos. A sua influência (inter)nacional na epistemologia e na reflexividade filosófico-sociológica, na inovadora construção teórico-conceptual e metodológica, na criação de conceitos nucleares de espaço social, ‘efeitos de lugar’, campos, espécies de capital e sobretudo *habitus*, está presente em inúmeros cientistas sociais para compreender e explicar diversos fenómenos sociais, nomeadamente nas esferas da desigualdade social, do poder, da educação e da cultura, da estética e da arte.

À reprodução dos processos de desigualdade, exclusão e pobreza não é alheio o Estado, que, ora não possibilitando o acesso ao exercício de direitos (educação, saúde, habitação, transportes, mobilidade), ora legitimando modelos de competição e inculcando a ideologia meritocrática na sociedade, sobretudo nos locais de trabalho e espaços escolares, reforça as desigualdades sociais. Mais, o Estado valida processos de exclusão e estigmatização na construção de instituições penais com sistemas prisionais e estigmas que têm como alvo os pobres, nomeadamente negros, ciganos ou imigrantes, manipulando pela mediatização da dramatização da justiça e difundindo por via dos *media* esquemas ideológicos de dispersão e alienação, submissão e fabricação do consentimento. Perante estes processos, são apresentados na Revista esboços ou fragmentos de pesquisa teórico-empírica sobre recomposição social e condições objetivas de vida das classes trabalhadoras, sendo também avançadas análises sobre o porquê da crise do movimento sindical, seus refluxos e desarticulação com outros movimentos sociais – alegadamente novos, mas historicamente bem antigos (antirracista, feminista, ecológico). Tais análises oferecem algumas pistas para a necessidade do reforço de políticas públicas que vão ao encontro dos interesses e das aspirações emancipatórias de classes e grupos sociais

explorados e oprimidos, para o que se torna necessário desenvolver a reflexão já iniciada sobre a perspectiva interseccional e uma abordagem plurinível e multidimensional com vista a uma análise das precondições da ação coletiva. Os diversos tipos de movimentos sociais, o protesto e as formas de ação coletiva e de democracia direta, participativa e associativa, sem deixarem de se articular entre si e de aprofundar a própria democracia representativa, constituem, como em certo texto é argumentado, a parte estruturante na intervenção dos cidadãos/ãs no espaço público. Em caso de passividade ou ausência dos cidadãos/ãs nos referidos movimentos sociais, são grupos dominantes que tendem a controlar e dominar as instituições dos vários poderes e a reduzir a densidade da democracia: é o que se verifica, por exemplo, no Brasil, com as bancadas da ‘bala’ (militares), da ‘bíblia’ (igrejas sobretudo neopentecostais) e do ‘boi’ (agronegócio).

No quadro das sociedades modernas e da globalização, há artigos na Revista sobre diferentes identidades e culturas que para uns são líquidas, fluídas e flexíveis e para outros arraigam-se em condições objetivas de vida, perpassadas de interesses opostos em torno de recursos com eventuais conflitos daí decorrentes. Foram ainda objeto de alguns artigos reflexões e estudos sobre memória e pós-memória que, imbricadas nos mais diversos espaços e tempos e nos processos de reprodução social, se consubstanciam em vários suportes, códigos e linguagens, com mecanismos de preservação e transmissão intra e intergeracional através de rituais e práticas operativas, para as quais se convocam diferentes autoridades, comunidades e/ou grupos sociais. São problematizados regimes de adequação, legitimidade e hierarquia/autoridade entre os sujeitos que experienciam em sentido direto um evento ou fenómeno e os sujeitos que, recebendo os testemunhos, narram ou traduzem a experiência dos outros como uma ‘segunda’ memória. Foram, a esta luz, analisados: os conflitos históricos da Bósnia e do Kosovo nos anos 1990; os discursos públicos e de memória pública do Presidente da República entre 2006 e 2014 sobre imagens do passado colonial; os estudos africanos por ocasião da quadragésima celebração da independência dos países africanos face ao jugo colonial português; a tradição oral e escrita na sociedade timorense; a escrita e/ou entrevista como suportes da memória relativamente ao passado

colonial; as narrativas dos trabalhadores cabo-verdianos nas plantações de cacau e café ou as representações do corpo da mulher escrava no quadro do tráfico negreiro; os suportes audiovisuais, da fotografia e do cinema para reavivar a memória; a experiência memorialística de lusodescendentes nos Estados Unidos da América; as memórias e vivências do trabalho e do desemprego de trabalhadores/as em fim de carreira profissional; os diferenciados intervalos entre a conclusão do ensino superior e a obtenção de emprego.

Importa assinalar o notável conjunto de artigos sobre desigualdades, exclusões sociais e pobreza não só em termos teóricos (desde os autores clássicos aos autores mais recentes, nacionais e estrangeiros), mas também em termos de pesquisas empíricas de relevo, quer sobre as desigualdades de classe, quer sobre desigualdades étnico-raciais (v.g. negros, indígenas, ciganos), de género e outras como as decorrentes da nacionalidade ou da idade. Elas evidenciam como denominador comum, numa linha weberiano-marxista, a apropriação ou usurpação de bens, recursos e recompensas por parte de determinadas classes e grupos sociais minoritários em detrimento de maiorias, implicando concorrência e luta. Interligadas com os diversos tipos de desigualdades sociais nas suas dimensões estrutural, histórico-processual e interativa-quotidiana, sobressaem, em alguns artigos, análises de situações de desemprego, precariedade e trabalho com baixos salários e sob forte controlo, ora em contextos organizacionais tradicionais, ora em plataformas digitais. Com efeito, dado o conceito estruturante do trabalho e seu carácter controverso, ele tem sido um tema recorrente e central em vários números da Revista, em enquadramentos teóricos contrastantes, desde a sua centralidade à sua desvalorização/secundarização por via das técnicas de informação e comunicação (TIC) e agora da inteligência artificial (IA), à ação (inter)comunicativa e simbólica e respetiva prevalência das redes sociais ou ainda à relevância do consumo e dos estilos de vida. O trabalho não só compreende a transformação da natureza como comporta diversas dimensões, impactos e significados: para uns, atividade produtora de valores de uso e, no modo de produção capitalista, de valores de troca (bens, serviços), base de exploração por via da criação de mais-valia por parte do trabalhador ou fonte de várias formas de alienação; para outros, base de

ordenação de estatutos, papéis e classificações profissionais; para uns e outros, base de sustento, recompensa, motivo de satisfação, utilidade social e realização pessoal. Em alguns números da Revista, e particularmente num deles, reúnem-se artigos que abordam a diversidade e os modos como a desigualdade e múltiplas formas de discriminação em termos de classe, etnia-raça, gênero, idade, pertença religiosa ou deficiência, entre outras, se manifestam em diferentes setores laborais e organizações, apontando estratégias para superar situações extremas e promover uma cultura antidiscriminatória.

Num tempo de globalização desregulada e de crescente intensidade e informalidade, polivalência e flexibilização do trabalho dadas como incontornáveis, verificam-se profundas metamorfoses nos processos produtivos e nos usos da força de trabalho, com a destruição, criação e reconfiguração de tarefas, posições e identidades laborais, assim como tendências generalizadas de precarização e flexibilização, individualização e liberalização nos processos de trabalho, as quais atingem não só pessoas não qualificadas como jovens qualificados/as, umas e outros descartáveis a todo o momento. Tais tendências e ‘modos de ser’ informais traduzem-se em contratos a termo ou a tempo parcial, criando inseguranças e ressentimentos, vulnerabilidades e riscos de pobreza. As respostas exprimem-se não tanto em ações coletivas – as quais têm ocorrido mas de forma esporádica (v.g., *Precários Inflexíveis*, *FERVE*, *MayDay*) –, mas, amiúde, em comportamentos sociopolíticos e eleitorais discrepantes com a condição objetiva. As argumentações emergentes têm conduzido a fortes polémicas que configuram também debates entre ideologias de legitimação do mercado e do *statu quo* versus utopias realistas, apontando horizontes de emancipação social, umas e outras com repercussões nos quadros de interação social na vida quotidiana. São igualmente analisadas, como etapa intermédia de negociação e luta, relações de trabalho com qualidade de vida e bem-estar.

Articulando o conceito de trabalho com o de gênero, foram registados, com base no método biográfico e etnográfico, diversos percursos de vidas precárias e sofridas de trabalhadores/as e suas identidades, sociabilidades e formas de resistência e luta em diferentes setores,

desde operárias/os do Alentejo durante o *Estado Novo* (pelas 8 horas de trabalho) até à libertação da dominação latifundiária, à ocupação de terras no pós-25 de Abril, não para as tomar individualmente mas como fonte de subsistência e direito ao trabalho, com salários minimamente dignos.

Décadas passadas sobre o 25 de Abril de 1974, são realizados estudos sobre as novas formas padronizadas de precarização das relações laborais e subsequente perda de direitos e quebra da concertação coletiva no quadro das políticas neoliberais, acompanhadas de desregulação laboral e desmantelamento do Estado Social, a favor de processos de reestruturação produtiva na nova fase do capitalismo que tende a dispensar contratos coletivos de trabalho. Neste contexto ressalta a especial referência às agências de trabalho temporário, à precariedade de jovens qualificados e suas trajetórias profissionais descontínuas e difusas, em que é igualmente feita uma reflexão sobre as relações entre teoria e prática, a bidirecionalidade entre ciência e profissão, nomeadamente no campo das ciências sociais e do serviço social. Verificam-se situações de vulnerabilidade e precariedade, a que, como é por vezes referido, não basta uma perspetiva assistencialista e legitimadora, mas crítica, emancipatória e utópica. É também salientada a passagem da velha racionalidade burocrática e da organização taylorista-fordista sobre o trabalho para novas formas policêntricas, flexíveis e precárias e de organização em rede, potenciadas pelas TIC. Por outro lado, na esfera da reprodução social, a partir de inquéritos e entrevistas, é analisada a desigual divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, por grupos profissionais e escalões etários, verificando-se que sobre a mulher recai uma enorme sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidados, aliás não pagas. A sua legitimação é levada a cabo por narrativas patriarcais e (pseudo)teorizações de liberais como Parsons (1956), que advoga a complementaridade harmónica entre a função instrumental do homem como provedor e a função expressiva da mulher nos cuidados com a família. Este viés patriarcal e sexista é também constatado nos discursos da justiça sobre investigações de paternidade de menores e nos processos de divórcio. Por fim, são avançados textos com perspetivas críticas feministas contra pretensas análises neutrais e universalizantes, assim como reflexões sobre conceções do corpo

individual e coletivo a propósito de obras feministas. Ainda na esfera reprodutiva, após a referência à não resposta ao direito de habitação para milhares de pessoas marginalizadas em bairros de lata e a resposta seletiva de *Casas Económicas* por parte do *Estado Novo* para funcionários e paramilitares, é levada a cabo uma análise sobre a rica experiência democrática do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), os défices de participação na implementação do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) nos anos 1980, do Plano Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto nos anos 1990 e da *ProHabita* a partir de 2004.

É ainda analisado o papel das TIC, nomeadamente por via da criação de um blogue organizacional para efeitos de gestão e monitorização de ações e reações dos trabalhadores/as que identifiquem o grau de presença ou ausência de sentimentos de pertença em contexto empresarial e, a partir desse diagnóstico, da promoção de um espírito de ‘cultura organizacional’ na empresa e em subculturas profissionais. Por outro lado, contrariamente a revoluções tecnológicas anteriores, perante a aceleração inédita de novos avanços tecnológicos em torno da revolução 4.0, da economia digital, de plataformas digitais de trabalho e da IA – entendidas amiúde como neutras e/ou promissoras de trabalho no futuro –, vários textos, além de contestarem tal neutralidade tecnocrática, contestam ora o tradicional determinismo tecnológico e seu contraponto salvífico neoliberal, ora a criação nebulosa do ‘pós-humano’, ora o construtivismo social, debruçando-se, teórica e empiricamente, sobre a urgência de respostas face à intensificação de crises económico-financeiras recorrentes. Como apontam alguns artigos, dadas as repercussões destes processos não só na esfera laboral e correlativas metamorfoses e precariedades, como nas organizações (nomeadamente a dessindicalização e o refluxo nos movimentos sindicais), a perda de garantias e direitos sociais adquiridos, as técnicas de controlo sociopolítico e o aumento das desigualdades de classe, étnico-raciais e de género têm conduzido a uma visão mais problematizante ou mesmo pessimista, sobretudo entre sindicalistas, bem como à necessidade de lideranças, inclusive carismáticas, mas sempre democraticamente legitimadas.

Os fenómenos de pobreza, exclusão e desigualdade social que são constatáveis a nível local-regional possuem uma escala a nível global que, desde a colonização nos séculos XV-XVI, se inserem em processos que vários autores designaram de relações desiguais entre metrópoles e satélites, centro e periferia, colonial e decolonial. Tais processos representaram um novo padrão de poder a nível mundial que comportou conflitos e impactos violentos sobre os povos colonizados (negros, indígenas), nomeadamente a expropriação material e cultural das populações, a imposição forçada da religião judaico-cristã e a repressão de formas de produção de conhecimento dessas comunidades, a classificação racial da população, acompanhada de diversas dicotomias numa ótica eurocêntrica: primitivo *versus* civilizado, mágico-mítico *versus* científico, irracional *versus* racional, tradicional *versus* moderno, nacionalismo étnico *versus* nacionalismo cívico. Mas, se estes tópicos foram também abordados, destacou-se um tema de contraponto conhecido por *Epistemologias do Sul*. Com efeito, este tema, trabalhado especialmente na América Latina e, em Portugal, mormente por equipa de investigadores/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, também foi objeto de alguns contributos plasmados na Revista que constituem olhares mais densos sobre a problemática. De facto, se vulgarmente as *Epistemologias do Sul*, literal e aparentemente, se demarcariam e/ou até se oporiam a Epistemologias do Norte, elas não traduzem uma mera divisão ou contraposição de teor geográfico. Pelo contrário, remetem, de modo metafórico, como é abundantemente desenvolvido, para enquadramentos teórico-metodológicos em que coloca em confronto o “Sul” (como conjunto de saberes criados e (re)produzidos em regiões, nações e lugares dados como periféricos e dependentes) *versus* o “Norte” (como conjunto de saberes hegemónicos (re)produzidos enquanto agregado de espaços centrais, tradicional e basicamente coloniais e, posteriormente, capitalistas e imperiais/imperialistas), em termos não só socioeconómicos e políticos como também culturais, científicos e tecnológicos. Efetivamente, este confronto multidimensional comporta perspetivas epistemológicas hegemónicas do Norte em torno da criação de objetos e agendas de investigação, de (in)validação de processos e resultados do conhecimento, face a abordagens epistemológicas do Sul amiúde desvalorizadas e/ou consideradas banais, insignificantes

ou mesmo invisíveis. Porém, contrariamente a uma perspectiva discursiva em voga entre alguns defensores das *Epistemologias do Sul*, invisibilidade não é sinónimo de inexistência. Todo o esforço epistémico-metódico e teórico, subsumido na designação *Epistemologias do Sul*, constitui certamente um inestimável contributo na desconstrução do pensamento hegemónico sedimentado no Norte, perante o qual todavia não podem obviamente ser descurados ou ignorados ‘contrapontos’ ou mesmo saberes contra-hegemónicos gerados também no Norte. Do mesmo modo, nos espaços ditos periféricos do Sul, também se reproduzem narrativas e constelações cognitivas que legitimam o pensamento hegemónico do Norte em termos socioeconómicos e patrimonialistas, culturais e educacionais, políticos e ideológicos. E, com uma síntese teórico-conceitual de raiz marxista-decolonial e ecossocialista, talvez seja possível evitar deitar fora o bebé com a água do banho no que concerne as teorias da dependência e do centro-periferia, as quais, criadas e desenvolvidas já no centro, já nas periferias, podem ser revistas e enriquecidas com outros olhares, tornando-se inclusive uma síntese inspiradora, nomeadamente no campo das epistemologias.

Para além dos temas da colonialidade de poder, foram também traduzidos no âmbito da Revista resultados de várias pesquisas sobre governação multinível da diversidade cultural na América Latina (AL) e na União Europeia (UE), levadas a cabo no quadro do Projeto IRSES em universidades portuguesas e estrangeiras. Todavia, o tema da diversidade (inter)cultural tem sido entendido de modo diferenciado e contrastante (na Europa sobre minorias e migrações, na América Latina sobre colonização, escravatura e povos originários), resultando daí entendimentos distintos sobre o inter/multiculturalismo: mais funcional e adaptativo na UE e mais radical e transformador do *statu quo* na AL. Alguns textos sobre o tema evidenciam que os cidadãos/ãs de países terceiros na Europa são, além de ‘bodes expiatórios’, os mais excluídos, subalternizados, quando não desumanizados e inferiorizados no seio da UE, do mesmo modo que negros e indígenas o são ainda na AL, havendo uma discrepância entre a letra da lei e as práticas institucionais e na vida quotidiana, bem como desigualdades sociais, em diversas áreas: educação, migrações, tratamento da mulher, minorias étnicas e religiosas.

Estreitamente ligados a estes tópicos e inerentes à sociedade e a diferentes formações sociais, estão igualmente fenómenos de violência e criminalidade e suas formas de reprodução a nível societal e estatal-institucional, sobre os quais se debruçaram na Revista diversas autoras/es. Porém, sobre este fenómeno, embora estrutural, foram analisadas práticas de violência perpetradas em determinados contextos e por certos grupos sociais, causando preocupação social, medo e, por vezes, pânico moral, mas remetendo sempre para relações de poder entre uns e outros. Enquanto uns/umas, como agressores/as, perpetram ações de violência, outras/os acabam por ser suas vítimas: crianças, adolescentes, idosos, negros, indígenas, mulheres, migrantes, pessoas sem-abrigo, estudantes em contexto de praxe. Para além destes grupos excluídos e amiúde marginalizados e violentados, a categoria étnica cigana mereceu tratamento interdisciplinar num número da revista dedicado a ciganos e educação, justamente por parte de especialistas que se têm debruçado sobre este grupo historicamente desterrado, perseguido e discriminado. Tal foi evidenciado nas dificuldades de acesso à escolaridade (com taxas elevadas de analfabetismo, abandono escolar precoce e baixa escolaridade) e ao emprego (com formas de racismo institucional e quotidiano, flagrante e subtil), apontando diversidade de causas ou fatores para a sua explicação.

A este propósito, cabe salientar que, a par de artigos que apontam para o envolvimento cívico-político de jovens nas redes sociais, é também sublinhada a manipulação dos mesmos por estas redes, sendo de registar a análise sobre delinquência juvenil feminina, entendida e explicada a partir de contextos de desestruturação familiar e/ou abandono de progenitores, rutura de vínculos afetivos familiares nos processos de socialização, absentismo e insucesso escolares, processos indutores de experiências e significados de formas de transgressão e subsequentes medidas tutelares.

Perante a realidade pungente da pobreza, das exclusões e das desigualdades sociais, poder-se-ia pensar que a solução residiria em pugnar por um modelo de desenvolvimento sustentável e justo. A Revista tem oferecido diversos artigos sobre esta temática, amiúde entrelaçando o eixo nuclear do território. Com efeito, trata-se de relacionar sociedade

e espaço-tempo orientados para uma utilização eficiente e justa dos recursos naturais e, com esta, a potenciação de um desenvolvimento sustentável, amigo do ambiente e suscetível de assegurar o bem-estar para as populações presentes e gerações futuras. O espaço não só é condicionado pela estrutura social como é um fator que configura e confere sentido, quer no que concerne às relações sociais de inclusão-exclusão, proximidade-distância, solidariedade-oposição em contexto rural e sobretudo urbano, quer no que respeita aos processos de (sub)desenvolvimento, nos quais pontificam os vários modelos teóricos sobre o desenvolvimento e correlativas estratégias sociopolíticas em confronto. O espaço e o tempo não são simples recipientes passivos das diversas formas sociais, mas constituem recursos materiais específicos e, enquanto fatores relativamente autónomos e coexplicativos, comportam constrangimentos e possibilidades de (inter)ação social e produzem efeitos próprios do meio social e ambiental, sobre o qual atuam as diferentes forças económicas, as instâncias político-administrativas e os diversos atores sociais coletivos e individuais. Os temas em torno do território e do desenvolvimento a nível global, nacional e regional-local, assim como os problemas e conflitos socioambientais estão na ordem do dia, quer no debate científico e académico interdisciplinar, quer na agenda mediática e nas preocupações dos cidadãos/ãs, pelas repercussões que têm nas suas vidas quotidianas. Sobre o próprio polissémico conceito de desenvolvimento e diversas correntes a este respeito também tratadas nalguns textos – (neo)liberal, neoinstitucional, territorialista, neomarxista e teorias da dependência, do centro-periferia e decolonial – foram dados contributos em vários números da Revista, colocando na ordem do dia questões, dilemas e alternativas, mais ainda aquando da recente emergência da covid-19. De facto, a pandemia, a par de necessários questionamentos e cuidados cientificamente recomendados, deu origem a derivas negacionistas e securitárias e a governamentalidades inclusive de cariz necropolítico e de abandono das populações, sobretudo as mais desprovidas e vulneráveis. Foi claramente colocado em causa por vários autores/as o sistema capitalista e seu carácter não só mercantil e explorador da força de trabalho como depredador da natureza, trazendo à reflexão contributos desde o século XIX, nomeadamente autores de inspiração anarquista e fundadores

do marxismo, até outros mais recentes de múltiplas orientações, incluindo nalguns textos as virtualidades das teorias do decrescimento e do ‘bem viver’, embora com diferenciados imperativos nas diversas geografias económicas e políticas. Nalguns textos é evidenciado o carácter opressor, cruel e desumano do sistema capitalista (neo)colonial, em que inúmeros países e centenas de milhões de pessoas não têm respetivamente soberania e segurança alimentar e vivem em condições de pobreza relativa e até absoluta, sem habitação e com fome, quando os recursos existentes permitiriam resolver estes problemas.

A questão da pandemia da covid-19 e a relação não resolvida entre natureza e sociedade movida pelo lucro, renda e juro e hoje sob forte domínio do capital financeiro e dos sistemas de controlo a partir do próprio Estado, foi também objeto de um número específico da Revista. Sob declaração de estados de emergência ou exceção, o Estado operou com seus dispositivos de vigilância, suportados por refinados algoritmos e outros instrumentos de controlo (censura, *fake news*). Interligando dialeticamente natureza e sociedade e sociedade e Estado, foram analisadas desigualdades sociais desde os processos de colonização até à atualidade. A elevada letalidade do vírus SARS-CoV-2 por infeção a nível mundial, embora com diversas respostas governamentais e diferenciados impactos, em certos países deu lugar, perante líderes negacionistas e autoritários, coadjuvados pelos *media*, redes sociais e líderes religiosos sobretudo neopentecostais, a situações de abandono e necropolítica dos mais destituídos (v.g., Estados Unidos, Brasil), até que a descoberta e a fabricação de vacinas viessem estancar os seus efeitos mortíferos.

No âmbito da Sociologia foram publicados muitos artigos, uns de cariz mais teórico, outros sobre metodologias quantitativas e qualitativas (v.g., história de vida), outros ainda de âmbito empírico mas alicerçados num enquadramento teórico. Todos eles evidenciam o longo mas profícuo caminho da Sociologia desde os anos 1960 em torno da Revista *Análise Social* e respetivo Grupo de Investigação Social (GIS) e do Instituto Universitário de Évora, quer em termos de pesquisa nas mais diversas áreas, quer na extensão para projetos na sociedade, quer sobretudo no ensino, nomeadamente superior. Hoje, como referem

vários autores/as, a Sociologia está praticamente implantada e firmada nas diferentes regiões do país, havendo contudo um défice ou desajustamento da disciplina no ensino secundário, amiúde a cargo de não sociólogos/as. No campo pedagógico, existem dificuldades ou insuficiências, não só nos próprios cursos de Sociologia (em torno de conceitos e teorias de nível mais abstrato ou de disciplinas mais politizadas), como também no ensino da Sociologia noutros cursos (v.g., Arquitetura e Urbanismo) e instituições (v.g., Academia Militar) e ainda junto de públicos não familiarizados com esta disciplina.

Sobretudo nos primeiros 24 números da Revista, o questionamento e a análise de diferentes temas foi feito em particular (mas não em exclusivo) no âmbito da Sociologia, sendo teórica e tematicamente articulado e complementado com olhares interdisciplinares de outras ciências, como a Economia, a História, a Ciência Política, a Antropologia e até a Psicologia Social. Tal abordagem interdisciplinar esteve presente em vários números da Revista ao ponto de ter sido dedicado um número, sob forma de dossiê, à relação entre Economia e Sociedade. Organizado numa perspetiva weberiana e com destaque para a História Económica, esta edição não descurou a ecologia, a política, as instituições estatais e religiosas, os atores e suas respetivas ações e práticas políticas no quadro do nascimento e do desenvolvimento do capitalismo competitivo a nível global e nacional (nomeadamente o relativo atraso de Portugal). É neste contexto que se releva a criação da Associação de História Económica e Social e se destacam, com base em fontes primárias e secundárias, estudos comparativos e de longa duração, assim como inúmeras publicações em torno de tópicos como império, escravatura e tráfico escravagista, trabalho forçado e servidão, expedições comerciais, demografia, migrações e desigualdades, financiamento da atividade económica em diversos setores tais como a indústria, a agricultura, as pescas, as culturas do vinho, da cortiça, do arroz, entre outras.

Outros números da Revista sobre desigualdades e violências, conflitos, negociações e mediações, embora com vários contributos interdisciplinares, têm a marca não só da Sociologia como da Psicologia Social e suas metodologias quantitativas e qualitativas como a maiêutica. A esta luz são abordados os problemas da guerra e as preocupações pela

paz; as relações interpessoais entre alunos relativamente às competências; os conflitos entre irmãos/ãs ora em torno dos afetos, ora em torno de questões sucessórias; as experiências de violência sexual com adolescentes e jovens do sexo feminino e, ainda que em menor medida, do sexo masculino; a violência obstétrica; a prevenção ou redução de formas de violência contra profissionais de saúde.

Um outro tema bem complexo e objeto de forte debate, quer em diversas instituições, quer na sociedade e inclusive no seio de movimentos feministas, é o designado ‘tráfico de pessoas’ – expressão indefinida, polissêmica e até conceptualmente confusa –, o qual, para além de designar formas coercivas e criminosas em caso de prostituição forçada e/ou de prostituição infantil, engloba por arrastamento, segundo algumas autoras/es, a prostituição praticada por pessoas adultas e em base relativamente livre, ou seja, trabalhadoras/es do sexo, nomeadamente quando migrantes. Ora, os fenómenos do tráfico e da prostituição exigem delimitação conceptual, o que nos é dado em diversos artigos na Revista que apresentam a este respeito perspetivas críticas. Assim, com base em estudos realizados com mulheres romenas e nigerianas em Espanha, são desconstruídos discursos “antitráfico” estereotipados em nome de posicionamentos abolicionistas sobre a prostituição, os quais, convergindo com políticas migratórias repressivas e violências estigmatizantes sobre essas mulheres, contribuem também para medidas de criminalização de clientes, por exemplo, na Suécia ou em França.

Em modo de conclusão, poder-se-á dizer que, ao longo de 20 anos, a Revista *Configurações* acolheu e aprovou, por revisão de pares, propostas de artigos teórica e empiricamente validados sobre diversas questões e temas de pesquisa, contendo contributos social e cientificamente relevantes a nível interdisciplinar e, em especial, em Sociologia. A Revista foi primeiramente publicada no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e, seguidamente, após a fusão dos três centros de investigação, no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), estando sediada na Universidade do Minho.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre – *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. ISBN 9782707302755.
- BOURDIEU, Pierre – *Le Sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. ISBN 9782707302984.
- ELIAS, Norbert – *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980. ISBN 9789724414867.
- GIDDENS, Anthony – *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. ISBN 9780520057289.
- PARSONS, Talcott – Family structure and the socialization of the child. In PARSONS, Talcott; BALES, Robert (Orgs.) – *Family, Socialization and Interaction Process*. Londres: Routledge, 1956. ISBN 9781315824307. pp. 35-131.

PERCURSOS: MODOS DE USAR SOCIOLOGICAMENTE

JOÃO TEIXEIRA LOPESⁱ

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

RESUMO

Breve digressão sobre as potencialidades do uso sociológico do conceito de percurso, aqui definido tendo em conta três dimensões essenciais: mobilidade (individual e coletiva, biográfica e estrutural, espacial e social), dinâmica (algo de novo se produz sempre nos interstícios da reprodução social, uma vez que o fluxo socializador é contínuo e diversificado) e diacronia (ajuste entre as dimensões passadas da socialização, os contextos do presente e a imaginação de futuros possíveis). Termina-se a viagem pelo conceito, propondo um novo conceito, o de coeficiente de singularidade, nas pisadas de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire.

Palavras-chave: percurso(s), socialização, coeficiente de singularidade, tempos

ⁱ jlopes@letras.up.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>.

ABSTRACT**PATHWAYS: WAYS OF USING SOCIOLOGY**

A brief digression on the potential sociological use of the concept of pathway, defined here taking into account three essential dimensions: mobility (individual and collective, biographical and structural, spatial and social), dynamics (something new is always produced in the interstices of social reproduction, since the socialising flow is continuous and diverse), and diachrony (adjustment between the past dimensions of socialisation, the contexts of the present and the imagination of possible futures). The journey through the concept ends by proposing... a new concept, the coefficient of singularity, in the footsteps of Pierre Bourdieu and Bernard Lahire.

Keywords: pathway(s), socialisation, coefficient of singularity, temporalities

RESUMÉ**PARCOURS: MODES D'UTILISATION SOCIOLOGIQUE**

Brève digression sur les potentialités de l'usage sociologique du concept de parcours, défini ici en tenant compte de trois dimensions essentielles : la mobilité (individuelle et collective, biographique et structurale, spatiale et sociale), la dynamique (quelque chose de nouveau se produit toujours dans les interstices de la reproduction sociale, car le flux de socialisation est continu et diversifié) et la diachronie (ajustement entre les dimensions passées de la socialisation, les contextes du présent et l'imagination des futurs possibles). Le parcours du concept s'achève en proposant... un nouveau concept, le coefficient de singularité, dans la lignée de Pierre Bourdieu et de Bernard Lahire.

Mots-clés: parcours, socialisation, coefficient de singularité, temps

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MOBILIDADE, DINÂMICA, DIACRONIA

Um percurso é, etimologicamente, um caminho que se percorre na íntegra. Implica, por isso, uma *mobilidade*, uma *dinâmica* e uma *diacronia*. Este tripé não é necessariamente dotado de coerência ou consciência.

Opera-se, sociologicamente, na fímbria do individual e do coletivo, do reflexivo e do inconsciente, do material e do simbólico, do real e do imaginado. Por isso ele é tão rico nos seus modos (sociológicos) de uso.

A mobilidade, desde logo, pode ter múltiplas feições e depende das escalas de observação: se, a uma escala individual, é possível descortinar uma vastidão de “deslocações” biográficas (dos simples movimentos pendulares às migrações globais; do trajeto de um papel social a outro; da circulação e exposição entre instituições – algo que se acelera e densifica nas sociedades cada vez mais diferenciadas, num plano indissociavelmente espaço-temporal-social), a uma escala coletiva e estrutural pode persistir uma tendência de reprodução, mau grado as itinerâncias e as passagens. É conhecida a situação, amplamente referida por Bourdieu e Passeron (Bourdieu e Passeron, 1970), da mobilidade estrutural, em que todas as posições sociais são como que transladadas para cima, embora mantendo entre si as mesmas relativas distâncias, o que reproduz o sistema de desigualdades, sob outra feição. Ou ainda, nesse continuum de possibilidades que são as mobilidades sociais, percursos em que se entrelaçam processos de mudança e de continuidade. Tal lembra-nos que não há trajetos intrinsecamente isolados, na medida em que se vão moldando por contraste, interdependência e relação.

A *dinâmica*, de igual modo, é inerente aos percursos. Mesmo mantendo a posição social, os agentes são a todo o instante expostos a uma miríade de estruturas, princípios e valores que desafiam o esquema prévio de classificação, articulação e incorporação das experiências do mundo social (*ohabitus*) que foram paulatinamente interiorizando e modificando. Tais reformulações, sob a resistência desigual de inércias acumuladas, operam tanto ao nível material, das condições objetivas, como ao nível simbólico, onde essa materialidade se perceciona, representa e simboliza. Quantas e quantas vezes, até no patamar fenomenológico ou existencial, notamos que somos diferentes do que éramos (ainda sendo os mesmos...) ou que, de uma situação a outra, de um cenário de interação a outro, de um papel social a outro, se mobilizam diferentes reportórios, competências e/ou disposições.

Bourdieu (1972; 1979) não deixa de assinalar essas dinâmicas: desde as deslocações verticais, ascendentes ou descendentes, no espaço social,

até à hipótese de movimentos transversais, de um campo a outro, em que se verifica a “reconversão” de capitais (do económico ao cultural, ou vice-versa, entre outras possibilidades). Os habitus, na sua singularidade, exprimem precisamente a incorporação da trajetória social, mas esta está longe de ser unívoca, como os modelos romanceados do eterno retorno ou da seta de sentido único... A origem social tem um peso preponderante nos trajetos, mas não explica tudo.

Importa ter em conta, por exemplo, as matrizes de socializaçãocaracterísticas das instituições modernas (Lahire, 2001, 2012), a diferenciação interna das famílias, dos universos de vizinhança, dos sistemas de ensino, das ordens morais... Cada indivíduo interage cada vez mais dentro de múltiplos quadros sociais ao longo da sua trajetória, sendo exposto a estruturas, contextos e sistemas de disposições heterogêneos. Por isso, a análise dos percursos abraça a ambivalência, a contradição e a complexidade, favorecendo o modo de pensar relacional e consubstancial: a sua historicidade é sempre atravessada pelo estabelecimento de relações (eu-outro; passado-presente-futuro; entre as múltiplas esferas de vida e papéis sociais; entre disposições). Quer isto dizer que, em vez de pensarmos em ‘entidades’ separadas na formação das identidades, tantas vezes tida como monistas (classe, sexo, género, raça), melhor seria se olhássemos para a totalidade da experiência vivida, unindo o mais fenomenológico ao mais enraizado estruturalmente.

Por fim, a *diacronia*, o atravessamento do tempo, o cruzamento entre passado, presente e futuro.

Na verdade, os percursos são sempre, tanto à escala individual como coletiva, uma coexistência de assincronismos, uma acumulação de influências díspares, de genealogia diversa. O passado não cessa de um momento para o outro. O futuro começa antes do seu início literal. O presente encontra os tempos, tantas vezes desavindos. Já Marx falava da impureza dos modos de produção, onde coexistiam formações sociais de origens distintas. Qualquer percurso interseta as temporalidades do que “já não é” com o que “ainda não é”.

FÓRMULAS DO POSSÍVEL PARA EXPLICAR OS PERCURSOS

É conhecida a fórmula de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1979) para explicar a teoria da prática que se baseia no encontro entre um habitus e um campo, através da mobilização de determinados capitais. Ou seja, as disposições incorporadas (passado) modificam-se e atualizam-se de acordo com os recursos disponíveis num certo espaço estruturado (presente). O habitus tem, pois, uma componente de inércia (a cronologia das estruturas), mas também dimensões de invenção e improvisação, ainda que ajustadas às situações (Sapiro, 2020):

[(habitus) (capital)] + campo = prática

Assim, disposicionalismo e contextualismo exigem-se mutuamente. Bernard Lahire (Lahire, 2012), por seu lado, ao pensar com, contra e para além de Bourdieu, coloca a ênfase na pluralidade dos patrimónios individuais de disposições, as quais seriam ativadas, inibidas e/ou transformadas pelos contextos. Deste modo, atualizando Bourdieu, Lahire apresenta as seguintes fórmulas:

Disposições ou competências + contexto = práticas: remete para a historicidade das socializações que permitiram a incorporação de disposições ou competências, mas cruza-a com os contextos de ação presentes, convocando quer a exigência de não esquecer o passado, quer a premência de ter em conta o contexto, nas suas intrínsecas e plurais configurações (definidas, na senda de Elias, como rede de interdependências);

Passado incorporado + contexto presente = práticas observáveis: enfatiza-se, metodologicamente, o facto de que as disposições nunca se observam de forma direta, uma vez que remetem para o seu processo e modo de produção enquanto “presença passada — mais ou menos precoce, durável, sistemática — em diversos contextos de ação” (Lahire, 2012, p. 26);

Produtos interiorizados pela frequência passada de contextos de ação + contexto presente = práticas observáveis: evidencia-se a dupla

perspetiva dos contextos presentes, quer enquanto configuração que desencadeia (ou inibe) disposições incorporadas, quer enquanto quadro socializador que atualiza, transforma e produz novas experiências, modificando disposições passadas, de um modo mais ou menos intenso, no limite gerando mesmo novas disposições.

Ora, neste caminho (percurso) argumentativo, gostaria também de contribuir com uma fórmula, que se inspira nas precedentes, com a ambição de acrescentar uma dimensão heurística eventualmente relevante para uma compreensão alargada da articulação das temporalidades na formação dos percursos:

Passado incorporado + contextos presentes de ação + projeto e imaginação de futuros possíveis = práticas observáveis

Saliento, com este acrescento, uma dimensão de intencionalidade, reflexividade e antecipação do futuro (sem esquecer que as expectativas são sempre moldadas pela percepção dos possíveis e das margens da sua ampliação – sei bem que os agentes tendem a “desejar” dentro da percepção de “chances” razoáveis de concretização).

Por outras palavras, realço que os indivíduos, dentro de um feixe de constrangimentos e possibilidades, configurados por modos desiguais de agência (ou desigualdades de agência) conseguem, melhor ou pior, negociar os significados das situações, mesmo as futuras, de acordo com o seu projeto e o seu potencial de metamorfose, conceitos que pedi emprestados a Gilberto Velho (1994). Por projeto, o antropólogo urbano brasileiro entende a capacidade de prosseguir determinados objetivos, de forma consciente ou tácita, organizada ou errante, com tradução em modalidades múltiplas e por vezes performativas de interpretação e definição da realidade. Ora, de acordo com os recursos e competências de trânsito entre realidades, contextos e papéis sociais distintos (potencial de metamorfose, próximo do que Augusto Santos Silva vem apelidando, em intervenções públicas, de “cosmopolitismo de rés-do-chão”), o agente poderá imaginar futuros possíveis, dado que essa representação, longe de ser um quadro desligado da realidade objetiva, terá consequências no presente, adaptando, atualizando e transformando, *aqui* e *agora*, o rasto do passado incorporado pelo contacto com estranhos e novos referenciais de interlocução.

COEFICIENTE DE SINGULARIDADE DE CADA PERCURSO

Em cada pessoa, o coeficiente de singularidade (Costa, Lopes e Caetano, 2014) espelha relacionalmente dimensões estruturais, contextuais e biográficas. A circunstância de o indivíduo ser socialmente produzido afasta-se das robinsonadas individualistas, mas realça o que, em cada percurso, é único. A Sociologia é tanto o estudo do comum, do padrão, da regularidade, como do único, irrepetível e singular (Lahire, 2023). Daí a imensa relevância do estudo diacrónico das variações intergrupos, interindividuais e intraindividuais, com transferência ou não de disposições de uns contextos a outros, com a sua ativação, adormecimento ou desaparecimento, com as suas consonâncias e dissonâncias, consequência da diferenciação social e da pluralidade de experiências que ela multiplica.

Cada existência social testemunha, pois, a coexistência da reprodução e da não reprodução (em particular quando existe a combinação da insatisfação com “potência de agir (...) o desejo confuso de uma outra vida, que pressupõe um modelo diferente dos modelos ambientes” (Chantal Jacquet, 2014, p. 69).

Tanto a coerência (que é possível existir em percursos lineares onde os mesmos princípios de socialização são constantemente ativados pelas situações, numa espécie de sobreaprendizagem) como a heterogeneidade (fruto da disparidade de orientações das multissocializações e da proliferação de contextos, quadros de interação e papéis sociais) são, pois, “casos do possível”, que Bourdieu identifica nos fenómenos do *habitus* clivado ou da *hysteresis* do *habitus*. Nas palavras de Lahire, que radicaliza a heterogeneidade: “Cada ponto da trajetória pode ser o momento de uma crise, de uma negociação, de uma dúvida, de uma hesitação entre várias possibilidades, de uma resistência ou de um constrangimento” (Lahire, 2002, p. 30), forjados nas relações e quadros ou configurações de interdependência dos indivíduos.

Além do mais, o conceito de coeficiente de singularidade dá visibilidade ao facto de, em cada percurso, em cada ação, os indivíduos se relacionarem diferentemente com as suas disposições, articulando componentes pré-reflexivas com dimensões reflexivas (racionalização, antecipação, estratégia), de acordo com os recursos (capitais) disponíveis.

Assim, diacronia e sincronia interagem; variantes e invariantes inter-setam-se; origem, percurso e projeto dialogam: o sistema de disposições não é totalmente unificado e, ainda que as primeiras socializações sejam da maior relevância, elas mesmas são diversificadas e reconfiguradas pelo campo (futuro) de possíveis.

Abrem-se assim as portas para a consideração de uma gama variada de percursos, sem que isso constitua uma anomalia sociológica. Incluo, nesta constatação, a análise de “percursos de contra tendência” (Costa, Lopes e Caetano, 2014; Roldão, 2012) ou “inesperados” (Lopes, 2023).

Eis que, ao modo sociológico, se revisita o velho debate sobre a unidade e a permanência. O estudo dos percursos talvez resolva o dilema que opôs Heráclito e Parmênides. Se “não é possível entrar duas vezes no mesmo rio”, também não deixamos de ser o que somos, pois a transformação é consubstancial à continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude – *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970. ISBN 9782707302260.

BOURDIEU, Pierre – *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédée de trois études d'ethnologie Kabyle*. Paris: Seuil, 2000. ISBN 9782020392662.

BOURDIEU, Pierre – *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. ISBN 9782707302755.

COSTA, António Firmino da; LOPES, João Teixeira; CAETANO, Ana – *Percursos de estudantes no ensino superior*. Lisboa: Mundos Sociais, 2014. ISBN 9789898536341.

JAQUET, Chantal – *Les Transclasses ou la non-reproduction*. Paris: PUF, 2014. ISBN 9782130631828.

LAHIRE, Bernard – *L'Homme pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris: Nathan, 2001. ISBN 9782091912476.

LAHIRE, Bernard – *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil, 2012. ISBN 9782021064599.

LAHIRE, Bernard – *Les Structures fondamentales des sociétés humaines*. Paris: La Découverte, 2023. ISBN 9782348077616.

LOPES, João Teixeira Lopes; BOIA, Pedro dos Santos; VELOSO, Ana Luísa; CALDAS, Matilde – A orquestra e a vida: percursos juvenis na Orquestra Geração. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Em linha]. 86 (2018) 91-108. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/4136>. ISSN 2182-7907.

LOPES, João Teixeira – *Elas. Percursos inesperados de jovens mulheres das classes populares*. Lisboa: Tinta da China, 2023. ISBN 9789896717360.

ROLDÃO, Cristina – *Fatores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado”*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/9342>.

SAPIRO, Gisèle – Habitus. In SAPIRO, Gisèle (Org.) – *Dictionnaire International Bourdieu*. Paris: CNRS, 2020. ISBN 9782271082039. pp. 386-389.

VELHO, Gilberto – *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. ISBN 9788571102903.

COSTA, Hermes Augusto – As temporalidades da atividade docente: desafios ao trabalho, organizações e profissões. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 33-40. ISSN 2182-7419.

AS TEMPORALIDADES DA ATIVIDADE DOCENTE: DESAFIOS AO TRABALHO, ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES

HERMES AUGUSTO COSTAⁱ

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Este curto ensaio visa contribuir, tanto retrospectiva quanto prospetivamente, para uma perceção sobre expectativas, desencantos e ansiedades suscitadas pela atividade docente. Trata-se de uma apreciação subjetiva das temporalidades do trabalho decorrentes da imersão num percurso académico. Alerta-se para temas e problemas e para a necessidade de colocar o trabalho e a atividade profissional realizada em contexto organizacional no centro da nossa vida coletiva. Trata-se de uma reflexão a partir da academia, mas que certamente poderá ser extrapolada para distintos contextos institucionais, ambientes não-académicos e domínios profissionais.

Palavras-chave: trabalho docente, ensino superior, passado, presente, futuro

ⁱ hermes@fe.uc.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7873-4440>.

ABSTRACT**THE TEMPORALITIES OF TEACHING: CHALLENGES FOR WORK, ORGANISATIONS AND PROFESSIONS**

This short essay aims to contribute, both retrospectively and prospectively, to a perception of the expectations, disenchantments and anxieties evoked by teaching in higher education. It is a subjective appraisal of the temporalities of work resulting from the immersion in an academic career. It highlights issues and problems and the need to place work and professional activity in an organisational context at the centre of our collective lives. This is a reflection based on academia, but which can certainly be extrapolated to different institutional contexts, non-academic environments and professional fields.

Keywords: teaching activity, higher education, past, present, future

RESUMÉ**LES TEMPORALITÉS DE L'ENSEIGNEMENT: DÉFIS POUR LE TRAVAIL, LES ORGANISATIONS ET LES PROFESSIONS**

Ce court essai vise à contribuer, aussi bien rétrospectivement que prospectivement, à une perception des attentes, des désenchantements et des angoisses suscités par l'enseignement dans l'enseignement supérieur. Il s'agit d'une évaluation subjective des temporalités du travail résultant de l'immersion dans une carrière académique. Elle met en évidence les enjeux, les problèmes et la nécessité de placer le travail et l'activité professionnelle dans un contexte organisationnel au centre de notre vie collective. Cette réflexion basée sur le monde universitaire peut certainement être extrapolée à différents contextes institutionnels, environnements non universitaires et domaines professionnels.

Mots-clés: travail enseignant, enseignement supérieur, passé, présent, futur

INTRODUÇÃO

Este curto ensaio visa contribuir, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, para uma percepção sobre expectativas, desencantos e ansiedades

suscitadas pela atividade docente. Trata-se de uma apreciação subjetiva das temporalidades do trabalho decorrentes da imersão num percurso acadêmico. A celebração dos 20 anos da *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é, só por si, instigadora da reconstituição de temas, percursos pessoais ou trajetos socioprofissionais. E é esse, na verdade, o meu propósito, ao recuperar fragmentos do meu próprio trajeto de mais de três décadas de docência universitária e de investigação, assinalando alguns passados perdidos, identificando tensões do presente e perspetivando desafios futuros. Mais do que apresentar respostas, alerta para temas e problemas (a maior parte deles conhecidos) e para a necessidade de colocar o trabalho e a atividade profissional realizada em contexto organizacional no centro da nossa vida coletiva. Trata-se de uma reflexão a partir da academia, mas que certamente poderá ser extrapolada para distintos contextos institucionais, ambientes não-acadêmicos e domínios profissionais.

Nas sociologias do trabalho, das organizações e das profissões são certamente diversificadas as referências bibliográficas que poderiam ser convocadas para suportar pelo menos parte do fio argumentativo deste texto. Abdiquei, porém, propositadamente de tais referências de molde a tornar o texto mais fluído e de interesse geral.

1. AS EXPECTATIVAS QUE O PASSADO DEIXOU LÁ ATRÁS

É quase inevitável, mesmo decorridas mais de 3 décadas de atividade profissional, viajar ao passado, i.e., às memórias e expectativas suscitadas pelo início de um percurso académico. Não raras vezes, esse regresso às origens é acompanhado de algum saudosismo associado à construção de expectativas. Por isso se fazem inevitáveis comparações entre elementos do presente *vivido* que nem sempre correspondem a projetos e ambições outrora delineados. A esse propósito, duas questões podem ser revisitadas. Por um lado, a ideia de *estabilidade profissional*, de uma certa estabilidade para a vida. Trata-se de uma ideia que implicitamente remete para *identidades passadistas*, que já não voltam, mas que foram desenhadas com base em expectativas de um futuro promissor, assente na coesão, no reconhecimento e na recompensa. Além de constituírem focos de atratividade, tais elementos como que “naturalizavam” a condição de professor enquanto referencial de estabilidade. Mas como é sabido (e demonstrado

por instituições seculares como a Organização Internacional do Trabalho), a ideia de estabilidade (ou de emprego para a vida) foi-se perdendo com o tempo, inclusive junto de profissões porventura mais próximas de uma agenda de trabalho digno. Ao nível do ensino superior, parece hoje cada vez mais difícil aceder a uma carreira académica e permanecer nela sem atender a múltiplos constrangimentos (burocráticos, de cumprimento de métricas, de competição entre colegas, etc.). Aliás, como a própria OIT tem demonstrado, os números do desemprego jovem à escala internacional, em distintas profissões e setores de atividade, são um duro sintoma de instabilidade e não do seu contrário.

Por outro lado, a questão do *prestígio* da profissão docente poderá ser vista como um complemento da questão da estabilidade profissional. Daí algumas indagações: Será que a profissão de professor/a universitário/a (ainda) é uma profissão de prestígio? Que tipo de reconhecimento lhe está associado? Queremos hoje ser professores tanto quanto o quisemos no passado? Será hoje uma profissão privilegiada no seio do sistema científico nacional? Ou sê-lo-á apenas e sobretudo por comparação com outras atividades de investigação (sem carreira ou com carreira instável) apoiadas em bolsas e projetos de futuro sempre incerto?

2. ALGUNS (RES)SENTIMENTOS DO PRESENTE

Se atentarmos nas preocupações que compõem a agenda das organizações sindicais do setor da educação em distintos níveis de ensino, encontramos um rol de problemas comuns ou transversais que se colocam a educadores, professores ou investigadores: desvalorização do estatuto da carreira docente; desestruturação do horário de trabalho; alteração das condições de aposentação; não contagem ou não reconhecimento do tempo de serviço prestado; entraves à progressão na carreira; desatualização salarial, com consequente perda do poder de compra (estimado em 30% em duas décadas); recurso a docentes convidados para suprir necessidades permanentes; precariedade generalizada; etc.

Em complemento a este mapeamento de problemas, gostaria de destacar alguns pontos potencialmente geradores de descontentamento no presente:

i) O *desinvestimento geral* na ciência tem sido um deles e está associado a medidas de orientação política e sobretudo a estrangulamentos decorrentes do quadro macroeconómico. De par com isso, a importância político-simbólica não deve ser descurada. Por exemplo, a opção do XXIV Governo Constitucional (liderado por Luís Montenegro) de suprimir o Ensino Superior do Ministério da Ciência e juntando estas áreas à Educação afigura-se discutível, não obstante o próprio ministro da Educação ser professor universitário;

ii) O *envelhecimento* do corpo docente. Trata-se de uma questão de ordem demográfica que não é exclusiva do ensino superior. Ao constatar que ao fim de 30 anos como professor universitário ainda é possível descortinar na minha própria instituição cerca de 65 docentes mais velhos do que eu (num universo de pouco mais de 100), é um sinal revelador de que o rejuvenescimento do corpo docente é imperativo. É inevitável que as instituições promovam a renovação dos seus quadros e apostem na contratação de docentes mais novos, ainda que estes, não raras vezes também, já não sejam propriamente jovens quando conseguem alcançar lugares de carreira. De igual modo, como forma de lidar com o problema, as possibilidades de antecipação da idade da reforma inscrevem-se no argumentário sindical e não devem deixar de ser equacionadas;

iii) Os níveis de *cansaço* e esgotamento do corpo docente têm estado igualmente na ordem do dia, como vai sucedendo amiúde em distintas profissões (como juizes e magistrados, médicos, trabalhadores dos impostos, jornalistas, cuidadores informais, etc.). A ideia de *burnout* resultante do excesso de dedicação à profissão apresenta contornos físicos e psicológicos. Ouso pensar que os efeitos de uns e de outros ajudarão, em parte, a explicar que por vezes ouçamos colegas de profissão, mesmo antes dos 50 anos e vencidos pelo cansaço, desabafar: “se pudesse reformava-me já!”. Na prática, a ideia de gosto ou identificação com a profissão parece dar lugar a momentos de desgosto ou distanciamento.

iv) Um certo *autocentramento das profissões* pode ser também gerador de um misto de desconhecimento/alheamento (talvez involuntário), face ao que se passa não só noutras profissões (o que não será tanto

de estranhar) como ao que se passa noutras categorias da mesma profissão. Em geral, parece existir no nosso subconsciente a assunção de uma atitude de olhar “para cima” (ou quando muito para “o lado”) e não “para baixo”. Não digo que isso seja ditado por sentimentos egoísticos, mas pelo menos sê-lo-á em parte por influência de critérios de competitividade que “cegam” o genuíno solidarismo que possamos ter;

v) O peso das *atividades burocráticas* é um lugar comum (mas creio que sempre em crescendo), que já existia antes da pandemia, mas que esta veio potenciar. Ironicamente, a pandemia parece ter dotado os docentes de mais “autonomia”, leia-se, mais tarefas administrativas (ex.: no preenchimento de documentos para os sistemas de saúde; na assinatura de pautas; no preenchimento de mapas, quadros, grelhas de análise; na elaboração de relatórios de autoavaliação; mapas de férias; etc.

vi) Uma *escassez de abertura de concursos* dita frequentemente uma estabilização “forçada” numa mesma categoria profissional. Quando esses concursos (sejam internos ou internacionais) são desbloqueados (e na minha instituição isso sucedeu de forma mais intensa nos últimos anos), acabam por ser sempre em número que fica aquém do esperado por parte dos potenciais interessados. Há, pois, também uma escassez de vagas, o que significa também um acréscimo da competição “entre pares”, podendo mesmo gerar desconfianças e, no limite, até inimizades;

vii) Uma quase crónica *assimetria entre ensino e investigação*, que subalterniza o primeiro face à segunda. A abertura de concursos de carreira tem vindo a colocar em evidência esse hiato. Numa altura em que nas universidades tanto se apregoa a necessidade de rentabilização de experiências pedagógicas, de introdução de metodologias e pedagogias inovadoras, etc., a redução dessa assimetria é fundamental para conferir uma outra dignidade à atividade docente.

3. ONDE RESIDEM OS NOSSOS OLHARES “FUTURISTAS” (ESPERANÇOSOS)?

Não há soluções milagrosas que permitam fazer cumprir as audaciosas (e legítimas) expectativas que ficaram por cumprir, nem uma varinha

mágica que acabe com as angústias do presente. No entanto, é possível ousar pensar uma vida docente melhor, i.e., que recupere alguma esperança no futuro. A título meramente sugestivo, proponho alguns olhares de esperança:

Em primeiro lugar, um *reforço do investimento público* no ensino superior ajudaria a mitigar problemas como os que acima se assinalaram e a revitalizar o corpo docente, no sentido de fazer com que este recupere o gosto pela profissão e a confiança de que a capacidade de produção de conhecimento no interior da academia seja o primeiro passo para produzir impactos além dela.

Em segundo lugar, e parafraseando o discurso do professor Sampaio da Nóvoa proferido a 2 de dezembro de 2023, na conferência de encerramento das comemorações dos 50 anos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a Universidade (em geral) deve modernizar-se, mas ao mesmo tempo *não se deixar contaminar* por uma agenda excessivamente dependente de imperativos de empregabilidade, excelência, eficiência e empreendedorismo. De outro modo, a carreira dos professores ficará cada vez mais contaminada pelo produtivismo académico, muitas vezes gerado do exterior para o interior das universidades.

A observância dos dois pontos anteriores ajudaria por certo a concretizar um terceiro olhar de futuro, nos termos do qual se considera fundamental que as instituições de ensino superior incentivem os membros da comunidade académica a um reforço com um compromisso de *pertença coletiva*. Em lugar de uma competição desenfreada, um compromisso com formas de *participação descomprometida, desinteressada*, sem desacreditar pensamentos rivais, mas aprendendo com eles, em nome de uma cultura científica interdisciplinar.

Em quarto lugar, a socialização de *boas práticas de ensino/aprendizagem*, assim como de *resultados de investigações* deve estar sempre presente na agenda da atividade docente. Cada vez mais as Faculdades estão sintonizadas com esse ponto, por exemplo, através de comissões de gestão/monitorização da qualidade pedagógica.

Por fim, um ponto (que também poderia ser o primeiro neste elenco de pontos mencionados e que está relacionado com eles) prende-se

com a necessidade de intensificar (de forma espontânea e não forçada) a incorporação de duas das principais transformações do nosso tempo: a transição ecológica e a transição digital. Não trago aqui nenhuma novidade, apenas sinalizo processos que se intensificam cada vez mais e que nos interpelam quotidianamente. Diria, pois, que faz cada vez mais sentido que a atividade docente e os conteúdos das unidades curriculares de distintos graus de ensino não deixem de incorporar tais transições, quer em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável, quer contribuindo, assim, para uma regulação ética dessas matérias.

APONTAMENTO FINAL

Poderá ter ficado no ar uma ideia de desconforto ou até desconsolo face à profissão de que aqui falei e que exerço desde 1994. E, no entanto, se iniciasse de novo o meu trajeto profissional admito que percorreria outra vez este caminho, quer porque gosto genuinamente de ensinar, quer porque vislumbro na investigação a via necessária para produzir ilustrações da realidade *a acontecer*.

Este retrato sociológico sobre a atividade docente no ensino superior, apesar de curto e incompleto, tanto mais que a diversidade de problemas é variável consoante os níveis de ensino – e aqui podemos falar em educação de infância, primeiro ciclo do ensino básico, segundo e terceiro ciclos do ensino secundário, educação especial, ensino profissional, ensino artístico, educação ao longo da vida, ensino particular e cooperativo, etc. –, pretendeu apenas constituir uma amostra de problemas reais que interpelam o mundo do trabalho, as profissões e as organizações. Numa altura em que os apelos da inteligência artificial também batem à porta do ensino superior, embora estejam por avaliar os seus impactos (tanto mais que estão por criar mecanismos regulatórios transversais que salvaguardem imperativos éticos ajustados a práticas de ensino-aprendizagem), é sobretudo crucial (recuperando o inspirador mote da OIT) garantir que o trabalho docente seja efetivamente um trabalho decente!

AREOSA, João – Alomorfia do universo laboral: qual a influência das técnicas de gestão?. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 41-49. ISSN 2182-7419.

ALOMORFIA DO UNIVERSO LABORAL: QUAL A INFLUÊNCIA DAS TÉCNICAS DE GESTÃO?

JOÃO AREOSAⁱ

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

RESUMO

O trabalho é o elemento primordial para garantir a subsistência da maioria da população mundial. Contudo, esse mesmo trabalho, em inúmeras situações, está longe de se constituir como um meio de garantir a saúde, a segurança e a dignidade para muitos trabalhadores. É verdade que o universo laboral sofreu diversas metamorfoses ao longo das últimas décadas. Por exemplo, seria expectável que os avanços técnicos e tecnológicos pudessem resolver, significativamente, as dificuldades do trabalho real. Infelizmente, isso nem sempre se verificou. Aliás, há fortes indícios de que o sofrimento relacionado ao trabalho se tem ampliado em diferentes setores de atividade e as técnicas de gestão têm oferecido um grande contributo para que este sofrimento seja consumado.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, sofrimento, técnicas de gestão, condições de trabalho

ⁱ joao.areosa@esce.ips.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5112-1521>.

ABSTRACT**ALLOMORPHY OF THE WORK UNIVERSE: WHAT IS THE INFLUENCE OF MANAGEMENT TECHNIQUES?**

Work is the essential element to guarantee the subsistence of most of the world's population. However, work, in countless situations, is far from being a means of guaranteeing health, safety and dignity for many workers. It is true that the world of work has undergone several metamorphoses over the last few decades. For example, it would be expected that technical and technological advances could significantly resolve the difficulties of real work. Unfortunately, this was not always the case. In fact, there is strong evidence that work-related suffering has increased in different sectors of activity and management techniques have made a great contribution to ensuring that this suffering is resolved.

KEYWORDS: work, suffering, management techniques, working conditions

RESUMÉ**ALLOMORPHIE DE L'UNIVERS DU TRAVAIL : QUELLE EST L'INFLUENCE DES TECHNIQUES DE GESTION ?**

Le travail est l'élément essentiel pour garantir la subsistance de la majorité de la population mondiale. Ce même travail, dans d'innombrables situations, est toutefois loin d'être un moyen de garantir la santé, la sécurité et la dignité de nombreux travailleurs. Il est vrai que le monde du travail a connu plusieurs métamorphoses au cours des dernières décennies. Par exemple, on pourrait s'attendre à ce que les progrès techniques et technologiques résolvent de manière significative les difficultés du travail réel. Malheureusement, cela n'a pas toujours été le cas. En effet, il existe des indices sérieux que la souffrance liée au travail a augmenté dans différents secteurs d'activité et que les techniques de gestion ont largement contribué à consolider cette souffrance.

MOTS-CLÉS: travail, souffrance, techniques de gestion, conditions de travail

Introdução

As últimas cinco décadas trouxeram inúmeras transformações no mundo do trabalho. Considerando a sua quantidade e diversidade, iremos

apenas abordar algumas dessas metamorfoses. Seria suposto que os avanços técnicos e tecnológicos do período supramencionado pudessem ter conduzido a uma diminuição da intensificação do trabalho, bem como do tempo de trabalho. Infelizmente, isso raramente se verificou (Rosso, 2008; Varela *et al.*, 2022; Rolo *et al.*, 2023a). Deste modo, é pertinente clarificar que o mercado de trabalho e os ambientes de trabalho atuais estão a degradar a saúde física e mental dos trabalhadores, ampliando a precarização e a exploração (Bourdieu, 1998; Standing, 2014; Antunes, 2018, 2023; Graeber, 2022; Rolo *et al.*, 2024).

Vejam apenas alguns dados que ajudam a compreender esta situação mundial: em 2023, o desemprego global aumentou ligeiramente (em cerca de 3 milhões), isto é, passamos a ter 208 milhões de trabalhadores desempregados disseminados pelo mundo. Paralelamente, em 2022, cerca de 2 mil milhões de trabalhadores em todo mundo estavam em situação de emprego informal, isto é, sem vínculo formal ao empregador (Antunes, 2023). Também em 2022, estima-se que 214 milhões de trabalhadores viviam em situação de pobreza extrema, ganhando, diariamente, menos de 1,90 dólares americanos (OIT, 2024). Há um maior risco de os desempregados virem a sofrer de distúrbios mentais, por comparação com os trabalhadores empregados (Virgolino *et al.*, 2022; Figueiredo *et al.*, 2024). Segundo relatório da OIT datado de 2023, morrem, em cada ano, perto de 3 milhões de pessoas devido a acidentes e doenças relacionados com o trabalho; e 395 milhões de trabalhadores sofreram lesões ocupacionais não fatais.

Na Europa, em novembro de 2021 havia 13,984 milhões de pessoas desempregadas na União Europeia, das quais 11,829 milhões na zona euro. Na América Latina e Caribe, o número de desempregados chegou a 30,1 milhões, sabendo que 70% dos empregos gerados neste período foram ocupações em condição de informalidade, geralmente instáveis, com baixos salários, sem proteção social (OIT, 2021). Podemos ainda observar que as discrepâncias na distribuição de rendimento são absolutamente incompreensíveis. As estimativas demonstram que os 10% mais ricos do mundo possuem cerca de 85% dos ativos globais atuais e que o 1% mais rico possui 45% desses ativos globais (Suzman, 2021). A título ilustrativo, em 2018, no Reino Unido, quase 600 mil trabalhadores referiram sofrer de problemas mentais relacionados com o trabalho,

tendo por base uma população ativa de 26,5 milhões de pessoas. É ainda aludido que nesse ano se perderam cerca de 15 milhões de dias de trabalho devido a stress, depressão e ansiedade ocupacionais (Suzman, 2021). Os números apontados são dramáticos para a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores.

1. Degradação dos ambientes de trabalho

Durante a década de 1970, foram geradas condições estruturais para a degradação dos ambientes de trabalho. Nesse período, a crise do capitalismo e do sistema produtivo esteve no âmago desta situação (Gaulejac e Hanique, 2024). As políticas neoliberais defendiam que o desenvolvimento e o crescimento económicos só seriam viáveis perante um aumento da competitividade e da concorrência no seio dos mercados (Lucassen, 2023). Era apregoado que os países deveriam estimular a flexibilidade das relações de trabalho e de produção, num mundo cada vez mais globalizado. Aparentemente, a época de ouro do pós-segunda Guerra Mundial, a qual estava alicerçada no crescimento económico (sempre positivo), no pleno emprego (ou perto disso), na paz social e no bem-estar social estava esgotado (Gaulejac e Hanique, 2024). O “novo” paradigma, baseado nas políticas neoliberais, pretendia desestabilizar a classe trabalhadora, as suas formas de organização social, particularmente ao nível sindical, bem como os seus mecanismos de proteção e direitos. A ideia de um emprego estável para toda a vida começava a desmoronar-se. Este cenário traduziu-se numa agenda que pretendia transferir os riscos e a insegurança apenas para o lado dos trabalhadores (Areosa, 2012; Standing, 2014; Gaulejac e Hanique, 2024).

O ponto de viragem desta “nova” conjuntura esteve relacionado com a desregulação dos mercados financeiros. A partir do momento em que se aceitou, politicamente, que os mercados financeiros deixassem de ser controlados pelos Estados, este foi o elemento-chave para que o capitalismo financeiro passasse a dominar a economia. Passámos a viver em *sociedades-do-lucro-omnipotente-e-omnipresente* (Areosa, 2022), abandonando quer a visão “win-win” entre empregadores e trabalhadores, quer a visão de progresso e bem-estar social (Pagès *et al.*, 1979; Gaulejac e Hanique, 2024).

O resultado deste contexto gizado pelos ideais neoliberais abriu espaço para a emergência de um grupo de trabalhadores cada vez mais isolados, desprovidos de segurança, estabilidade e bem-estar. As desigualdades também subiram abruptamente. De modo ilustrativo, nos Estados Unidos, entre 1978 e 2016, a maioria dos trabalhadores teve um aumento salarial em torno de 11,7%, enquanto os gestores de topo das maiores empresas do país tiveram um aumento de 937% no seu rendimento (Suzman, 2021). A desproporção é notória e dificilmente justificável.

Em diversos períodos da história recente, o desemprego foi crescendo e os designados empregos estáveis foram diminuindo e transformados em múltiplas formas atípicas de emprego, constituindo-se uma nova morfologia do trabalho ao nível global, caracterizada pelo trabalho subcontratado, precarizado, flexibilizado, intensificado, pelas formas de trabalho em part-time, pelo empreendedorismo, “trabalho voluntário”, teletrabalho, estágios profissionais, ou ainda pelo trabalho por plataformas (uberizado) (Areosa, 2021; Antunes, 2023; Oltramari *et al.*, 2023). A título de exemplo, cálculos efetuados nos Estados Unidos preconizam que os jovens com um nível médio de educação possam mudar de emprego 11 vezes durante a sua vida de trabalho; isto significa que a sua vida laboral está saturada de incertezas (Bauman, 2001). Atualmente, os jovens são os que mais sofrem com a falta de segurança psicológica nas organizações, e a pressão social para atingirem a “perfeição” está a fazer aumentar a depressão e outras doenças mentais (Edmondson, 2024).

2. As tendências de gestão e a sua implicação no sofrimento dos trabalhadores

As modernas tendências ou práticas de gestão, nomeadamente a intensificação do trabalho, a qualidade total, a avaliação individual de desempenho, a precarização do emprego, os despedimentos, a gestão pelo stress, pelo assédio ou pela ameaça, bem como a subcontratação de trabalhadores estão a destruir as relações sociais de trabalho e, conseqüentemente, a saúde dos trabalhadores, ampliando o sofrimento relacionado com o trabalho (Areosa, 2022). Paralelamente, a

designada *governança pelos números* (Supiot, 2021) é também hoje uma técnica de gestão considerada disfuncional para o funcionamento das organizações e para a saúde dos trabalhadores, dado que promove uma crescente exigência de resultados, metas e objetivos cada vez mais elevados e inalcançáveis (Supiot, 2021). A conjugação destes fatores (nomeadamente a aceleração do trabalho e a cobrança por resultados) degrada as relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores, isto é, não promove a construção de ambientes de trabalho saudáveis (Gaspar *et al.*, 2024).

De forma não surpreendente, verificou-se que o trabalho em excesso degrada a saúde. Esta é a principal conclusão de um estudo de longa duração realizado no Reino Unido, envolvendo cerca de 10 mil funcionários públicos. A pesquisa verificou que quem trabalhava três ou mais horas extraordinárias por dia aumentava em 60% a probabilidade de sofrer uma doença cardíaca, por comparação com os trabalhadores que trabalham sete horas diárias (Virtanen *et al.*, 2010).

Uma investigação na área da saúde, realizada em Portugal, revela que, aproximadamente, 58% dos enfermeiros trabalha horas-extra na sua atividade principal. Mas, se considerarmos que muitos destes trabalhadores têm mais do que um emprego (ou seja, cerca de 23,5%), podemos verificar que o número de horas trabalhadas atinge valores próximos das 70 horas semanais (Rolo *et al.* 2023a). De forma análoga, os professores em Portugal afirmam que a sua profissão é extenuante, stressante, com elevados níveis de fadiga e cansaço, devido ao trabalho cada vez mais intensificado (incluindo aspetos relacionados com atividades burocráticas), que em larga medida conduz esta categoria profissional à exaustão (Varela *et al.*, 2018).

Os contratos de trabalho temporários e empregos precários são uma realidade para muitos trabalhadores em Portugal. Um estudo sobre a profissão de jornalista confirma esta fatalidade para muitos trabalhadores que exercem esta atividade (Rolo *et al.*, 2023b). A precariedade resulta em insegurança no emprego e na disposição dos trabalhadores em aceitar condições mais degradadas para manter a sua subsistência. O avanço da tecnologia permitiu uma conectividade constante, o que pode levar a uma dificuldade em separar o trabalho da vida pessoal. Atualmente, inúmeros trabalhadores estão permanentemente a responder a

e-mails ou a realizar tarefas relacionadas com o trabalho fora do horário de expediente. O teletrabalho no cenário pós-pandemia potencializou ainda mais estas situações (Areosa, 2024). Um estudo recente focado nos oficiais de justiça veio confirmar esta tendência crescente. Nesta investigação, conclui-se que, durante a jornada de trabalho os oficiais de justiça se sentem emocionalmente esgotados e ficam sem energia para atividades extralaborais (Rolo *et al.*, 2024). Também neste estudo se observou que a governação por números (Supiot, 2021) é uma prática recorrente e que afeta negativamente as relações sociais de trabalho.

As práticas de gestão podem hoje ser vistas como uma espécie de “braço-armado” ao serviço do capital (Areosa, 2022). Observa-se que as tendências de gestão estão a contribuir para ampliar as fontes de dominação nas relações sociais de trabalho, em vez de promover a cooperação e a emancipação; e isto aumenta a vulnerabilidade da saúde nos ambientes de trabalho. Deste modo, o adoecimento por via do trabalho é um problema social grave e constitui-se, na atualidade, uma verdadeira questão de saúde pública. É imprescindível adequar as técnicas de gestão empresariais na direção de um trabalho mais digno e humanizado, perspetivando que o legado que a nossa geração irá “oferecer” às gerações vindouras não seja desolador, relativamente à saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo – *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018. ISBN 9788575597545.
- ANTUNES, Ricardo (Org.) – *Icebergs à deriva: O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. ISBN 9786557172322.
- AREOSA, João – *O lado obscuro dos acidentes de trabalho: um estudo de caso no setor ferroviário*. Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, 2012. ISBN 9788988549495.
- AREOSA, João – O meu chefe é um algoritmo - Reflexões preliminares sobre a uberização do trabalho. *Revista Segurança Comportamental*. 51:14 (2021) 51-56.
- AREOSA, João – Os efeitos iatrogênicos das técnicas de gestão. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* [Em linha]. 25 (2022) 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2022.183302>
- AREOSA, João – Contextos de trabalho na modernidade líquida. In GALVÃO, Ana; MAGALHÃES, Bruno (Eds.) – *Gestão de Contextos de Trabalho Seguros, Saudáveis e Felizes*. Portela: Chiado Editora, 2024. ISBN 9789403720470. pp. 24-38.

BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. ISBN 9788571105986.

BOURDIEU, Pierre – *Contrafogos*. Oeiras: Celta, 1998. ISBN 9727740073.

EDMONDSON, Amy – *O tipo certo de erro - A ciência de falhar bem*. Lisboa: Temas e Debates, 2024. ISBN 9789896448523.

FIGUEIREDO, Vanessa; AREOSA, João; SCHLINDWEIN, Vanderléia – Precarização do trabalho no Brasil e em Portugal: desemprego e informalidade em diferentes contextos. In SCHMIDT, Luiza (Org) – *Processos psicológicos e desenvolvimento humano em diferentes contextos: teoria e pesquisa*. Curitiba: CVR, 2024. ISBN 9786525168449. pp. 233-254.

GASPAR, Tânia; MACHADO, Maria do Céu; XAVIER, Miguel; JESUS, Saul; PAIS RIBEIRO, José Luís; CORREIA, Manuela Faia; DIAS, Mário Caldeira; AREOSA, João; BOTELHO-GUEDES, Fábio; CERQUEIRA, Ana; CANHÃO, Helena; GASPAR DE MATOS, Margarida – Laboratório Português de Ambientes de Trabalho Saudáveis: Modelo Multidimensional de diagnóstico, monitorização e intervenção. In GALVÃO, Ana; MAGALHÃES, Bruno (Eds.) – *Gestão de Contextos de Trabalho Seguros, Saudáveis e Felizes*. Portela: Chiado Editora, 2024. ISBN 9789403720470. pp. 102-122.

GAULEJAC, Vincent de; HANNIQUE, Fabienne – *Capitalismo paradoxante: um sistema adoecedor*. São Paulo: Hucitec Editora, 2024. ISBN 9788584044153.

GRAEBER, David – *Trabalhos de Merda: Uma Teoria*. Coimbra: Edições 70, 2022. ISBN 9789724425320.

LUCASSEN, Jan – *História do trabalho - Uma nova história da Humanidade*. Lisboa: Temas e Debates, 2023. ISBN 9789896447663.

OIT – Organização Internacional do Trabalho – *Migração laboral aumenta em cinco milhões globalmente*. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_809321/lang--pt/index.htm

OIT – Organização Internacional do Trabalho – *A Call for Safer and Healthier Working Environments*. Genebra: OIT, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54394/HQBQ8592>

OIT – Organização Internacional do Trabalho – *Perspetivas Sociais e de Emprego no Mundo - Tendências 2023*. Genebra: OIT, 2024. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865332.pdf

OLTRAMARI, Andrea; AREOSA, João; FERRAZ, Deise; e FRANCO, David Silva – Sociedades do Trabalho Uberizado: o sonho do migrante permanece um pesadelo. In TOZI, Fábio (Org.) – *Plataformas Digitais e novas desigualdades socioespaciais*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023. ISBN 9786500749694. pp. 95-114.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; DE GAULEJAC, Vincent; DESCENDRE, Daniel – *L'emprise de l'organisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979. ISBN 9782220042114.

ROLO, Duarte; OLIVEIRA, Henrique Manuel; AREOSA, João; ANTUNES, José António; AMARAL, Miguel; VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto – *Enfermeiros - Vida e Trabalho: Estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos enfermeiros em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, 2023a. ISBN 9789897558870.

- ROLO, Duarte; AREOSA, João; ANTUNES, José António; SILVEIRA, Henrique; SANTIAGO, Beatriz; VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto – *Relatório do Inquérito às Condições de Trabalho e Vida dos Jornalistas em Portugal*. Lisboa: Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, 2023b.
- ROLO, Duarte; AREOSA, João; OLIVEIRA, Henrique Manuel; AMARAL, Miguel; VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto – *Justiça para quem nela trabalha: Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Oficiais de Justiça em Portugal*. Lisboa: Sindicato dos Funcionários Judiciais, 2024. ISBN 9789729940286.
- ROSSO, Sadi dal – *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. ISBN 9788575591192.
- STANDING, Guy – *O precariado: A nova classe perigosa*. Lisboa: Presença, 2014. ISBN 9789722344487.
- SUPIOT, Alan – *La gouvernance par les nombres*. Paris: Fayard, 2021. ISBN 9782818506271.
- SUZMAN, James – *Trabalho: Uma história de como utilizamos o nosso tempo*. Lisboa: Desassossegos, 2021. ISBN 9789899033313.
- VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto; SILVEIRA, Henrique; COIMBRA DE MATOS, António; ROLO, Duarte; AREOSA, João; LEHER, Roberto – Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal (INCVTE). *Jornal da FENPROF*. Lisboa. 294 (2018) 3-95.
- VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto; LEHER, Roberto; SILVEIRA, Henrique; ROLO, Duarte – *Do entusiasmo ao burnout? A situação social e laboral dos professores em Portugal hoje*. Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, 2022. ISBN 9789897557958.
- VIRGOLINO, Ana; COSTA, Joana; SANTOS, Osvaldo; PEREIRA, Maria Emília; ANTUNES, Rita; AMBRÓSIO, Sara; HEITOR, Maria João; VAZ CARNEIRO, António – Lost in transition: A systematic review of the association between unemployment and mental health. *Journal of Mental Health* [Em linha]. 31:3 (2022) 432-444. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09638237.2021.2022615>. ISSN 0963-8237.
- VIRTANEN, Marianna; FERRIE, Jane; SINGH-MANOUX, Archana; SHIPLEY, Martin; VAHTERA, Jussi; MARMOT, Michael; KIVIMÄKI, Mika – Overtime Work and Incidence of Coronary Heart Disease: The Whitehall II Prospective Cohort Study. *European Heart Journal* [Em linha]. 31 (2010) 1737-1744. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehq124>.

MARQUES, Ana Paula – Centralidade paradoxal do trabalho: dois reptos para uma sociologia crítica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 51-60. ISSN 2182-7419.

CENTRALIDADE PARADOXAL DO TRABALHO: DOIS REPTOS PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

ANA PAULA MARQUESⁱ

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UMinho)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

RESUMO

Combater a desproblematização do trabalho e resgatar a atenção intelectual e o interesse socio-teórico de (re)produção da vida social orientam o presente texto a propósito da Edição Comemorativa dos “20 anos, 20 questões sociais, 20 artigos”, da revista *Configurações*. A urgência de uma teoria social que reatualize a centralidade paradoxal do trabalho, inscreve-se num debate que vai além das perspetivas tecno-deterministas, de foro otimista ou pessimista, tão em voga nas últimas décadas. Sobre a centralidade paradoxal e o (futuro) do trabalho, cada vez mais mediado por plataformas digitais, algoritmos e subjetividades recursivas, deixam-se dois reptos para uma sociologia do trabalho crítica.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, centralidade, plataformas digitais, subjetividades, sociologia crítica

ⁱ amarques@ics.uminho.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9458-2915>.

ABSTRACT**THE PARADOXICAL CENTRALITY OF LABOUR: TWO CHALLENGES FOR A CRITICAL SOCIOLOGY**

Combating the de-problematisation of work and reclaiming the intellectual attention and socio-theoretical interest in the (re)production of social life guide this text on the occasion of the “20 years, 20 social issues, 20 articles” Commemorative Edition of the *Configurações* journal. The necessity for a social theory that updates the paradoxical centrality of work is part of a debate that extends beyond the techno-deterministic, optimistic or pessimistic perspectives that have been prevalent in recent decades. In light of the paradoxical centrality of work and its future in an increasingly mediated environment through digital platforms, algorithms and recursive subjectivities, two challenges are posed for a critical sociology of work.

KEYWORDS: labour, centrality, digital platforms, subjectivities, critical sociology

RESUMÉ**LA CENTRALITÉ PARADOXALE DU TRAVAIL : DEUX DÉFIS POUR UNE SOCIOLOGIE CRITIQUE**

Combattre la déproblématisation du travail et raviver l'attention intellectuelle ainsi que l'intérêt socio-théorique pour la (re)production de la vie sociale guident ce texte à l'occasion de l'édition commémorative «20 ans, 20 questions sociales, 20 articles» de la revue *Configurações*. L'urgence d'une théorie sociale qui revitalise la centralité paradoxale du travail s'inscrit dans un débat qui dépasse les perspectives techno-déterministes, qu'elles soient optimistes ou pessimistes tant en vogue au cours des dernières décennies. Au sujet de la centralité paradoxale et du (futur du) travail, de plus en plus médiatisé par des plateformes numériques, des algorithmes et des subjectivités récursives, deux défis sont posés pour une sociologie critique du travail.

MOTS-CLÉS: travail, centralité, plateformes numériques, subjectivités, sociologie critique

INTRODUÇÃO

Combater a desproblematização do trabalho (Honneth, 2008) e resgatar a atenção intelectual e o interesse socio-teórico de (re)produção da vida

social orientam o presente texto a propósito da Edição Comemorativa dos “20 anos, 20 questões sociais, 20 artigos”, da revista *Configurações*. Assume-se o trabalho como uma das categorias sociais indispensáveis na análise de configurações societais, bem como se alavanca a imaginação de futuros possíveis de processos e interações sociais.

A exploração da centralidade paradoxal do trabalho remete-nos para dimensões diversas, entre elas a (des)regulação de vínculos laborais, o reforço/resistência de estratégias gestionárias e de reburocratização digital, próximo de que hoje se designa de (re/neo)taylorização, que suscitam o debate em torno do grau de liberdade/constrangimento dos trabalhadores. Mas também do papel do Estado e das políticas públicas, seus dilemas face às múltiplas desigualdades sociais interseccionais, que, sob a influência de profundas alterações tecnológicas e ambientais, se inserem num movimento mais profundo de erosão de coletivos e culturas de trabalho, pugnando-se pela urgência de vinculação social (Marques, 2020a).

O presente texto parte da centralidade paradoxal do trabalho, que vai além das perspectivas tecno-deterministas, de foro otimista ou pessimista, tão em voga nas últimas décadas, para reinscrever o debate à luz da disseminação de plataformas digitais, algoritmos e subjetividades. Termina com dois reptos para uma sociologia do trabalho crítica.

1. PARA UMA CENTRALIDADE PARADOXAL DO TRABALHO

O trabalho constitui uma experiência central da contemporaneidade. Diverso e relativo nas suas formas e conteúdos, bem como na sua significação social (Gamst, 1995; Marques, 2023), o trabalho exprime profundos contrastes (Bourdieu, 1996) e convoca uma centralidade paradoxal face à lógica mercadológica das relações de trabalho que impera na sociedade e economia hipercompetitivas. Desde logo porque o trabalho abstrato, enquanto valor de troca, continua a alimentar a dinâmica capitalista de extração de valor e acumulação de riqueza. Por sua vez, como valor de uso, o trabalho associa-se a modos de realização (e modos de si), fonte de estatuto e identidade social. Porém, este nem sempre fundamenta uma divisão social moral baseada na reciprocidade e no

reconhecimento (Honnett, 2011) dos contributos individuais e coletivos para a (re)produção do mundo em que vivemos. Atributos de pertença, reconhecimento e identificação no e pelo trabalho expressam distintas condições e posições na estrutura do poder económico, social e simbólico, se atendermos às lógicas de (re/neo)taylorização e precarização de condições objetivas e subjetivas do trabalho (Choonara *et al.*, 2022).

Esta dinâmica contraditória alia-se ao (des)valor do trabalho e às suas múltiplas faces de crise e subjetivação nas sociedades modernas (Marques, 2020b; Marques e Silva, 2024), que se fazem sentir, muito em especial, junto de segmentos populacionais, desde os que se encontram privados de competências para integrarem o mundo do trabalho, até aos que, estando dentro, resistem e/ou apresentam comportamentos indiciadores de mudanças ou novos fenómenos a merecerem a nossa atenção. Neste domínio, destacam-se fenómenos como *stress laboral*, *presentismo*, *quiet quitting/loud quitting*, entre outros, que sugerem um descentramento do valor do trabalho perante a incerteza e instabilidade laborais, relativizando-o em prol de valores como a felicidade, o bem-estar e a saúde mental, mas também da priorização de causas sociais e ambientais.

Aquela dinâmica contraditória do trabalho atinge também os grupos sociais que enfrentam a desvalorização e exclusão laboral. Tal acontece com o trabalho das “domésticas” que não trabalham, apenas fazem as suas atividades de casa, ou com o trabalho que realizamos para nós mesmos, que possui, quando muito, um grande valor de uso. O mesmo raciocínio mercantilista tem acompanhado o não reconhecimento de atividades que integram o “terceiro sector” ou a economia social, apesar do seu relevante valor de uso (pela proximidade, dignificação e integração de diversos públicos sociais). E é com esta mesma lógica que se interpreta tanto a situação dos desempregados de longa duração (Marques, 2009), como a dos jovens sem emprego e dos inativos, que são socialmente marginalizados porque estão excluídos do mercado de trabalho (Marques, 2020c).

Para lá das polémicas sobre o futuro do trabalho (destruição *versus* criação de emprego), que mediatizaram os debates das décadas de oitenta e noventa do século passado e se reatualizam no contexto das

sociedades digitais, é consensual admitir-se que o trabalho enfrenta profundas metamorfoses e expressa, sobretudo, novas formas de compreender a interação da atividade humana em processos coletivos de (re)produção do mundo.

2. ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: PLATAFORMAS DIGITAIS, ALGORITMOS E SUBJETIVIDADES

Na parábola sobre a desumanização dos seres humanos subjugados pelas suas próprias invenções, Aldous Huxley projeta na ficção científica de *Admirável mundo novo*¹ o preço da humanidade sob a vigilância contínua. Nesta distopia literária, a sociedade e os indivíduos estão subjugados à ciência e tecnologia, à hiperprodutividade e consumismo desenfreados, à busca do prazer instantâneo sem emoções, à alienação e ausência de sentido crítico. Distanto nove décadas, estes atributos remetem, em grande medida, para a atualidade das plataformas digitais, algoritmos e subjetividades.

Sabemos que as plataformas digitais têm vindo a colonizar importantes áreas da vida privada e social, porém, é ao nível do sistema produtivo (e.g., logística, serviços, formação/educação, comunicação) que as transformações das relações de trabalho têm vindo a exigir maiores desafios dos diversos atores institucionais coletivos e individuais. Enquanto movimento de fundo, este “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017), cujo modelo de negócio tem como principal ativo os “dados” (e.g. Chandler e Fuchs, 2019; Huws, 2016), contribui tanto para profundas metamorfoses de (infra)estruturas tecnológicas e económicas, como para a transformação de dimensões organizacionais e relacionais dos atores sociais. Subscrevemos a posição de van Dijck *et al.* (2018, p. 2), ao afirmarem que as plataformas digitais não refletem apenas o social, pelo contrário, são produtoras de estruturas sociais em que vivemos, intervêm e modelam normas sociotécnicas específicas que coproduzem margens de ação dos atores sociais, redefinindo-se as suas oportunidades de “agência” face à vasta panóplia de dispositivos que medeiam as interações humanas (desde a Internet das Coisas, BIG DATA,

¹ Título original, *Brave New World*, com primeira edição em 1932.

Inteligência Artificial, Automação, Robotização, entre outras inovações). Relacionado com isto, compreende-se que os “dados” tendem a “governar-nos”, aparentemente de forma neutra, sem violência e emoção, mas impondo ritmos e objetivos de desempenho cada vez mais exigentes nos quotidianos de trabalho. Porém, quando inseridos em práticas de microgestão e de vigilância oculta, como novas formas de controlo indireto e algorítmico e de exploração, contribuem para uma lógica predadora de um *win-win* e/ou de ilusão da *gamificação*, tão em voga nas narrativas gestionárias e de responsabilidade corporativa no mundo do trabalho. Este poder das métricas e dos “dados” (Zuboff, 2019) impõe-se sempre que não se atinjam certas metas e patamares de desempenho/excelência, pelo que, em muitas circunstâncias, nos “zangamos” e nos “frustramos”, i.e., autoassumimos o ónus da “punição”. Como tal, o processo de extração de valor no quadro de uma economia neoliberal é simultaneamente um processo de modelagem das subjetividades.

Neste cenário, a questão-chave das plataformas digitais não é apenas o poder que têm de ofuscar a polarização social e o comportamento humano, mas o facto de a produção algorítmica de subjetividades surgir como uma relação social específica, em que cada um de nós contribui para o fluxo contínuo de escolhas realizadas. Ou seja, são formas específicas de auto/heterodiferenciação social em que cada um de nós participa na construção da realidade, nos modos como nos relacionamos uns com outros e, no limite, como olhamos o mundo. Como referem Armano *et al.* (2022: 6), para além do poder de controlar e prever, os algoritmos têm uma capacidade *onto-formativa*, que se encontra longe da neutralidade, contendo determinismos sociais e reproduzindo diversos tipos de discriminação social e cultural.

3. PARA UMA SOCIOLOGIA DO TRABALHO CRÍTICA: DOIS REPTOS

Para a análise do reportório de fenómenos, tão em voga na literatura especializada, como “sociedades digitais”, “poder e cultura algorítmica”, “subjetividades recursivas”, “subordinação e resistência”, “exploração e prazer”, entre outros, que expressam camadas de espessura social heterogénea, contraditória e nem sempre tangível, exigem-se esquemas

de inteligibilidade orientados para dimensões de estruturação, interação e operadores ideológico-normativos, simbólicos e sociocognitivos de atores sociais e suas condições objetivas e subjetivas de agenciamento na atualidade. Neste contexto, deixamos dois reptos a título de ilustração e desafio para análises robustas no quadro de uma sociologia crítica.

O primeiro decorre do repto lançado por Castillo de “regressarmos aos clássicos” (1998, p. 90). Diz-nos o autor que, ao contrário do divulgado na “literatura de aeroporto”, muitos dos fenómenos que pensamos ser produto das “novas tecnologias”, ou de “novas formas de organização do trabalho”, não são tão novos como isso:

Nenhum teórico ou investigador no seu perfeito juízo duvida hoje, no nosso campo, de que a redutora, escorregadia e multiforme (ou disforme...) noção ou descrição de ‘emprego’, para já não falarmos desse trabalho adjectivado a dobrar como formalmente assalariado, constitua um obstáculo quando queremos pensar o trabalho, os trabalhos dos nossos dias, trabalhos esses que se tornam cada vez mais imperceptíveis para um olhar que não saiba ser, ele próprio, complexo, inquirindo para além desse esplendor de fogo-de-artifício fabricado sob o rótulo de ‘o fim da sociedade do trabalho’ (Castillo, 1998, p. 134).

O caminho a seguir é, portanto, “buscar o trabalho”, porque sem ele a “Sociologia do Trabalho perde o rumo ou afunda-se em debates diletantes que pouco ou nada têm que ver com as mulheres e os homens reais (que, de facto, trabalham)” (*idem*: 150). Com os contributos da teoria e da história, diz-nos o autor que “o primeiro passo é redescobrir o trabalho. E, com ele, ao mesmo tempo, uma sociologia que necessita urgentemente de novas linhas de pensamento para compreender as sociedades complexas dos nossos dias” (*idem*: 152). Como tal, importa assumir uma sociologia do trabalho crítica que, mobilizando diferentes e pertinentes estratégias teórico-metodológicas, contrarie e supere as veladas “suspeitas” de dogmatismos, ideologismos, sociologismos e

outras expressões de idêntico valor semântico, na hierarquia de saberes, incluindo na academia e seu campo de estruturação de relações distintas.

O segundo, no alinhamento da sociologia crítica da Escola de Frankfurt, Alex Honneth (2008)² avança o repto de se combater a “desproblematização” do trabalho para se defender um conceito emancipatório, humano do trabalho, no quadro do ideal cooperativo democrático. Ao estimular a integração dos fenómenos relacionados com o mundo do trabalho vivido, Honneth abre a possibilidade de se avançar para uma “sociologia reconstitutiva crítica”, argumentando que:

O afastamento da teoria social do campo do trabalho, obviamente tem mais do que apenas razões oportunistas. Seria sobretudo míope supor no silêncio dos intelectuais e dos teóricos sociológicos apenas expressão de uma má vontade para se ocupar das necessidades reais da população. Na desprofissionalização da esfera do trabalho se expressa, sobretudo, também, a percepção de que, face às relações de produção realmente dadas, todas as sugestões para a melhoria profunda na estruturação do trabalho recebam rapidamente o carácter de exigências apenas normativas (2008, p. 47-48).

Será através da teoria social do reconhecimento que Honneth (2011) projeta tanto uma crítica interna à divisão social do trabalho, pela não consciência dos pressupostos morais da relação trabalho e mercado, como externa ao modo de produção capitalista. Ao destacar o abismo entre a realidade social e as expetativas utópicas relativas ao trabalho, atende às metamorfoses dos sentidos de legitimação das ordens sociais inscritas na divisão social do trabalho, num processo dialético em que qualquer indivíduo se pode tornar “ator” ou “sujeito” de si mesmo no contexto em que se insere. Portanto, as representações e as expetativas

2 Para Honneth (2008), as questões relativas à integração política e direitos de cidadania, que configuram as transformações culturais das últimas quatro décadas, têm estimulado mais os intelectuais e contribuído para a teoria crítica da sociedade do que os fenómenos relacionados com o mundo do trabalho.

em torno das atuais transformações das relações de trabalho permitem-nos aceder aos sistemas de conhecimento elaborado e partilhado socialmente, às orientações e juízos de valor em torno das esferas da vida profissional e privada dos trabalhadores, aproximando-nos da *intersubjetividade* como matéria-prima por excelência na análise das transformações das estruturas normativas em curso.

Mais do que elencar uma teoria do reconhecimento, Honneth (2008, 2011, 2014) pretende dar conta de como as mudanças da configuração das relações de trabalho também podem ser expressão de não reconhecimento, precarização e desintegração social, no fundo, sinais de “barbarização” dos nossos tempos. Além da crítica contundente às tendências históricas de empobrecimento e mercadorização do trabalho, na senda de uma racionalização taylorista-fordista, este repto conduz-nos à atualidade frente à destruição de trabalho vivo por força de plataformas digitais, de uma “não consciência” do poder dos algoritmos, do empobrecimento e degradação das expectativas dos atores sociais, de um *ethos* assente na performance individualizada refratária de direitos sociais e laborais.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

BIBLIOGRAFIA

- ARMANO, Emiliana; BRIZIARELLI, Marco; RISI, Elisabetta – *Digital Platform and Algorithmic Subjectivities*. London: University of Westminster Press, 2022. ISBN 9781914386114.
- BOURDIEU, Pierre – La double vérité du travail. *Actes de la recherche française*. Paris. ISSN 0335-5322. 114 (1996) 89-90.
- CASTILLO, José – *El Trabajo del Futuro*. Madrid: Editorial Complutense, 1998. ISBN 9788489784871.
- CHANDLER, David; FUCHS, Christian – *Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data*. London: University of Westminster Press, 2019. ISBN 978191265608.
- CHOONARA, Joseph; MURGIA, Annalisa; CARMO, Renato Miguel – *Faces of Precarity. Critical Approaches to Precarity: Work, Subjectivities and Movements*. Bristol: Bristol University Press, 2022. ISBN 9781529220070.

- GAMST, Frederick – *Meanings of work. Considerations for the twenty-first century*. New York: State University of New York Press, 1995. ISBN 0791424138.
- HONNETH, Alex – *Barbarizações do conflito social. Lutas por reconhecimento ao início do século 21. Civitas*. Porto Alegre. ISSN 1519-6089. 14:1 (2014) 154-176.
- HONNETH, Alex – *Luta pelo Reconhecimento: para uma Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 9789724415628.
- HONNETH, Alex. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas*. Porto Alegre. ISSN 1519-6089. 8:1 (2008) 46- 67.
- HUWS, Ursula; SPENCER, Neil; SYRDAL, Dag; HOLTS, Kaire – *Work in the European Gig Economy: Research Results from the UK, Sweden, Germany, Austria, The Netherlands, Switzerland and Italy*. Bruxelas: FEPS – Foundation for European Progressive Studies, 2017. [Consult. 2 Jul. 2022]. Disponível em: <https://feps-europe.eu/wp-content/uploads/2017/11/Work-in-the-European-Gig-Economy-%E2%80%93-Employment-in-the-era-of-online-platforms.pdf>.
- MARQUES, Ana Paula – *Trajectórias Quebradas. A vivência do desemprego*. Porto: Profe-dições, 2009. ISBN 9789728562618.
- MARQUES, Ana Paula – Regresso ao trabalho em tempos pandémicos: urgência de vinculação social. In MARTINS, Manuela; RODRIGUES, Eloy – *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo III: Projeções*. Braga: UMinho Editora, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.25.7>. ISBN 9789898974297. pp. 127-151.
- MARQUES, Ana Paula – Crise e trabalho: interrogações em tempos de pandemia. In OLIVEIRA, Madalena; MACHADO, Helena; SARMENTO, João; RIBEIRO, Maria do Carmo – *Sociedade e crise(s)*. Braga: UMinho Editora, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>. ISBN 9789898974303. pp. 31-37.
- MARQUES, Ana Paula – Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde* [Em linha]. 18:e0024981 (2020c). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>. ISSN 1981-7746.
- MARQUES, Ana Paula – *Contributos para uma Sociologia do Trabalho*. Braga: Copissaurio Repro Lda, 2023. ISBN 9789893338452.
- MARQUES, Ana Paula; SILVA, Esser Jorge – Metamorfoses e subjetivação do trabalho digital em contexto de pandemia. In ESTANQUE, Elísio; BARBOSA, Agnaldo; MACIEL, Fabrício (Orgs.) – *Re-trabalhando as Classes no Diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-Covid*. Universidade Estadual Paulista: Fundação Editora da UNESP-Franca/SP, 2024. ISBN 9786557112243. pp. 189-215.
- SRNICEK, Nick – *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017. ISBN 9781509504879.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; de WAAL, Martijn – *The Platform Society: Public Values in a Connective Word*. Oxford: Oxford University Press, 2018. ISBN 0190889772.
- ZUBOFF, Shoshana – *The Age of Surveillance Capitalism. The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs, 2019. ISBN 9781610395694.

ABRANTES, Pedro – Educação, desigualdades e mobilidade: o “elevador social” avariou?. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 61-68. ISSN 2182-7419.

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E MOBILIDADE: O “ELEVADOR SOCIAL” AVARIOU?

PEDRO ABRANTESⁱ

Universidade Aberta (UAb)

Centro de Estudos Globais (CEG)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa
(CIES-ISCTE)

RESUMO

A partir do conhecimento produzido pela sociologia portuguesa, o artigo analisa a relação entre educação e desigualdades sociais, discutindo se, nas últimas décadas, o sistema educativo tem promovido a mobilidade social e a igualdade de oportunidades ou se tem contribuído para a reprodução da estrutura de classes.

PALAVRAS-CHAVE: escola, sistema educativo, classes sociais, mobilidade social, Portugal

ABSTRACT

EDUCATION, INEQUALITY AND MOBILITY: IS THE “SOCIAL ELEVATOR” BROKEN?

Based on the knowledge produced by Portuguese sociology, the article analyses the relationship between education and social inequalities, discussing whether, in recent decades, the educational system has promoted social mobility and equal opportunities or whether it has fostered the reproduction of the class structure.

KEYWORDS: school, educational system, social classes, social mobility, Portugal

ⁱ pedro.abrantes@uab.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9572-9563>.

RESUMÉ

ÉDUCATION, INÉGALITÉS ET MOBILITÉ : « L'ASCENSEUR SOCIAL » EST-IL EN PANNE ?

À partir des connaissances produites par la sociologie portugaise, l'article analyse la relation entre l'éducation et les inégalités sociales, en discutant si, au cours des dernières décennies, le système éducatif a favorisé la mobilité sociale et l'égalité des chances ou s'il a contribué à la reproduction de la structure de classes.

MOTS-CLÉS: école, système éducatif, classes sociales, mobilité sociale, Portugal

Uma questão social que tem marcado as últimas décadas prende-se com o papel da educação na reprodução e/ou na transformação da estrutura de classes. Trata-se de uma questão transversal aos projetos modernizadores e democráticos – lembre-se o forte impacto que tiveram, a nível internacional, os estudos pioneiros de James Coleman, nos Estados Unidos, ou de Bourdieu e Passeron, em França, entre outros – que, em Portugal, tem adquirido particular expressão, não apenas porque o tecido social se tem caracterizado por desigualdades fortes e persistentes, mas também porque o processo de democratização e a transformação do sistema educativo foram especialmente recentes e rápidos.

Na segunda metade do século XX, vários estudos de referência da sociologia portuguesa analisaram e denunciaram como o insucesso e abandono escolar massivos, assim como os níveis reduzidos de literacia e qualificações de uma grande parte da população, em contraste com o observado então no resto da Europa, se associavam à reprodução de ciclos de pobreza severa e de exclusão social (Sedas Nunes, 1964; Almeida *et al.*, 1992; Benavente *et al.*, 1996; Martins, 2005). Assim, as últimas décadas conheceram um forte investimento (das famílias e do Estado) na educação, enquanto via para o crescimento económico e a igualdade de oportunidades, tal como inscrito na Constituição desde 1976. Foram construídas e requalificadas milhares de escolas básicas e secundárias, o corpo docente cresceu exponencialmente, o ensino profissional difundiu-se por todo o país e foram lançados sucessivos programas para

apoiar as crianças e os jovens, em particular, em condições e territórios mais vulneráveis. Este movimento, no qual, aliás, os estudos e a participação direta de muitos sociólogos têm sido relevantes, concretizou-se numa expansão acelerada dos níveis educativos e qualificacionais, sobretudo, nas gerações mais jovens, num processo de rápida convergência com os padrões europeus. As dúvidas que se têm colocado são em que medida este processo tem permitido, efetivamente, transformar a estrutura de classes, a qual, aliás, tem conhecido importantes reconfigurações, no contexto do capitalismo avançado (Seabra, 2009; Silva, 2009; Costa, 2012; Lopes, Louçã e Ferro, 2019).

Raramente os debates no espaço político-mediático têm discutido diretamente as questões das classes, das desigualdades e da exclusão social, o que, por si só, constitui parte do problema. Ainda assim, tem surgido amiúde, de diferentes quadrantes políticos e ideológicos, a metáfora do “elevador social” para designar a (in)capacidade do sistema educativo de promover a mobilidade ascendente dos indivíduos e grupos, num contexto de globalização capitalista, marcado por sucessivas crises económicas e fracassos na redução das desigualdades (Piketty, 2022; Tavares e Carmo, 2023). Os alarmes soaram quando poderosos organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), começaram a publicar relatórios em que colocavam a hipótese de o “elevador social” se ter “avariado” (OCDE, 2018), alertando para a necessidade de novas políticas que promovam a mobilidade social através da educação.

Valerá a pena refletir sobre esta metáfora. O conceito de “elevador social” representa a sociedade como edifício, ou seja, com estruturas sólidas e que se impõem aos indivíduos que nele habitam e convivem, ocupando estes diferentes andares, com condições assimétricas. Está implícita a ideia de que os pisos de baixo têm habitações com condições mais modestas, mas que pela ação dos indivíduos, estes devem ter a possibilidade de ascender aos andares superiores, cujas habitações são melhores. O sistema educativo é entendido como um “elevador”, ou seja, uma máquina cuja função seria facilitar o trânsito dos indivíduos entre pisos, deixando subentendida a ideia de que os pisos com condições desiguais são imutáveis, sendo a circulação entre

eles limitada (os elevadores nunca podem transportar muitas pessoas simultaneamente). Poder-se-ia dizer que se aproxima de uma visão funcionalista da sociedade e que deixa várias perguntas em aberto: O elevador também leva pessoas para baixo? Quando muitos pretendem usar o elevador, quem tem prioridade? Existem escadas?

Os estudos que, em Portugal, têm procurado responder a esta questão, nos últimos anos, não deixam de apresentar uma realidade complexa e ambígua, pautada por avanços e recuos. A própria análise das políticas educativas, tanto nacionais como europeias (se ainda é possível distingui-las), têm enfatizado esse relativo hibridismo entre projetos neoliberais e democratizantes, não isento de conflitos, incertezas e contradições, com efeitos simultaneamente de inclusão e de exclusão (Alves e Canário, 2004; Teodoro e Aníbal, 2007; Antunes, 2019). Este diagnóstico estende-se à educação de adultos, a qual conheceu um impulso forte, mas efêmero, na primeira década do século XXI (Lima e Guimarães, 2018).

As análises dos percursos escolares das crianças e jovens convergem para esta perspetiva. Por um lado, constata-se uma redução muito significativa, sobretudo, nas últimas duas décadas, das taxas de insucesso e abandono escolares, o que se reflete na (quase) universalização do ensino secundário e numa abertura exponencial do acesso ao ensino superior. Por outro, não apenas as competências e os diplomas alcançados mantêm uma forte correlação com as origens sociais, mas também emerge um campo de desigualdades entre escolas e entre vias de ensino, correspondendo não tanto às escolhas dos jovens e das famílias, mas sobretudo às suas condições e oportunidades, resultantes de mecanismos múltiplos de seletividade (Sá e Antunes, 2007; Sebastião, 2009). Isso é evidente no crescimento do ensino privado, bem como nas assimetrias entre escolas públicas, entre escolas privadas, entre regiões e entre territórios de uma mesma região.

Estas desigualdades sociais (com uma importante dimensão étnico-racial) tendem a formar-se desde os primeiros anos da educação básica, naturalizando-se na construção social do “bom” e do “mau” aluno (Diogo, Ferreira e Melo, 2023), tendo-se inclusivamente ampliado no contexto de políticas de austeridade e de revitalização dos programas

e exames nacionais (Albuquerque, Seabra e Martins, 2022). Não se esbateram com a redução das taxas de retenção e desistência (Abrantes, Palhares e Torres, 2024) e têm, depois, uma expressão notória no encaminhamento dos jovens das classes populares e de origens imigrantes para ofertas profissionalizantes, por vezes, ainda na educação básica e, de forma sistemática, no acesso ao ensino secundário (Abrantes e Roldão, 2019).

Esta perspetiva é reforçada pelas análises do impacto do programa *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*, cujo relativo sucesso na regulação dos comportamentos e em alguns contextos locais específicos, não tem tido reflexos, a nível nacional, numa redução consistente das assimetrias de resultados entre as escolas abrangidas e as restantes (Ferraz, Neves e Nata, 2018; Abrantes, 2022a). É, ainda, confirmada por estudos com populações historicamente marcadas pela exclusão escolar e social, como é o caso das comunidades ciganas (Magano e Mendes, 2016) ou dos territórios rurais de fronteira (Silva e Silva, 2018), coexistindo o prolongamento dos percursos escolares com uma relação conflitual, em que as oportunidades se vão estreitando e a participação dos jovens não é efetivamente reconhecida.

Por fim, a análise sociológica dos efeitos destas transformações educativas na estrutura de classes implica prudência, uma vez que ocorrem necessariamente num tempo dilatado e na convergência de múltiplas dinâmicas. Em todo o caso, estudos recentes (Martins *et al.*, 2016; Abrantes, 2022b) revelam que as trajetórias e credenciais educativas permanecem um fator central no acesso às classes dominantes, relativizando uma alegada desvalorização dos diplomas. O ensino superior e, inclusive, as qualificações profissionalizantes de nível secundário, têm contribuído para que uma parte dos jovens (e adultos) de origens desfavorecidas se tornem empresários, dirigentes ou profissionais técnicos e de enquadramento, continuando estas classes a caracterizar-se por estatutos e condições de vida superiores às restantes. Numa sociedade altamente competitiva e mutante, aliás, o problema tende a ser o inverso: a escassez de oportunidades de valorização e inclusão daqueles que não alcançam esses títulos educativos (desvalorização dos diplomas de nível básico e secundário), o que acarreta

um risco de enfraquecimento do tecido económico, cultural, social e político, reacendendo os fantasmas da “sociedade dualista” (Sedas Nunes, 1964). Por seu lado, as oportunidades educativas não deixam de se ampliar também para as classes favorecidas, as quais mobilizam investimentos importantes para manter espaços (formais e informais) e diplomas educativos distintivos, procurando garantir, em combinação com outros capitais, um acesso privilegiado aos segmentos dominantes do mercado de trabalho e da estrutura social (Abrantes, Santos e Schippling, 2024).

Resta-me concluir felicitando a *Configurações* e todos aqueles que têm trabalhado para estes vinte anos de longevidade, pelo inestimável papel na difusão de conhecimento relevante sobre as questões sociais do nosso tempo, expondo injustiças, preconceitos e exclusões, contribuindo para uma sociedade mais consciente, mais solidária, mais livre. Venham mais vinte!

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro – Têm os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária mitigado as desigualdades educativas e sociais? *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa. ISSN 2182-3030. 45 (2022a) 147-160.
- ABRANTES, Pedro – Educação e classes sociais em Portugal: Continuidades e mutações no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 99 (2022b) 9-27.
- ABRANTES, Pedro; PALHARES, José Augusto; TORRES, Leonor Lima – Percursos escolares e participação social dos jovens: As origens de classe ainda são relevantes? *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 37:1 (2024) 1-24.
- ABRANTES, Pedro; ROLDÃO, Cristina – The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps? *Portuguese Journal of Social Science*. Bristol. ISSN 1758-9509. 18:1 (2019) 27-55.
- ABRANTES, Pedro, SANTOS, Susana; SCHIPPLING, Anne – Socialização, trajetórias educativas e internacionalização entre jovens das classes dominantes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 134 (2024) 51-74.
- ALBUQUERQUE, Adriana; SEABRA, Teresa; MARTINS, Susana da Cruz – Seletividade social na escola básica portuguesa. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 57: 244 (2022) 520-543.
- ALMEIDA, João Ferreira de; CAPUCHA, Luís; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; NICOLAU, Isabel Nicolau; REIS, Elisabeth – *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta, 1992. ISBN 9728027001.
- ALVES, Natália; CANÁRIO, Rui – Escola e exclusão social: das promessas às incertezas. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 38:169 (2004) 981-1010.

- ANTUNES, Fátima – Formar uma elite ou educar um povo? Quarenta anos de ensino secundário em democracia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 89 (2019) 53-77.
- BENAVENTE, Ana; ROSA, Alexandre; COSTA, António Firmino da; ÁVILA, Patrícia – *A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN 9723107139.
- COSTA, António Firmino da – *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais, 2012. ISBN 9789898536150.
- DIOGO, Ana, FERREIRA, Manuela; MELO, Benedita Portugal e – A interiorização da performatividade pelas crianças: lógicas de fabricação do bom aluno no ensino primário. *Educação & Sociedade*. São Paulo. ISSN 1678-4626. 44 (2023) e265864.
- FERRAZ, Hélder; NEVES, Tiago; NATA, Gil – A eficácia dos programas de educação compensatória nos resultados escolares: análise do programa nacional português de educação compensatória ao longo de 13 anos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro. ISSN 0104-4036. 26:100 (2018) 1058–1083.
- LIMA, Licínio; GUIMARÃES, Paula – Lógicas políticas da educação de adultos em Portugal. *Cadernos de Pesquisa*. Brasília. ISSN 0100-1574. 48:168 (2018) 600–623.
- LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO, Lúcia – *As Classes Médias em Portugal: Quem São e Como Vivem*. Lisboa: Bertrand, 2019. ISBN 9789722537872.
- MAGANO, Olga; MENDES, Manuela – Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso das pessoas Ciganas. *Configurações: Revista Ciências Sociais*. Braga. ISSN 2182-7419. 18 (2016) 8–26.
- MARTINS, Susana da Cruz – Portugal, um lugar de fronteira na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 49 (2005) 141-161.
- MARTINS, Susana da Cruz; MAURITTI Rosário; NUNES, Nuno; COSTA, António Firmino da; ROMÃO, Ana Lúcia – A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 29:2 (2016) 261-285.
- NUNES, Adérito Sedas – Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 2:7-8 (1964) 407-462.
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Broken social elevator? How to promote social mobility*. Paris: OCDE, 2018. ISBN 9789264301078.
- PIKETTY, Thomas – *Uma breve História da Igualdade*. Lisboa: Temas & Debates, 2022. ISBN 9789896447076.
- SÁ, Virgínio; ANTUNES, Fátima – Públicos e (des)vantagens em educação: escolas e famílias em interação. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 20:1 (2007) 129-161.
- SEABRA, Teresa – Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 59 (2009) 75-106.

SEBASTIÃO, João – *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. ISBN 9789723112863.

SILVA, Manuel Carlos – Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. Braga. ISSN 2182-7419. 5/6 (2009) 11-40.

SILVA, Ana Milheiro; SILVA, Sofia Marques da – Relação escola-comunidade em regiões de fronteira. *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. ISSN 2184-8408. 52 (2018) 28-46.

TAVARES, Inês; CARMO, Renato Miguel do – *Análise da pobreza, privação e desigualdades em Portugal: Tendências recentes num país persistentemente desigual*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 2023.

TEODORO, António; ANÍBAL, Graça – A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa. ISSN 1645-7250. 10 (2007) 13-26.

MAGANO, Olga – Pessoas ciganas e cidadania em Portugal: 50 anos de democracia e condições de vida. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 69-78. ISSN 2182-7419.

PESSOAS CIGANAS E CIDADANIA EM PORTUGAL: 50 ANOS DE DEMOCRACIA E CONDIÇÕES DE VIDA

OLGA MAGANOⁱ

Universidade Aberta (UAb)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa
(CIES-ISCTE)

RESUMO

A Constituição da República Portuguesa estabelece que as pessoas portuguesas têm acesso aos direitos de cidadania consagrados, nomeadamente ao direito de diversidade cultural, assim como acesso universal à educação, habitação, saúde e a condições de vida condignas. Não obstante, após 50 anos de democracia em Portugal, as pessoas ciganas continuam a ser vítimas de racismo, de anti-ciganismo e do sistema judicial, sendo ainda pouco escolarizadas e tendo dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, bem como ao exercício efetivo dos direitos constitucionais. Neste texto discutimos algumas dimensões sobre condições de vida, racismo e discursos de ódio, tendo por base resultados de vários estudos realizados em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: ciganos, cidadania, racismo, desigualdades sociais

ⁱ olga.magano@uab.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-6261>.

ABSTRACT**CIGANOS/ROMA AND CITIZENSHIP IN PORTUGAL: 50 YEARS OF DEMOCRACY AND LIVING CONDITIONS**

The Constitution of the Portuguese Republic establishes that Portuguese people have access to established citizenship rights, namely the right to cultural diversity, as well as universal access to education, housing, health and decent living conditions. Nonetheless, after 50 years of democracy in Portugal, *Ciganos/Roma* people continue to be victims of racism, anti-Gypsyism, the judicial system, with little schooling and difficulties in accessing the labour market, and not all of them have access to the effective exercise of constitutional rights. In this text we discuss some dimensions of living conditions, racism and hate speech, based on the results of various studies carried out in Portugal.

KEYWORDS: *ciganos/Roma*, citizenship, racism, social inequalities

RESUMÉ**LES CIGANOS/ROMS ET LA CITOYENNETÉ AU PORTUGAL : 50 ANS DE DÉMOCRATIE ET CONDITIONS DE VIE**

La Constitution de la République portugaise stipule que les Portugais ont accès aux droits de citoyenneté consacrés, à savoir le droit à la diversité culturelle, ainsi que l'accès universel à l'éducation, au logement, à la santé et à des conditions de vie décentes. Néanmoins, après 50 ans de démocratie au Portugal, les *Ciganos/Roms* continuent d'être victimes de racisme, d'antitsiganisme, du système judiciaire, d'être peu scolarisés et d'avoir des difficultés à accéder au marché du travail et tous n'ayant pas accès à l'exercice effectif de leurs droits constitutionnels. Dans ce texte, nous abordons certaines dimensions des conditions de vie, du racisme et des discours de haine sur la base des résultats de différentes études menées au Portugal.

MOTS-CLÉS: *ciganos/Roms*, citoyenneté, racisme, inégalités sociales

1. PESSOAS CIGANAS: ESTEREOTIPIA E REJEIÇÃO

As pessoas ciganas são alvo de imagens estereotipadas de exotismo, olhadas com estranheza e sendo vistas como de fora, apesar de haver registos que falam da sua presença em Portugal há mais de cinco séculos (Coelho, 1995[1892]). Foram perseguidas, vítimas de tentativas de extermínio, aniquilação e deportação (Costa, 1995), vistas como “estrangeiras internas” (Simmel, 1999[1908]; Mendes e Magano, 2022) e expulsas de alguns territórios (Castro, 2013).

O Estado contribui para perpetuar a imagem de estrangeirismo ligando a questão cigana às migrações, uma vez que estas pessoas não são reconhecidas como minoria nacional nem étnica e não têm direitos ou qualquer proteção especial (Mendes *et al.*, 2014). As imagens negativas e de “estrangeiros” estão enraizadas na sociedade portuguesa e expressam-se em discursos de ódio nas redes sociais sempre que é publicada uma notícia sobre pessoas ciganas (Magano e D’Oliveira, 2023). A profunda rejeição é também expressa nas atitudes discriminatórias quotidianas (Vala, 1999), na ciganofobia (Bastos, 2012) e *anti-ciganismo* (Magano e D’Oliveira, 2023), no racismo contra as coletividades ciganas (Marques, 2013), no racismo estrutural quotidiano (Silva, 2014), na estereotipia de que “os Ciganos não gostam da escola” (Casa-Nova, 2006) e na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, quer pelas baixas qualificações, quer recusa das entidades empregadoras (Pereira, 2016), mesmo quando os candidatos de etnia cigana detêm qualificações de ensino superior (Magano, 2010).

De acordo com a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2011: 1), o anti-ciganismo é “uma forma específica de racismo, uma ideologia fundada na superioridade racial, uma forma de desumanização e de racismo institucional, alimentado por uma discriminação histórica que é expressa, entre outros, pela violência, discurso de ódio, estigmatização, e o mais flagrante tipo de discriminação”. O anti-ciganismo tem sido aceite nas sociedades maioritárias e é uma barreira à inclusão efetiva das pessoas ciganas. Para a FRA (2018), o flagelo do anti-ciganismo constitui um obstáculo à melhoria de oportunidades e condições de vida dos ciganos. Existe sob muitas formas e pode ser encontrado em diferentes áreas: na escola, no emprego, nas

políticas públicas, nos serviços públicos, nas relações do dia a dia, nas redes sociais, etc. Como refere Kyuchukov (2012), em muitos casos, o anti-ciganismo é ensinado em casa, desde muito cedo, com as histórias contadas sobre ciganos.

Em termos de políticas sociais, a orientação é universalista, tendo por base propostas integracionistas no “padrão” da sociedade normalizadora (Maeso e Fernández, 2012). Há também a tendência generalizada para responsabilizar as pessoas ciganas pela situação em que se encontram, nos casos de pobreza e exclusão social, sem considerar o tipo de recursos ou a forma como são mobilizados, argumento frequentemente usado para a acusação de que “não se querem integrar” (Castro, 2013). Aceita-se uma certa “naturalização” da discriminação das pessoas ciganas, em que o anti-ciganismo assume uma forma quotidiana mais subtil e menos visível (Hellgren e Gabrielli, 2021), interiorizado e em grande medida normalizado, o que significa para estas pessoas lidar com preconceitos, discriminações, expectativas negativas e, muitas vezes, rejeição aberta por parte do resto da sociedade.

A cultura cigana caracteriza-se por uma forte ligação à família, modos de vida próprios língua, e celebração efusiva dos grandes momentos da vida (como nascimento, casamento, morte e luto). Para Gamella (2013), ser cigano consiste especialmente no “sangue” e nos costumes, isto é, no sentimento de pertença a um coletivo (Magano, 2010; Mendes, 2007). Tende-se a ver os ciganos como grupo homogéneo e cristalizado no tempo (Magano, 2010; Cunha e Magano, 2019). No entanto, existem diferenças consoante os capitais económico, cultural e simbólico, a área de residência e o grau de rigidez ou de flexibilidade com que são praticadas as tradições ciganas. Contrariando a estereotipia sobre a homogeneidade dos ciganos, investigações empíricas apontam diferenças de traços culturais e sociais entre famílias. Há diversas designações para se autoneomarem (transmontanos, *chabotos*, galegos, alentejanos, beirões, etc.) que refletem essa diferença, embora os não ciganos percecionem todos como iguais (Magano, 2010).

A dinâmica das interações sociais entre pessoas ciganas e não ciganas, o cruzamento de traços culturais e estilos de vida influenciam a identidade social cigana (Magano, 2010). Os ajustamentos identitários

provocam afastamento de alguns traços culturais tradicionais, mas não existe afastamento total do modelo de referência, o que permite a construção de identidades compósitas, multifacetadas, com contributos reconfigurados com as vivências individuais, no sentido dado por Maalouf (1999).

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13.º, estabelece que somos iguais e que ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito em razão da ascendência, sexo, “raça”, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Contudo, após 50 anos de sistema democrático, as pessoas ciganas são os principais alvos de discursos de ódio e de práticas racistas, sendo também as mais pobres e excluídas, vítimas de segregação social e espacial, com baixas taxas de escolaridade e sem acesso ao mercado de trabalho.

2. ALGUNS DADOS SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS CIGANAS EM PORTUGAL

O estudo nacional realizado em 2014 (Mendes *et al.*, 2014), relatórios internacionais da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais (FRA 2018, 2022) e dados divulgados pelo INE (2024) traçam um retrato da população cigana de pobreza, abandono escolar e de racismo, apesar da sua pouca visibilidade estatística. Os resultados de um inquérito aos municípios, revelaram a existência de 24 210 pessoas ciganas (Mendes *et al.*, 2014). Em 2023, um inquérito do INE às condições de vida, origens e trajetórias da população residente, apurou que 47 500 pessoas residentes em Portugal entre os 18 e 74 anos se autoidentificaram com o grupo étnico cigano (INE, 2024).

As pessoas ciganas portuguesas, desde 25 de abril de 1975, foram abrangidas por políticas públicas universais na área da habitação, sistema nacional de saúde, escolaridade obrigatória e medidas de proteção social, mas apenas em 2013 surgiu a primeira Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2013), cujos grandes eixos foram saúde, educação, habitação e emprego e formação profissional. No entanto, o impacto é ainda reduzido: as medidas têm sido implementadas de forma avulsa, genérica e dispersa.

Na área da habitação, várias famílias foram realojadas, sobretudo devido ao Programa Especial de Realojamento (1993). Contudo, muitas não foram incluídas e não foi considerado o crescimento natural. De acordo com um estudo do Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana (Ferreira, 2015), em Portugal, pelo menos 2461 famílias ciganas residem em alojamentos não clássicos (barraca, acampamento ou alojamento móvel), o que indica um número significativo de famílias que ainda não acederam a uma habitação condigna.

Quanto à escolaridade, apesar de as novas gerações terem mais estudos, a população cigana mantém-se distante da taxa geral. Nos Censos 2021 (INE), 60,2% dos portugueses entre os 25 e os 65 anos tinham completado o ensino secundário, a taxa de analfabetismo era de 3,08% e a taxa de abandono precoce 8,1%. Na população cigana, em 2014, mais de 70% da população inquirida tinha o 1.º ciclo do ensino básico ou menos, e 27,1% não sabiam ler nem escrever (Mendes *et al.*, 2014). Segundo o INE (2024), 91,9% da população cigana tem até ao 3.º ciclo do ensino básico, mas este resultado agrega “não saber ler e escrever” e “saber ler e escrever mas não ter completado qualquer nível de ensino”, o que impede a destrição efetiva de casos de escolaridade por nível de ensino¹. Também a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) tem vindo a traçar o Perfil Escolar da Comunidade Cigana. Os dados disponíveis permitem aferir o número de crianças e jovens ciganos matriculados nos vários níveis do ensino e constatar que, à medida que aumenta o nível, diminui o número de estudantes inscritos (DGEEC, 2018, 2020, 2022). Igualmente se constata elevadas taxas de retenção e abandono: as retenções são superiores a 20% nos vários níveis de ensino, e o abandono escolar é de 12,6% no ensino básico e de 20% no ensino secundário (DGEEC, 2022).

Fortemente relacionadas com os baixos níveis de escolaridade, são as dificuldades com que as pessoas ciganas se debatem para aceder ao mercado de trabalho. A inscrição nos Centros de Emprego não garante acesso a formação profissional ou a proposta de emprego. São escassas as oportunidades formativas e de emprego surgidas neste contexto (Pereira, 2016), assim como a preparação por parte de técnicos de emprego e das

¹ Recorde-se que desde 2009, a escolaridade obrigatória é de 12 anos (Lei n.º 85/2009).

entidades empregadoras (Mendes *et al.*, 2023); há também recusa de emprego por parte de empregadores e sentimentos de discriminação na seleção de candidatos (Pereira, 2016; Magano, 2010).

No campo da saúde, há uma boa cobertura nacional no acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde (Mendes *et al.*, 2014), mas verifica-se diferença em termos de esperança de vida e doenças crónicas na população cigana, por vezes associadas às condições de insalubridade em que estas pessoas residem. Os resultados de 2014 mostram que cerca de 48% dos inquiridos indicou ter passado fome, dos quais 18,6% 1-2 vezes por ano, 13,7% 1-2 vezes por mês e 15,8% muitas vezes. Para a FRA (2022), 96% das pessoas ciganas portuguesas vivem em situação de pobreza.

Para além das deficitárias condições de vida, as dificuldades de acesso ao sistema de justiça e a hipercriminalização (Gomes, 2013), o racismo e discursos de ódio têm vindo a crescer, na sequência do aparecimento em Portugal de um partido de extrema-direita, manifestando um profundo anti-ciganismo. São frequentes comentários racistas e de ódio nas redes sociais, que expressam a ideia de que as pessoas ciganas não são portuguesas e que devem ser expulsas do país (Magano e D'Oliveira, 2023), reproduzindo assim o estereótipo de que são estrangeiros.

CONCLUSÕES

Nesta breve incursão pelas condições de vida das pessoas ciganas, pretendeu-se assinalar as dificuldades com que são confrontadas pelo facto de serem ciganas, bem como o racismo institucional e estrutural da sociedade portuguesa, que naturaliza e normaliza os preconceitos e estigmas, assim como o anti-ciganismo. Apesar da atenção crescente e das várias políticas públicas, após 50 anos de democracia, continua a existir um desfasamento acentuado das condições de vida das pessoas ciganas em relação à população geral, pelas elevadas taxas de pobreza e exclusão social. Esse desfasamento traduz-se na pouca possibilidade de exercerem uma cidadania efetiva, acederem ao mercado de trabalho e a cargos públicos, mas também no ativismo cívico e na defesa da cultura cigana. O cenário tem-se agravado com o aumento de discursos de

ódio e xenofobia nas redes sociais e o crescimento da extrema-direita, fenómenos recentes e preocupantes na sociedade portuguesa de que as pessoas de origem cigana são o principal alvo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIDI – ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL – *Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2013.
- BASTOS, José – *Portugueses, Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2021. ISBN 9789896891817.
- CASA-NOVA, Maria José – A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Interações* [Em linha]. 2 (2006) 155-182. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.295>. ISSN 1646-2335.
- CASTRO, Alexandra – *Na luta pelos bons lugares: ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/7017>.
- COELHO, Adolfo – *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão* (1.ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995 [1892]. ISBN 9789722011871.
- COSTA, Eduardo Maia – Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão. In CORTESÃO, Luíza; PINTO, Fátima (Eds.) – *O povo cigano: cidadãos na sombra – Processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN 9789223603594. pp. 21-26.
- CUNHA, Jamilly; MAGANO, Olga – Ciganas e Ciganos no Brasil e Portugal: uma análise comparativa acerca dos processos de integração e construção de políticas sociais. *ANTHROPOLÓGICAS* [Em linha]. 23:30(1) (2019) 251-280. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/9257>. ISSN 2525-5223.
- DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/17*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018.
- DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/2019*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2020.
- DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2020/2021*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022.
- EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE (ECRI) – *General Policy Recommendation No. 13 on combating anti-Gypsyism and discrimination against Roma*. Strasbourg: European Commission Against Racism and Intolerance, 2011. Disponível em: https://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/activities/GPR/EN/Recommendation_N13/e-RPG%2013%20-%20A4.pdf

FERREIRA, Teresa Leal – *Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal. Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2015.

FRA – *Roma in 10 European Countries* [Em linha]. Viena: European Union Agency for Fundamental Rights, 2022. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results_en.pdf.

FRA – *A Persisting Concern: Anti-Gypsyism as a Barrier to Roma Inclusion* [Em linha]. Luxembourg: European Union Agency for Fundamental Rights, 2018. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-anti-gypsyism-barrier-roma-inclusion_en.pdf

GAMELLA, Juan – Sangre y Costumbres. In MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (Eds.) – *Ciganos Portugueses. Olhares plurais numa sociedade em transição* Lisboa: Edições Mundos Sociais, 2013. ISBN 9789898536266. pp. 17-35.

GOMES, Silvia – A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Latitude* [Em linha]. 7:2 (2013) 187-217. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/47091>. ISSN 1981-5921.

HELLGREN, Zenia; GABRIELLI, Lorenzo – Racialization and Aporophobia: Intersecting Discriminations in the Experiences of Non-Western Migrants and Spanish Roma. *Social Sciences* [Em linha]. 10:5 (2021) 163. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci10050163>. ISSN 2076-0760.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente 2023*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2024.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Censos 2021*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2022.

LOPES, Daniel – *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 9789726712169.

KYUCHUKOV, Hristo – Anti-gypsyism or Antigypsyism. In KYUCHUKOV, Hristo (Ed.) – *New faces of antigypsyism in modern Europe*. Praga: Editora NGO Slovo, 2012. ISBN 9788090432758.

MAESO, Silvia; FERNÁNDEZ, Cayetano – Integracionismo e gestão institucional do anti-ciganismo na Europa: uma análise das barreiras à construção de um sujeito político Rom. PEREIRA, Amílcar (Ed.) – *Narrativas de (re)existência: Antirracismo, História e Educação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021. ISBN 9786586253894. pp. 197-229.

MAGANO, Olga – *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1750>.

MAGANO, Olga; D'OLIVEIRA, Tânia – Antigypsyism in Portugal: Expressions of hate and racism in social networks. *Social Sciences* [Em linha]. 12:9 (2023) 511. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3390/socsci12090511>. ISSN 2076-0760.

- MARQUES, João Filipe – O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal. Sequelas de uma modernização. In MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (Orgs.) – *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* Lisboa: Mundos Sociais, 2013. pp. 111-121.
- MENDES, Maria Manuela – *Representações Face à Discriminação. Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Sociologia Geral. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga – “Roma/Ciganos and the condition of internal strange in Portuguese Society. The construction of otherness”. In CAETANO, Pedro; MENDES, Maria Manuela (Eds.) – *Simmel and beyond. The contemporary relevance of Simmel’s thought*. Londres: Routledge, 2022. ISBN 9781032021553. pp. 55-75.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga; CANDEIAS, Pedro – *Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: ACM, 2014.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga; CAETANO, Pedro; CANDEIAS, Pedro; PINHEIRO, Sara; MOURÃO, Susana – Conclusões e recomendações no plano das medidas e políticas públicas. In MENDES, Maria Manuela (Eds.) – *Ciganos/Roma e educação: Investigação colaborativa e práticas de coprodução de conhecimento*. Lisboa: Mundos Sociais, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/31377>. ISBN 9781032021553. pp. 137-143.
- MAALOUF, Amin – *As identidades assassinas*. Miraflores: DIFEL, 1999. ISBN 9789722904655.
- PEREIRA, Isabel – *Ninguém dá trabalho aos ciganos! Estudo qualitativo sobre a (des) integração dos ciganos no mercado formal de emprego*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/5224>.
- SILVA, Manuel Carlos – *Sina social cigana. História, Comunidades e Instituições*. Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 9789896892838.
- SIMMEL, Georg – *Sociologie. Études sur les formes de socialisation*. Paris: PUF, 1999 [1908]. ISBN 9782130482697.
- VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo; LOPES, Diniz – *Expressões do racismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. ISBN 9789726713593.

CARVALHO, Maria João Leote de – Justiça para Crianças na Sociedade Digital: o metaverso e o tecnosolucionismo enquanto desafios emergentes. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 79-87. ISSN 2182-7419.

JUSTIÇA PARA CRIANÇAS NA SOCIEDADE DIGITAL: O METAVERSO E O TECNOSOLUCIONISMO ENQUANTO DESAFIOS EMERGENTES

MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHOⁱ

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa (CICS.NOVA)

RESUMO

Na atualidade, novos dispositivos tecnológicos e usos do ciberespaço moldam a vida das crianças em qualquer momento, em qualquer lugar, em qualquer parte do mundo, oferecendo múltiplas oportunidades para o seu desenvolvimento e bem-estar. Contudo, são também diversos os riscos associados ao acesso e uso desses meios, que as podem conduzir ao contacto com o sistema de administração da justiça, seja na qualidade de vítima, testemunha ou autora de ofensas e crimes *online*. Neste artigo, a partir do debate sobre o que é ser criança na sociedade digital, reflete-se sobre dois desafios que a Justiça enfrenta – crimes no metaverso e o tecnosolucionismo –, identificando-se questões relevantes sobre o exercício e a natureza do controlo social no presente.

PALAVRAS-CHAVE: infância, controlo social, Justiça, tecnologias digitais, mudança social

ⁱ mariacarvalho@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-1398>.

ABSTRACT**JUSTICE FOR CHILDREN IN THE DIGITAL SOCIETY: EMERGING CHALLENGES**

Currently, new technological devices and uses of cyberspace shape children's lives at anytime, anywhere in the world, offering multiple opportunities for their development and well-being. However, the risks associated with access and use of these means can also be diverse and that can lead them to contact with the justice system, whether in the capacity of victim, witness, or author of online offenses and crimes. In this article, from the debate on what it is like to be a child in digital society, two challenges that justice faces are reflected on – crimes in the metaverse and technosolutionism –, identifying relevant questions about the exercise and nature of social control in the present.

KEYWORDS: childhood, social control, Justice, digital technologies, social change

RESUMÉ**JUSTICE POUR LES ENFANTS DANS LA SOCIÉTÉ NUMÉRIQUE: DÉFIS ÉMERGENTS**

Aujourd'hui, les nouveaux dispositifs technologiques et les nouveaux usages du cyberspace façonnent la vie des enfants à tout moment, en tout lieu et partout dans le monde, offrant de multiples possibilités pour leur développement et leur bien-être. L'accès et l'utilisation de ces moyens comportent néanmoins également divers risques qui pouvant conduire à un contact avec le système judiciaire, que ce soit en tant que victime, témoin ou auteur d'infractions et de délits en ligne. Dans cet article, à partir du débat sur ce que signifie être un enfant dans la société numérique, nous réfléchissons à deux défis auxquels la justice est confrontée – les crimes dans le métavers et le technosolutionnisme –, en identifiant des questions pertinentes sur l'exercice et la nature du contrôle social à l'heure actuelle.

MOTS-CLÉS: enfance, contrôle social, Justice, technologies numériques, changement social

1. SER CRIANÇA NA ERA DIGITAL

A @evolução tecnológica que caracteriza as sociedades na contemporaneidade (Schwab, 2017) altera substancialmente os mundos sociais da infância. Inteligência artificial, metaverso, Internet das Coisas são termos, entre outros possíveis, que remetem para novos dispositivos tecnológicos e usos do ciberespaço que moldam a vida das crianças em qualquer momento, em qualquer lugar.

As mais recentes inovações tecnológicas provocam profundas transformações sociais e a construção mediada da realidade é um facto (Couldry e Hepp, 2016). Uma realidade marcada pelo que Ragnedda *et al.* (2022, p. 2) designaram por “ciclo de desigualdade” com origem no efeito autorreforçador entre exclusão digital e exclusão social, que afeta as oportunidades de vida, de mobilidade social e o bem-estar das crianças e pode reforçar a sua discriminação e estigmatização. Os usos que as crianças fazem dos meios tecnológicos são influenciados pelas possibilidades de acesso em ações mediadas pela família, pares e comunidade, num quadro indissociável dos contextos sociais em que vivem, dos valores e normas que os atravessam e das infraestruturas tecnológicas e políticas públicas existentes (Ponte *et al.*, 2023).

As tecnologias digitais oferecem oportunidades para socialização, educação, entretenimento e participação na sociedade, condições essenciais para o desenvolvimento saudável na infância (Serban *et al.*, 2020). Novas formas de interação sociodigital ganham espaço entre as crianças. Entre elas, destaca-se o metaverso, isto é, ambientes virtuais imersivos, em que se cruza realidade aumentada e física através da Internet na construção de um mundo paralelo onde a interação entre os utilizadores se faz em tempo real através das personagens digitais que cada um adota (os seus avatares). Um mundo onde se pode socializar, aprender, jogar, entre tantas outras possibilidades.

Por um lado, esta era digital promove o exercício da cidadania e a capacidade de agência das crianças enquanto atores sociais de uma forma sem precedentes, numa tendência em que se alia a vertente de consumidoras à de produtoras ativas e autónomas de conteúdos que chegam a públicos diversificados. Por outro lado, a exposição e usos, que fazem das tecnologias estão associados a riscos distintos.

Num patamar, como potenciais vítimas, testemunhas ou até mesmo agressoras em situações que constituem factos qualificados pela lei penal como crime, muitas vezes sem que as próprias ou os cuidadores tenham consciência disso (Carvalho, 2022). Noutro âmbito, as crianças são alvo preferencial da recolha dos seus dados pessoais por serviços digitais, através de uma diversidade de dispositivos que se configuram como novas formas de controlo social, maioritariamente por organizações privadas. A dataficação é entendida como um novo colonialismo que atinge todas as dimensões da vida humana (Couldry e Mejias, 2019) e, no caso das crianças, estas integram as primeiras gerações que nunca conheceram um mundo sem Internet e toda a sua vida está digitalmente datafificada, sem que se conheçam todas as consequências daí decorrentes (Mascheroni, 2020). Aos sistemas de administração da justiça, enquanto patamar último do controlo social, colocam-se intensos desafios perante a nova realidade socio digital e as relações redesenhadas nas esferas familiar, social, política, económica, cultural e educacional. Há uma transformação das dinâmicas na família e dos seus membros com o exterior pelo recurso às tecnologias, além da reconfiguração da relação de poder entre gerações na medida em que os mais novos tendem a possuir mais competências digitais do que os progenitores (Ponte *et al.*, 2023). No plano económico, as crianças são alvo preferencial de serviços digitais que, através de algoritmos complexos (e pouco transparentes), analisam e processam as informações dos seus usos para diversos fins, como personalização de conteúdos, direcionamento de publicidade e desenvolvimento de produtos, o que pode condicionar o seu comportamento. A nível educacional, utilizam-se aplicações para aprendizagens e, em alguns países, cresce o uso de dispositivos de reconhecimento facial e de bandas de monitorização da atividade cerebral das crianças nas escolas para controlo do seu comportamento e resposta às atividades de ensino. No campo do lazer, dissemina-se o acesso a dados biométricos das crianças (*i.e.*, Disney World).

O impacto do desenvolvimento tecnológico revela-se também nos sistemas de Justiça e na forma como se reconfiguram no relacionamento com as pessoas. O debate está polarizado entre os que defendem a perspetiva de que os meios tecnológicos constituem o instrumento principal

para a solução de muitas questões (tecnosolucionismo) e aqueles que criticam esta visão (Davidson *et al.*, 2023). O campo da justiça para as crianças merece particular atenção pela especialização na sua intervenção, tema que se aborda na próxima secção.

2. DESAFIOS EMERGENTES NA JUSTIÇA PARA CRIANÇAS: O METAVERSO E O TECNOSOLUCIONISMO

O que suscitam estas mudanças na administração da justiça para crianças é a questão que se traz para discussão, focada em dois desafios seleccionados pela complexidade que encerram.

Primeiro, a alteração da natureza dos delitos pela emergência do metaverso. Naquela que é a primeira investigação do género no Reino Unido, no início de 2024, a polícia britânica investigava a agressão sexual a uma menina, menor de 16 anos de idade num jogo no metaverso quando o seu avatar/personagem digital foi alegadamente violado pelos avatares de outros participantes. Não houve um ataque físico, mas o trauma sofrido foi, segundo a polícia, semelhante ao de alguém violado no mundo real porque as experiências *online* acedidas neste meio estão desenhadas para serem completamente imersivas do ponto de vista sensorial (Euronews, 2024).

Se a exposição das crianças a conteúdos e contactos inapropriados em ambientes digitais era já uma preocupação social, o metaverso traz renovadas inquietações. Com as tecnologias imersivas a criança entra num mundo virtual visível só para si e só por si sentido; assim, ao contrário da Internet 2D, não é possível os cuidadores olharem para o ecrã e verem o que se passa (Cheong, 2022).

Os crimes *online* registados contra crianças estão em crescimento por todo o mundo e a denúncia deste ataque constituiu um marco pelas questões que levanta. A principal é saber como é que uma agressão no metaverso pode ser processada no quadro das leis atuais. Não se trata somente de considerar novas oportunidades para crimes contra (e/ou concretizados por) crianças que vão além da regulação da cibercriminalidade e de outros crimes com tecnologias, mas de ultrapassar os desafios da identificação dos agressores pela falta de propriedade

singular no que diz respeito aos avatares individuais pois, no metaverso, não atuam sob uma jurisdição única como acontece nos crimes no mundo real (Cheong, 2022). Os avatares podem até ser criados sob identidade falsa com o intuito de prejudicar outrem. Há ainda o problema de os espaços do crime serem virtuais, logo dinâmicos, pela facilidade da sua alteração ou extinção a qualquer momento, além de poderem ser acessíveis através de múltiplos dispositivos, o que obstaculiza o rastreamento. Os metadados adquirem renovada importância, pois a ausência de prova física transforma radicalmente a natureza da investigação criminal (Gómez-Quintero *et al.*, 2024).

Segundo desafio, o tecnosolucionismo. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, as tecnologias digitais foram cruciais no sistema de administração da justiça para crianças. O recurso a meios tecnológicos fomenta um conjunto de vantagens, como a comunicação à distância, a preservação virtual da cena de crime ou a recolha, acesso, organização e manutenção de informação, entre outras possíveis. Contudo, a prevalência de uma perspectiva assente no tecnosolucionismo, isto é, na crença de que as tecnologias constituem a solução para todas as questões complexas, constitui um risco debatido nesta área da Justiça (Davidson *et al.*, 2023; Lynch e Kilkelly, 2021).

Em alguns países, como México, Argentina ou Estados Unidos da América, os contactos e as audiências virtuais com crianças tornaram-se a regra e não a exceção (Foussard *et al.*, 2023). Porém, o risco de exclusão social e/ou exclusão digital que afeta muitas crianças e famílias, a par do desfazamento entre as competências digitais entre os mais novos e os mais velhos, encontra-se muitas vezes associado e constitui fator de discriminação/barreira no acesso à Justiça se não for acautelada uma avaliação prévia sobre o impacto do recurso a meios digitais. Quais os procedimentos que podem ser desenvolvidos em cada caso é a questão fundamental: a utilização de um determinado meio tecnológico no sistema da Justiça é em função do melhor interesse para a criança?

Tem sido demonstrado que, muitas vezes, o recurso às tecnologias na Justiça é uma forma de acelerar procedimentos, nem sempre sendo acautelados os direitos, segurança e privacidade da criança (Davidson

et al., 2023). Entre as principais desvantagens, são apontadas as limitações da criação de um espaço seguro para que a criança exerça o seu direito de participação e se expresse livremente, não se podendo ter a certeza de quem a acompanha do outro lado do ecrã. Acrescem os obstáculos sobre a sua representação legal e acesso livre e confidencial aos seus defensores e à assistência por outros intervenientes especializados (Foussard *et al.*, 2023).

Deste modo, a justiça digital não deve constituir a opção padronizada, por defeito, para os primeiros contactos da Justiça com as crianças. A realização presencial de diligências é incontornável nesta área e o recurso aos meios digitais não substitui os benefícios da presença física dos intervenientes, particularmente na fase inicial do processo.

Cresce também a preocupação com a possibilidade do uso da inteligência artificial para a criação de perfis de crianças que tentam prever alegados comportamentos criminais e avaliar o alegado risco de ofensa/crime no futuro. Perfis estes que visam suportar a tomada de decisão em sede judicial e podem enviesar a análise suscitando a aplicação de medidas judiciais que negam um princípio de igualdade de oportunidades a todas as crianças.

Em vários países europeus, uma área em crescimento é a da monitorização eletrónica de crianças suspeitas, acusadas ou condenadas por delitos. Esta opção tem sido muitas vezes encarada como mais prática e de menor custo, ainda que seja controversa a sua aplicação a menores de idade dada a fase de desenvolvimento em que se encontram. Há quem defenda que se trata estritamente de uma medida de mero controlo social, estigmatizante para a criança ao não integrar o necessário enquadramento educativo exigido para a intervenção nestas idades e que será aplicada, sobretudo, pela escassez de recursos judiciais e não tanto focada nas necessidades específicas de cada uma. Contudo, para outros intervenientes judiciários trata-se de uma medida positiva ao proporcionar a manutenção da criança no meio de origem, uma alternativa à privação de liberdade, que pode promover mais eficácia na mudança comportamental através da responsabilização e autonomização da criança.

Em conclusão, o que se salienta desta breve discussão é a necessidade premente de adaptar o sistema da Justiça aos desafios únicos

impostos pelas tecnologias digitais de forma a constituir-se como uma efetiva Justiça amiga das crianças conforme apontado nas normas internacionais.

APOIO

Este texto é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., no âmbito do CEEC Individual – <https://doi.org/10.54499/2021.00384.CEECIND/CP1657/CT0022>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Maria João Leote de – Redes Sociais em Práticas de Delinquência Juvenil: Usos e Ilícitos Recenseados na Justiça Juvenil em Portugal. *Comunicação e Sociedade* [Em linha]. 42 (2022) 157-177. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3988](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3988). ISSN 2183-3575.
- CELESTINO, Marcelo; VALENTE, Vânia – Digital exclusion: Nuances of a phenomenon which causes inequalities and compromises civic engagement in information society. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science* [Em linha]. 9:6 (2022) 421–431. Disponível em: <https://doi.org/10.22161/ijaers.96.43>. ISSN 2456-1908.
- CHEONG, Ben Chester – Avatars in the Metaverse: potential legal issues and remedies. *International Cybersecurity Law Review* [Em linha]. 7 (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.1365/s43439-022-00056-9>. ISSN 2662-9739.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas – *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge: Polity, 2016. ISBN 9780745681306.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises – Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. *Television & New Media* [Em linha]. 20:4 (2019) 336-349. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>. ISSN 1552-8316.
- DAVIDSON, Jennifer; FOUSSARD, Cedric; LYNCH, Nessa; MARTINS, Aelxandra; SCHWITTAY, Helen; TIEFENGREBER, Hannah – *Justice for Children Policy Brief: Digital Justice for Children: Innovation, Risks and Advantages*. Glasgow: University of Strathclyde, 2023.
- EURONEWS – *British police launch first investigation into virtual rape in metaverse* [Em linha]. Lyon, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://www.euronews.com/next/2024/01/04/british-police-launch-first-investigation-into-virtual-rape-in-metaverse>
- FOUSSARD, Cedric; VIGIL, Angela; PEREZ, Mariana – Impact on child justice in a world of digital courts: Perspectives from the bench. *Intersections. East European Journal of Society and Politics* [Em linha]. 9:2 (2023) 29–53. Disponível em: <https://doi.org/10.17356/ieejsp.v9i2.1143>. ISSN 2416-089X.
- GOMÉZ-QUINTERO, Juliana; JOHNSON, Shane; BORRION, Hervé; LUNDRIGAN, Samantha – A Scoping Study of Crime Facilitated by the Metaverse. *Futures* [Em linha]. 157 (2024). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.futures.2024.103338>. ISSN 1873-6378.

- LYNCH, Nessa; KILKELLY, Ursula – “Zooming In” on Children’s Rights During a Pandemic: Technology, Child Justice and COVID19, *The International Journal of Children’s Rights* [Em linha]. 29:2 (2021) 286-304. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15718182-29020010>. ISSN 1571-8182.
- MASCHERONI, Giovanna – Datafied childhoods: Contextualising datafication in everyday life. *Current Sociology* [Em linha]. 68:6 (2020) 798-813. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392118807534>. ISSN 0011-3921.
- PONTE, Cristina; MASCHERONI, Giovanna; BATISTA, Susana; GARMENDIA, Maialen; MARTINEZ, Gemma; CINO, David – Children’s digital mediation: The family climate in Spain, Italy and Portugal. *Observatorio (OBS*)* [Em linha]. 17:2 (2023) 210-224. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/2214/188188243>. ISSN 1646-5954.
- SCHWAB, Klaus – *The Fourth Industrial Revolution*. New York: Crown Publishing Group, 2017. ISBN 9781944835019.
- SERBAN, Adina; STEFAN, Veronica; POTOENICK, Dunja; MOXON, Dan – *Social inclusion, digitalisation and young people*. Strasbourg: Council of Europe, 2020. ISBN 9789287186508.
- RAGNEDDA, Massimo; RUIU, Maria; ADDEO, Felice – The self-reinforcing effect of digital and social exclusion. The inequality loop. *Telematics and Informatics* [Em linha]. 72: Article 101852 (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tele.2022.101852>. ISSN 1879-324X.

NEVES, Sofia – A violência doméstica contra as mulheres em Portugal: Uma breve análise crítica sobre a proteção às vítimas. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 89-96. ISSN 2182-7419.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES EM PORTUGAL: UMA BREVE ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

SOFIA NEVESⁱ

Universidade da Maia (UMaia)

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG-ISCSP/ULisboa)

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar uma breve reflexão crítica sobre a proteção que tem sido dada às mulheres vítimas de violência doméstica, em Portugal, nas últimas décadas, salientando alguns avanços legislativos e em matéria de políticas públicas. Discute-se a importância de enquadrar a violência doméstica no contexto da violência de género, em consonância com a Convenção de Istambul, e de adotar uma perspetiva interseccional que atenda às necessidades específicas das diferentes vítimas. São ainda apontadas algumas reflexões sobre os desafios que se colocam para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica, mulheres, legislação, políticas públicas, serviços

ABSTRACT

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN PORTUGAL: A BRIEF CRITICAL ANALYSIS OF VICTIMS' PROTECTION

This text aims to present a brief critical reflection on the protection provided to women victims of domestic violence in Portugal over the

ⁱ asneves@umaia.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6180-4932>.

past decades, highlighting some legislative advances and public policy developments. It discusses the importance of framing domestic violence within the context of gender-based violence, following the Istanbul Convention and adopting an intersectional perspective that addresses the specific needs of different victims. It also presents some reflections on the challenges that lie ahead for the future.

KEYWORDS: domestic violence, women, legislation, public policies, services

RESUMÉ

LA VIOLENCE DOMESTIQUE CONTRE LES FEMMES AU PORTUGAL : BRÈVE ANALYSE CRITIQUE DE LA PROTECTION DES VICTIMES

L'objectif de ce texte est de présenter une brève réflexion critique sur la protection accordée aux femmes victimes de violence domestique au Portugal au cours des dernières décennies, en soulignant certains progrès législatifs et en matière de politiques publiques. Il aborde l'importance de replacer la violence domestique dans le contexte de la violence de genre, conformément à la Convention d'Istanbul, et d'adopter une perspective intersectionnelle qui réponde aux besoins spécifiques des différentes victimes. Il propose également quelques réflexions sur les défis à relever pour l'avenir.

MOTS-CLÉS: violence domestique, femmes, législation, politiques publiques, services

A vida das mulheres em Portugal, transcorridos mais de 50 anos da instauração da democracia, continua a ser marcada por opressões e desigualdades várias, seja no espaço da família ou fora dele. A violência doméstica (VD), especialmente aquela que é perpetrada no contexto das suas relações de intimidade, maioritariamente por homens (Instituto Nacional de Estatística, 2022), é um dos flagelos que mais as afeta. Nas últimas décadas, e por se considerar que a VD é um problema de saúde pública e de Direitos Humanos, o país tem investido substancialmente na promoção dos direitos das vítimas, em linha com os compromissos assumidos internacionalmente, o último dos quais no âmbito da ratificação da Convenção de Istambul (Council of Europe, 2011), em 2013,

que constituiu uma importante mudança de paradigma na teorização da violência contra as mulheres (Sottomayor, 2015). Na realidade, depois de um longo período de ditadura, em que os direitos das mulheres foram restringidos, Portugal tem vindo a responder progressivamente aos desafios trazidos pela democracia, reconhecendo a dimensão, complexidade e gravidade da VD. A partir dos anos 90, não apenas o conhecimento científico sobre o tema se expandiu, como política e legislativamente muitas conquistas foram feitas (Correia, Ferreira, Topa, Silva e Neves, 2024; Lourenço, Lisboa e Pais, 1997). A crescente compreensão sobre as características do fenómeno, as suas dinâmicas e consequências, tem alavancado a criação de leis e políticas públicas de reforço à proteção das vítimas.

Para efeitos deste texto, destacam-se a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro, e a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. A primeira, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas, possibilitou a criação da rede pública de casas de apoio, uma resposta que veio ao encontro das necessidades de segurança, de acompanhamento e de acolhimento das mulheres vítimas de violência e respetivos/as filhos/as menores. A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de VD (RNAVVD), que conta, atualmente, com 140 estruturas de atendimento, 38 casas abrigo, 25 casas de acolhimento de emergência e 35 respostas de apoio especializado a crianças e jovens, tem garantido uma intervenção gratuita às vítimas, com vista à sua independência e autonomização. Complementarmente, e no âmbito da proteção, o Serviço de Informação às Vítimas de VD (SIVVD) oferece, desde 1998, um serviço telefónico de informação gratuito, anónimo e confidencial, que está disponível 24 horas por dia, e 365 dias por ano. Importa destacar, ainda, a proteção por Teleassistência a vítimas de VD que, desde 2009, disponibiliza um sistema tecnológico com um vasto leque de respostas, designadamente apoio psicossocial e proteção policial,

A segunda Lei, que tornou a VD um crime público, permitiu que a mesma deixasse de estar adstrita à esfera do privado, recolocando-a no domínio das responsabilidades sociais. Ao não fazer depender a denúncia às autoridades judiciais ou policiais da vontade das vítimas,

podendo o processo correr mesmo que as mesmas a ele se oponham, esta alteração ampliou o potencial de intervenção dos agentes de controlo social informal, como é o caso das vizinhanças, respaldando as reivindicações feministas dos anos 60 e 70 do século XX, no sentido de tornar o pessoal político (Heberle, 2015), e de convocar a sociedade a agir no interesse das vítimas.

Desde finais dos anos 90, os sucessivos Governos têm, também, apostado no desenvolvimento de políticas públicas com vista à prevenção e ao combate à VD. O I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (1999-2002) (Resolução do Conselho de Ministros N.º 55/99), cujos objetivos eram sensibilizar e prevenir, intervir para proteger as vítimas e investigar e estudar, abriu caminho a outros cinco Planos¹, o mais recente no contexto da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND) (2023-2026) (Resolução do Conselho de Ministros N.º 61/2018). Estando alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas, a ENIND compromete-se a eliminar os estereótipos de género que estão na base da discriminação e da violência, promovendo a igualdade. No que respeita ao Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as mulheres e à VD, está patente o compromisso operacional de alargar e especializar a RNAVVD e reforçar a qualidade técnica das suas estruturas. Também o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de risco, sobretudo a partir de 2014, bem como a capacitação de membros de órgãos de polícia criminal e de Técnicos/as de Apoio à Vítima, entre outros/as profissionais, através da formação, têm contribuído para o fortalecimento das respostas institucionais.

Não obstante todas as alterações legais, políticas e sociais que têm vindo a ser realizadas nas últimas décadas, os números da VD continuam a ser elevados, assim como os dos homicídios que dela decorrem. Não podendo comparar-se a realidade do crime em 2000 com a realidade do crime em 2023, o facto é que o total de ocorrências

¹ Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2023-2026)

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, (2014-2017)

IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013)

III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010)

II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006)

reportadas às autoridades policiais se manteve alto ao longo dos anos, sendo atualmente mais do dobro do valor de há 23 anos. Em 2000, foram formalizadas 11 765 denúncias e, em 2023, 30 461, tendo sido registados, respetivamente, 26 e 22 homicídios em contexto de violência doméstica (Sistema de Segurança Interna, 2000, 2024). O acréscimo do volume de queixas pode não dever-se a uma subida real do número de crimes, mas antes a uma maior consciencialização das vítimas e/ou das pessoas denunciantes sobre os direitos que lhes assistem. Por outro lado, as estatísticas publicadas apenas se referem aos crimes denunciados às autoridades policiais, estando por conhecer as cifras negras da violência doméstica. Não sendo os números que constam dos relatórios oficiais um retrato fiel do mapa da criminalidade neste contexto, não deixam de evidenciar que o problema persiste, inclusivamente junto de jovens em relações de namoro (União de Mulheres Alternativa e Resposta, 2024).

Com efeito, não obstante estarmos em 2025 numa situação diametralmente distinta da que vivíamos em finais dos anos 90, do ponto de vista dos mecanismos de proteção às vítimas de VD, o facto é que a sua dimensão e gravidade não têm diminuído. A reflexão em torno da dificuldade em conter um fenómeno que é estrutural exige respostas a estas e outras questões: quais são os fatores que sustentam a prática da VD? Como podem ser mitigados? De que forma se pode potenciar a eficácia da prevenção? São os mecanismos de combate à VD suficientes? A ação das diferentes áreas (e.g., Justiça, Saúde, Educação) tem sido articulada e consistente? Têm sido garantidas à sociedade civil, que é quem assegura os serviços especializados de atendimento e acolhimento às vítimas, as condições necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho? Quais os resultados das intervenções com as pessoas agressoras?

O reconhecimento de que a VD contra as mulheres é uma forma de violência de género interseccional tem vindo a ampliar o âmbito e o alcance da intervenção do Estado e da sociedade civil, na medida em que, por exemplo, foram criados serviços específicos para vítimas em situação de especial vulnerabilidade (e.g., em razão da orientação sexual e identidade de género, estatuto migratório), mas nem sempre

encontra respaldo no enquadramento legal do crime. Se é verdade que a VD tem sido gradualmente analisada a partir de um prisma de género e interseccional, como acontece, por exemplo, ao nível das políticas públicas em matéria de prevenção e combate à VD, é menos verdade que tal prisma informe a Lei e as decisões judiciais. Tal pode resultar na ocultação e invisibilização, frequentemente, das experiências específicas das mulheres vítimas de VD, desenquadrando-as da sua natureza iminentemente cultural e social. Mais ainda, pode potenciar a vitimação secundária, ao não atender às necessidades específicas que derivam das assimetrias de género.

Ainda que, nas últimas décadas, muito tenha sido feito para diminuir as taxas de VD contra as mulheres e acautelar a sua proteção, o presente carece ainda de ações musculadas e persistentes. A mais recente avaliação feita a Portugal, pelo *Grupo de peritos sobre o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica* (GREVIO 2024), reconhece os esforços apreendidos, não deixando de pontuar a necessidade de uma maior especialização dos serviços (e.g., violência sexual) e de reestruturação do SIVVD. Em 2023, o GREVIO havia apontado a necessidade de serem tomadas medidas para garantir a aplicação eficaz, às pessoas agressoras, de ordens de restrição, e de se harmonizar o nível de apoio e proteção às mulheres vítimas de VD em todo o país, com um enfoque particular nos recursos locais.

A consolidação das conquistas que, nas últimas décadas, Portugal se empenhou em alcançar, depende de um compromisso contínuo com políticas públicas que sustentem a igualdade de género. Responder às questões que antes aqui foram colocadas é premente, no sentido de projetar o caminho que é preciso trilhar nas próximas décadas.

AGRADECIMENTOS

A autora dedica este artigo a todas as vítimas de violência doméstica com quem tem trabalhado, agradecendo a confiança depositada no seu trabalho.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Ariana; FERREIRA, Mafalda; TOPA, Joana; SILVA, Estefânia; NEVES, Sofia - Intimate partner violence in Portugal: Reflections on the last three decades. In BORGES, Gabriela; GUERREIRO, Ana; PINA, Miriam (Eds.) – *Investigating and combating gender-related victimization*. Hershey: IGI Global, 2024. ISBN 9798369354360. pp. 158-180.

COUNCIL OF EUROPE (CE) – *Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence*. Strasbourg: Council of Europe, 2011. [Consult. 3 set. 2024]. Disponível em: <https://rm.coe.int/168008482e>.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª série — N.º 97 — 21 de maio de 2018. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio*. [Consult. 3 de set. 2024]. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/05/09700/0222002245.pdf>

DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 107/1999, Série I-A de 1999-08-03. *Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência*. [Consult. 29 de ago. 2024]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-1999-345129>

DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 137/1999, Série I-B de 1999-06-15. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99*. [Consult. 29 ago. 2024]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/55-1999-308998>

DECRETO-LEI n.º 323/2000, de 19 de dezembro. *Regulamenta a rede pública de casas de apoio*. [Consult. 29 ago. 2024]. Disponível em: https://pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=280&tabela=leis

GREVIO – *Conclusions on the implementation of recommendations in respect of Portugal adopted by the Committee of the Parties to the Istanbul Convention*. 2022. [Consult. 21 mar. 2025]. Disponível em: <https://rm.coe.int/ic-cp-inf-2022-4-eng-cop-conclusions-portugal/1680a6d173>

GREVIO – *Implementation report submitted by Portugal on the conclusions adopted by the Committee of the Parties on 8 June 2022*. 2024. [Consult. 21 mar. 2025]. Disponível em: <https://rm.coe.int/ic-cp-inf-2024-7-portugal-implementation-report-on-cop-conclusions/1680b07cd7>

HEBERLE, Renee – The Personal Is Political. In DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary (Eds.) – *The Oxford Handbook of Feminist Theory*. Oxford: Oxford Handbooks, 2016. ISBN 9780199328581.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – *Inquérito sobre segurança no espaço público e privado*. Lisboa: INE, 2022.

LEI n.º 7/2000, de 27 de maio. *Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 400/82*. [Consult. 29 de ago. 2024]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2000-291937>

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel; PAIS, Elza – *Violência Contra as Mulheres. Cadernos da Condição Feminina*. Lisboa: CIDM, 1997. ISBN 9725971450.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 55/1999. *Aprova o plano nacional contra a violência doméstica* [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/55-1999-308998>

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 61/2018. [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/Resol_Cons_Ministros_61_2018.pdf

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (SSI) – *Relatório de Segurança Interna – Ano de 2000*. Lisboa: SSI, 2020. [Consult. 1 de set. 2024]. Disponível em: <https://bit.ly/4e5Untt>

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (SSI) – *Relatório Anual de Segurança Interna – 2023*. Lisboa: SSI, 2024. [Consult. 1 set. 2024]. Disponível em: <https://bit.ly/3MtWATO>

SOTTOMAYOR, Clara – A Convenção de Istambul e o novo Paradigma da Violência de Género. *ex æquo* [Em linha]. 31 (2015) 105-12. [Consult. 21 mar. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.08>. ISSN 2184-0385.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA (UMAR) – *Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2024*. Lisboa: UMAR, 2024. [Consult. 21 mar. 2025]. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/02/InfografiaVN_UMAR_2023_Final_Corrigida.pdf

CALADO, Vasco Gil – A adição (não) é uma doença. O modelo biomédico das dependências e os seus críticos. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 97-106. ISSN 2182-7419.

A ADIÇÃO (NÃO) É UMA DOENÇA. O MODELO BIOMÉDICO DAS DEPENDÊNCIAS E OS SEUS CRÍTICOS

VASCO GIL CALADOⁱ

Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD)

RESUMO

Resume-se aqui, de uma forma muito genérica, o modelo biomédico das adições (*brain disease model of addiction*), que define a toxicodependência e outros comportamentos aditivos como doenças do cérebro de natureza crónica e recidiva. São apresentados também os argumentos de alguns dos seus mais destacados críticos, autores que partilham a convicção de que esse modo de olhar para estes fenómenos é limitado e redutor, pois ignora ou, pelo menos, desvaloriza os fatores sociais, os contextos e as causas estruturais da adição. Um conjunto de especialistas e académicos, críticos da perspetiva biomédica, têm procurado demonstrar que as adições são, no essencial, respostas aprendidas e de natureza adaptativa a adversidades sociais e emocionais, defendendo uma abordagem mais multifatorial e multidimensional que reconheça sentido e agência às pessoas com comportamentos aditivos.

PALAVRAS-CHAVE: adição, toxicodependência, drogas, modelo biomédico

ⁱ vascogil@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7984-3814>.

ABSTRACT**ADDICTION IS (NOT) A DISEASE. THE BIOMEDICAL MODEL OF ADDICTION AND ITS CRITICS.**

This brief review presents, in very general terms, the brain disease model of addiction, which defines drug addiction and other addictive behaviours as chronic and relapsing brain diseases, and some of its most prominent critics, authors who argue that this way of looking at these phenomena is limited and reductive because it ignores, or at least devalues, the social factors, contexts and structural causes of addiction. A number of experts and academics critical of the biomedical perspective have sought to demonstrate that addictions are essentially learned and adaptive responses to social and emotional adversity, advocating a more multifactorial and holistic approach that recognises the meaning and agency of people with addictive behaviours.

KEYWORDS: addiction, drug addiction, drugs, biomedical model.

RESUMÉ**L'ADDICTION (N')EST (PAS) UNE MALADIE. LE MODÈLE BIOMÉDICAL DES DÉPENDANCES ET SES CRITIQUES.**

Cette brève revue présente, de manière très générale, le modèle biomédical des addictions qui définit la toxicomanie et les autres comportements addictifs comme des maladies cérébrales chroniques et récidivantes. Elle présente également certains de ses principaux détracteurs, des auteurs qui affirment que cette manière d'envisager ces phénomènes est limitée et réductrice, car elle ignore ou du moins dévalorise les facteurs sociaux, les contextes et les causes structurelles de l'addiction. Un certain nombre d'experts et d'universitaires qui critiquent la perspective biomédicale ont tenté de démontrer que les addictions sont essentiellement des réponses apprises et adaptatives aux adversités sociales et émotionnelles et préconisent par conséquent une approche plus multifactorielle et holistique qui reconnaît le sens et l'action des personnes ayant des comportements addictifs.

MOTS-CLÉS: addiction, toxicomanie, drogues, modèle biomédical

O MODELO BIOMÉDICO DAS ADIÇÕES

No fim dos anos noventa do século passado, o então diretor do National Institute on Drug Abuse (NIDA), uma das mais influentes instituições na área das drogas ilícitas, publicou na revista *Science* um pequeno, mas seminal, texto – *Addiction is a brain disease, and it matters* (Leshner, 1997) – em que defendia que a investigação realizada nas duas décadas anteriores permitia afirmar de forma inequívoca que a toxicodependência consiste numa doença do cérebro, de natureza crónica e recidiva, e assim deve ser tratada. No essencial, esta perspetiva, conhecida como *disease model of addiction* ou *NIDA brain disease paradigm* (Hall, Carter e Forlini, 2015; Courtwright, 2010), vê como causa da adição uma série de alterações cerebrais, concretamente no sistema de recompensa (circuito dopaminérgico), resultantes do uso continuado de substâncias psicoativas ou de repetidos comportamentos de natureza compulsiva (Volkow, Koob e McLellan, 2016; Volkow e Koob, 2015), tendo-se tornado, de lá para cá, dominante, senão mesmo hegemónica (Weinberg, 2024). Nos tempos que correm, é esta forma de conceptualizar as adições que sustenta a prática das instituições de referência e da maioria dos profissionais que trabalham em intervenção nos comportamentos aditivos, influenciando fortemente também o discurso veiculado pelo senso comum, pelos meios de comunicação e também por uma parte da academia.

À data, este paradigma constituiu um indiscutível avanço, por oposição a um modo de pensar tido como moralista e muito pouco humanista, que tendia a olhar para os consumidores de drogas – e os toxicodependentes, em particular – como delinquentes e criminosos que agiam à margem da lei por escolha própria, fraqueza moral ou falha de carácter. Ao etiquetar a toxicodependência como uma doença e o consumidor como um doente – isto é, alguém que, em função de alterações cerebrais decorrentes do uso repetido de substâncias psicoativas, não consegue agir de outra forma, mesmo contra os seus próprios interesses –, a perspetiva biomédica das adições foi decisiva para diminuir o estigma associado ao uso de drogas ilícitas, permitindo aproximar os toxicodependentes dos serviços de saúde e implementar políticas de drogas que não passem pelo encarceramento e perseguição criminal

dos consumidores. Em Portugal, como noutros países, a afirmação deste modelo de pensar as adições tornou possível a implementação de respostas na área da redução de danos, por exemplo, bem como a construção de estruturas autónomas de tratamento e de desabilitação, ou ainda a dotação de verbas para a área da reinserção. É indiscutível que a implementação deste tipo de políticas públicas tem-se traduzido, ao longo dos anos, não só em ganhos de saúde, mas também sociais e económicos (Soares, 2018; Freitas, 2017).

No entanto, há muito que o chamado *disease model of addiction* vem sendo posto em causa, sobretudo por autores oriundos do campo das ciências sociais e humanas, que defendem que esta forma de olhar para as adições é extremamente redutora e que, apesar da sua natureza benevolente, pode inclusivamente ser contraproducente. A partir dos anos 2010 tornou-se claro que a posição crítica ao modelo biomédico das adições, apesar de minoritária, tinha mais adeptos do que se poderia pensar e a prova disso é que, sempre que revistas científicas apelaram em editorial para que se ignorasse quem defende que as adições são problemas sociais e não médicos (Nature, 2014; Stanbrook, 2012), a resposta surgiu pronta sob a forma de cartas de repúdio ou de contra-argumentação escritas em nome próprio (Brown *et al.*, 2014; Cunningham, 2014; Holden, 2012) ou assinadas por um coletivo (Heim *et al.*, 2014). Neste último caso, tal levou inclusivamente à criação da Addiction Theory Network, uma rede que congrega autores que criticam um modelo assente no determinismo farmacológico e defendem mais pluralismo e multidisciplinaridade na abordagem às adições (Heather *et al.*, 2018).

OS CRÍTICOS E OS SEUS ARGUMENTOS

Ao longo do século XX, muitos foram aqueles que ajudaram a lançar as bases teóricas de uma perspetiva sociológica das adições, nomeadamente Alfred Lindesmith (1938), Howard Becker (1953), Robin Room (1983) e Norman Zinberg (1984), autores que propuseram um olhar alternativo à perspetiva estritamente biologizante das dependências. No entanto, quem mais se destacou na crítica ao modelo biomédico das adições, reiterando que estas não devem ser vistas como uma doença do cérebro, foram dois psicólogos: Stanton Peele e Bruce Alexander.

Construída à margem da academia, a extensa obra do primeiro constitui um admirável esforço para provar que qualquer tipo de adição é, acima de tudo, um problema comportamental e consiste num modo de agir que é aprendido e é fortemente influenciado por fatores psicológicos e pelo contexto social. Neste sentido, segundo Peele, toda a adição é primordialmente uma resposta adaptativa para lidar com as dificuldades, nomeadamente o *stress* e problemas emocionais, e, portanto, não deve ser patologizada (Peele, 1990; 1985). No essencial, a perspetiva do segundo não é muito diferente, embora com um foco maior na vertente societal. De acordo com Alexander, a adição não deve ser vista como um problema individual, mas algo que decorre de contextos sociais adversos, nomeadamente os que resultam da globalização e são marcados pela diminuição dos laços sociais e das conexões afetivas. No seguimento de uma experiência com cobaias (*Rat Park*), Alexander desenvolveu o conceito de deslocamento (*dislocation*), que, segundo ele, pode ser usado para explicar o aumento das adições em determinadas sociedades e também por que razão a toxicodependência é particularmente prevalente entre grupos sociais marginalizados (Alexander, 2008).

Atualmente, Carl Hart (2021), Marc Lewis (2015) e Gabor Maté (2008) são, sem dúvida, os mais afamados críticos do *disease model of addiction*, mas Hanna Pickard (2020), Nick Heather (2017), Maia Szalavitz (2016), Nancy Campbell (2007) e outros tantos merecem igual destaque. Apesar de abordagens, perspetivas teóricas e conceptuais, tónicas e conclusões muito diferentes, são mais os elementos que unem estes e outros críticos do modelo biomédico das adições do que os que os separam, nomeadamente a ideia-chave de que a perspetiva biomédica é excessivamente determinista (Reinarman, 2005) e simplifica em demasia um fenómeno especialmente complexo, na medida em que tende a ignorar as causas estruturais e a vertente social das adições, centrando-se no plano individual e em processos bioquímicos.

Abordagens históricas (Lemon, 2018; Berridge, 2013; Courtwright, 2001) e antropológicas (Carrier e Gezon, 2023; Calado, 2021; Raikhel e Garriottt, 2013) têm demonstrado que a forma como a sociedade como um todo encara e regula o uso de substâncias psicoativas foi mudando ao longo dos tempos e é marcada por uma enorme diversidade cultural (Coomber

e South, 2004), sendo que as atitudes e as políticas de drogas estão, muitas vezes, diretamente relacionadas com interesses económicos, políticos e sociais, e não raras vezes andam a par de formas de controlo social (Nancy Campbell, 2007), nomeadamente sobre populações minoritárias ou em situação de exclusão social. No entanto, o modelo biomédico das adições parece não dar grande atenção a estas dimensões. Além do mais, o *disease model of addiction* tem sido acusado, entre outras coisas, de promover a injustiça social (Lie *et al.*, 2022; Hart, 2017), de ignorar determinantes como o trauma (Maté, 2008), a pobreza e as desigualdades estruturais (Singer, 2008), de despolitizar o fenómeno (Pickhard, 2020), de impor a abstinência como modelo único de tratamento e de contribuir para a perda de agência individual das pessoas com problemas aditivos, que se veem agora presas à categoria de «doentes» ou «utentes» (Satel e Lilienfeld, 2014), o que pode perpetuar uma outra forma de estigma e dificultar a recuperação natural (Marc Lewis, 2015).

De uma forma muito genérica, o que estes e outros autores propõem é que um olhar mais abrangente, que coloque os determinantes estruturais no centro das políticas públicas, não só promove maior justiça social, como também aumenta a eficácia das intervenções, a partir da ideia de que os problemas causados pelos comportamentos aditivos mitigam-se não só com tratamento farmacológico, mas também, e sobretudo, com políticas de diminuição da exclusão social, do estigma, da discriminação e do deslocamento (Alexander, 2008).

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, as neurociências têm alcançado avanços notáveis na cartografia do cérebro e na identificação dos mecanismos fisiológicos envolvidos em diferentes tipos de adição. No entanto, tal não se tem traduzido em melhores estratégias de prevenção e tratamento dos comportamentos aditivos, nem estes têm diminuído a sua prevalência (Courtwright, 2019). Pelo contrário, recentemente tem-se assistido, por exemplo, à chamada «crise dos opioides» nos Estados Unidos da América e ao ressurgimento do consumo dito problemático de heroína e *crack* nas ruas de Lisboa e Porto, já para não falar do fenómeno das «raspadinhas», por cá, ou da crescente dependência de ecrãs, um pouco por todo o mundo.

Apesar do modelo biomédico das adições aceitar que os comportamentos aditivos são “fenómenos biopsicossociais”, a vertente social tende a ser desvalorizada, quando não mesmo ignorada por completo. Muito se tem publicado acerca das limitações do *disease model of addiction*, na medida em que a sua abordagem se reduz ao plano biológico e individual, como se, no caso das drogas ilícitas, tudo dependesse das propriedades farmacológicas das substâncias psicoativas e como se as drogas possuíssem agência. Pelo contrário, outros modelos alternativos não só sublinham a importância do contexto social e das circunstâncias, como advogam um maior empoderamento das pessoas com comportamentos de natureza aditiva, a quem conferem a agência que lhes é negada quando são vistas como alguém à mercê da sua doença ou refém de um funcionamento cerebral deficitário.

Em suma, tal como um conjunto de autores críticos do modelo biomédico das dependências tem procurado demonstrar, afirmar que a adição não é uma doença é sobretudo apelar a uma relação entre visões macro e micro do fenómeno, a partir da ideia de que os comportamentos aditivos têm causas estruturais e tendem a constituir uma resposta adaptativa a circunstâncias pessoais e contextos sociais marcados por diferentes tipos de adversidade.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Bruce – *The Globalisation of Addiction. A Study in Poverty of the Spirit*, Oxford: Oxford University Press, 2008. ISBN 9780199588718.
- BECKER, Howard – Becoming a marihuana user. *The American Journal of Sociology* [Em linha]. 59:3 (1953) 235-242. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/221326>. ISSN 1537-5390.
- BERRIDGE, Virginia – *Demons. Our Changing Attitudes to Alcohol, Tobacco & Drugs*. Oxford: Oxford University Press, 2013. ISBN 9780199604982.
- BROWN, Jamie; MICHIE, Susan; RAUPACH, Tobias; WEST, Robert – Animal Farm must give way to doublethink when studying addiction. *Addiction* [Em linha]. 109:7 (2014) 1214-1215. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/add.12553>. ISSN 1360-0443.
- CALADO, Vasco – A Antropologia e a perspetiva sociocultural das drogas. *Análise Social* [Em linha]. LVI:3 (2021) 498-519. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/as00032573.2021240.04>. ISSN 2182-2999.
- CAMPBELL, Nancy – *Discovering Addiction: The Science and Politics of Substance Abuse Research*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007. ISBN 9780472116102.

CARRIER, Neil; GEZON, Lisa – *The Anthropology of Drugs*. Londres: Routledge, 2023. ISBN 9780367625269.

COOMBER, Ross; SOUTH, Nigel (Eds.) – *Drug Use and Cultural Context 'Beyond the West'*, Londres: Free Association Books, 2004. ISBN 9781853437434.

COURTWRIGHT, David – *The Age of Addiction. How Bad Habits Became Big Business*. Cambridge: Harvard University Press, 2019. ISBN 9780674737372.

COURTWRIGHT, David – The NIDA brain disease paradigm: History, resistance and spinoffs. *BioSocieties* [Em linha]. 5 (2010) 137–147. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/biosoc.2009.3>. ISSN 1745-8552.

COURTWRIGHT, David – *Forces of Habit. Drugs and the Making of the Modern World*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CUNNINGHAM, John – Addiction: Many factors contribute. *Nature* [Em linha]. 507 (2014) 40. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/507040d>. ISSN 1476-4687.

FREITAS, Inês – *A Extinção do Instituto da Droga e da Toxicodependência: Análise da Decisão Política*. Tese de Mestrado em Políticas Públicas. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/15044>.

HALL, Wayne, CARTER, Adrian; FORLINI, Cynthia – The brain disease model of addiction: Is it supported by the evidence and has it delivered on its promises?. *The Lancet – Psychiatry* [Em linha]. 2:1 (2015) 105-110. Disponível em: 10.1016/S2215-0366(14)00126-6. ISSN 2215-0374.

HART, Carl – *Drug Use for Grown-Ups. Chasing Liberty in the Land of Fear*. Nova Iorque: Penguin Press, 2021.

HART, Carl – Viewing addiction as a brain disease promotes social injustice. *Nature Human Behaviour* [Em linha]. 1 (2017) 0055. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-017-0055>. ISSN 2397-3374.

HEATHER, Nick; BEST, David; KAWALEK, Anna; FIELD, Matt; LEWIS, Marc; ROTGERS, Frederick; WIERS, Reinout W.; HEIM, Derek – Challenging the brain disease model of addiction: European launch of the addiction theory network. *Addiction Research & Theory* [Em linha]. 26:4 (2018) 249-255. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16066359.2017.1399659>. ISSN 1476-7392.

HEATHER, Nick; – Q: Is addiction a brain disease or a moral failing? A: Neither. *Neuroethics* [Em linha]. 10:1 (2017) 115–124. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12152-016-9289-0>. ISSN 1874-5504.

HEIM, Derek; AGRAWAL, Ravindra; ALLAMAN, Allaman [et al.] – Addiction: Not just brain malfunction. *Nature* [Em linha]. 507:7490 (2014) p.40. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/507040e>. ISSN 1476-4687.

HOLDEN, Tim – Addiction is not a disease. *Canadian Medical Association Journal* [Em linha] 184:6 (2012) 679. Disponível em: <https://doi.org/10.1503/cmaj.112-2033>. ISSN 0008-4409.

- LEMON, Rebecca – *Addiction and Devotion in Early Modern England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018. ISBN 9780812249965.
- LESHNER, Alan – Addiction is a brain disease, and it matters. *Science* [Em linha]. 278:5335 (1997) 45-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.278.5335.45>. ISSN 0036-8075.
- LEWIS, Marc – *The Biology of Desire. Why Addiction is not a Disease*. Nova Iorque: Public Affairs, 2015. ISBN 9781610397124.
- LIE, Anne; HANSEN, Helena; HERZBERG, David; MOLD, Alex; JAUFFRET-ROUSTIDE, Marie; DUSSAUGE, Isa; ROBERTS, Samuel K.; GREENE, Jeremy; CAMPBELL, Nancy – The harms of constructing addiction as a chronic, relapsing brain disease. *American Journal of Public Health* [Em linha]. 112:52 (2022) 104-108. ISSN 1541-0048.
- LINDESMITH, Alfred – A sociological theory of drug addiction. *American Journal of Sociology* [Em linha]. 43:4 (1938) 593-609. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/217773>. ISSN 1537-5390.
- MATÉ, Gabor – *In the Realm of Hungry Ghosts. Close Encounters with Addiction*. Toronto: Knopf, 2008. ISBN 9780676977400.
- NATURE [Editorial] – Animal farm. *Nature* [Em linha]. 506 (2014) 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/506005a>. ISSN 1476-4687.
- PEELE, Stanton – Addiction as a cultural concept. *Annals of the New York Academy of Sciences* [Em linha]. 602 (1990) 205-220. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1990.tb22740.x>. ISSN 1749-6632.
- PEELE, Stanton – *The Meaning of Addiction: Compulsive Experience and its Interpretation*. Lexington: Lexington Books, 1985. ISBN 9780669029529.
- PICKHARD, Hanna – What we're not talking about when we talk about addiction. *The Hastings Center Report* [Em linha]. 50:4 (2020) 37-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/hast.1172>. ISSN 1552-146X.
- RAIKHEL, Eugene; GARRIOTT, William – Tracing new paths in the anthropology of addiction. In RAIKHEL, Eugene; GARRIOTT, William (Eds.) – *Addiction Trajectories*. Durham: Duke University Press, 2013. ISBN 9780822353645. pp.1-35.
- REINARMAN, Craig – Between genes and addiction: A critique of genetic determinism. *Drugs and Alcohol Today* [Em linha]. 5:4 (2005) 32-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17459265200500061>. ISSN 1745-9265.
- ROOM, Robin – Sociological aspects of the disease concept of alcoholism. *Research Advances in Alcohol and Drug Problems* [Em linha]. 7 (1983) 47-91. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4613-3626-6_2. ISSN 2674-0001.
- SATEL, Sally; LILIENFELD, Scott – Addiction and the brain-disease fallacy. *Frontiers in Psychiatry* [Em linha]. 4 (2014) 141. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2013.00141>. ISSN 1664-0640.

SOARES, Vânia – *As Políticas Públicas no Tratamento dos Toxicodependentes. Uma Análise do Programa de Reinserção “Vida-Emprego”*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/85316>.

STANBROOK, Matthew – Addiction is a disease: We must change our attitudes towards addict. *Canadian Medical Association Journal* [Em linha]. 184:2 (2012) 155. Disponível em: <https://doi.org/10.1503/cmaj.111957>. ISSN 0008-4409.

SZALAVITZ, Maia – *Unbroken Brain: A Revolutionary New Way of Understanding Addiction*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2016. ISBN 9781250055828.

VOLKOW, Nora; KOOB, George; MCLELLAN, Thomas – Neurobiological advances from the Brain Disease Model of Addiction. *New England Journal of Medicine* [Em linha]. 374:4 (2016) 363-371. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/nejmra1511480>. ISSN 1533-4406.

VOLKOW, Nora; KOOB, George – Brain disease model of addiction: why is it so controversial? *The Lancet – Psychiatry* [Em linha]. 2:8 (2015) 677-679. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(15\)00236-9](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(15)00236-9). ISSN 2215-0374.

WEINBERG, Darin – *On Addiction. Insight from History, Ethnography, and Critical Theory*. Durham: Duke University Press, 2024. ISBN 9781478026587.

ZINBERG, Norman – *Drug, Set and Setting. The Basis for Controlled Intoxicant Use*. New Haven: Yale University Press, 1984. ISBN 9780415855402.

SOCIOLOGIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

HELENA MACHADOⁱ

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa
(CIES-ISCTE)

SUSANA SILVAⁱⁱ

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)

RESUMO

Propomos uma Sociologia da Inteligência Artificial (IA), reforçando a necessidade de compreender em profundidade as implicações sociais desta tecnologia numa perspetiva arredada de visões deterministas. Apresentamos pistas para abordar a IA como um fenómeno socio-técnico e para desconstruir criticamente mitos culturais, metáforas e expectativas sociais em torno destas tecnologias, e as retóricas empresariais e políticas que os acompanham. Um dos traços distintivos da Sociologia passará por suscitar questionamentos sobre quem define o que é “bom” para a sociedade, quais são os valores sociais a prever e como a IA pode ser utilizada de forma a beneficiar a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial, fenómeno sociotécnico, mitos, valores sociais

i Helena.Cristina.Machado@iscte-iul.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8554-7619>.

ii susilva@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1335-8648>.

ABSTRACT**SOCIOLOGY OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE**

We propose a Sociology of Artificial Intelligence (AI), reinforcing the need to understand in depth the social implications of this technology from a perspective far removed from deterministic visions. We present guidelines for approaching AI as a socio-technical phenomenon and for critically deconstructing the cultural myths, metaphors and expectations surrounding these technologies, and the business and political rhetoric that accompanies them. One of the distinctive features of sociological inquiry will be to raise questions about who defines what is “good” for society, what social values should prevail, and how AI can be used in ways that benefit society as a whole.

KEYWORDS: Artificial Intelligence (AI), socio-technical phenomenon, myths, social values

RESUMÉ**SOCIOLOGIE DE L'INTELLIGENCE ARTIFICIELLE**

Nous proposons une Sociologie de l'Intelligence Artificielle (IA), en renforçant la nécessité de comprendre en profondeur les implications sociales de cette technologie dans une perspective éloignée des visions déterministes. Nous présentons des lignes directrices pour aborder l'IA comme un phénomène sociotechnique et pour déconstruire de manière critique les mythes culturels, les métaphores et les attentes qui entourent ces technologies et les rhétoriques commerciales et politiques qui les accompagnent. L'une des caractéristiques de la Sociologie sera de soulever des questions sur la définition de ce qui est « bon » pour la société, sur les valeurs sociales qui doivent prévaloir et sur la façon dont l'IA peut être utilisée au profit de la société dans son ensemble.

MOTS-CLÉS: Intelligence Artificielle, phénomène sociotechnique, mythes, valeurs sociales

INTRODUÇÃO

Recentes avanços tecnológicos e científicos no domínio das ciências da computação, conjugados com uma massiva disponibilidade de dados

digitais, têm possibilitado uma aceleração vertiginosa na capacidade de sistemas informáticos e algoritmos imitarem um comportamento humano “inteligente”, desenvolvendo exponencialmente o campo da Inteligência Artificial (IA). Com um espectro vasto de aplicações, proliferam discursos sobre as grandes transformações sociais e económicas que se avizinham (para um maior desenvolvimento, consultar Machado e Silva, 2024).

Ao contrário do que é muitas vezes veiculado pelos média e noções de senso comum, a IA não é um fenómeno recente. Os primórdios da IA remontam à década de 1950, e a oficialização do termo “Inteligência Artificial” aconteceu em 1956, durante a famosa Escola de Verão decorrida na Universidade de Dartmouth, New Hampshire, EUA, que reuniu investigadores interessados em explorar maneiras de fazer com que as máquinas pudessem imitar funções cognitivas humanas.

Também o interesse da Sociologia pela IA não é recente. Em 1985, o sociólogo Steve Woolgar publicou um artigo com o seguinte título sugestivo e provocatório: *Por que não uma sociologia das máquinas? O caso da sociologia e da inteligência artificial*. O autor criticava uma tendencial circunscrição das contribuições da Sociologia à avaliação do “impacto” destas tecnologias, cenário que terá contribuído para que a abordagem sociológica fosse cooptada e delimitada por via dos discursos e práticas de quem desenvolve e comercializa IA. Woolgar sugeria uma expansão da perspectiva sociológica para uma abordagem reflexiva das dicotomias que estão na base do desenvolvimento da IA (por exemplo, humano/máquina; social/cognitivo; inteligência/racionalidade), de modo a destacar os significados e sentidos mobilizados para legitimar certas ações, programas e interesses científicos, empresariais ou políticos.

Neste breve texto, propomos em traços gerais um conjunto de abordagens para uma Sociologia da IA, com vista a compreender em profundidade e refletir sobre as implicações sociais da IA numa perspectiva arredada de visões deterministas.

1. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FENÓMENO SOCIOTÉCNICO

Na perspetiva da Sociologia, podemos falar da IA como um “fenómeno sociotécnico” (Søraa, 2023, pp. 12-13), ou seja, a IA não está circunscrita

a aspetos técnicos e científicos, resultando de interações complexas entre ciência, tecnologia, economia e sociedade. Este termo chama a atenção para a forma como os valores, as práticas institucionais e as desigualdades estão incorporados no código, na conceção e no uso da IA, mas também para os contextos históricos, sociais, culturais, económicos e políticos mais amplos que enquadram o desenvolvimento, utilização e perspectivas sobre a IA (Joyce *et al.*, 2021; Prado, 2022). Nas secções seguintes identificamos, de forma sumária, algumas dimensões de análise e questões de investigação a responder no âmbito de uma Sociologia da IA (para um maior desenvolvimento, consultar Machado e Silva, 2024).

1.1. Os discursos: metáforas, mitos e expectativas

Uma dimensão central de uma Sociologia da IA diz respeito ao papel das narrativas e da retórica na projeção de discursos sobre a IA no espaço público, influenciando fortemente o modo como a maioria das pessoas pensam e falam a respeito da IA. Por exemplo, metáforas como “inteligência” artificial ou “aprendizagem” das máquinas intervêm de forma duradoura nos discursos, alimentando mitos e expectativas futuras junto do público em geral e de comunidades de especialistas (Bareis e Katzenbach, 2022; Campolo e Crawford, 2020; Natale e Ballatore, 2017). Também as histórias sobre máquinas com semelhanças humanas estão muito presentes na ficção científica contemporânea e em narrativas míticas que perduram há séculos (Mayor, 2018; Sheikh *et al.*, 2023).

Recentemente, expectativas sociais marcadamente otimistas em torno da IA têm sido acompanhadas de alocações massivas de recursos tecnológicos e financeiros, a par com o agudizar de controvérsias e discursos sobre receios e danos. Esta conjunção conduz a perspetivar a IA do século XXI como um fenómeno paradigmaticamente novo. Fala-se numa revolução (Sejnowski, 2018), num *tsunami* (Manning, 2015), num trauma epistémico (Pasquinelli, 2015) ou ainda – numa abordagem mais crítica – em mitos tecnológicos (Bareis e Katzenbach, 2022; Roberge *et al.*, 2020) ou crenças mágicas (Elish e Boyd, 2018). O “sublime tecnológico”, expressão invocada por Leo Marx para descrever o modo como durante o século XIX, com as primeiras obras-primas da

engenharia, o sublime, anteriormente dirigido aos fenómenos naturais e aos enigmas da física, foi cada vez mais dirigido para a tecnologia, é utilizado para celebrar o progresso tecnológico e esconder os seus problemas e contradições (Marx, 2000, p. 207), ajudando a compreender como a agência pode ser afastada dos humanos e projetada para a IA (Bareis e Katzenbach, 2022, p. 860).

Estes discursos projetam expectativas e histórias sobre o futuro (van Lente, 2016), onde a IA surge como um meio de inovação de mercado e engenharia social. Por exemplo, todas as políticas nacionais tendem a projetar discursos que enquadram a IA como um desenvolvimento tecnológico adquirido e massivamente disruptivo que irá mudar fundamentalmente a sociedade. Em consequência, a necessidade de adotar a IA em todos os sectores-chave da sociedade é retratada retoricamente como inevitável (Bareis e Katzenbach, 2022). Ao mesmo tempo, as implicações sociais e éticas do desenvolvimento da IA surgem secundarizadas em relação aos esperados efeitos benéficos na economia e inovação.

Uma análise de mitos bem-sucedidos, como é o caso do mito da inevitabilidade da IA, permite elucidar sobre as estruturas de poder e a hierarquia de valores sociais (por exemplo, dar prioridade à competitividade económica e eficiência em detrimento da igualdade e acesso a um trabalho digno) e compreender processos de despolitização que reduzem maciçamente a complexidade da IA e a dissociam de contextos sociais e políticos. Já o debate científico e os discursos das empresas que desenvolvem IA parecem associar-se a reivindicações de conhecimentos irrefutáveis, produzindo resultados categóricos aparentemente prescritivos que configuram uma caixa negra, isto é, um dispositivo previsível de entrada e saída, cujo funcionamento interno não precisa de ser conhecido para ser utilizado. De referir, por exemplo, os discursos gerados por sistemas de IA generativa (como o *ChatGPT*), cujos conteúdos tendem a suprimir reflexões críticas em torno da IA.

1.2. Interrogações fundamentais

Os discursos sobre a IA projetam futuros desejados, assim como anseios, embora caiba perguntar *de quem*, e, nessa medida: Quem é favorecido,

desfavorecido ou silenciado/invisibilizado por determinados discursos públicos, e de que forma esses futuros são projetados e podem ser contestados (Brown, Rappert e Webster, 2016; Oomen *et al.* 2022)? Quem protagoniza a construção e disseminação de expectativas e de mitos sobre a IA? Quais as características principais da retórica e das metáforas em torno da IA?

Por exemplo, ao examinar os discursos de diferentes governos nacionais em torno da IA podemos compreender como funciona o poder do Estado em termos da seleção de prioridades de desenvolvimento, alocação de recursos e investimento em infraestruturas. Uma análise das políticas nacionais que projetam o futuro da IA permite igualmente explorar qual é o papel que o Estado atribui ao envolvimento de diferentes organizações, setores e cidadãos no desenvolvimento da IA (Wilson, 2022).

Acrescem interrogações que decorrem de discursos dominantes que apresentam a IA como inevitável: poderemos falar de uma caixa negra? Se sim, o que é que acontece quando surgem controvérsias? Quem é que protagoniza essas controvérsias e que tipo de disputas surgem? Como é que as controvérsias são desencadeadas e encerradas?

Apesar de existirem expectativas partilhadas, a interpretação de diferentes grupos sociais sobre as implicações da IA será distinta. Enquanto os líderes tecnológicos propõem soluções técnicas para resolver problemas potencialmente suscitados pela IA (por exemplo, mais treino de máquinas para resolver erros, falhas e vieses, o que implicará alargar a recolha de dados digitais e a produção de mais protocolos de classificação de conteúdos), os cientistas sociais propõem mecanismos regulatórios de utilização e desenvolvimento da IA e de responsabilização por danos e proteção e reparação das vítimas. Estes atores fazem parte da mesma rede de inovação, mas os que reivindicam a reflexão em torno das implicações sociais e éticas da IA tendem a ocupar uma posição subordinada (Steinhoff, 2023). Importa que a rede de inovação que sustenta a IA evolua dinamicamente para um maior hibridismo e fusão de fronteiras, potenciando uma compreensão mais matizada e holística do modo como esta rede funciona em contextos diversos (Machado *et al.*, 2023).

CONCLUSÃO

Uma abordagem sociológica interseccional pode contribuir para a crescente discussão sobre o impacto desigual da IA, considerando as formas como as variações históricas e contemporâneas das desigualdades criadas pelos sistemas capitalistas são reproduzidas e exacerbadas nos e pelos sistemas digitais. Do mesmo modo, a Sociologia contribuirá para a transformação social pela reivindicação de tecnologias mais justas e igualitárias e colaboração na governação da IA, evitando riscos de cooptação e posicionamentos legitimadores (Machado *et al.*, 2023; Zajko, 2022).

O papel distintivo da Sociologia é também vital para enfatizar a necessidade de envolver os públicos nas decisões sobre o desenvolvimento e uso destas tecnologias disruptivas. A Sociologia tem um papel privilegiado na denúncia do silenciamento de comunidades marginalizadas e da circunscrição do papel dos cidadãos a funções que servem dinâmicas económicas e de mercado. Cabe à Sociologia ampliar o diálogo público sobre a IA, levantar questões sobre quem define o que é “bom” para a sociedade, quais são os valores sociais a prevalecer e como a IA pode ser utilizada de forma a beneficiar a sociedade como um todo.

Em suma, será uma missão preponderante da Sociologia mostrar a importância da construção de um espaço mais democrático e participativo no qual as decisões relacionadas com as tecnologias de IA sejam informadas por uma compreensão mais ampla e contextualizada das questões sociais e éticas envolvidas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela União Europeia (ERC-2023-ADG, Facial Recognition Technologies. Etho-Assemblages and Alternative Futures - fAlces, projeto n.º 101140664). As opiniões e perspetivas expressas são exclusivamente da responsabilidade das autoras e não refletem necessariamente as da União Europeia ou do Conselho Europeu de Investigação. Nem a União Europeia nem a entidade financiadora podem ser responsabilizadas pelas mesmas.

REFERÊNCIAS

BAREIS, Jascha; KATZENBACH, Christian – Talking AI into being: The narratives and imaginaries of national AI strategies and their performative politics. *Science, Technology & Human Values* [Em linha]. 47: 5 (2022) 855-881. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01622439211030007>. ISSN 1552-8251.

- BROWN, Nick; RAPPERT, Brian; WEBSTER, Andrew – Introducing contested futures: From looking into the future to looking at the future. In BROWN, Nick; RAPPERT, Brian (Ed.) – *Contested futures: A sociology of prospective techno-science*. London: Routledge, 2016. ISBN 9780367604943. p. 3-20.
- CAMPOLO, Alexander; CRAWFORD, Kate – Enchanted determinism: Power without responsibility in artificial intelligence. *Engaging Science, Technology, and Society* [Em linha]. 6 (2020) 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.17351/ests2020.277>. ISSN 2413-8053.
- ELISH, Madeleine Clare; BOYD, Danah – Situating methods in the magic of Big Data and AI. *Communication Monographs* [Em linha]. 85:1 (2018) 57–80. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03637751.2017.1375130>. ISSN 0363-7751.
- JOYCE, Kelly; SMITH-DOERR, Laurel; ALEGRIA, Sharla; BELL, Susan; CRUZ, Taylor; HOFFMAN, Steve G.; NOBLE, Safiya Umoja; SHESTAKOVSKY, Benjamin – Toward a sociology of artificial intelligence: A call for research on inequalities and structural change. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World* [Em linha]. 7 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2378023121999581>. ISSN 2378-0231.
- MACHADO, Helena; SILVA, Susana – *Desafios Sociais e Éticos da Inteligência Artificial no Século XXI* [Em linha]. Braga: UMinho Editora, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.130>. ISBN 9789899074521.
- MACHADO, Helena; SILVA, Susana; NEIVA, Laura – Publics' views on ethical challenges of Artificial Intelligence: a scoping review. *AI & Ethics* [Em linha] (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43681-023-00387-1>. ISSN 2730-5961.
- MANNING, Christopher – Computational linguistics and deep learning. *Computational Linguistics* [Em linha]. 41:4 (2015) 701–707. Disponível em: https://doi.org/10.1162/COLL_a_00239. ISSN 1530-9312.
- MARX, Leo – *The machine in the garden: Technology and the pastoral ideal in America*. Oxford: Oxford University Press, 2000. ISBN 9780195133516.
- MAYOR, Adrienne – *Gods and robots: Myths, machines, and ancient dreams of technology*. New Jersey: Princeton University Press, 2018. ISBN 9780691183510.
- NATALE, Simone; BALLATORE, Andrea – Imagining the thinking machine: Technological myths and the rise of artificial intelligence. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies* [Em linha]. 26:1 (2017) 3-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354856517715164>. ISSN 1748-7382.
- OOMEN, Jeroen; HOFFMAN, Jesse; HAJER, Maarten – Techniques of futuring: On how imagined futures become socially performative. *European Journal of Social Theory* [Em linha]. 25:2 (2022) 252-270. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1368431020988826>. ISSN 1461-7137.
- PASQUINELLI, Matteo (Ed.) – *Alleys of your mind: Augmented intelligence and its traumas* [Em linha]. Lüneburg: Meson Press, 2015. Disponível em: <https://meson.press/books/alleys-of-your-mind/>. ISBN 9783957960665.
- PRADO, Magaly – *Fake News e Inteligência Artificial: O poder dos algoritmos na era da desinformação*. São Paulo: Edições 70, 2022. ISBN 9788562938658.

- ROBERGE, Jonathan; SENNEVILLE, Marius; MORIN, Kevin – How to translate artificial intelligence? Myths and justifications in public discourse. *Big Data & Society* [Em linha]. 7:1 (2020) 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951720919968>. ISSN 2053-9517.
- SEJNOWSKI, Terrence J. – *The deep learning revolution*. Cambridge: The MIT Press, 2018. ISBN 9780262038034.
- SHEIKH, Haroon; PRINS, Corien; SCHRIJVERS, Erik – Artificial intelligence: Definition and background. In SHEIKH, Haroon; PRINS, Corien; SCHRIJVERS, Erik (Eds.) – *Mission AI: The new system technology* [Em linha]. Berlin: Springer, 2023. ISBN 9783031214486. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-21448-6_2. p. 15-41.
- SØRAA, Roger – *AI for diversity*. London: Routledge, 2023. ISBN 9781032074443.
- STEINHOFF, James – AI ethics as subordinated innovation network. *AI & Society* [Em linha] (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-023-01658-5>. ISSN 1435-5655.
- VAN LENTE, Harro – Forceful futures: From promise to requirement. In BROWN, Nick; RAPPERT, Brian; WEBSTER, Andrew (Eds.) – *Contested futures: A sociology of prospective techno-science*. London: Routledge, 2016. ISBN 9780367604943. p. 43-64.
- WILSON, Christopher – Public engagement and AI: A values analysis of national strategies. *Government Information Quartely* [Em linha]. 39:1 (2022) 101652. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101652>. ISSN 1872-9517.
- WOOLGAR, Steve – Why not a sociology of machines? The case of sociology and artificial intelligence. *Sociology* [Em linha]. 19:4 (1985) 557-572. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038585019004005>. ISSN 1469-8684.
- ZAJKO, Mike – Artificial intelligence, algorithms, and social inequality: Sociological contributions to contemporary debates. *Sociology Compass* [Em linha]. 16:3 (2022) 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.12962>. ISSN 1751-9020.

NORONHA, Susana de – Illness Narratives in AI-Generated Images: Toward a Theory of a New Variant. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 117-127. ISSN 2182-7419.

ILLNESS NARRATIVES IN AI-GENERATED IMAGES: TOWARD A THEORY OF A NEW VARIANT

SUSANA DE NORONHAⁱ

Centre for Research and Studies in Sociology, University Institute of Lisbon (CIES-ISCTE)

ABSTRACT

An evolving technology – artificial intelligence (AI) image generators – is engendering a new variant of illness narratives that calls into question the assertions made about their connections with preceding forms of art and image-making. The social sciences must interrogate and analyse the changes brought about by this technology, developing a comprehensive theory on the embeddedness of AI-generated images in illness experiences and narratives, and vice versa. We must ask in what ways these images matter for a renewed relationship not only with our bodies, but also with our surrounding world, in how we experience and represent illness and resistance.

KEYWORDS: AI image generators, illness narratives, words, images

RESUMO

NARRATIVAS DE DOENÇA EM IMAGENS GERADAS POR IA: PARA UMA TEORIA DA NOVA VARIANTE

Uma tecnologia em evolução – os geradores de imagem com inteligência artificial (IA) – está a dar forma a uma nova variante de narrativas de

ⁱ susana.noronha@iscte-iul.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1823-4342>.

doença que desmonta parte das afirmações feitas sobre a ligação das mesmas com anteriores formas de arte e de criação de imagens. As ciências sociais devem interrogar e analisar as mudanças engendradas por esta tecnologia, desenvolvendo uma teoria abrangente sobre os encaixes das imagens geradas por IA nas experiências e narrativas de doença e vice-versa. Temos de perguntar de que forma estas imagens são importantes para uma relação renovada não só com os nossos corpos, mas também com o mundo que nos rodeia, na forma como vivemos e representamos a doença e a resistência.

PALAVRAS-CHAVE: geradores de Imagem com IA, narrativas de doença, palavras, imagens

RESUMÉ

RÉCITS DE MALADIE DANS LES IMAGES GÉNÉRÉES PAR L'IA: VERS UNE THÉORIE D'UNE NOUVELLE VARIANTE

Une technologie en pleine évolution – les générateurs d'images par intelligence artificielle (IA) – donne naissance à une nouvelle variante des récits de maladie qui remet en question les affirmations concernant leurs liens avec les formes antérieures d'art et de création d'images. Les sciences sociales doivent interroger et analyser les changements apportés par cette technologie, en développant une théorie globale sur l'intégration des images générées par l'IA dans les expériences et récits de maladie, et inversement. Nous devons nous demander en quoi ces images sont importantes pour une relation renouvelée non seulement avec nos corps, mais également avec le monde qui nous entoure, dans notre façon de vivre et de représenter la maladie et la résistance.

MOTS-CLÉS: générateurs d'images par IA, récits de maladie, mots, images

INTRODUCTION

Why should artificial intelligence (AI) image generators and their application in the depiction of illness narratives matter to social scientists and societies? AI is now undeniably a reality pervading our daily lives, from science and technology to the arts (Lanzeni, 2022). AI develops within a discourse of improvement, built on the promise of low-cost accessibility, efficiency,

and productivity, with a focus on decision-making through data-informed insights and the automation of repetitive tasks, promising faster and more accurate results. However, the advantages and problems emerging from the “datafication of society” (Pink, 2018) – that is, the collection, accumulation, and use of vast amounts of data by AI systems – are being extensively analysed across various scientific fields, attesting to AI’s multifaceted ontology and agency.

AI image generators are promoted within a similar boundary-pushing discourse, offering users a personalised exploration of an unconventional and constantly evolving aesthetics, allegedly redefining the limits of creativity and expression. Through human-AI collaboration, they enable experimentation with diverse artistic concepts, styles, and techniques, by selecting preferences and generating “unpredictable and novel outcomes”. Yet, issues such as copyright infringement, the spread of misinformation and fake content, the misrepresentation of specific groups (Hakopian, 2023), and cultural appropriation are just a few of the challenges affecting their accuracy and fairness, undermining transparency and accountability. Moreover, since datasets are neither neutral nor free from bias, and are shaped by a “coded gaze” (Buolamwini, 2023), AI may amplify inequality, reinforcing discrimination, exclusion, and erasure, and perpetuating stereotypes related to race, gender, age, and ability (Benjamin, 2019; Broussard, 2023; Crawford, 2021; Elam, 2022; Noble, 2018; Stypinska, 2023).

While the providers of AI image generators use the notion of the unexpected and the improvised – significant traits of conventional artistic approaches – the workings of algorithms and machine learning models are nevertheless different. The number of text-to-image AI generators now reaches several hundred, with Bing Image Creator, DALL-E, Leonardo Ai, Midjourney, Nightcafe, Stable Diffusion, and starryai frequently appearing on lists of recommended applications. Sustained by and learning from large sets of pre-existing images, the artificial agency of text-to-image generators is partly achieved through visual patchwork. Critics – reopening, within new contours, former discussions about “ready-mades”, “*objets trouvés*”, or even collage – argue that these images are simply transformed replicas, amounting to plagiarism, where notions of creativity, craftsmanship,

technical skill, originality, authorship, copyrights, and ownership cannot be applied.

However, “words do things” (Austin, 1962), and although agency is partly mediated through a machine, these images come into existence through the heterogeneous input of humans: “prompts” – instructions in written format that guide the algorithm towards the image envisioned by the user. Writing this sequence of instructions – describing the subject or content, setting or context, art form, style, lighting, colours, and framing – is a detailed process, requiring one to learn how to write effective prompts to avoid failed or unsatisfactory images. This skill takes time and practice, or can be acquired through learning from others, or even with the aid of an AI prompt builder or generator. Users must also adapt to the filters and restrictions of AI generators concerning sexually explicit content, depictions of violence and gore, the use of hate speech or offensive material, and (in)sensitivity to cultural and religious beliefs, among other guidelines. There are also downloadable tools, such as NMKD Stable Diffusion GUI, Automatic1111, and FreedomGPT Medusa, that, unlike the most commonly used platforms, allow uncensored and unfiltered outputs, bypassing ethical content limitations. While several apps are available for free, others require paid subscriptions, with monthly plans ranging from € 10 to € 120, depending on the generator and the options for basic, standard, or advanced/professional use – a choice that obviously impacts image quality.

AI image generators can also function as enhancement tools (image-to-image generators), transforming and/or blending images created and uploaded by the user, such as photographs, paintings, and drawings, allowing an intersection of media and methods (Santaella, 2022). Additionally, specific AI image generators offer applications for live or real-time drawing, enabling users to roughly sketch and then refine and upgrade their images online. Fostering a more ethical form of co-creation, users can also curate a dataset of their own creations and use it to train the AI generator model, enabling it to learn their visual language, and generate new images that reflect one’s individual aesthetics and creative approach. Additionally, users can download images from these AI-based generators and further work with them

through digital manipulation or collage, or by printing them onto paper as surfaces for material intervention – drawing, painting, cutting, and reassembling – thereby adding new layers of human agency to this collaboration. Taking these specifications into account, “there are no simple, uninteresting, or insignificant objects, only simplistic and uninterested readings” (Noronha, 2015, p. 19). The ongoing controversy will not change the fact that part of our experiences, ideas, and imagination is now taking form – not on canvas or paper – but through AI-generated images, powered by algorithms.

The expression “unpredictable outputs”, commonly used to define AI-generated images, has a deeper parallel meaning. While the potential applications of AI image generators as expressive and interventive tools for people with illnesses and related disabilities (mental, neurological, autoimmune, chronic, non-communicable, degenerative, among others) are beginning to surface in news articles, online journals, magazines, and art and technology blogs, emerging scientific research and literature remain largely inattentive to the impact of generative AI on the transformation of illness narratives.

1. ILLNESS NARRATIVES HAVE A STORY OF THEIR OWN

Illness narratives – defining illness as the personal, cultural, and social experience of living with a disease or physical disorder – are embedded in sociocultural patterns that shape what can be said and shown (Gwyn, 2002; Mattingly, 2001). “Regarding the pain of others” (Sontag, 2003), social sciences are not exempt from these patterns, but by reflexively confronting their own biases, roots, and rules, anthropology and sociology have continually sought to explore different realities as change has emerged in society and science. As a research topic, illness narratives have a story of their own. Words – their substance, potential, and agency – were at the core of our earliest inquiries and analyses. In the effort to understand illness and expression, or the patient’s “explanatory model” (Kleinman, 1988), these insights were often gained through structured conversations, where researchers controlled the dialogue with a predefined set of questions, following their own concerns. The proliferation of illness narratives in literary non-fiction, written by patients or survivors, urged social scientists to acknowledge

and make sense of stories whose authors had their own agendas. Diaries and essays authored by scholars, poets, feminists, and activists became central to discussions, sparking increased interest in scientific analysis (Armstrong-Coster, 2005; Diedrich, 2007). Additionally, a growing body of literature began to explore the potential of autoethnography, as researchers chose to tell the stories of their own illnesses (Frank, 1995; Jain, 2013; Paget, 1994; Sedgwick, 1999; Stacey, 1997; Stoller, 2005). Situated between science and autobiography, the focus of these reflections and analyses remained on words, whether spoken or written.

However, a story can also be told without words, using a different language – such as a sequence of images or a single image that can encapsulate an entire illness experience (Noronha, 2009, p. 45). Although research on illness narratives in the visual arts is still intermittent and limited, it is gradually expanding, leading to publications where HIV-AIDS, cancer, mental illness, and, more recently, COVID-19 take prominence (Bell, 2006; Bolaki, 2016; Engelmann, 2016; Morcate and Pardo, 2022; Noronha, 2009, 2015, 2019; Sagan, 2014). The naked body and its parts, from its external openings to internal organs, enduring extreme conditions of pain and suffering– but also subtle and blatant visual metaphors and their multiple meanings – materialising the intimate and the private, are recurring elements in images that have found their place in galleries, books, art magazines, and websites, reaching and impacting the community.

2. ENTERING THE FIELD: TWO DECADES OF ILLNESS NARRATIVE RESEARCH

In the last two decades, art-based illness narratives achieved a new level of sociocultural impact with the use of digital and online media, where they are shared and proliferated. The internet has thus become one of the most prolific contexts for the public display of these stories. Cancer is, undoubtedly, one of the most frequently depicted health conditions in these artworks and projects, motivating my own contribution to the discourse on illness narratives in the visual arts. Following a digital ethnography approach (Kozinets, 2009) – assembling and analysing

a wide-ranging international list of artistic narratives displayed on the internet, and examining not only the images but also the accompanying texts or discourses when provided – my previous work aimed to respond to a series of unanswered questions at that time (Noronha, 2009, 2015). My research revealed that there is no separation between humans and objects, and especially, no separation between the experiences we undergo and the stories we tell – in this case, the art we create. My work unfolded in three distinct parts, each sequentially dismantling separations or rigid classifications between these realities.

The first part of my research (Noronha, 2009), which breaks down divisions between experience and “representation”, highlights the epistemological dimensions of art-based illness narratives. It deconstructs the notion of art as a mere reproduction of reality, redefining it as a constitutive part of experience and a form of knowledge, deeply embedded in the way patients live, understand, and cope with illness, bridging individual expression and collective activism. Analysing visual representations of biomedical technologies and materialities within the same art-based format, the second part of my research (Noronha, 2015) presents an understanding of illness as a modular process, an experiential assemblage that also encompasses objects, thereby breaking down divisions between experience and material culture. It outlines an alternative ontology, a “third half of things”, according to which people, experiences, objects, and knowledge are part of an undivided reality, being or becoming mutually complete (Noronha, 2015). From theory to practice, the third part of my research (Noronha, 2019) focused on the development of a novel methodology – “creative ethnographic drawing” – which breaks down divisions between social science and art, merging illustration with writing. Resulting from informal conversations with patients, without a predefined questionnaire, it brought forward what was regarded as relevant from their perspective. By adding metaphor and imagination to the creative process, the drawings and paintings materialise ideas and facts that would otherwise be untranslatable into conventional realistic illustration, transforming my interlocutors’ words and stories into a meaningful sequence of images. However, there is work to be done, considering the new connections between humans and artificial intelligence devices, as well as the changes they bring to the interplay among words, images, and the stories we tell.

(IN)CONCLUSION: THE UNFINISHED SHAPE OF A NEW VARIANT AND THE WORK AHEAD

A variant, by definition, is a “form or version of something that differs in some respect from other forms of the same thing or from a standard”. AI image generators are giving rise to a new variant of illness narratives that calls into question many of the assertions made regarding their connections to preceding forms of art and image-making. A variant is, as the term implies, unprecedented, while nonetheless retaining details from previous forms. But what exactly is new about the way patients create their images and tell their stories? In terms of the use of text-to-image AI generators in the depiction of illness narratives, an exploratory survey of the internet reveals the diversity of actors participating in this process, ranging from professional and amateur artists to beginners with no skills or previous experience in the arts, as well as individuals with disabilities for whom other media were inaccessible. These individuals do not use lines or shapes to create their images; they write them down. Words and images are inextricably linked in this new creative process or mechanism, while the result – the output or image – is always unanticipated, corresponding, or not, to the intention of the “writer of images”. While previous media allowed for a direct connection between the inner and outer worlds, such as the imprint of blood, pus, urine, scars, and even residues of organs and body parts on paper, canvas, plaster casts, and preservative containers, patients using AI image generators can, if they wish, rely solely on the intertwining of words and technology to express and extend their embodied experiences into images.

We are not only involved in the creation of a variant; we also have the opportunity to develop a new theory. The social sciences must interrogate and analyse the changes brought about by this technology, developing a comprehensive theory on the embeddedness of AI-generated images in illness experiences and narratives and vice versa. What kind of relationships, possibilities, and challenges might emerge from this new articulation of humans, AI image generators, words, and images? In what ways do AI-generated images matter for a renewed relationship not only with our bodies but also with our surrounding world, particularly in how

we experience and represent illness and resistance? In what ways do AI image generators change, expand, or limit the metaphors we use and the subjects we choose to give shape to our narratives, such as events, memories, thoughts, emotions, desires, sensations, people, relationships, spaces, objects, and other non-humans? This new technology not only changes the way we create images but also brings into the creative process individuals and experiences that have, until now, been absent from illness imagery. Recognising that the conditions that engender the reproduction of inequality in generative AI are as significant as its opportunities for inclusive agency and representation, we must also address the invisibilities and absences generated by this new technology and visual format. Hopefully, the entanglements of machines and artificial intelligence with what makes us human may open new paths for dismantling ontological separations and classifications that are no longer effective in understanding reality.

REFERENCES

- AUSTIN, John L. – *How to do Things with Words*. London: Oxford University Press, 1962. ISBN 9780195004236.
- BELL, Susan – Living with breast cancer in text and image: Making art to make sense. *Qualitative Research in Psychology* [Online]. 3:1 (2006) 31-44. Available at: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp052oa>. ISSN 1478-0887.
- BENJAMIN, Ruha – *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. New York: Polity Press, 2019. ISBN 9781509526406.
- BOLAKI, Stella – *Illness as Many Narratives: Arts, Medicine and Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. ISBN 9781474425582.
- BROUSSARD, Meredith – *More Than a Glitch: Confronting Race, Gender, and Ability Bias in Tech*. Cambridge: MIT Press, 2023. ISBN 9780262548328.
- BUOLAMWINI, Joy – *Unmasking AI: My Mission to Protect What Is Human in a World of Machines*. New York: Random House, 2023. ISBN 9780593241844.
- DIEDRICH, Lisa – *Treatments: Language, Politics, and the Culture of Illness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007. ISBN 9780816646982.
- ELAM, Michele – Signs Taken for Wonders: AI, Art & the Matter of Race. *Daedalus* [Online]. 151:2 (2022) 198-217. Available at: https://doi.org/10.1162/daed_a_01910. ISSN 1548-6192.
- ENGELMANN, Lukas – Photographing AIDS: on capturing a disease in pictures of people with AIDS. *Bulletin of the History of Medicine* [Online]. 90:2 (2016) 250-278. Available at: <https://doi.org/10.1353/bhm.2016.0053>. ISSN 0007-5140.

- FRANK, Arthur W. – *The Wounded Storyteller: Body, Illness & Ethics*. Chicago: University of Chicago Press, 1995. ISBN 9780226004976.
- GWYN, Richard – Narrative and the Voicing of Illness. In GWYN, Richard (Org.) – *Communicating Health and Illness*. London: Sage Publications, 2002. ISBN 9780761964759. pp. 139-165.
- HAKOPIAN, Mashinka – Art histories from nowhere: on the coloniality of experiments in art and artificial intelligence. *AI & Society* [Online]. 39:1 (2023) 24-41. Available at: <https://doi.org/10.1007/s00146-023-01768-0>. ISSN 1435-5655.
- JAIN, S. Lochlann – *Malignant: How Cancer Becomes Us*. Oakland: University of California, 2013. ISBN 9780520276574.
- KLEINMAN, Arthur – *The Illness Narratives: Suffering, Healing and the Human Condition*. New York: Basic Books, 1988. ISBN 9780465032044.
- KOZINETTS, Robert – *Netnography: Doing Ethnographic Research Online*. New York: Sage, 2009. ISBN 9781848606456.
- LANZENI, Debora; WALTORP, Karen; PINK, Sarah; SMITH, Rachel (Eds.) – *An Anthropology of Futures and Technologies*. London: Routledge, 2022. ISBN 9781350144910.
- MATTINGLY, Cheryl; GARRO, Linda (Eds.) – *Narrative and the Cultural Construction of Illness and Healing*. Oakland: University of California Press, 2001. ISBN 9780520218253.
- MORCATE, Montse; PARDO, Rebeca – Photographic narratives of Covid-19 during Spain's state of emergency: Images of death, dying and grief. *Mortality* [Online]. 27:4 (2022) 426-442. Available at: <https://doi.org/10.1080/13576275.2022.2141206>. ISSN 1469-9885.
- NOBLE, Safiya – *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018. ISBN 9781479837243.
- NORONHA, Susana de – *A Tinta, a Mariposa e a Metástase: A Arte como Experiência, Conhecimento e Ação sobre o Cancro de Mama*. Porto: Afrontamento, 2009. ISBN 978-972-36-1022-2.
- NORONHA, Susana de – *Objetos Feitos de Cancro: Mulheres, Cultura Material e Doença nas Estórias da Arte*. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6082-8.
- NORONHA, Susana – *Cancro Sobre Papel: Estórias de Oito Mulheres Portuguesas entre Palavra Falada, Arte e Ciência Escrita*. Coimbra: Almedina, 2019. ISBN 978-972-4078-78-6.
- PAGET, Marianne; DEVAULT, Marjorie – *Complex Sorrow: Reflections on Cancer and an Abbreviated Life*. Philadelphia: Temple University Press, 1994. ISBN 9781566391924.
- SAGAN, Olivia – *Narratives of Art Practice and Mental Wellbeing: Reparation and Connection*. London: Routledge, 2014. ISBN 9781138703414.
- SANTAELLA, Lucia – Artificial Intelligence and Creativity Under Interrogation. In VEAR, Craig; POLTRONIERI, Fabrizio (Eds.) – *The Language of Creative AI: Practices, Aesthetics and Structures*. Cham: Springer, 2022. ISBN 9783031109621. pp. 43-56.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky – Breast Cancer: an adventure in applied deconstruction. In PRICE, Janet; SHILDRICK, Margrit (Eds.) – *Feminist Theory and the Body: A Reader*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. ISBN 9780748610891. pp. 153-156.

SONTAG, Susan – *Regarding the Pain of Others*. London: Penguin Books, 2003. ISBN 9780312422196.

STACEY, Jackie – *Teratologies: Cultural Study of Cancer*. London: Routledge, 1997. ISBN 9780415149600.

STOLLER, Paul – *Stranger in the Village of the Sick: A Memoir of Cancer, Sorcery and Healing*. Boston: Beacon Press, 2005. ISBN 9780807072615.

STYPINSKA, Justyna – AI ageism: a critical roadmap for studying age discrimination and exclusion in digitalized societies. *AI & Society* [Online] 38:2 (2023) 665-677. Available at: <https://doi.org/10.1007/s00146-022-01553-5>. ISSN 1435-5655.

BARRIGA, Antónia do Carmo – *Lugares reterritorializados* na era tecnológica: notas sobre as fronteiras entre o público e o privado em ambiente digital. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 129-136. ISSN 2182-7419.

LUGARES RETERRITORIALIZADOS NA ERA TECNOLÓGICA: NOTAS SOBRE AS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO EM AMBIENTE DIGITAL

ANTÓNIA DO CARMO BARRIGAⁱ

Universidade da Beira Interior (UBI)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Universidade da Beira Interior
(CIES-UBI)

RESUMO

Este texto remete para alterações ocorridas nas duas últimas décadas no domínio dos média digitais e das práticas comunicacionais que lhes estão associadas, optando-se por destacar a utilização do *smartphone*, na medida em que esta ilustra uma significativa mudança no quotidiano e nas formas de experienciar o mundo. Considerando que as mutações no modo como nos relacionamos com as tecnologias da informação contribuem para uma maior permeabilidade do espaço público aos aspetos privados, elege-se e recupera-se a discussão (clássica) sobre as fronteiras entre o público e o privado – uma questão relevante, em nosso entender, para pensar a esfera pública (digital) na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: média digitais, *smartphone*, público e privado

ⁱ acab@ubi.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9439-8798>.

ABSTRACT**RETERRITORIALIZED PLACES IN THE TECHNOLOGICAL ERA: NOTES ON THE BOUNDARIES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE IN THE DIGITAL ENVIRONMENT**

This text refers to the transformations that have taken place over the past two decades in the field of digital media and the communicative practices associated with them, with particular attention to the emergence and widespread adoption of the smartphone. The smartphone is highlighted as a paradigmatic example of a broader shift in everyday life and in the ways individuals perceive, interact with, and make sense of the world. Given that changes in how we relate to information technologies contribute to an increased permeability between the public and private spheres, this text revisits the (classical) debate concerning the boundaries between public and private—an issue we consider crucial for reflecting on the (digital) public sphere in contemporary society.

KEYWORDS: digital media, smartphone, public and private

RESUMÉ**LIEUX RETERRITORIALISÉS À L'ÈRE TECHNOLOGIQUE: NOTES SUR LES FRONTIÈRES ENTRE LE PUBLIC ET LE PRIVÉ DANS L'ENVIRONNEMENT NUMÉRIQUE**

Ce texte renvoie aux transformations survenues au cours des deux dernières décennies dans le domaine des médias numériques et des pratiques de communication qui y sont associées, en mettant l'accent sur l'utilisation du smartphone, dans la mesure où elle illustre un changement significatif dans le quotidien et dans les manières d'appréhender le monde. Considérant que les mutations dans la manière dont nous interagissons avec les technologies de l'information contribuent à une plus grande perméabilité de l'espace public aux aspects privés, nous choisissons de relancer la discussion (classique) sur les frontières entre le public et le privé - une question qui, à notre avis, est pertinente pour réfléchir à la sphère publique (numérique) dans la contemporanéité.

MOTS-CLÉS: médias numériques, smartphone, public et privé

NOTA INTRODUTÓRIA

Parte do título escolhido para este texto apropria-se do conceito de re-territorialização, frequentemente usado no âmbito das ciências sociais a partir dos anos 1990, ainda que esse uso já tivesse expressão em Deleuze e Guattari (1972). A noção de território passou a ser polissémica, indo além de um espaço físico delimitado, e o processo de des-territorialização assume-se como uma das principais características do fenómeno de globalização da economia mundial. No entanto, é hoje muito claro que as suas implicações estão além da economia, sendo inúmeras as *distâncias* que se encurtaram ou superaram, as fronteiras que se diluem, as *redes* que se desmaterializaram, os *bens* que se desenraizaram. Na polissemia do termo *território* insere-se também a simbologia de um espaço sem fim – como o da internet aparenta ser –, porém com inúmeros interstícios: os *lugares* onde se expressam práticas sociais, cujo sentido as ciências sociais procuram *desocultar*. Indissociável da ideia de território, encontramos na noção de fronteira outra profícua polissemia recorrentemente usada em ciências sociais, por referência a conceitos e práticas que se deslocam ou diluem. E assim acontece também neste texto.

Nos últimos vinte anos, a par de novos *territórios comunicacionais*, consolidaram-se novos campos científicos. Cumprida a primeira década do milénio, os estudos sobre a internet já eram um campo em rápido desenvolvimento (Ess e Dutton, 2013), sendo que alguns temas entraram nas agendas de investigação, aí adquirindo um lugar permanente – é o caso da temática que indaga o papel da internet na esfera pública (Dahlgren, 2005, p. 147), originando uma vasta literatura em muito marcada pelas perspectivas teóricas balizadas pela dicotomia otimismo/ceticismo. Similarmente, estas duas visões também continuam a enformar as discussões em torno da tecnologia digital, não obstante o crescente contributo de abordagens mais ajustadas à complexidade dos impactos tecnológicos. Sem pretender ignorar tal complexidade, o presente texto é apenas um modo (de entre os possíveis) de olhar para os média digitais contemporâneos e para alguns dos seus impactos.

TECNOLOGIA DIGITAL E PRIVACIDADE

As alterações societais coproduzidas pela inovação em tecnologia digital são observáveis em novas práticas comunicacionais, sociabilidades emergentes e modos diferentes de estar e ser, produzindo efeitos potencialmente transformadores da esfera pública. A relação entre tecnologia e sociedade é, porém, um processo de condicionamento recíproco (Baym, 2010): todo o desenvolvimento tecnológico é produto de relações culturais, sociais, políticas.

As plataformas digitais já não são apenas empresas que fornecem serviços *online* (comércio eletrónico, redes sociais, *streaming* de vídeo e música...). As *Big Tech* (em particular as que originaram o acrónimo GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) tornaram-se gigantes económicos, passando os seus proprietários a deter um incommensurável poder (também relevante na geopolítica).

Numa brevíssima cronologia, anotamos alguns marcos da evolução no campo das TIC ligadas (maioritariamente) a estas plataformas. Em 2005, com a compra pela Google do sistema operativo Android, começou uma pequena revolução, que haveria de se aprofundar em 2007, com o lançamento da primeira geração de iPhone com ecrã tátil. Em 2008, ano em que surgiram em Portugal os *smartphones*, começava a batalha dos sistemas operativos e a disponibilização de inúmeros aplicativos. Neste contexto, emergiram em Portugal as plataformas de média social: Facebook (2005); Instagram e Twitter (2010); TikTok (2019). A estas plataformas, juntou-se em 2009 o WhatsApp. Beneficiando da velocidade do 4G que nesse ano avançava, este aplicativo rapidamente se tornou o serviço de troca de mensagens mais popular no mundo, enquanto ia caindo em desuso o envio de SMS (a que os portugueses tanto aderiram, particularmente em períodos festivos).

No entanto, em nosso entender, seria o uso do *smartphone* e as infinitas aplicações a que ele dá acesso que operariam uma significativa mudança no quotidiano dos cidadãos e na sua forma de experienciar o mundo. Há muito que se assinalou o carácter intrínseco do telemóvel, o qual se incorpora na vida do sujeito, construindo uma “subjetividade pós-moderna, ou seja, desterritorializada, aberta, presenteísta, esfacelada” (Lemos, 2007, p. 34). Tapscott (2010) denominou-o de canivete suíço digital, dadas as suas inúmeras possibilidades de comunicação.

A IA trouxe funcionalidades para os *telemóveis* que apenas era possível usar em computadores. A relação entre os *smartphones* e a IA é, aliás, bidirecional: por um lado, o primeiro implementa a segunda (por exemplo, executando algoritmos complexos e processando grandes volumes de dados em tempo real); por outro, esta melhora a experiência de utilização do *smartphone* (mais eficiente, personalizado e capaz de antecipar as necessidades). Considerando a liberdade, a autonomia e a constante conexão que o *smartphone* oferece, Tapscott (2010) havia sugerido designá-lo como “amigo” ou “copiloto digital”.

Ora, a promessa de liberdade e autonomia está hoje comprometida de vários modos. Um deles advém da sua capacidade de vigilância. Muitos artefactos tecnológicos trouxeram a vigilância para dentro de casa, mas os atuais dispositivos de comunicação móveis trouxeram a possibilidade de a levar para todo o lado. Tal produz efeitos na esfera pública não negligenciáveis, interferindo, desde logo, na privacidade dos indivíduos e nas suas escolhas (supostamente) pessoais. A privacidade no mundo digital, se ainda não desapareceu, está fortemente comprometida, sendo afetada de múltiplas formas: pela exposição daquilo que de pessoal ou íntimo cada um deliberadamente publicita – *uma visibilidade desejada*; pela apropriação indevida de dados pessoais pelas grandes plataformas digitais (muitas vezes através da utilização de software “gratuito” que regista toda e qualquer pegada) e sujeição à ação do algoritmo – *uma opacidade consentida*; e pela potencialidade da própria tecnologia para exercer múltiplas formas de vigilância – um *controlo incontrolável* que continua a remeter para o panótico idealizado por Bentham (Barriga, 2020). A tecnologia digital, em geral, e as novas práticas a ela associadas concorrem para a desvalorização da privacidade. As alterações nas conceções de privacidade talvez sejam mesmo o marco que assinala a transição para a pós-modernidade, como referiu Baumann (2002).

Na contemporaneidade, tudo parece indicar que mudanças como as da relação com as TIC contribuem para uma maior permeabilidade do espaço público aos aspetos privados. Autores como Baumann (2002) ou Innerarity (2009) têm aludido à intimidade tornada visível. E Brighenti (2010), a propósito da visibilidade, sugere dois modelos principais: num deles, a esfera pública é uma forma de visibilidade em que

se está em público; o segundo é o reino público da visibilidade social, da interação, no qual o reconhecimento do outro se torna central para a construção do eu.

A DILUIÇÃO DE FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A evolução dos meios de comunicação – e a utilização do *smartphone* ilustra-o bem – tornou as fronteiras entre o público e o privado mais diluídas e porosas do que nunca e tornou mais difícil a compreensão da dicotomia público/privado. A “grande dicotomia”, como Bobbio (1995) a designou, remete-nos agora para a imprecisão e fluidez da fronteira entre as duas noções, para a sua polimorfia e multiplicidade de facetas (os significados dos conceitos, contextos e usos, etc.), e também para a variedade das correntes teóricas que a abordam (muitas delas arquitetadas a partir da formulação clássica de Arendt e Habermas). Problematicar esta dicotomia tornou-se pertinente também para pensar o papel da tecnologia e dos média sociais na esfera pública (digital) contemporânea.

Sabe-se que, em ambiente digital, as fronteiras entre o público e o privado esbatem-se ainda mais (Martins, 2019; Primo *et al.*, 2015; Von Pape *et al.*, 2017, entre outros). Ou seja, os comportamentos nas redes sociais (ou média sociais, como passou a ser conceitualmente mais exato designá-las), para além da dificuldade (já clássica) em traçar a fronteira entre público e privado, evidenciam enormemente a indistinção entre as duas noções. A tal não são alheios, naturalmente, as potencialidades das plataformas digitais e das ferramentas tecnológicas.

A profusão nas últimas décadas de plataformas digitais proporcionou, como refere Carvalheiro (2015), um recrudescimento de discursos em torno do público e do privado que aponta para tendências diversas e, por vezes, de sentidos contrários: por um lado, vislumbra-se o privado ganhando terreno sobre o público, dado que os cidadãos recuam no envolvimento cívico e investem nas relações sociais, na profissão, no lazer; por outro, verifica-se a redução do domínio privado, em consequência da crescente exposição de aspetos da vida pessoal e da dificuldade em proteger os dados pessoais (Carvalheiro, 2015, p. 93).

Neste sentido, a esfera privada digital já não é classificável no binómio político/pessoal, implicando antes uma mistura peculiar de ambos que torna o público menos político e o privado menos pessoal (Papacharissi, 2010). A identidade pessoal adentrou pelos cenários públicos, e o espaço privado, outrora sacralizado, deixou de estar arredado da discussão pública (Carvalheiro *et al.*, 2013, p. 108).

Em síntese, e numa assunção polissémica, diríamos que os *lugares reterritorializados* que os indivíduos hoje *habitam* alimentam o debate em torno do “fim da privacidade” e da “privatização do público”, evidenciando a relevância da tecnologia digital na contemporaneidade e a pertinência do seu estudo no âmbito das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYM, Nancy – *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010. ISBN 9780745656199.
- BARRIGA, Antónia do Carmo – A emergência de ferramentas tecnológicas para controlo da Covid-19: uma reinvenção de panóticó imperfeitos. *Observatorio (OBS*) Journal* [Em linha]. Portugal. 16 (2022) 236-250. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/2024>. ISSN 1646-5954.
- BARRIGA, Antónia do Carmo – A publicitação do privado na era da pós-verdade: uma exploração às redes sociais dos líderes políticos portugueses. *Observatorio (OBS*) Journal* [Em linha]. 14 (2020) 056-071. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542020000200004&lng=en&nrm=iso. ISSN 1646-5954.
- BAUMAN, Zygmunt – *Modernidad Líquida*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2002. ISBN 9789505575138.
- BOBBIO, Norberto – *State, Government and Society: Elements for a General Theory of Politics*. London: Polity Press, 1995. ISBN 9780943875676.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi – *Visibility in Social Theory and Social Research*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 09780230241022.
- CARVALHEIRO, José Ricardo – Privatismo e Privacidade. In CARVALHEIRO, José Ricardo (Ed.) – *Público e Privado nas Comunicações Móveis*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2015. ISBN 9789727983582. p. 93-117.
- CARVALHEIRO, José Ricardo; PRIOR, Hélder; MORAIS, Ricardo – Público, Privado e Representação Online: o Caso do Facebook. In FIDALGO, António, e CANAVILHAS, João (Org.) – *Comunicação Digital – 10 anos de investigação*. Coimbra: Edições Minerva, 2013. ISBN 9789727983421. p. 101-109.
- DAHLGREN, Peter – The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication* [Em linha]. 22:2 (2005) 147-162. Disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/san/waysofbeing/data/citizenship-robson-dahlgren-2005.pdf>. ISSN 1091-7675.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995. ISBN 8585490659.

ESS, Charles; Dutton, William – Internet Studies: Perspectives on a rapidly developing field. *New Media & Society* [Em linha]. 15 (2013) 633-643. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444812462845>. ISSN 1461-7315.

INNERARITY, Daniel – *A Sociedade Invisível*. Lisboa: Teorema, 2009. ISBN 9789726958635.

LEMOS, André – Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). *Comunicação, Mídia e Consumo* [Em linha]. 4:10 (2007) 23-40. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/97/98>. ISSN 1983-7070.

MARTINS, Paulo – Redes sociais como fontes de informação jornalística: As novas fronteiras da privacidade. In CHRISTOFOLETTI, Rogerio (Ed.) – *Privacidad, transparencia y éticas renovadas*. Málaga: Ediciones Egregius, 2019. ISBN 9788418167027. p. 11-31.

PAPACHARISSI, Zizi – *A Private Sphere: Democracy in a Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2010. ISBN 09780745645254.

PRIMO, Alessandra Teixeira; AMARAL, Ludmila Lupinacci; VALIATI, Vanessa Amalia Dalpizol; BARROS, Laura Santos de – Comunicação privada na internet: Da invenção do particular na Idade Média à hiperexposição na rede. *Intexto* [Em linha]. 34 (2015) 513-534. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58583>. ISSN 1807-8583.

TAPSCOTT, Don – *A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos*. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010. ISBN 09788522011397.

VON PAPE, Thilo; TREPTE, Sabine; MOTHES, Cornelia – Privacy by disaster? Press coverage of privacy and digital technology. *European Journal of Communication* [Em linha]. 32:3 (2017) 189-207. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323117689994>.

DEMOCRACIA EM PORTUGAL: O PAPEL DA AÇÃO COLETIVA CONTENCIOSA

ANA RAQUEL MATOSⁱ

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Este artigo analisa a participação política em Portugal, distinguindo mecanismos institucionais de modalidades contenciosas. O objetivo é discutir como estes repertórios de ação coletiva, considerados não convencionais e frequentemente mobilizados por movimentos sociais, podem contribuir para a revitalização democrática, ampliando o espaço público e pressionando a (re)formulação de políticas. Com base em literatura selecionada e exemplos ilustrativos do contexto português, este artigo propõe uma leitura interpretativa do valor democrático da participação contenciosa.

PALAVRAS-CHAVE: participação política, ação coletiva, democracia, Portugal

ABSTRACT

DEMOCRACY IN PORTUGAL: THE ROLE OF CONTENTIOUS COLLECTIVE ACTION

This article examines political participation in Portugal, distinguishing between institutional mechanisms and contentious forms of engagement.

Its aim is to discuss how these repertoires of collective action, considered non-conventional and frequently mobilized by social movements, may contribute to democratic revitalization by expanding the public sphere and exerting pressure for the (re)formulation of policies. Drawing on selected literature and illustrative examples from the Portuguese context, the article offers an interpretive reading of the democratic value of contentious participation.

KEYWORDS: political participation, collective action, democracy, Portugal

RESUMÉ

DÉMOCRATIE AU PORTUGAL: LE RÔLE DE L'ACTION COLLECTIVE CONTESTATAIRE

Cet article analyse la participation politique au Portugal, en distinguant les mécanismes institutionnels des modalités contestataires. Il vise à discuter de la manière dont ces répertoires d'action collective, considérés comme non conventionnels et fréquemment mobilisés par les mouvements sociaux, peuvent contribuer à la revitalisation démocratique, en élargissant l'espace public et en exerçant une pression sur la (re)formulation des politiques publiques. À partir d'une littérature sélectionnée et d'exemples illustratifs du contexte portugais, l'article propose une lecture interprétative de la valeur démocratique de la participation contestataire.

MOTS-CLÉS: participation politique, action collective, démocratie, Portugal

1. PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO: REDEFININDO A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A democracia assenta na soberania popular, geralmente exercida de forma representativa por meio de eleições livres. Contudo, a conceção liberal-representativa é amplamente contestada devido às suas limitações em termos de inclusão, responsividade e justiça social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades e crises de legitimidade. Em resposta, emergem formas alternativas de participação – diretas, horizontais e, por vezes, contestatárias – que ampliam o espaço democrático e desafiam a separação entre sociedade civil e Estado, bem como entre representação e ação política (Mouffe, 2000; Fraser, 2009; Rancière, 2014).

Embora alguns autores associem a participação às suas expressões institucionalizadas, designadas como participação pública ou cidadã (Fung, 2006; Bobbio, 2019), adota-se aqui uma conceção mais ampla: a participação política. Esta inclui práticas institucionais – assembleias municipais, orçamentos participativos, consultas públicas – e formas contenciosas, como protestos, ocupações, desobediência civil e mobilizações online (Tilly e Tarrow, 2015; Tormey, 2015). Esta abordagem alinha-se com Van Deth (2014), que propõe uma cartografia da participação política integrando modalidades convencionais e não convencionais, superando definições restritivas. Defende-se, assim, uma perspetiva integrada que reconhece a diversidade de formas participativas, com destaque para o papel dos grupos marginalizados na revitalização democrática.

A vitalidade democrática requer a inclusão de formas de participação contenciosa, que ampliam os canais tradicionais e respondem à desafeição crescente face às instituições representativas (Torcal e Montero, 2006). A participação, do voto ao protesto, é crucial nesse sentido (Teorell, 2006), especialmente no contexto de “pós-democracia” identificado por Colin Crouch (2004), onde elites concentram o poder de decisão, aprofundando a desconfiança política.

Assim, a participação através do conflito não fragiliza a democracia, mas pode funcionar como força crítica que desafia a representação e promove novas formas de deliberação. Esta dinâmica enfrenta a crise do modelo democrático (Lijphart, 1997; Van Reybrouck, 2017), marcada pelo distanciamento entre eleitores e eleitos, pela ineficácia das respostas políticas e pelo aumento da desconfiança institucional.

Há cerca de quatro décadas, propostas de reforço da participação cidadã têm privilegiado dispositivos deliberativos institucionalizados como resposta a essa crise. Estes mecanismos valorizam o diálogo racional e o consenso (Habermas, 1996; Gutmann e Thompson, 2004), mas entram em tensão com formas de participação não convencionais, como os repertórios de ação coletiva pelo protesto.

Neste artigo, analisa-se a participação política na democracia portuguesa, a partir de contributos recentes que investigam práticas concretas de mobilização cidadã. Dá-se especial atenção às modalidades contenciosas de participação, procurando compreender o seu impacto

social, a influência na formulação de políticas públicas e o contributo para a renovação democrática.

2. TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL

A Revolução de 25 de abril de 1974 pôs fim a quase meio século de ditadura do Estado Novo, que restringia fortemente a participação política: sufrágio limitado, partidos proibidos, sindicatos subordinados ao Estado e repressão pela censura e pela polícia política (PIDE/DGS). A mobilização cívica era mínima e controlada. Com o 25 de abril iniciou-se a democratização, consagrada na Constituição de 1976, que garantiu liberdades fundamentais, sufrágio universal, multipartidarismo e direitos sociais, abrindo espaço à participação cidadã tanto nos canais institucionais como nas dinâmicas sociais de base.

A década de 1970 foi marcada por intensa mobilização popular, sobretudo no mundo do trabalho – greves, ocupações e lutas sociais que desempenharam papel central na construção da democracia. Nas décadas seguintes consolidaram-se os mecanismos formais de participação – eleições regulares para a Assembleia da República e para as autarquias, e, após a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, para o Parlamento Europeu – bem como o referendo, previsto constitucionalmente desde 1976. Paralelamente, a sociedade civil organizou-se em associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais, com forte capacidade reivindicativa nas primeiras décadas da democracia.

Com a consolidação democrática e a integração europeia surgiram instrumentos destinados a suplementar a representação tradicional – conselhos consultivos, consultas públicas, a iniciativa legislativa de cidadãos (prevista na revisão constitucional de 1997 e regulamentada em 2003) e, mais recentemente, experiências-piloto de assembleias cidadãs. Contudo, muitos desses mecanismos são criticados por terem impacto limitado, por serem percebidos como distantes e burocráticos, e por não responderem eficazmente às necessidades sociais, o que alimenta uma desafeição política visível na queda da participação eleitoral e na erosão da confiança nas instituições. É neste cenário de

crise da representação que ganham relevo as formas de ação coletiva contenciosa, que desafiam o *status quo* e procuram novos espaços de expressão e reivindicação fora dos canais tradicionais.

2.1. A ação coletiva contenciosa em Portugal

A participação contenciosa constitui uma forma de envolvimento cívico motivada por desigualdades persistentes e pelo descontentamento com o funcionamento das instituições. Traduz-se em ações disruptivas no espaço público – como manifestações, ocupações ou protestos digitais – que emergem quando os canais tradicionais de participação são percecionados como ineficazes (Tilly e Tarrow, 2015). Ao contrário das abordagens deliberativas, centradas no diálogo e no consenso, a ação contenciosa assenta na oposição ativa, denunciando injustiças, visibilizando causas marginalizadas e mobilizando práticas de resistência (Tilly, 2011; Della Porta, 2015).

Em Portugal, essas formas de ação têm longa tradição, anterior à institucionalização democrática (Palacios Cerezales, 2011). As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por lutas operárias e greves massivas. Em democracia, os protestos tendem a ser pacíficos (Fernandes *et al.*, 2021) e, nas últimas duas décadas, observaram-se mudanças nos repertórios e nas causas: da precariedade laboral (Soeiro, 2012) à crise climática (Carvalho *et al.*, 2014), incluindo habitação (Mendes e Tulumello, 2024), racismo (Santos e Vasconcelos, 2019) e questões LGBTQIA+ (Santos, 2013).

Estas mobilizações, muitas vezes fora das estruturas tradicionais, combinam ativismo presencial, desobediência civil e estratégias digitais, articulando-se em múltiplas escalas e agendas interseccionais. Aproximam-se do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1981; Melucci, 1985; Della Porta e Diani, 2020), ao privilegiarem valores identitários, culturais e ético-políticos em vez da conquista do poder institucional (Offe, 1985). Coletivos ligados à habitação, ao ambiente, ao antirracismo e às questões LGBTQIA+ ilustram esta lógica em Portugal, articulando ação local com redes globais, emocionalidade com estratégia, protesto com criatividade política. A crescente distância face à política institucional é especialmente visível entre os jovens, que,

como destaca Magalhães (2022), tendem a reforçar formas alternativas de ação, participando mais em mobilizações contenciosas do que na política convencional.

Ao desafiar os limites da representação e mobilizar cidadãos excluídos dos processos decisórios, estes movimentos funcionam como mecanismos de escrutínio e pressão, contribuindo para a regeneração democrática (Della Porta, 2013). Ao exigir respostas e dar visibilidade a causas silenciadas, reforçam paradoxalmente a democracia, oferecendo alternativas à crise de representação e combatendo a apatia política.

Exemplos concretos em Portugal ilustram o impacto da participação contenciosa. Durante a crise financeira de 2008, os protestos contra a austeridade demonstraram como o conflito social pode influenciar a política institucional. Embora pouco estruturados, articularam-se com sindicatos e partidos políticos (Baumgarten, 2013; Accornero e Pinto, 2015), alcançando conquistas. Além do recuo na proposta de redução da Taxa Social Única (TSU), o ciclo de protestos contra a austeridade contribuiu para a reconfiguração do discurso político dominante, impulsionou novas formas de organização cidadã e influenciou, de forma indireta, decisões políticas subsequentes, como os acordos que sustentaram a chamada “geringonça”, a solução governativa de 2015 entre o PS, BE, PCP e PEV.

No plano ambiental, destacam-se a oposição à exploração de combustíveis fósseis no Algarve e Alentejo (2019–2020), os protestos contra megaparcos solares em zonas sensíveis (Delicado *et al.*, 2013) e, mais recentemente, a luta contra a mineração de lítio (Carvalho, 2024). Essas mobilizações articulam preocupações ecológicas, justiça territorial e crítica ao modelo tecnocrático de transição energética. Em vários casos, conseguiram suspender ou travar projetos em curso, como no caso da exploração de petróleo e gás offshore, cuja concessão foi cancelada após forte contestação pública. Também contribuíram para aumentar o escrutínio público sobre processos de avaliação ambiental e reforçar a visibilidade mediática e política das alternativas propostas pelos movimentos. Ainda que algumas lutas permaneçam em aberto, têm conseguido reconfigurar o debate público, influenciar decisões políticas e

legitimar formas descentralizadas e participativas de pensar o território e a transição ecológica.

Na área da habitação, vários coletivos denunciam despejos e especulação imobiliária, recentrando o debate público no direito à cidade. Estas mobilizações visibilizam a crise habitacional e introduzem no discurso público conceitos como justiça habitacional, gentrificação e direito ao lugar (Tulumello e Mendes, 2022). Por meio de ações simbólicas, protestos criativos, campanhas em redes sociais e articulações com o setor acadêmico, influenciam políticas públicas, como medidas de regulação do alojamento local e iniciativas de arrendamento acessível. Apesar dos resultados desiguais e da resistência institucional, estas lutas consolidam novas formas de participação cidadã e repoliticizam o espaço urbano, desafiando interesses imobiliários e financeiros.

Combinando protesto, redes digitais e criatividade política, os movimentos sociais atuais permanecem relevantes, inovadores e plurais. A diversidade de atores traduz agendas interseccionais que desafiam os limites da representação num contexto de crescente desconfiança institucional. As políticas de austeridade e a financeirização aprofundaram desigualdades, catalisando mobilização social e fortalecendo o papel desses movimentos na construção de cidadania ativa e revitalização democrática (Fernandes *et al.*, 2021).

Esses exemplos apontam para a importância da participação contenciosa na vitalidade democrática. Ao colocar problemas na agenda pública, força o debate e a ação das instituições e partidos, equiparando o seu impacto ao de muitos espaços consultivos. A sua capacidade de influenciar políticas, como no recuo da TSU, e reconfigurar discursos sobre habitação e ambiente revela o seu poder transformador. Além disso, ao mobilizar bases sociais e dar visibilidade a grupos marginalizados, essas dinâmicas podem influenciar as dinâmicas eleitorais, compelindo representantes a responderem a novas exigências. Em Portugal, os movimentos sociais permanecem dinâmicos e inovadores, operando entre o local e o transnacional, articulando emocionalidade e estratégia, e ampliando o espaço público democrático ao sensibilizar para desigualdades, politizar injustiças e ativar formas de cidadania que extrapolam os canais institucionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTEGRANDO O DISSENSO NA DEMOCRACIA

A ação coletiva contenciosa, muitas vezes vista como uma perturbação à ordem, deve ser entendida como uma componente essencial da democracia. Os movimentos sociais e as suas formas de participação funcionam como mecanismos de escrutínio e pressão, expondo limites do modelo representativo e dando voz a grupos sistematicamente marginalizados. Em Portugal, esta dinâmica reafirmou-se como parte integrante da vida política, refletindo não apenas a vitalidade da sociedade civil, mas também a persistência de desigualdades e exclusões estruturais que continuam a alimentar o conflito social.

A transição de protestos com base de classe para mobilizações com agendas identitárias e interseccionais – como aquelas ligadas à habitação, ao ambiente, ao antirracismo ou às questões LGBTQIA+ – evidencia a pluralidade e renovação da ação coletiva.

Num contexto de recrudescimento da extrema-direita, que capitaliza desigualdades e promove discursos polarizadores, estas formas de participação assumem um papel ainda mais decisivo. A ação contenciosa constitui um espaço de resistência e afirmação democrática, fundamental para travar retrocessos autoritários e defender valores de justiça, pluralismo e inclusão.

O desafio reside em garantir que estas formas de participação não sejam apenas toleradas ou absorvidas de forma simbólica. É essencial que sejam reconhecidas como expressões legítimas de vontade política, com capacidade de influenciar processos decisórios. Traduzir o seu potencial de mobilização em mudanças estruturais e envolvimento político estável será crucial para enfrentar os dilemas atuais e construir uma democracia mais robusta, responsiva e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCORNERO, Guya; PINTO, Pedro Ramos – “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. ISSN 1980-864X. 41: 2 (2015) 393-421.
- BAUMGARTEN, Britta – Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current sociology*. ISSN 0011-3921. 61:4 (2013) 457-473.
- BOBBIO, Luigi – Designing Effective Public Participation. *Policy and Society*. ISSN 1839-3373. 38: 1 (2019) 41-57.

CARVALHO, Anabela; SCHMIDT, Luísa; SANTOS, Filipe Duarte; DELICADO, Ana – Climate Change Research and Policy in Portugal. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*. ISSN 1757-778. 5: 2 (2014) 199-217.

CARVALHO, António – *Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. ISBN 9789892626208.

COHEN, Joshua – *Deliberation and Democratic Legitimacy*. Londres: Routledge, 2002. ISBN 9780203986820.

CROUCH, Colin – *Post-Democracy*. Nova Jersey: John Wiley and Sons, 2004. ISBN 9780745633152.

DELICADO, Ana; SILVA, Luís; JUNQUEIRA, Luís; HORTA, Ana; FONSECA, Susana; TRUNINGER, Mónica – Ambiente, paisagem, património e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 100 (2013) 11-36.

DELLA PORTA, Donatella – *Can Democracy be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge: Polity Press, 2013. ISBN 9780745664606.

DELLA PORTA, Donatella – *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back Into Protest Analysis*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015. ISBN 9780745688589.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario – *Social Movements: An Introduction* (3ª edição). Malden: Blackwell Publishing. 2020. ISBN 9781119167655.

DIAS, Hugo; FERNANDES, Lúcia – A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions*. Porto. ISSN 2182-9535. 11 (2016) 37-54.

FERNANDES, Tiago; ARAÚJO, Cláudia; SANTOS, Isabel G.; ROMANOS, Eduardo – Ciclos de protesto e democracia: uma comparação entre Portugal e Espanha, 2000-2019. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 97 (2021) 9-33.

FRASER, Nancy – *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. Nova York: Columbia University Press, 2009. ISBN 978-0-231-14680-7.

FUNG, Archon – Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*. ISSN 00333352. 66: 1 (2006) 66-75.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis – *Why Deliberative Democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004. ISBN 9780691120195.

HABERMAS, Jürgen – *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press. 1996. ISBN 10. 0262581620.

LIJPHART, Arend – Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *American Political Science Review*. Austin. ISSN 0003-0554. 91: 1 (1997) 1-14.

MAGALHÃES, Pedro – *A Participação Política da Juventude em Portugal Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019. Gulbenkian Studies #1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. [consultado a 18 de julho de 2024]. Disponível em: https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-01-final_red.pdf

MELUCCI, Alberto – The symbolic challenge of contemporary movements. *Social Research*. ISSN 0037-783X. (1985) 789-816.

- MENDES, Luís; TULUMELLO, Simone – Changing social movements in Lisbon? Housing financialisation and post-pandemic activism. *Critical Housing Analysis*. ISSN 2336-2839. 11:1 (2024) 115-126.
- MOUFFE, Chantal – *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2000. ISBN 9781859842799.
- OFFE, Claus – New social movements: Challenging the Boundaries of institutional politics. *Social Research*. ISSN 0037783X. 52: 4 (1985), p. 817-868.
- PALACIOS CEREZALES, Diego – *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. ISBN 9789896710866.
- RANCIÈRE, Jacques – *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575594001.
- SANTOS, Ana Caroline Trindade; VASCONCELOS, Pedro – O activismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações. *Revista Migrações - Número Temático afrodescendentes em Portugal*. Lisboa. ISSN 1646-8104. 16 (2019) 79-96.
- SANTOS, Ana Cristina – *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2013. ISBN 9780230289581.
- SOEIRO, José – Estou aqui por reear o meu futuro. Juventude, precariedade e protesto. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. Braga. ISSN 1646-5075. 9 (2012) 103-119.
- TARROW, Sidney – *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics* (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2011. ISBN 9780511973529.
- TEORELL, Jan - Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. *European Journal of Political Research*. ISSN 1475-6765. 45:5 (2006) 787-810. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00636.x>.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney – *Contentious Politics* (2ª edição revista). Nova Iorque: Oxford University Press, 2015. ISBN 9780190255053.
- TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón – *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006. ISBN 9780415511384.
- TORMEY, Simon – *The End of Representative Politics*. Cambridge: Polity Press, 2015. ISBN 13: 978-07456881955.
- TOURAINE, Alain – *The Voice and the Eye*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. ISBN 0521238749.
- TULUMELLO, Simone; MENDES, Luís – Movimentos sociais urbanos em tempos de crise. In DRAGO, Ana (Coord.) – *A segunda crise de Lisboa: uma metrópole fragilizada*. Coimbra: Actual, 2022. p. 159-193. ISBN 9789896947576.
- VAN DETH, Jan W. – A Conceptual Map of Political Participation. *Acta Politica*. ISSN 1741-1416. 49: 3 (2014) 349-367.
- VAN REYBROCK, David – *Contra las elecciones. Cómo salvar la democracia*. Barcelona: Taurus, 2017. ISBN 9788430618422.

MARTINS, Bruno Sena – Antirracismo e políticas da memória no século XXI: do Império Português às viagens pela descolonização. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 147-157. ISSN 2182-7419.

ANTIRRACISMO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA NO SÉCULO XXI: DO IMPÉRIO PORTUGUÊS ÀS VIAGENS PELA DESCOLONIZAÇÃO

BRUNO SENA MARTINSⁱ

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Neste texto, analiso como o movimento antirracista em Portugal, ao longo da democracia e, em especial, na última década, consolidou uma agenda política focada no confronto com o passado colonial. Destaco o protagonismo de uma geração de pessoas negras nascida após o 25 de Abril de 1974, cujo percurso se cruza com a reconstrução pós-imperial de Portugal. Considero também o impulso de uma vaga transnacional de protestos que, em pleno século XXI, articula o antirracismo com políticas de memória e reivindicação de reparações históricas.

PALAVRAS-CHAVE: antirracismo, políticas da memória, descolonização, Portugal, Black Lives Matter

ABSTRACT

ANTI-RACISM AND THE POLITICS OF MEMORY IN THE 21ST CENTURY: FROM THE PORTUGUESE EMPIRE TO THE JOURNEYS OF DECOLONISATION

In this text, I analyse how the anti-racist movement in Portugal, throughout democracy and especially in the last decade, has consolidated a political

ⁱ bsenamartins@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3367-9155>.

agenda focused on confronting the colonial past. I highlight the protagonism of a generation of black people born after 25 April 1974, whose journey intersects with Portugal's post-imperial reconstruction. I also consider the impetus given by a transnational wave of protests which, in the 21st century, articulates anti-racism with politics of memory and demands for historical reparations.

KEYWORDS: anti-racism, politics of memory, decolonisation, Portugal, Black Lives Matter

RESUMÉ

L'ANTIRACISME ET LES POLITIQUES DE LA MÉMOIRE AU XXIE SIÈCLE: DE L'EMPIRE PORTUGAIS AUX VOYAGES DE LA DÉCOLONISATION

Dans ce texte, j'analyse comment, tout au long de la démocratie et surtout au cours de la dernière décennie, le mouvement antiraciste au Portugal a consolidé un programme politique axé sur la confrontation avec le passé colonial. Je souligne le rôle prépondérant d'une génération de personnes noires nées après le 25 avril 1974, dont le parcours croise la reconstruction post-impériale du Portugal. Je considère également l'impulsion donnée par une vague transnationale de protestations qui, au XXI^e siècle, articule l'antiracisme avec des politiques de la mémoire et des demandes de réparations historiques.

MOTS-CLÉS: antiracisme, politiques de la mémoire, décolonisation, Portugal, *Black Lives Matter*

INTRODUÇÃO

No dia 10 de dezembro de 2022, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, condecorou Amílcar Cabral (1924-1973) com o Grande-Colar da Ordem da Liberdade. Passadas quase cinco décadas do 25 de Abril de 1974, a atribuição do mais alto grau da Ordem da Liberdade ao líder da luta armada pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde não deixa de se revestir de especial significado. O legado político intelectual de Amílcar Cabral consagra-o como uma figura de singular proeminência na evocação da luta contra o colonialismo europeu em África e contra as estruturas do racismo retroalimentadas por este. Como bem sintetiza Achile Mbembe, Cabral entendia a luta anticolonial como uma “revolução” que significava, antes de mais, “uma recusa violenta,

quase visceral, de todas as formas de servidão, em particular as praticadas em nome da raça” (Mbembe, 2021: 43). Por seu lado, a reconstrução pós-imperial da identidade portuguesa está intimamente ligada a uma memória pública dominante avessa a reconhecer a violência colonial e o racismo como estruturas cruciais do passado português, naquilo a que se pode chamar de “organização do esquecimento” (Cardina, 2023).

Nesse sentido, a honra póstuma atribuída a Amílcar Cabral, pelo mesmo Presidente da República que poucos anos antes havia estado envolvido numa controversa apologia do papel pioneiro de Portugal na abolição da escravatura, simboliza um gesto memorial de relevo. Acredito que este gesto, mais do que uma simples inflexão pessoal ou institucional, reflete o contexto do século XXI. Refiro-me a um contexto marcado pela relevância das agendas que, tanto em Portugal quanto no cenário internacional, reivindicam a descolonização da memória imperial, questionando narrativas que perpetuam mitos eurocêntricos sobre o colonialismo, enquanto elemento crucial do combate ao racismo nas sociedades contemporâneas. Neste texto, examino de forma sintética a relação entre o movimento antirracista e as políticas da memória em Portugal no século XXI, considerando o papel de mobilizações transnacionais e as dinâmicas específicas do contexto português. Em particular, examino como o antirracismo tem interpelado criticamente o passado colonial.

1. POLÍTICAS DA MEMÓRIA E COLONIALISMO: VIAGENS ANTIRRACISTAS

Em março de 2015, na África do Sul, ganhou forma o movimento de protesto “Rhodes Must Fall”, inicialmente investido na remoção da estátua de Cecil Rhodes do campus da Universidade da Cidade do Cabo. Após a remoção da estátua em abril do mesmo ano, o movimento manteve o ímpeto reivindicando a descolonização da universidade e o enfrentamento do racismo institucional na África do Sul (Ndlovu-Gatsheni, 2018). O “Rhodes Must Fall” constitui um exemplo de movimentos de protesto em que o debate pós-colonial pela memória é fortemente determinado pelos quadros de cada Estado-nação ao mesmo tempo que permeado por dinâmicas transnacionais.¹

¹ Pouco tempo depois da eclosão do “Rhodes Must Fall” na África do Sul, na universidade de Oxford, em Inglaterra, foi criado um movimento visando a retirada da estátua de Rhodes situada na fachada do Oriel College.

Mais recentemente, em 2020, no rescaldo do assassinato de George Floyd em Minneapolis, nos EUA, desencadeou-se uma significativa vaga de protestos antirracistas pelo mundo. Os protestos estenderam-se a mais de 2000 localidades e envolveram 15 a 26 milhões de pessoas apenas em território norte-americano, fazendo do *Black Lives Matter* (BLM) o maior movimento de protesto na história dos EUA (Audra *et al.*, 2020). O BLM ganhou força em 2013, após o assassinato de Trayvon Martin, um jovem afro-americano de 17 anos. Desde então, o BLM construiu uma rede nacional de protestos visando primordialmente a brutalidade policial e as desigualdades sistémicas que afetam a população negra. Internacionalmente, as manifestações chegaram a cerca de 60 países, articulando experiências de luta contra o racismo por todos os continentes. Ao forjarem inéditas mobilizações, alianças de vária ordem e relações entre diferentes coletivos pelo mundo, estes protestos deram testemunho do carácter multidirecional da memória, cujo reconhecimento

nos encoraja a pensar na esfera pública como um espaço discursivo maleável, no qual os grupos não se limitam a articular posições estabelecidas, mas se tornam realidade através das suas interações dialógicas com os outros; tanto os sujeitos como os espaços do público estão abertos a uma reconstrução contínua (Rothberg, 2009, p. 5, tradução do autor).

Os protestos que se seguiram ao assassinato de George Floyd estimularam e deram uma visibilidade sem precedentes às lutas contra o racismo sistémico, bem como a apelos por renovadas políticas da memória. A retirada das estátuas de Robert E. Lee, Edward Colston, Cristóvão Colombo ou Leopoldo II representou alguns dos mais marcantes gestos na oposição à memorialização acrítica do colonialismo e da escravatura no espaço público. Na verdade, esta vaga de protestos articulou-se com todo um conjunto de iniciativas por justiça e reparação histórica em curso nas últimas décadas: edificação de memoriais da escravatura; construção de museus e produção de exposições museológicas que denunciam o colonialismo como violência; pedidos de desculpas por parte de líderes políticos e religiosos; reconhecimento legal da experiência colonial pelas

nações europeias; reparações económicas pelas instituições que beneficiaram dos proventos da escravatura; inclusão nos currículos de autorias e narrativas não eurocêtricas; retirada de estátuas, de toponímias ou de símbolos que homenageiam personalidades envolvidas na escravatura e na empresa colonial.

A ideia de que vivemos numa era da memória tem sido proposta por várias leituras analíticas para explicar a crescente centralidade da memória nas últimas décadas, tanto como matriz das identidades como fundamento das reivindicações de grupos historicamente oprimidos (ver, por exemplo, Lim, 2021). Se considerarmos a luta dos grupos racializados na arena global, importa reconhecer que, desde a segunda metade do século XX, as políticas da memória têm sido dominadas pelos repertórios memoriais associados ao Holocausto (Lim e Rosenhaft, 2021)². Como salientou David Theo Goldberg, “o antirracismo exige uma memória histórica, que recorde as condições de degradação racial e conecte as circunstâncias atuais com as passadas, bem como as locais com as globais” (2009, p. 21, tradução do autor). É à luz desse imperativo, bem sintetizado por Goldberg, que podemos interpretar a crescente articulação entre antirracismos, legados coloniais e lutas sociais das populações racialmente subalternizadas. Numa produtiva diferenciação, Goldberg distingue o antirracismo do antirracismo. De forma sucinta, no entender do autor, enquanto o antirracismo confronta o que reconhece ser o poder constitutivo da ideia de raça na produção de realidade social, ainda vigente na perpetuação de categorias e hierarquias, o antirracismo defende a inexistência de raças a ponto de descartar a atualidade dos impactos desta construção social. Nesse sentido,

[s]e o compromisso antirracista exige recordar e relembrar, o antirracismo sugere esquecer, ultrapassar, seguir em frente, apagar os termos de referência, na melhor das hipóteses (ou na pior) uma memorialização comercial em vez de uma recapitulação e reparação dos termos de humilhação e desvalorização (Goldberg, 2009, p. 21, tradução do autor).

2 Referindo-se especificamente ao contexto europeu, David Theo Goldberg afirma enfaticamente: “Para a Europa, o Holocausto é o acontecimento definidor, a marca por excelência, da raça e das histórias racialmente inscritas” (2006, p. 336, tradução do autor).

É reconhecendo a acuidade desta distinção que creio ser importante reconhecer e entender o papel desempenhado pelos movimentos antirracistas na denúncia das continuidades entre o tempo colonial, as desigualdades planetárias aí instauradas e as formas de discriminação racial que marcam o presente de diferentes sociedades. Em termos gerais, falamos de movimentos que reivindicam políticas de reparação histórica e contestam narrativas de cunho eurocêntrico em que o papel fundador do colonialismo é denegado – quando não explicitamente celebrado.

2. ANTIRRACISMO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA EM PORTUGAL

O trabalho de contramemória urdido no âmbito das lutas antirracistas protagonizadas por populações africanas afrodescendentes na diáspora articula-se com a afirmação, política e identitária, de subjetividades negras em quadros nacionais de hegemonia branca. Falamos de populações que, dependendo dos contextos, são em grande medida descendentes das pessoas escravizadas ou resultado de vagas migratórias que se seguiram aos processos de descolonização. Essa afirmação identitária implica, por um lado, o reconhecimento da racialização subalterna inscrita no corpo negro pelo imperialismo europeu, um percurso que em alguns casos toma a forma de uma dolorosa “descoberta” pessoal, como aquela que Frantz Fanon haveria de fazer, ao perceber, na deslocação da sua Martinica natal para a França-metrópole, a esquematização que o aprisionava na sua negrura (Fanon, 1952). Por outro lado, esse trabalho de contramemória é tributário e constitutivo de identidades em que o corpo negro, a ancestralidade africana e o património anticolonial são mobilizados na luta contra as estruturas do racismo.

Portugal aderiu à Década Internacional para Pessoas de Descendência Africana (2015-2024) proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 2013. Coincidindo com esse marco internacional, denunciando a desigualdade sistémica e a discriminação racial vigentes em Portugal (Abrantes e Roldão, 2019; Vala, 2021) as agendas antirracistas ganharam uma visibilidade reiterada sem precedentes na arena pública portuguesa (ver Martins, 2025). Uma série significativa de eventos, controvérsias

e protestos cujo elenco não cabe neste texto, catapultaram a questão do racismo para uma posição de visibilidade recorrente no discurso público português desde 2015, sendo de relevar o inédito protagonismo público assumido nessas discussões pelas pessoas negras. Essas mobilizações resultam da articulação entre repertórios nacionais de protesto e permeabilidades transnacionais afro-diaspóricas, nas quais o racismo, uma “racialização de cima para baixo”, é desafiado por agendas antirracistas que expõem a estruturação racial da sociedade num processo de “racialização de baixo para cima” (Mullings, 2005). Analisando em traços largos o quadro do protesto desde 2015, creio ser importante salientar dois elementos.

Em primeiro lugar, salienta-se o facto de esta mobilização revelar protagonistas e formas de ação que nos permitem falar de uma “disposição geracional” das pessoas negras para um antirracismo mais “confrontacional”, porque mais investido em reverter relações sistémicas. Falamos de uma geração (a “geração dos “descendentes”) que em grande medida descende diretamente daqueles e daquelas que migraram para Portugal no ocaso do império e nas primeiras décadas da democracia³ (a “geração dos ancestrais”). Em traços gerais, a geração dos ancestrais corresponde a um grupo social que cumou várias formas de exclusão em Portugal: pessoas migrantes, de baixa condição socioeconómica, negras, suburbanas (Martins, 2025). Na sua luta por uma vida melhor na sociedade portuguesa, perante o racismo, a xenofobia e a precariedade económica, a geração dos ancestrais recorreu sobretudo àquilo que, seguindo de perto a formulação de Kristine Aquino, poderíamos chamar de “antirracismo quotidiano”, ou seja, “ações que enfrentam o racismo vivido em microesferas em contextos interpessoais e/ou individuais, muitas vezes separadas de ações institucionais formais” (2015, p. 106). Muitos elementos da geração de descendentes que tem estado ativa e visível na luta antirracista desde 2015 são proeminentes na academia portuguesa, no ativismo e nas artes. Ao contrário da maioria dos seus pais (nalguns casos, avós), tiveram acesso à educação (em muitos casos, a diplomas universitários), o que lhes confere reconhecimento social e capital cultural para a articulação do protesto político.

3 Sobre a imigração africana em Portugal a partir dos anos 1960, ver Machado, 2009.

Em segundo lugar, destaco que, desde 2015, a mobilização antirracista tem colocado maior ênfase nas políticas da memória que questionam a narrativa nacional dominante sobre o passado de Portugal. Embora questões como a brutalidade policial⁴ assumam inegável relevo neste ciclo de protestos, destaco a relativa novidade de uma agenda antirracista, protagonizada por pessoas negras em Portugal, que de forma continuada e consistente se opõe à memorialização acrítica e/ou celebratória da experiência colonial. Nesse sentido, dos muitos momentos que colocaram em agenda a necessidade de uma revisitação antirracista e anticolonial das representações do passado pelas pessoas negras, enumero duas iniciativas que considero particularmente reveladoras.

A primeira iniciativa foi a proposta da Djass - Associação de Afrodescendentes - para a criação de um Memorial às Pessoas Escravizadas. Esta proposta, cuja execução ainda está por cumprir, foi eleita como uma das propostas aprovadas pelo orçamento participativo municipal 2017/2018. Nas palavras da Djass, o

objetivo principal do Memorial é prestar tributo à memória dos milhões de africanas e africanos escravizados por Portugal ao longo da sua História, nomeadamente entre os séculos XV e XIX. Uma homenagem às vítimas e resistentes de ontem e de hoje, que pretende promover o reconhecimento histórico do papel de Portugal na Escravatura e no tráfico de pessoas escravizadas e evocar os legados desse longo período na sociedade portuguesa atual, desde a rica herança cultural africana às formas contemporâneas de opressão e discriminação.⁵

A segunda iniciativa que destaco é a carta aberta “Não a um museu contra nós”⁶, assinada por cem pessoas negras. Publicada em 22 de junho de 2018 no jornal *Público*, esta carta opõe-se à criação de um Museu dos Descobrimentos que havia sido proposta, em agosto de

4 Ver Raposo *et al.*, 2019; Maeso, 2021; Varela, 2023.

5 Disponível em <https://www.memorialescravatura.com/sobre-o-memorial> [Consult. 12 set. 2024].

6 Disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227> [Consult. 12 set. 2024].

2017, pelo então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, no programa eleitoral com que apresentou a sua recandidatura às eleições autárquicas. Nessa carta, posicionando-se contra o silenciamento da voz das pessoas negras na sociedade portuguesa, os signatários estabelecem uma relação entre “racismo histórico e estrutural” e a continuada “glorificação da ideologia colonial”, de que a proposta do Museu seria mais uma expressão. Das iniciativas relevantes destaco estas duas, que inscrevo no ciclo de protestos antirracistas iniciado em Portugal em 2015 e que ilustram bem o contencioso papel da descolonização da memória confrontando as leituras benignas do colonialismo. Trata-se de um processo de democratização pós-imperial ainda em curso e merecedor de crescente atenção sociológica.

CONCLUSÃO

Examinar as dinâmicas do antirracismo em Portugal no século XXI implica também compreender o percurso de um império colonial ultramarino que se tornou um Estado-nação democrático em 1974, em grande parte devido à luta armada dos movimentos de libertação africanos. Creio que os espaços pós-imperiais, permeáveis como são a permanências coloniais e hierarquias raciais, devem ser democraticamente enriquecidos pelo compromisso de inscrever, como prerrogativa de uma democracia pós-imperial em construção, a posição de Amílcar Cabral, proclamada precisamente no seio da luta anticolonial: “[s]omos fundamental e profundamente contra qualquer forma de racismo (Cabral, 2018, p. 322).” Num momento em que os populismos nacionalistas e as ideologias supremacistas ganham relevo, alimentando a discriminação racial e a xenofobia, os antirracismos e os combates pela descolonização do passado, ancorados tanto em memórias familiares situadas⁷ como numa constelação de repertórios transnacionais, afirmam-se como frentes de resistência cada vez mais relevantes na luta pela democracia.

⁷ Ver Ribeiro, 2021 e Khan, 2024.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Pedro; ROLDÃO, Cristina – The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps. *Portuguese Journal of Social Science* [Em linha]. 18:1 (2019) 27-55. Disponível em: https://doi.org/10.1386/pjss.18.1.27_1. ISSN 1758-9509.
- AQUINO, Kristine – Anti-racism ‘from below’: exploring repertoires of everyday anti-racism. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 39:1 (2016) 105–122. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2016.1096408>. ISSN 1466-4356.
- BURCH, Audra D. S.; CAI, Weiyl; GIANORDOLI, Gabriel; MCCARTHY, Morrigan; PATEL, Jugal K. – *How Black Lives Matter Reached Every Corner of America* [Em linha]. The New York Times, Nova Iorque, 13 jun. 2020. [Consult. 12 set. 2024]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/06/13/us/george-floyd-protests-cities-photos.html>
- CABRAL, Amílcar – *A luta criou raízes*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.
- CARDINA, Miguel – *O atrito da memória: colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta da China, 2023. ISBN 9789896717506.
- FANON, Frantz – *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952. ISBN 2757841688.
- GOLDBERG, David Theo – Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 29:2 (2006) 331–364. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01419870500465611>. ISSN 1466-4356.
- GOLDBERG, David Theo – *The threat of race: reflections on racial neoliberalism*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009. ISBN 9780631219675.
- KHAN, Sheila – Humanizar os legados feridos do passado colonial: o dever de pós-memória em estranha guerra de uso comum. *Via Atlântica* [Em linha]. 25: 1 (2024) 566-94. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/200000/204222>. ISSN 2317-8086.
- LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve – Introduction: mnemonic solidarity – global interventions. In LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve (Eds.) – *Mnemonic Solidarity: Global Interventions*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. ISBN 9783030576684. pp. 1-13.
- LIM, Jie-Hyun – Postcolonial Reflections on the Mnemonic Confluence of the Holocaust, Stalinist Crimes, and Colonialism. In LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve – *Mnemonic Solidarity: Global Interventions*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. ISBN 9783030576684. pp. 15-43.
- MACHADO, Fernando Luís – Quarenta anos de imigração africana: um balanço. *Ler História* [Em linha]. 56 (2009) 135-165. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1991>. ISSN 2183-7791.
- MAESO, Silvia Rodriguez (Org.) – *O estado do racismo em Portugal: racismo antinegro e antiganismo no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China, 2021. ISBN 9789896716424.
- MARTINS, Bruno Sena – People of African Descent and Anti-racist Mobilization in Post-Imperial Portugal. In MATOS, Patrícia Ferraz de; SANSONE Livio (Orgs.) – *Decolonizing Europe: ethnographies of national and transnational projects*. Oxford; New York: Berghahn Books, 2025 – no Prelo, p. 98-131.

MBEMBE, Achille – *Out of the dark night: essays on decolonization*. New York: Columbia University Press, 2021. ISBN 9780231160285.

MULLINGS, Leith – Interrogating racism: toward an antiracist anthropology. *Annual Review of Anthropology* [Em linha]. 34: 1 (2005) 667-693. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093435>. ISSN 1545-4290.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo – Rhodes must fall. In NDLOVU-GATSHENI, Sabelo (Org.) – *Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization*. London e New York: Routledge, 2018. ISBN 9781138588592. pp. 221-242.

RAPOSO, Otávio; ALVES, Ana Rita; VARELA, Pedro; ROLDÃO, Cristina – Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa - Revista Crítica de Ciências Sociais [Em linha]. 119 (2019) 5-28. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.8937>. ISSN 2182-7435.

RIBEIRO, Margarida Calafate – Memórias, pós-memórias e objetos. In RIBEIRO, António Sousa (Org.) – *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Porto: Afrontamento, 2021. ISBN 9789723618877. pp. 203-230.

ROTHBERG, Michael – *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009. ISBN 9780804762175.

VALA, Jorge – *Racismo, hoje: Portugal em contexto europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021. ISBN 9789899004986.

VARELA, Pedro – *Anti-racism in Portugal from past to present: movements and words*. Tese de Programa de Doutoramento em Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/114364>.

DINÂMICAS REVOLUCIONÁRIAS: O 25 DE ABRIL DE 1974, A CRISE DA HABITAÇÃO NO PORTO E AS RESPETIVAS SOCIOLOGIAS*

VIRGÍLIO BORGES PEREIRAⁱ

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

RESUMO

Mobilizando literatura sociológica e sócio-histórica de referência, o presente artigo ensaia a construção de uma interpretação sobre a relação revolucionária que se estabelece entre o levantamento militar ocorrido em Lisboa na madrugada de 25 de abril de 1974 e a força coletiva que o rodeia. Em articulação com um tal propósito, prolonga a construção do ponto de vista sociológico interpretativo sobre o processo revolucionário português, procurando dar conta do carácter especial que as questões urbana e do alojamento têm nele, dando atenção ao caso do Porto pelo que este representa de significativo neste processo no país.

PALAVRAS-CHAVE: revolução democrática, Portugal, alojamento, Porto

ⁱ jpereira@letras.up.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6887-165X>.

* O presente artigo retoma uma conferência proferida no âmbito do Colóquio *Fascisme, résistances et révolution, circulations entre le Portugal et la France: Autour des 50 ans du 25 avril 1974*, realizado no CNRS, em Paris, em maio de 2024. São devidos agradecimentos aos interlocutores diretos envolvidos na conferência em que se baseia o artigo, Yasmine Siblot e Christian Topalov.

ABSTRACT**REVOLUTIONARY DYNAMICS: 25 APRIL 1974, THE HOUSING CRISIS IN PORTO AND THEIR SOCIOLOGIES**

With reference to sociological and socio-historical literature, this article attempts to construct an interpretation of the revolutionary relationship established between the military uprising that took place in Lisbon at dawn on 25 April 1974 and the collective force that surrounded it. In connection with this purpose, it extends the construction of an interpretative sociological point of view of the Portuguese revolutionary process, trying to identify the specific character that urban and housing issues have in it, highlighting the case of Porto, for what it represents in terms of importance in this process in the country.

KEYWORDS: democratic revolution, Portugal, accommodation, Porto

RESUMÉ**DYNAMIQUES RÉVOLUTIONNAIRES: LE 25 AVRIL 1974, LA CRISE DU LOGEMENT À PORTO ET LEURS SOCIOLOGIES**

En s'appuyant sur la littérature sociologique et socio-historique de référence, cet article tente de construire une interprétation de la relation révolutionnaire établie entre le soulèvement militaire survenu à Lisbonne à l'aube du 25 avril 1974 et la force collective qui l'entoure. Dans cette optique, il prolonge la construction d'un point de vue sociologique interprétatif sur le processus révolutionnaire portugais en cherchant à rendre compte du caractère particulier que revêtent les questions urbaines et de logement dans ce processus et en s'intéressant notamment au cas de Porto en raison de son importance dans ce processus au niveau national.

MOTS-CLÉS: révolution démocratique, Portugal, logement, Porto

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura estabelecer um quadro de entendimento sociológico sobre a força coletiva que se combina com o levantamento militar ocorrido em Lisboa na madrugada de 25 de abril de 1974 e que o transformará, definitivamente e desde muito cedo, numa revolução.

Em articulação com um tal propósito, ensaia, de seguida, a construção de um ponto de vista sociológico interpretativo sobre o modo de conceber a investigação dedicada ao processo revolucionário português, procurando dar conta do carácter especial que a questão urbana, em geral, e a do alojamento, em particular, têm nele. Foca-se a atenção no caso do Porto pelo que este representa de significativo neste processo no país.

1. O 25 DE ABRIL DE 1974

“Esta é a madrugada que eu esperava”. Assim começa o mais citado poema sobre o 25 de Abril de 1974. O simples e poderoso verso de Sophia de Mello Breyner Andersen revelaria bem o sentimento que invadiu, primeiro, centenas, depois, milhares e, mais tarde, milhões de portugueses, assim que perceberam quais eram as reais intenções da coluna militar liderada pelo capitão Salgueiro Maia naquela madrugada de abril de 1974 no Terreiro do Paço, em Lisboa, e das restantes que se lhe associavam noutros pontos críticos e estratégicos desta e de outras cidades do país (Contreiras, 2018). Militar experiente, ainda que com apenas 29 anos, capaz de liderar homens com armas pelo exemplo e pela palavra, Salgueiro Maia, juntamente com os seus camaradas do Movimento das Forças Armadas (MFA), propunha-se acabar com um regime ditatorial de inspiração fascista que durava, em Portugal, há quase meio século. Executando um plano conspirativo preparado coletivamente ao longo de muitos meses, nessa madrugada beneficiou também, sabe-se hoje, da sorte dos audazes, convencendo a – não muito preparada militarmente – coluna que comandava a concretizar um arriscado golpe militar com as seguintes palavras: “Como sabem, há os Estados socialistas, os Estados ditos comunistas, os Estados capitalistas e há o Estado a que chegámos.” Maia propunha-se acabar com o “Estado a que chegámos”, para o que contou com todos os militares da coluna, que o acompanharam. A habilidade no uso da palavra e a vontade deliberada dos propósitos alicerçados no uso revolucionário da força terão valido ao Capitão Salgueiro Maia e aos seus homens algumas vitórias nesse dia. O cumprimento eficaz das restantes ações cruciais inscritas no plano conspirativo do MFA e a adesão imediata do

povo de Lisboa e, reconheça-se, de outros pontos do país, à medida que a natureza do golpe era conhecida, fizeram o resto: deram a noção a Maia e a quem comandava as operações no posto de comando das Forças Armadas, no quartel da Pontinha, de que ninguém tinha falhado o previsto no plano e que aquela madrugada era esperada por muitos, que depressa rodearam os militares, apoiando-os (Rosado, 2024).

Percebendo o que estava a acontecer, não foi apenas o povo de Lisboa que saiu à rua e arriscou apoiar o movimento, numa altura em que a evolução dos acontecimentos não tinha desfecho previsível. Também os jornalistas e fotógrafos o fizeram, ousando registar os diferentes passos a que a queda do regime de Salazar e Caetano esteve sujeita; seriam reportagens memoráveis, a mais imprevisível de todas, seguramente, feita por um jornalista de rádio desempregado a quem um camarada de profissão emprestou um microfone. Ainda que tenha tentado resistir, opondo força à intervenção do MFA, no limite, por recusa de cumprimentos de ordens de disparo por parte de soldados, o regime de Caetano não foi capaz de se defender. Isolado, Caetano, legalista e classista, negociou com Maia a chamada de um general para a entrega do poder, rendendo-se e entregando-o a António de Spínola (Gomes e Cunha, 2014).

A espetacular, épica e florida movimentação militar iniciada com senhas constituídas por canções, liderada por capitães jovens militarmente preparados e reflexivos, punha cobro a um regime exaurido por uma longa guerra colonial que dominava, pela força de uma eficaz polícia política, uma sociedade profundamente desigual, ela própria exaurida por esse esforço de guerra, pela emigração e por um crítico processo de desenvolvimento (Ferreira, 2023). Os dias que se seguiram foram plenamente vividos numa celebração da liberdade, que teria nas manifestações unitárias do primeiro dia de maio de 1974 por todo o país a sua expressão mais feliz. O que foi união nesses dias, contudo, cedo deu origem a uma aceleração política sem precedentes na história recente de Portugal. Ainda que os militares possuíssem um programa político, estruturado em torno da democracia, da descolonização e do desenvolvimento, as disputas políticas pelo comando dos destinos da revolução fariam o seu caminho. Aos alinhamentos de interesses e de

ações entre lideranças militares associadas às figuras de Spínola, tornado presidente da República, de Vasco Gonçalves, primeiro-ministro de quatro governos provisórios, de Otelo Saraiva de Carvalho, responsável pelo Comando Operacional do Continente (COPCON), entidade que se converteu, em grande medida, numa “(van)guarda revolucionária”, dos “moderados” no interior do MFA (Rezola, 2022; Loff, 2022), acrescenta-se a formação de um campo político-partidário, originalmente muito marcado pela capacidade de ação do Partido Comunista Português (PCP), mas cuja liderança organizacional e política cedo foi disputada pelo Partido Socialista (PS), formado um ano antes, e pelos entretanto criados Partido Popular Democrático (PPD), mais tarde PPD-PSD (Partido Social-Democrata), Centro Democrático Social (CDS) e uma miríade de pequenas organizações políticas de extrema-esquerda e também de extrema-direita (Chilcote, 2010). A propósito da extrema-direita, não obstante todas as suas movimentações, inclusive armadas, importará ter presente que não houve, na época, condições para reclamar de modo eleitoralmente significativo a herança política do “Estado Novo” (Rosas, 2024, pp. 72-80). A ebulição militar, em Portugal e nas colónias, a aceleração política em Lisboa e no país e uma excecional explosão de reivindicações sociais e políticas, desde logo visível nas manifestações do 1.º de Maio de 1974, não deixavam margem para que tal acontecesse.

2. A REVOLUÇÃO E A CRISE DA HABITAÇÃO PORTUENSE

Na sua multidimensionalidade, a revolução portuguesa foi imediatamente objeto de densa atenção por parte da história e das ciências sociais, aí se incluindo também a sociologia. Não haverá muitas dúvidas de que a liberdade passou pela revolução portuguesa, fazendo-a original e muito desafiante do ponto de vista sociológico (Fishman, 2019). As mais produtivas destas investigações sintonizam-se hoje com as agendas mais inovadoras de investigação científico-social sobre as revoluções (Bantigny, Deluermoz, Gobilie, Jeanpierre e Palieraki, 2023) e procuram compreender as modalidades de conversão das práticas e representações em capitais no processo revolucionário (Baczko, Dorronsoro e Quesnay, 2016), tendo presentes realidades social e politicamente marcadas por elevada

complexidade e por grande aceleração social. No quadro revolucionário português, um dos domínios que revelam bem as incidências de tal complexidade e aceleração passa pelas questões urbanas e pelo alojamento. Sem perder de vista o necessário enquadramento, e por razões de espaço, destacam-se, seguidamente, algumas propriedades da investigação que tem vindo a ser produzida sobre tais questões na cidade do Porto.

Para historiadores, sociólogos e arquitetos experimentados, não é surpresa que à explosão revolucionária tenha sucedido um apoio popular maciço associado a um quadro reivindicativo denso, explicitamente orientado para a resolução de problemas habitacionais urgentes (Ferreira, 1975). Como salienta Christian Topalov no extenso artigo que publicou na revista *Espaces et sociétés* de março-junho de 1976, versando uma realidade que reportava apenas até ao período de 11 de março de 1975, com ou sem revolução, a indústria da construção não conseguiria resolver a procura habitacional de que Portugal carecia, tão especializada estava em habitação turística e de luxo, e tão flagrante era a escassez habitacional: pelo menos 500 mil alojamentos em falta, especialmente nas grandes cidades do país, como Lisboa, Porto e Setúbal (Topalov, 1976; Cardoso, 1983). Não espantará, por isso, que os moradores mal alojados tivessem chegado imediatamente organizados às manifestações do 1.º de Maio de 1974, reivindicando casas e melhoria do acesso à habitação. No Porto – marcado por uma realidade habitacional complexa, onde se combinavam a insalubridade e sobreocupação das habitações antigas do centro histórico e das “ilhas” da área central (Teixeira, 1996) com uma prática de construção e de realojamento em habitação social na periferia interna da cidade, frequentemente ao abrigo de práticas punitivas –, tais reivindicações passaram rapidamente a implicar movimentos de ocupação de casas e de edifícios públicos, abrindo-se um quadro novo de oportunidades políticas que, num contexto organizado, de base vicinal, passou a ser ativa e politicamente explorado em articulação com determinados segmentos do MFA e dos partidos (Rodrigues, 1999). Obrigando tais movimentações a uma tomada de posição da parte do governo provisório, rapidamente este último mobilizou um arquiteto experimentado para o seu seio, Nuno Portas, nomeando-o secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo. Este arquiteto esteve na génese do Serviço de Apoio

Ambulatório Local (SAAL), uma medida de política habitacional baseada no apuramento de relações entre comissões de moradores, brigadas técnicas e municípios, que veio a ser implementada a partir de agosto de 1974 e, em grande medida, motivada pelas reivindicações diretas dos moradores do centro histórico do Porto (Portas, 1986; Coelho, 1986; Pereira, 2014).

Reclamando o direito ao lugar no centro histórico do Porto e no centro da cidade para quem vivia nas suas “ilhas”, bem como a reformulação da política de habitação social existente, desenvolveu-se desde muito cedo – em alguns casos, antes do processo revolucionário (como o que decorria nos bairros de habitação social com a Obra Diocesana e com o centro histórico através da ação do arquiteto Fernando Távora na recuperação da Ribeira-Barredo) – um trabalho de organização de comissões que redundou na formação de uma militância de bairro, promovida por assistentes sociais e arquitetos, em quadros que se combinavam com o apoio dos militares da região militar do Norte e/ou de partidos, nomeadamente de extrema-esquerda. Até 28 de setembro de 1974 num registo mais espontâneo, e ganhando volume depois desta data, as movimentações sociais dos moradores do Porto obtiveram reconhecimento através de legislação que formalizava a constituição de Comissões de Moradores (novembro de 1974) e alguns ganhos de causa, como a legislação que suspendia despejos em alojamentos sobrecupados do Grande Porto (janeiro de 1975). Radicalizando-se a partir de 11 de março de 1975, a ação do movimento dos moradores centralizou-se com a constituição do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (abril de 1975), logrando integrar, com o apoio dos militares, nos meses mais quentes do verão daquele ano, o Conselho Municipal do Porto (Rodrigues, 1999; Ferreira, 1975; Coelho, 1986). Traduzida na realização de publicações periódicas, no desenvolvimento de um trabalho de consciencialização e de organização de coletivos, com dinâmicas homólogas documentadas noutras realidades urbanas do país (Hammond, 1988; Downs, 1989; Pinto, 2013), a militância de bairro não raras vezes foi investida de um sentido moral marcado pelo apuramento de uma prática de autoctonia, informada politicamente mas não se reduzindo a uma perspetiva de política partidária (Queirós, 2015). Entre o previsto e o construído, o SAAL no Porto ficou muito aquém dos seus

objetivos, tendo-se perdido parte do ímpeto que o suportava à medida que as dinâmicas revolucionárias perdiam fulgor (Bandeirinha, 2007). Em todo o caso, os resultados envolveram o apuramento, discutido e negociado com as populações, de uma abordagem obstinadamente rigorosa sobre a casa e o bairro das classes populares do centro da cidade, num propósito de qualificação marcado por circunstâncias espaciais, de loteamento, de desenho e de construção muito exigentes. Apesar de ter ficado aquém, o método foi, nas poucas realizações que se consumaram, em grande medida, exemplar (Costa, 2022).

Em síntese, a dinâmica da participação social e política inscreveu-se ativamente no processo revolucionário português. A combinação entre esta e as reivindicações urbanas em matéria de alojamento foi bastante precoce e ativada muito antes da radicalização revolucionária que se associa ao 11 de Março de 1975. As atividades inscritas no SAAL/Norte, em particular as associadas às operações do processo no Porto, bem como outras relativas ao centro histórico e aos bairros municipais, constituíram, para os moradores de tais contextos, um espaço para o apuramento de competências técnicas, sociais e políticas vocacionadas para o desenvolvimento do trabalho em comissões. Na sequência do 25 de Novembro de 1975, polemizado, o SAAL foi extinto e as suas competências entregues aos municípios. Houve contextos que souberam redinamizar esta herança, e determinadas associações de moradores, potenciando organizações cooperativas, mantiveram a capacidade de inovação que possuíam, logrando construir habitações. Em todo o caso, transformado em símbolo de um modelo democrático participativo, o SAAL, envolvendo grande exigência em matéria de intervenção sobre terrenos, ação do Estado e capacidade de ação de comissões de moradores, foi frequentemente usado como argumento para um modelo alternativo à democracia representativa e tornado controverso ou apresentado como uma ameaça. Permanece, contudo, para alguns como memória de uma capacidade de inovação social e política alicerçada numa metodologia inovadora, também do ponto de vista técnico, adaptada para enfrentar emergências habitacionais. Talvez por isso, em momentos de exaltação coletiva e de recomposição da relação com a habitação, a sua memória teime em regressar ao espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Adam; DORRONSORO, Gilles; QUESNAY, Arthur – *Le Capital Social Révolutionnaire. L'exemple de la Syrie entre 2011 et 2014. Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris. ISSN 0335-5322. 211-212 (2016) 25-35.
- BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. ISBN 9789892612655.
- BANTIGNY, Ludivine; DELUERMOZ, Quentin; GOBILLE, Boris; JEANPIERRE, Laurent; PALIERAKI, Eugénia – *Une Histoire globale des révolutions*. Paris: La Découverte, 2023. ISBN 9782348059346.
- CARDOSO, Abílio – *State Intervention in Housing in Portugal (1950–1980)*. Tese de Doutoramento. Reading: University of Reading, 1983.
- CHILCOTE, Ronald – *The Portuguese Revolution: State and class in the transition to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010. ISBN 9780742567931.
- COELHO, Mário Brochado – Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte – 1974-1976). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 18-19-20 (1986) 645–671.
- CONTRERAS, Carlos Almada (Coord.) – *Operação Viragem Histórica: 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2018. ISBN 9789896806591.
- COSTA, Ana Catarina – *O campo da Arquitectura na Construção da Cidade Democrática: processo SAAL/Porto*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/142880>.
- DOWNS, Charles – *Revolution at the Grassroots: Community organizations in the Portuguese revolution*. Albany: SUNY Press, 1989. ISBN 9780791400661.
- FERREIRA, José Medeiros – *A Revolução do 25 de Abril. Ensaio histórico*. Lisboa: Shantarin, 2023. ISBN 9789899156142.
- FERREIRA, Vítor Matias – *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*. Porto: Afrontamento, 1975.
- FISHMAN, Robert – *Democratic Practice: Origins of the Iberian divide in political inclusion*. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780190912888.
- GOMES, Adelino; CUNHA, Alfredo – *Os Rapazes dos Tanques*. Porto: Porto Editora, 2014. ISBN 9789720003683.
- HAMMOND, John – *Building Popular Power: Workers' and neighborhood movements in the Portuguese revolution*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1988. ISBN 9780853457404.
- LOFF, Manuel – A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro de 1975: Impulso, auge, refluxo. In ROSAS, Fernando (Ed.) – *Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022. ISBN 9789896716752. pp. 75-120.
- PEREIRA, Gaspar Martins – SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. ISSN 0871-164X. IV (2014) 13-31.

PEREIRA, Virgílio Borges – Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu: sobre as memórias do encontro entre o social e a política no Porto pós-revolucionário. In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (Eds.) – *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN 9789724417622. pp. 237-251.

PORTAS, Nuno – O processo SAAL: entre o estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 18-19-20 (1986) 635-644.

QUEIRÓS, João – *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Afrontamento, 2015. ISBN 9789723614503.

REZOLA, Maria Inácia – Definindo o poder político-militar (do 25 de abril ao 11 de março). In ROSAS, Fernando (Ed.) – *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022. ISBN 9789896716752. pp. 43-74.

RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores do Porto, 1974-1976*. Porto: Campo das Letras, 1999. ISBN 9789726101246.

ROSADO, Moisés Cayetano – *Salgueiro Maia: Das Guerras em África à Revolução dos Cravos*. Lisboa: Edições Colibri/Associação 25 de Abril/Associação Salgueiro Maia, 2024. ISBN 9789895660643.

ROSAS, Fernando – *Direitas Velhas, Direitas Novas*. Lisboa: Tinta da China, 2024. ISBN 9789896718893.

TEIXEIRA, Manuel – *Habitação popular na cidade oitocentista*. Lisboa: FCG/JNICT, 1996. ISBN 9789723107005.

TOPALOV, Christian – La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974 – 11 mars 1975). *Espaces et sociétés*. Toulouse. ISSN 0014-0481. 17-18 (1976) 109-136.

PINTO, Pedro Ramos – *Lisbon Rising: Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester: Manchester University Press, 2013. ISBN 9781526103062.

ROMÃO, Ana; BALTAZAR, Maria da Saudade; SILVA, Sara; BAPTISTA Luís – Pela lente das políticas públicas: a construção social dos antigos combatentes. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 169-177. ISSN 2182-7419.

PELA LENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS ANTIGOS COMBATENTES

ANA ROMÃOⁱ

Academia Militar (AM)
Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

MARIA DA SAUDADE BALTAZARⁱⁱ

Universidade de Évora (UEvora)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora)

SARA SILVAⁱⁱⁱ

Universidade de Évora (UEvora)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora)

LUÍS BAPTISTA^{iv}

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

RESUMO

O fim da Guerra Colonial (GC) impulsionou as políticas públicas destinadas aos antigos combatentes, embora com progressos lentos. A presente contribuição analisa a última geração destas políticas, na transição do milénio, propondo-se identificar a sua especificidade através de revisão bibliográfica e análise legislativa. Dos resultados apurados

i anaromao74@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9791-5172>.

ii baltazar@uevora.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2995-820X>.

iii d50858@alunos.uevora.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0005-9109-8836>.

iv luisv.baptista@fcs.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6228-1301>.

salienta-se que o Estatuto dos Antigos Combatentes consagra uma visão integrada dos apoios e do suporte institucional, contribuindo significativamente para a construção identitária desta categoria social específica. Na implementação dos modelos de intervenção persistem, no entanto, problemas que configuram desafios aos contributos das Ciências Sociais, nomeadamente no sentido de dar voz aos destinatários das políticas e outros atores envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: antigos combatentes, políticas públicas, guerra, identidade social

ABSTRACT

THROUGH THE LENS OF PUBLIC POLICIES: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF FORMER COMBATANTS

The end of the colonial war led to the implementation of public policies for former combatants, although the pace of progress was gradual. This contribution analyses the latest generation of these policies, at the turn of the millennium, with the objective of identifying their specificity through a bibliographical review and legislative analysis. The findings demonstrate that the Statute of Former Combatants encapsulates an integrated approach to support, encompassing both material and institutional assistance. This has played a pivotal role in shaping the identity of this particular social group. However, challenges persist in the implementation of intervention models, particularly in terms of ensuring the voices of the policy beneficiaries and other key stakeholders.

KEYWORDS: former combatants, public policies, war, social identity

RESUMÉ

À TRAVERS LE PRISME DES POLITIQUES PUBLIQUES: LA CONSTRUCTION SOCIALE DES ANCIENS COMBATTANTS

La fin de la guerre coloniale a stimulé les politiques publiques en faveur des anciens combattants, même si les progrès ont été lents. Cette contribution analyse la dernière génération de ces politiques, au tournant du millénaire, et vise à identifier leur spécificité à travers une

revue bibliographique et une analyse législative. Les résultats obtenus montrent que le statut des anciens combattants consacre une vision intégrée des aides et de l'appui institutionnel, contribuant de manière significative à la construction identitaire de cette catégorie sociale spécifique. Cependant, des problèmes persistent lors de la mise en œuvre des modèles d'intervention et posent des défis aux contributions des sciences sociales, notamment afin de donner la parole aux destinataires des politiques et aux autres acteurs impliqués.

MOTS-CLÉS: anciens combattants, politiques publiques, guerre, identité sociale

INTRODUÇÃO

Os conceitos de veterano militar e de antigo combatente cruzam-se, pelo facto de designarem homens e mulheres que prestaram serviço militar, porém não são exatamente sinónimos. A passagem à veteranania decorre do regresso à vida civil, quando o militar é desmobilizado, após um percurso mais ou menos longo de serviços prestados. A condição de antigo combatente (AC) refere-se aos que, enquanto militares, estiveram envolvidos em teatros de guerra (Santos, 2023). Na literatura internacional há uma nítida preferência pelo termo veterano e também a mais relevante estrutura associativa, a *World Veterans Foundation*, adota este conceito mais abrangente. Em Portugal, nenhum destes conceitos tem estado especialmente presente na agenda das políticas públicas. Porém, é o conceito de AC que tem tido maior expressão no contexto nacional, quer por parte das designações que adquirem as respetivas associações quer no âmbito sociopolítico.

O objetivo desta contribuição consiste em analisar as políticas públicas destinadas aos AC da GC, considerando a sua evolução e implicações atuais, nomeadamente questionando o estatuto que lhes está reservado nas mais recentes políticas públicas. Cinquenta anos depois do fim da GC, justifica-se um olhar sociológico quanto ao modo como se tem construído a identidade e a memória social dos que nela participaram.

Esta reflexão desenvolve-se a partir da literatura, de análise legislativa e de outros documentos referentes aos AC da GC, abrangendo especialmente os últimos vinte anos, marcados pela publicação do Estatuto do Antigo Combatente (EAC), em 2020.

O artigo estrutura-se em dois tópicos principais. Num primeiro momento, problematiza-se a quantificação do universo de AC. Em seguida, faz-se uma resenha das principais políticas conferindo centralidade à análise do EAC, enquanto mais recente instrumento de política que apresenta aspetos inovadores e que recupera conceitos, medidas e planos pré-existentes.

É nesta aproximação a um processo de acareação das fontes de informações recolhidas que se discute sociologicamente a construção social dos AC sob a lente das políticas públicas em Portugal.

1. ESTIMATIVAS E DISCREPÂNCIAS A PROPÓSITO DO UNIVERSO DOS AC

A quantificação dos impactos relacionados com as guerras é um exercício difícil, sendo universalmente admitido que o número de mortes supera os valores estimados (Obermeyer, Murray e Gakidou, 2008).

A GC (1961-1974) foi geradora de profundas consequências que se manifestam até hoje, através de impactos na saúde física e mental, para além das dificuldades de reintegração social de todos os AC, originários quer dos territórios africanos, quer da então designada Metrópole (Rodrigues, 2017; Vieira, Baptista, Romão, Baltazar e Silva, 2021; Rodrigues, 2024).

O apuramento de dados relativamente ao efetivo militar mobilizado para a GC e as estimativas face ao número de mortes e feridos diferem consoante as fontes consultadas. Os dados relativos aos feridos são especialmente difíceis de levantar, por um lado, por existirem diferentes fontes de registos e pela multiplicidade de critérios que empregavam, por outro lado, porque o regime ditatorial e a censura controlavam a publicação desses dados (Sousa, 2022).

Segundo Maia, McIntyre, Pereira e Fernandes (2006), a mobilização para Angola, Guiné e Moçambique envolveu cerca de um milhão de militares portugueses, dos quais 10 mil perderam a vida e 40 mil ficaram feridos. Fraga (2014, p. 89) salienta a carência de dados oficiais sobre a “quantidade de estropiados que a guerra provocou”, admitindo que “os indícios apontam para números muito elevados e desproporcionados na relação com os dos mortos”.

Mais recentemente, num levantamento sobre *Números da Guerra de África*, Sousa (2021) refere que nas três frentes da guerra participaram cerca de 800 mil militares, aos quais se associam cerca de 500 mil oriundos do recrutamento local (Angola, Guiné e Moçambique). O número de mortes entre os combatentes foi 10 425, dados que incluem os militares oriundos da Metrópole, e os que foram recrutados localmente. Considerando o total de feridos, as estimativas apontam para 117 mil, se agregarmos os que ocorreram em combate e os resultantes de acidentes. Destes, 28 mil precisaram de ser evacuados para os hospitais centrais (Sousa, 2021).

Meio século depois do fim da era colonial, a guerra ecoa ainda na memória de muitos. Os dados mais recentes sinalizam 328 860 AC da GC, uma cifra correspondente a cerca de 40% dos que foram mobilizados e que representa 77% do universo de AC (424301) registado em 2022. O restante universo é composto pelos cônjuges sobreviventes (17%) e por militares que participaram em missões humanitárias de apoio à paz (6%) (DGRDN, 2022).

Como se sabe, os aspetos traumáticos das guerras deixam marcas indeléveis não apenas nos próprios, mas também naqueles que de perto convivem com os combatentes. Os AC da GC têm hoje uma idade média de 83 anos, eram jovens quando foram incorporados (DGRDN, 2022). Cerca de 14 mil adquiriram deficiências (Sousa, 2021), que lhes foram reconhecidas, mas há ainda um número incerto de ex-militares cujos processos se arrastam nas muito complexas questões jurídicas inerentes aos requisitos para estabelecer nexo de causalidade entre a guerra e os traumas físicos ou psicológicos.

O caso dos ex-militares oriundos do recrutamento local envolve particularidades e ambiguidades indissociáveis do contexto pós-colonial, que não acautelou a condição desses militares que combateram pelas Forças Armadas Portuguesas, mas que o Estado português não protegeu, e que as novas nações africanas ostracizaram pelo fato de terem lutado contra os movimentos de libertação, ao lado da potência colonial, histórias de vida que Fátima Rodrigues (2017) descreve exemplarmente. Destaca-se ainda, entre outros, o trabalho de Sofia da Palma Rodrigues (2024), sobre as reivindicações dos combatentes das ex-colónias e as suas histórias silenciadas ao longo de cinco décadas.

Se pensarmos que os impactos de tudo isto recaem também sobre a família, teremos de considerar um efeito multiplicador, que torna ainda mais difícil estimar com rigor a delimitação do universo a que as políticas públicas deverão atender, com reflexo na dificuldade em alinhar os diagnósticos necessários com a capacidade de ação política conducente à maturidade de políticas públicas justas e adequadas.

2. A MAIS RECENTE GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RECONHECIMENTO FORMAL E SIMBÓLICO

Durante a Guerra, o rigor da censura silenciava os traumas, e a insuficiente cobertura dos serviços de saúde, no contexto de um Estado Providência incipiente, obrigava a que o encargo de cuidar dos feridos e de acalantar o sofrimento recaísse sobretudo na esfera privada e familiar (Calafate e Ribeiro, 2013), não sendo de ignorar também o papel da Cruz Vermelha.

A primeira lei específica para os AC da GC surgiu com o Decreto-Lei n.º 43/1976, que reconheceu os direitos dos Deficientes das Forças Armadas (DFA). Contudo, tais direitos focaram-se inicialmente na concessão de pensões e benefícios sociais (autores, 2021). Só com a Lei n.º 46/1999, o stress pós-traumático adquirido em contexto de guerra passou a ser considerado para requerimento da condição de DFA. Este reconhecimento coincide com um período de maior consciencialização social relativamente às questões da saúde mental (autores, 2022).

Nesta sequência, foi criada a Rede Nacional de Apoio (RNA) (Lei nº 50/2000, de 07 de abril), para informar e encaminhar os AC com esse tipo de patologias bem como para prestar os serviços de apoio médico, psicológico, reabilitação social e integração na sociedade civil.

A criação desta estrutura é indissociável da ação coletiva das associações de AC que, com exceção da Liga dos Combatentes, se constituíram depois do final da GC. Neste âmbito, as estruturas associativas, ao abrigo de protocolos específicos com a DGRDN, desempenham um papel significativo na prestação de cuidados e serviços para o bem-estar dos antigos combatentes e respetivas famílias (autores, 2022).

Posteriormente, em 2020, foi promulgado o EAC que representa a geração mais atual das políticas públicas onde está patente o apoio

aos AC, consagrando questões de memória, inclusão social, proteção e participação na sociedade (figura 1).

Figura 1. Dimensões do Estatuto de Antigo Combatente

Reconhecimento e identidade pública	Direitos sociais e económicos	Cuidados de saúde e apoio psicológico	Apoio e rede social	Memória e valorização histórica
<ul style="list-style-type: none"> • Cartão de AC • Cartão de viúva/o • Titular de reconhecimento da Nação • Insignia nacional de AC 	<ul style="list-style-type: none"> • Complemento e suplemento especial de pensão • Isenção de taxas moderadoras • Protocolos e parcerias aquisição e utilização de bens e serviços • Direito de preferência na habitação social • Gratuidade dos transportes públicos • Gratuidade da entrada nos museus e monumentos nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede nacional de apoio (RNA) • Plano de ação para apoio aos deficientes militares (PADM) • Plano de apoio social aos AC em situação de sem-abrigo 	<ul style="list-style-type: none"> • Balcão Único • Unidade Técnica para os AC • Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dia do AC • Honras fúnebres • Conservação e manutenção dos talhões de inumação

Fonte: Adaptado de EAC (Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto).

Esta nova geração de políticas públicas diferenciadas consagra uma gestão integrada dos instrumentos e modelos de intervenção, contribuindo significativamente para construir a identidade coletiva dos AC enquanto categoria social específica.

Várias dimensões desta política concorrem para essa construção identitária, designadamente: o reconhecimento e identidade pública decorrente do papel social e dos sacrifícios a que foram sujeitos; direitos sociais e económicos ao garantir benefícios específicos; cuidados de saúde e apoio psicológico resultantes dos impactos físicos e psicológicos em contexto de guerra; apoio e rede social através de estruturas como o Balcão Único, direcionado para facilitar o acesso aos direitos consagrados; memória e valorização histórica, enfatizando o papel dos AC ao serviço das Forças Armadas e consolidando a sua identidade coletiva.

A opção por uma gestão integrada da política revela uma visão complexa e multidimensional de políticas públicas inclusivas, construídas com o envolvimento e parcerias entre estruturas públicas e outras organizações da sociedade civil. Refira-se que a criação da Unidade

Técnica de Apoio destina-se precisamente a coordenar e monitorizar a nível interministerial a implementação das políticas e planos de ação no âmbito da saúde e da reintegração social. Numa outra ótica de ligação com as universidades e centros de investigação, o Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM) tem a responsabilidade de organizar e produzir conhecimento sobre questões de stress pós-traumático resultante de contextos de guerra. Este tem uma composição interuniversitária e interdisciplinar, cujo trabalho se direciona duplamente para a produção/divulgação de conhecimento e elaboração de recomendações de política. Através desta cooperação interinstitucional criam-se condições para densificar a componente formal do capital social relevante para a construção social dos AC. Por sua vez, assumindo de forma direta o papel de representação identitária dos AC, as respetivas associações têm grande relevância na construção e reativação de laços sociais, criação de redes de suporte e inclusão comunitária, através de atividades diversas, com destaque para o lugar que assumem na RNA.

CONCLUSÕES

Convocando uma visão sociológica sobre as mais recentes políticas públicas destinadas aos AC, tomando especialmente em consideração a perspetiva integrada que consta do EAC, observa-se que este consagra uma visão complexa e multidimensional de apoio e proteção, baseada num esforço de conciliação entre reconhecimento simbólico, direitos sociais e económicos, saúde e integração ativa na sociedade. Neste sentido, constrói uma rede de valorização e de suporte, no intuito de proporcionar condições de bem-estar a uma categoria social, cuja singularidade é institucionalmente reconhecida como parte integrante da memória histórica. Todavia, cinquenta anos após o fim da GC, há ainda um número incerto de AC que não beneficiam destas medidas de apoio. Estamos perante uma severa limitação no âmbito da atuação política que importa contrariar, quer em relação aos AC da GC, quer no que toca às novas gerações de homens e mulheres que têm sido chamadas a participar numa multiplicidade de missões humanitárias e de apoio à paz.

Tais questões interpelam uma abordagem das Ciências Sociais no intuito de produzir conhecimento e recomendações de política. São desafios estimulantes para as metodologias de investigação sociológica, como seja a abordagem da investigação-ação e sua capacidade para dar voz aos atores envolvidos, especialmente os destinatários das políticas.

BIBLIOGRAFIA

- CALAFATE RIBEIRO, Margarida; SOUSA RIBEIRO, António – Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF* [Em linha]. 5:11 (2013) 25-36. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5616391>. ISSN 1984-2090.
- DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional – *Relatório de Implementação do Estatuto do Antigo Combatente (2022)*. Lisboa: DGRDN, 2023.
- FRAGA, Luís Alexandre – *A Guerra Colonial: 1961-1974*. Camões: Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.
- MAIA, Ângela; MCINTYRE, Teresa; PEREIRA, Graça; FERNANDES, Eugénia – Por baixo das pústulas da Guerra: Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da Guerra Colonial. In GAMA, Manuel (Ed.) – *A Guerra Colonial (1961-1974)*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, 2006. ISBN 9729981418. pp. 11-28.
- OBERMEYER, Ziad; MURRAY, Christopher; GAKIDOU, Emmanuela – Fifty years of violent war deaths from Vietnam to Bosnia: Analysis of data from the world health survey programme. *British Medical Journal* [Em linha]. 336 (2008) 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.a137>. ISSN 0959-8146.
- RODRIGUES, Fátima da Cruz – *Antigos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas: A Guerra Colonial como território de (re)conciliação*. Lisboa: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 2017. ISBN 9789898751119.
- RODRIGUES, Sofia da Palma – *Por ti, Portugal, eu juro! - A história dos comandos africanos da Guiné*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. ISBN 9789896718794.
- SANTOS, Henrique José Pereira – Veterania ou condição de ser veterano. *Revista Militar* [Em linha]. 2661 (2023) 11-43. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1741>. ISSN 0873-7630.
- SOUSA, Pedro Marquês – *Os Números da Guerra de África. Angola, Guiné, Moçambique: mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores*. Lisboa: Editora Guerra & Paz, 2021. ISBN 9789897026560.
- VIEIRA, Inês; BAPTISTA, Luís; ROMÃO, Ana; BALTAZAR, Maria da Saudade; SILVA, Sara – *Políticas públicas de resposta ao stress militar desde a I Guerra Mundial. Relatório da equipa da área sociológica do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar* [em linha]. Lisboa: CICS.NOVA, 2021. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/ac/crscm/investigacao/Documents/03_CICS-NOVA_Relatorio-Final-CRSCM_rev.pdf.

ESTUDOS GLQ – GAY, LÉSBICOS E QUEER EM PORTUGAL

ANTÓNIO FERNANDO CASCAISⁱ

Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA)

RESUMO

A área dos Estudos Gay, Lésbicos e Queer é formalmente inexistente nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas. O seu reconhecimento e aceitação encontra-se ainda na fase “ativista” e enfrenta fortes incompreensões nos planos institucional e epistémico, contrariando o aumento de autores que a ela se dedicam, com um crescimento exponencial do número de publicações, de teses de mestrado e de doutoramento e da procura discente de conteúdos e temas na oferta letiva existente, nomeadamente na formação pós-graduada em Estudos Sobre as Mulheres, de Género e Feministas a que os EGLQ se encontram invariavelmente associados.

PALAVRAS-CHAVE: estudos, gay, lésbicos, queer, Portugal

ABSTRACT

GLQ – GAY, LESBIAN AND QUEER STUDIES IN PORTUGAL

The field of Gay, Lesbian and Queer Studies (GLQS) is formally non-existent in the Portuguese Higher Education System. Its acceptance and

ⁱ fcc@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9920-9565>.

recognition is still in its “activist” stage and is faced by strong misunderstandings both at the institutional and epistemic level, countering the growth in the number of authors that engage in it, with an exponential increase in the number of publications, master’s and doctorate theses and the students demand in what concerns curricula at the level of postgraduate training, namely in the area of Women’s, Gender and Feminist Studies, with which they are invariably associated.

KEYWORDS: studies, gay, lesbian, queer, Portugal

RESUMÉ

ÉTUDES GLQ – GAIES, LESBIENNES, QUEER AU PORTUGAL

Le domaine des Études Gaies, Lesbiennes et Queer (EGLQ) reste formellement inexistant dans les Établissements d’Enseignement Supérieur portugais. Leurs reconnaissance et acceptation se trouvent encore au stade « activiste » et se heurtent à de fortes incompréhensions sur les plans institutionnel et épistémique, contrariant ainsi l’augmentation des auteurs qui s’y consacrent, avec une croissance exponentielle du nombre de publications, de thèses de master et de doctorat, et la demande des étudiants pour des contenus et des thèmes dans l’offre pédagogique existante, notamment dans la formation postuniversitaire en Études sur les Femmes, de Genre et Féministes auxquelles les EGLQ se trouvent invariablement associées.

MOTS-CLÉS: études, gaies, lesbiennes, queer, Portugal

A área dos estudos que, bem ou mal, no mundo da cultura académica anglófona, se convencionaram chamar GLQ – *Gay*, *Lésbicos* e *Queer*, forma-se na sequência das progressivas transformações no campo originário das Humanidades, das Letras e das Ciências Sociais e Humanas, que começaram por abrir caminho a um gradual acolhimento, nas Instituições de Ensino Superior (IES), de áreas como os Estudos Artísticos (incluindo cinema e teatro) e os Estudos dos *Media* e da Comunicação; posteriormente, assistiu-se à emergência, em paralelo, dos Estudos Culturais, dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género e, enfim, dos

Estudos GLQ. Essas transformações têm os seus limites e confrontam-se com inúmeras resistências, pelo que isto de modo algum significa que qualquer destes últimos não enfrente considerável incompreensão, senão declarada hostilidade, por parte daquelas áreas disciplinares que, em larga medida, já se encontram instaladas na estrutura universitária, enquanto estes se encontram ainda muito longe de o estar.

A análise da integração académica (cursos, *curricula*) dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) – que surgiram internacionalmente nos anos 1980, ao mesmo tempo que os Estudos GLQ (EGLQ), e no nosso país apenas quando iam bem entrados os anos 2000 – já foi empreendida no caso português (Lopes, Santos, Ferreira, 2024), e as conclusões que foi possível retirar são inteiramente aplicáveis aos EGLQ nacionais, que, quando existem, se encontram invariavelmente associados àqueles, tal como se encontram os estudos sobre as masculinidades ou sobre as sexualidades e as transexualidades.

A pesquisa das investigadoras Fátima Lopes, Caynnã Santos e Virgínia Ferreira “revelou um quadro geral de integração dos EMGF nos currículos do ensino superior incipiente, refletindo um processo de institucionalização deste campo de estudos no nosso país que tem sido descrito como tardio, lento, precário, ambivalente, individualizado e/ou parcial”, podendo concluir-se que “o género não faz parte do conhecimento usualmente proposto pelas instituições de ensino superior em Portugal” (Lopes, Santos, Ferreira, 2024: 64). Exatamente o mesmo se pode dizer dos EGLQ, integrados, como, se e quando estão, nos EMGF, como se verificou após consulta da oferta letiva e dos *curricula* das IES nacionais, dos respetivos repositórios de teses de 2.º e 3.º ciclos, e, bem assim, após um varrimento metódico da produção teórica (publicações, comunicações em congressos) dos autores agrupáveis sob os descritores homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, *gay*, lésbico, *queer*, LGBTQIA+, lésbico-feminismo, transgénero, e os respetivos cruzamentos entre si e com outros descritores como corpo, sexualidade, arte, feminismo, género e mulheres.

Nos estudos e relatórios a nível europeu, é costume delimitar em seis fases básicas o processo de institucionalização dos estudos EMGF, que se podem aplicar aos EGLQ: “fase ativista”, “fase de estabelecimento”, “fase de integração”, “fase de profissionalização”, “fase de disciplinarização” e

“fase de autonomia”. Na fase ativista, começam a ser oferecidos módulos individuais opcionais no quadro das disciplinas estabelecidas; na fase de estabelecimento, são introduzidos módulos genéricos e temáticos GLQ e criadas unidades interdisciplinares de ensino conjunto; na fase de integração, a sua oferta torna-se obrigatória no seio das disciplinas estabelecidas; a fase de profissionalização é a dos programas específicos GLQ conferentes de grau; a fase de disciplinarização é a da criação de departamentos ou centros de investigação dedicados e especializados em EGLQ; finalmente, na fase de autonomia, os EGLQ encontram-se equiparados a qualquer área disciplinar, com a mesma acreditação, financiamento e direitos de graduação. Deve dizer-se que este último e máximo nível de desenvolvimento constitui ainda uma raridade na academia norte-europeia e norte-americana e é totalmente inexistente fora desse restrito círculo, isto é, nos países da Europa do Sul (Espanha, França, Itália...) com que a realidade portuguesa é suscetível de alguma comparação.

Tal como ocorre com os EMGF, a situação dos EGLQ na estrutura curricular das IES é típica das fases “ativista” e de “estabelecimento”, as mais precoces da incorporação institucional do campo. Tal significa que a sua oferta letiva depende em exclusivo da iniciativa de algum docente ou investigador, por sua própria conta e risco, sem incentivo ou apoio institucional para além do acolhimento momentâneo, precário e circunstancial. Frequentemente, isto cria no público extra-académico, e bem assim nos estudantes candidatos à sua frequência, a equívoca percepção de que a sua simples existência exprime um reconhecimento institucional do docente ou do responsável ou uma política oficial de promoção da área, com o correspondente acesso a recursos e posições institucionais suscetíveis de serem mobilizados para reforçar a credibilidade dos esforços de institucionalização do campo, que são de facto inexistentes. A este nível micro dos fatores influentes – encorajadores ou bloqueadores – da institucionalização dos EGLQ, qualquer esforço individual encontra-se à partida comprometido, dado que o seu estatuto marginal e marginalizado não só não confere credibilidade aos seus proponentes, como é impeditivo de carreira na área, de resto formalmente inexistente, e descredibiliza quem tenha feito carreira meritória fora dela, pelo que não irá pôr em causa esse adquirido enveredando por ela. Ao nível macro dos fatores influenciadores, não

seria impeditivo o grau de autonomia das IES no desenvolvimento dos currículos, mas já o é de forma decisiva o baixo grau de flexibilidade das estruturas disciplinares/curriculares, assim como a (in)disponibilidade de financiamento público ou privado para a criação de cursos, centros, periódicos ou redes internacionais de EGLQ. Em contrapartida, a crescente procura por parte de estudantes de unidades curriculares ou programas de estudos de EGLQ é pura e simplesmente ignorada pelas IES, embora não seja nulo o nível de prioridade política conferido à promoção da igualdade de género, que depende da variabilidade ideológica das agendas governamentais. A situação dos EGLQ nas IES de modo algum reflete ou corresponde à proliferação exponencial de publicações científicas (livros, capítulos de livros, ensaios e artigos indexados), ao crescente número de autores na área, a teses de mestrado e de doutoramento realizadas com bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao aumento de projetos de I&D e ao valor global do respetivo financiamento e da divulgação e reconhecimento público dos resultados. Do mesmo modo, poderia pensar-se que o estádio “ativista” do desenvolvimento académico dos EGLQ seria potenciado pela estrutura e força dos movimentos sociais LGBTQI+, mas de maneira alguma é o caso em Portugal. Na verdade, é tensa e por vezes conflitual a relação entre a academia e o ativismo, refletindo a oposição entre, por um lado, o posicionamento concetual e metodológico construcionista social prevalecente nos académicos EGLQ e, por outro, a vocação essencialista do ativismo, predominantemente orientado para o sucesso estratégico, como cedo fez notar Ana Maria Brandão (2009). Por parte das IES, os EGLQ são percebidos como uma politização indevida – ainda por cima enviesado por questões eminentemente “fraturantes” – que perverte a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade da missão universitária. Neste aspeto, é vulgar afirmar que os EMGF são uma questão desprovida de universalidade, com um mero (des)valor biográfico para quem deles se ocupa, viciando as regras de funcionamento e o entendimento ético tácito das IES. Permanece atual o diagnóstico feito por Almeida, mesmo após se ter alterado o panorama descrito de falta de massa crítica na área: “a orientação sexual tem sido mantida afastada da academia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito a cursos, departamentos e centros de investigação,

salvo raras exceções (...). É plausível que as instituições científicas e universitárias sejam avessas à aceitação da temática LGBT e Queer, ou que o receio afaste docentes e investigadores/as de implementarem cursos e projetos na área” (Almeida, 2010: 70). No tempo que medeia entre este correto diagnóstico e a realidade atual, alguma coisa principiou a mudar timidamente, sobretudo com a introdução de conteúdos GLQ na oferta letiva de alguns cursos de 2.º ciclo, em particular na área da Sociologia (ISCTE, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Universidade de Coimbra), no âmbito do “género”, dos “movimentos sociais”, do “corpo” e da “sexualidade”, o que é desejável, mas cuja ambivalência, deste preciso ponto de vista, corre o risco de diluir as especificidades e as singularidades dos conteúdos GLQ nos três primeiros e, no caso da última, de os reduzir a uma visão essencialista biopsicologizante ainda largamente prevalecente. O surgimento de cursos de Mestrado e de especializações em *Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento* (Universidade Aberta), *Estudos sobre as Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura* (Universidade Nova de Lisboa), *Sociologia do Género e da Sexualidade* (Universidade do Minho), *Estudos Interdisciplinares de Género e Sexualidades* (ISCTE), *Doutoramento em Estudos Feministas* (Universidade de Coimbra) –, em *Estudos de Género* (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL/Faculdade de Direito da UNL) e bem assim o *Programa Doutoral em Sexualidade Humana* (Universidade do Porto) constitui um extraordinário avanço na inclusão das temáticas e das problemáticas GLQ, claramente assentes em epistemologias feministas e *queer*. Todavia apenas os cursos do ISCTE e da Universidade de Coimbra os mencionam explicitamente e o curso de ISCSP/ UNL/FD inclui um seminário opcional cujo intitulado mistura, a nosso ver muito precipitada e indevidamente, “Teorias feministas e de género, estudos LGBTIQ+ e movimentos sociais”. Essa inclusão não pode, porém, a nosso ver, e para salvaguarda da singularidade irreduzível das “epistemopolíticas” *queer*, passar pelo filtro de uma destringência lapidarmente enunciada no Axioma 2 da *Epistemologia do Armário*, de Eve Kosofsky Sdgbick: “Axioma 2: O estudo da sexualidade não é coextensivo ao estudo do género; concomitantemente, a pesquisa anti-homofóbica não é coextensiva à pesquisa feminista. Mas

pode-se saber antecipadamente em que é que irão diferir” (Sedgwick, 1991: 27). Por outro lado, a oferta letiva em género, mesmo em regime opcional, ao nível da formação pré-graduada em todos os cursos das áreas das Letras, Humanidades, Ciências Sociais e Humanas, bem como a abertura e a promoção de grupos, núcleos e linhas de investigação, e ainda a criação de projetos de investigação específicos em Centros de I&D (de que o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra constitui já caso exemplar, a ser emulado), constituem uma viragem promissora que bem poderia ser exponencialmente potenciada no âmbito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da criação de concursos autónomos na área do género, efemeramente existentes e depois encerrados.

A academia, que justamente se preza de não ceder aos preconceitos populares, aos viés obscurantistas e *partis pris* anticientíficos, patenteia consideráveis dificuldades no que toca à capacidade autorreflexiva de dar conta do facto de a análise crítica e o desenvolvimento conceptual no seio dos EGLQ ter extraordinários efeitos reprodutivos fora do seu estrito âmbito, com um grau muito elevado de aplicabilidade transdisciplinar, de fertilização cruzada e transversal, como assinala Miguel Vale de Almeida (2010: 70). Em contrapartida, ao fecharem-se a este adquirido, áreas disciplinares tão diversificadas como o Direito e as Ciências Jurídicas em geral, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Literatura e as Artes, as Ciências da Comunicação e dos *Media*, as Ciências Sociais e Humanas e os Estudos Culturais, os Estudos Políticos e a Filosofia, fácil e frequentemente correm o risco de se ensimesmarem nas categorias que desde há décadas têm sido forçadas pela *scientia sexualis* médica, psiquiátrica, forense e bioantropológica da viragem do século XIX para o XX, que reproduzem inadvertida e inconscientemente, sobretudo quando sustentadas pelo muito assíduo equívoco de que os EGLQ se reduzem a uma efémera moda epistémica, insuscetível de *mainstreaming*. Não que as disciplinas clássicas não possam debruçar-se sobre os objetos e os temas, mas, sem as aquisições metodológicas dos EGLQ, revelam-se incapazes de dar conta da complexidade, verdadeiramente interdisciplinar e multidisciplinar destes. Este facto reflete-se dramaticamente na qualidade das teses de mestrado e doutoramento orientadas por pessoas das áreas

clássicas, as quais não estão familiarizadas com o adquirido concetual e epistemológico dos EGLQ. No âmbito mais vasto dos saberes físico-naturais, os EGLQ desempenham, por exemplo, um papel análogo ao dos Estudos Feministas e Pós-Coloniais sobre a ciência, desfazendo o imenso lastro misógeno, eurocêntrico, racista e colonialista herdado do positivismo científico. Como exemplo único, diremos que, ao abordarmos questões tão ético-politicamente candentes como a da liberdade morfológica, no caso da transsexualidade, os EGLQ disponibilizam instrumentos únicos para lançar luz sobre a tradicional oposição natureza-cultura e a sua superação por uma conceção pós-humanista e pós-instrumental da técnica, onde se impõe citar a referência doravante fundamental de Paul Preciado.

Profundamente devedores do *linguistic turn* e do *pragmatic turn*, os EGLQ têm em Michel Foucault a sua figura tutelar, mas nomes seus contemporâneos como os do italiano Mario Mieli e do francês Guy Hocquenghem estão a ser redescobertos. Epistemologicamente, são igualmente tidas por seminais as obras de Jacques Derrida e de Gilles Deleuze/Félix Guattari, nomeadamente na sua radical revisão da psicanálise lacaniana. Já no interior do campo, costumam juntar-se-lhes as referências norteadoras de autores como Monique Wittig, essencial no caso do lésbico-feminismo, Donna Haraway, no caso do ciberfeminismo, bem como Gayle Rubin, Adrienne Rich e Leo Bersani, para não entrarmos nos desenvolvimentos atuais dos EGLQ, onde um sem-número de nomes teria de ser listado. Por sua vez, o debate fundador que opôs construcionismo social e essencialismo (de matriz biologizante), e que culmina com o pós-moderno, reivindica a sua origem remota nas figuras contrapostas de Oscar Wilde e André Gide. Quanto ao termo *queer*, ele deve o seu emprego originário a Teresa de Lauretis, mas a formulação de uma teoria autointitulada *queer* encontra as suas pioneiras em Eve Kosofsky Sedgwick e Judith Butler.

No nosso país, podem indicar-se como referências originárias a obra coletiva *Indisciplinar a Teoria – Estudos Gays, Lésbicos e Queer* (Cascais, 2004) e o número 76 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* – “*Estudos Queer: Identidades, contextos e ação coletiva*” (Santos, 2006). Uma lixagem de conferências públicas se sucedeu desde o pioneiro *Colóquio*

Internacional de Estudos GLQ – Culturas, Identidades, Visibilidades, (Lisboa, Instituto Franco-Português, 16-17 de setembro de 2005), em colaboração com o *Festival de Cinema Queer Lisboa*, até à Conferência *40 Anos da Despenalização da Homossexualidade – História LGBTI+ em Portugal* (ISCTE, 27-28 de Maio de 2022), passando pela série de conferências internacionais *Queering Luso-Afro-Brazilian Studies / Perspetivas Queer sobre os Estudos Luso-afro-brasileiros* (Universidade de Dalarna, Suécia, 2016; Universidade de Birmingham, 2017; FLUP, 2018; Universidade de Leeds, 2020; Sorbonne Université, 2024).

Aquele que pode ser considerado o primeiro balanço da implantação dos EGLQ é da autoria de Miguel Vale de Almeida (2010). Na obra de referência onde se inclui o capítulo deste autor, além do seu nome, do nome do autor do presente texto e dos organizadores desse volume (Conceição Nogueira e João Manuel Oliveira), apontavam-se como referências seminais da área dos EGLQ nacionais Nuno Carneiro, Ana Maria Brandão, Gabriela Moita, Octávio Gameiro, Ana Cristina Santos. Entretanto, o número de investigadores mais jovens tem aumentado exponencialmente, tal como o currículo de publicações, projetos de investigação, congressos, conferências e outras sessões públicas, académicas e extra-académicas, por parte de investigadores seniores. Acresce ainda a internacionalização, com os nomes mais proeminentes de Anna Klobucka, Paulo Pepe, Richard Cleminson e Fernando Curopos – e aqui reconhecemos a clamorosa injustiça das nossas numerosas omissões, que incluem a cada vez maior atenção que estes autores têm merecido por parte dos seus congéneres brasileiros, alguns a trabalhar nas IES portuguesas.

Tudo isto tendo vindo a constituir um muito apreciável caudal que reflete as vastas transformações operadas na sociedade portuguesa nos campos do ativismo *queer*, da visibilidade pública, da recuperação da história e da memória, da literatura e das artes, das transformações sociais e familiares, culturais, jurídicas e políticas, enfim, das múltiplas dimensões de um movimento social que bem se pode considerar ter sido e continuar a ser responsável por algumas das mais vastas e profundas mutações por que temos passado na nossa história recente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de – O contexto LGBT em Portugal. In NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de (Orgs.) – *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. ISBN 9789725973264. pp. 45-92.
- BRANDÃO, Ana Maria – Democracia, cidadania e direitos LGBT em Portugal: Algumas questões em aberto. Comunicação apresentada no *Seminário “Para além do arco-íris: activismos LGBT e feminista nos 40 anos de Stonewall”*. Coimbra: Instituto Português da Juventude, 20 de novembro de 2009.
- CASCAIS, António Fernando – O ativismo e a queerização da academia. *LES Online*. Lisboa. ISSN 1647-3868. 4:1 (2012) 3-12.
- CASCAIS, António Fernando (Org.) – *Indisciplinar a teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa: Fenda, 2004. ISBN 9789896030014.
- LOPES, Mónica; SANTOS, Caynnã; FERREIRA, Virgínia – Modalidades e graus de integração dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas no ensino superior português: Uma análise sistemática dos currículos. *Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher*. Lisboa. ISSN 0874-6885. 50 (2024) 55-78.
- NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel (Orgs.) – *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. ISBN 9789725973264.
- SANTOS, Ana Cristina – Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos *queer* e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 76 (2006) 91-108.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky – *Epistemology of the Closet*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1991. ISBN 9780520254060.

SARMENTO, João Carlos Vicente – Patrick Geddes: da ação social cooperativa à cirurgia de conservação. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 189-197. ISSN 2182-7419.

PATRICK GEDDES: DA AÇÃO SOCIAL COOPERATIVA À CIRURGIA DE CONSERVAÇÃO

JOÃO CARLOS VICENTE SARMENTOⁱ

Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

RESUMO

Patrick Geddes (1854-1932) é uma figura incontornável da história do planeamento regional e urbano. Várias biografias o descrevem como biólogo, sociólogo, geógrafo e planeador, e pioneiro nestas disciplinas, ainda que o seu percurso se revista de alguma obscuridade. Primeiramente, este texto faz uma introdução ao pensamento visionário e revolucionário de Patrick Geddes, sobretudo na sua defesa da ideia de *Cívics*, ou ação social cooperativa. De seguida, concentra-se no período em que Geddes esteve na Índia, em que navegou os meandros do planeamento imperial britânico, aplicando a ideia de cirurgia de conservação, fortemente apoiada na importância das comunidades locais e do planeamento participativo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrick Geddes, ação social cooperativa, cirurgia de conservação, Índia

ABSTRACT**PATRICK GEDDES: FROM COOPERATIVE SOCIAL ACTION TO CONSERVATIVE SURGERY**

Patrick Geddes (1854-1932) is an inescapable figure in the history of regional and urban planning. Several biographies describe him as a biologist, sociologist, geographer and planner, and a pioneer in these disciplines, even though his career is covered in some obscurity. Firstly, this text provides an introduction to the visionary and revolutionary thought of Patrick Geddes, especially in his arguments of the idea of *Civics*, or cooperative social action. It then focuses on the period when Geddes was in India, in which he navigated the intricacies of imperial British planning, applying the idea of conservative surgery, strongly supported by the importance of local communities and participatory planning.

KEYWORDS: Patrick Geddes, cooperative social action, conservative surgery, india

RESUMÉ**PATRICK GEDDES: DE L'ACTION SOCIALE COOPÉRATIVE À LA CHIRURGIE CONSERVATRICE**

Patrick Geddes (1854-1932) est une figure incontournable de l'histoire de l'aménagement régional et urbain. Plusieurs biographies le décrivent comme un biologiste, un sociologue, un géographe et un urbaniste et un pionnier dans ces disciplines, même si sa carrière est entourée d'une certaine obscurité. Ce texte propose tout d'abord une introduction à la pensée visionnaire et révolutionnaire de Patrick Geddes, notamment dans ses arguments en faveur de l'idée de *Civics*, ou action sociale coopérative. Il se concentre ensuite sur la période où Geddes était en Inde, au cours de laquelle il a navigué dans les méandres de la planification impériale britannique, en appliquant l'idée de chirurgie conservatrice, fortement soutenue par l'importance des communautés locales et de la planification participative.

MOTS-CLÉS: Patrick Geddes, action sociale coopérative, chirurgie conservatrice, Inde

NOTA INTRODUTÓRIA

Ainda que Patrick Geddes (1854-1932) seja considerado, quase unanimemente, o fundador do *town planning*, um dos precursores do planeamento regional, o criador do conceito de cirurgia de conservação e dos termos “cidade mundial” e “conurbação” (Mumford, 1961; Hall, 1996), o seu percurso e obra continuam a revestir-se de alguma obscuridade, sobretudo quando comparados com outros nomes ilustres do planeamento, como Otto Wagner, Ebenezer Howard ou Tony Garnier. Certamente que a sua formação pouco ortodoxa, o percurso profissional errático, a escrita apressada, relutante e cheia de neologismos (Weter, 2002; Meller, 2013; Tyrwhit, 1947), e a posição ambígua entre ser um anarquista e promotor da participação cívica e a participação no urbanismo imperial contribuíram para isso mesmo.

Há já mais de 20 anos, publiquei um texto de homenagem a Patrick Geddes, por ocasião dos 150 anos do seu nascimento (Sarmiento, 2004). Entretanto, surgiram, internacionalmente, diversos trabalhos sobre esta figura singular do pensamento social e espacial. Em 2021, a convite do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista, Brasil, dei uma palestra sobre Patrick Geddes, focando-me sobretudo no seu período na Índia. Neste breve texto pretendo, numa primeira parte, fazer uma introdução a Patrick Geddes, enquadrando o seu pensamento, as suas ideias inovadoras, visionárias e quase revolucionárias, em grande medida relacionadas com os movimentos anarquistas, com a sua defesa da ideia de *Civics*, ou ação social cooperativa. Numa segunda parte, debruço-me sobre o período da Índia, fase profissional em que mergulhou nos meandros do planeamento imperial britânico, aplicando a ideia de cirurgia de conservação, fortemente apoiada na importância das comunidades locais e do planeamento participativo.

CIVICS OU A AÇÃO SOCIAL COOPERATIVA

Patrick Geddes nasceu em 1854, em Ballater, na Escócia, tendo falecido em 1932, em Montpellier, França. Por altura do seu nascimento, em 1853, Georges-Eugène Haussmann tinha começado a transformar Paris, demolindo quarteirões inteiros que deram lugar a *boulevards* modernos, adaptados à passagem de militares. Este programa audacioso de

requalificação, embelezamento urbano e destruição criativa permitia o controlo de revoltas, insurreições e levantamentos. Outras intervenções urbanas profundas, criativas e progressistas, como por exemplo o *eixample ou ensanche* de Ildefonso Cerdà em Barcelona, ou o *Ringstraße* de Ludwig Förster em Viena, eram projetos de transformação radical que desrespeitavam as comunidades locais e não entusiasmaram o escocês. Geddes estudou brevemente Biologia na Universidade de Edimburgo, tendo ido para Londres com 21 anos. Estudou na Royal School of Mines e foi um *protégé* de Thomas Huxley e de Charles Darwin. Numa visita a Paris, ficou fascinado com o ambiente intelectual, sobretudo com o positivismo de Auguste Comte, o trabalho do sociólogo Frédéric Le Play e os movimentos anarquistas de Elisée Reclus e Piotr Kropotkin. Não chegou a terminar uma educação formal, tendo-se tornado um ativista convicto, afastando-se da conceção dominante da evolução darwinista como seleção natural, mas defendendo que os humanos podiam controlar, ou pelo menos antecipar, o seu destino evolucionário. Geddes regressou à Escócia em 1886, e durante mais de 30 anos (1888-1919) teve a cátedra de Botânica na Universidade de Dundee, na Escócia. Ensinava apenas no período de verão, e esta precariedade, que lhe trazia um pequeno salário, forçava-o a financiar os projetos que queria fazer. Procurava a ordem: é um homem da modernidade, acreditando na classificação, em estruturas e categorias, em factos e observações.

Geddes foi profundamente marcado pelo valor social e educacional da *Exposition Universelle* de 1878 em Paris, no sentido da potencialidade criativa que estas exposições tinham em articular as escalas local e internacional. Depois de ver diversas exposições na Europa e nos Estados Unidos, desenvolveu um fascínio pela Índia quando, na exposição de Paris de 1900, conheceu Swami Vivekanamer e Margaret Noble, que lhe abriram portas para a complexidade e diversidade da cultura da Índia e para a tarefa hercúlea que este país/continente rural enfrentava com a rápida urbanização.

Na sua perspetiva positivista comteana, do caos resultaria a ordem das cidades. O seu contributo seria dissecar, categorizar, analisar em partes, a complexidade do todo. Esta ordem que procurava serviria para fazer uma reforma social, e para isso tinha que mobilizar uma

série de disciplinas. Reclus e Kropotkin, influenciaram a sua perspectiva de sociedade anarcocomunista, regulada pela ajuda mútua e cooperação. Afastou-se assim do darwinismo social e da competição das espécies, defendendo que um dos princípios mais importantes no evolucionismo, quer biológico quer social, é a cooperação e a ajuda mútua (Kropotkin, 2021 [1902]). Os estudos dessa natureza estão ligados ao que ele chama *Civics*, uma “ciência aplicada” que nasce por oposição ao conflito e à disputa inerente à política convencional e rompe com a distinção entre teoria e prática no urbanismo. *Civics* seria uma “ciência da educação democrática”. Através do seu método experimental e dos levantamentos efetuados em cada cidade, seria obtida uma espécie de “Enciclopédia cívica”, com vista à consciencialização do leitor comum. Neste contexto, destaco aqui duas iniciativas de Geddes - a Outlook Tower, em Edimburgo, e a exposição itinerante *Cities and Town Planning Exhibition*. Ambas acarretam o conceito de diagnóstico, ou seja, conhecer para planejar. O seu uso de exposições e outros métodos educativos para promover a cidadania ativa como parte do processo de planeamento vem da ideia de cidades e pessoas em evolução. Uma sociedade em que as políticas competitivas fossem redirecionadas para uma ação social cooperativa mais útil, transformando a sociedade de conflitos e competição para harmonia e cooperação. A Outlook Tower, adquirida através de uma cooperativa, muito possivelmente deriva do Great Globe, que Reclus conceptualizou (Ferretti, 2017), e que chegou a ser parcialmente construído na Exposição Universal de Paris em 1900. Profundamente ligada à produção de conhecimento geográfico para públicos alargados, a movimentos de pedagogias anarquistas, a Outlook Tower é o “primeiro laboratório sociológico e geográfico do mundo”, um *Index Museum to the world* (Withers, 1997). A sua conceção estabelece um diálogo entre a observação individual privilegiada a partir de um ponto elevado e a observação coletiva num *milieu* vasto, questionando a ordem das coisas e as estruturas de relações. A ideia de região funde-se com a visão de uma civilização universal, mediada por categorias como cidade, Estado, nação, império e linguagem (Weter, 2002). Apesar da importância do ponto de vista panorâmico e privilegiado, Geddes dá primazia ao ponto de observação que se estabelece na rua, em movimento, com profundidades de campo variáveis,

encontrando os contrastes urbanos de congregação e reclusão. A profunda dedicação de Geddes à construção de uma cidadania informada prosseguiu com a criação, em colaboração com Frank Mears, da exposição itinerante chamada *Cities and Town Planning Exhibition*. Inicialmente exibida em Londres em 1911, continha milhares de mapas, plantas, esquemas, gravuras e fotografias. Aberta a públicos escolares pelas manhãs e ao público em geral pelas tardes, a exposição foi um sucesso, passando por Belfast, Dublin e Bélgica, antes do início da Guerra. Em 1914, já sexagenário, Patrick Geddes viajou para a Índia a convite de Lord Pentland, o governador de Madras, para mostrar a *Cities and Town Planning Exhibition*. Infelizmente, quando a embarcação que a transportava foi afundada pelos alemães, ao largo das Maldivas, todos os materiais se perderam. Refeita do zero, foi inaugurada na Universidade de Madras em 1915, tendo viajado pela Índia e funcionado como uma forma de participação cívica.

O CIRURGIÃO NA ÍNDIA

No século XIX, o planeamento britânico na Índia, e noutros territórios coloniais, assemelhava-se em muito às práticas de Haussman em Paris, com demolições completas de bairros e um desrespeito profundo por comunidades e populações locais. Com propósitos sanitários e de saúde pública, domesticavam-se e controlavam-se militarmente cidades. A eficiência funcional, a geometria retilínea de largas avenidas, a segregação de usos do solo, a instauração de subúrbios jardim e a regulação de novos desenvolvimentos sobrepunham-se à transferência forçada de milhares de pessoas. Durante cerca de uma década (1914-1924), Geddes permaneceu longos períodos de tempo na Índia, tendo assumido, entre 1920 e 1924, a cátedra de *Sociology and Civics* na Universidade de Bombaim. Realizou dezenas de *Town Planning Reports* (Rao-Cavale, 2017), de qualidade e extensão variáveis. Estes relatórios eram encomendados por governadores coloniais de estados sob jurisdição britânica, ou por marajás ou cortes que governavam estados autónomos. As suas ideias de planeamento eram, no entanto, profundamente diferentes das preconizadas pela administração colonial. Na Índia, Geddes aplicou a metodologia do *survey*, que remonta à Outlook Tower. Por um lado, observar do alto, por outro, e mais importante, conhecer caminhando pela cidade:

walking, active peregrination, repeated perambulation, são os termos que Geddes usa na ação de discernimento de possibilidades, em quarteirões, *mohalas*, ruas, becos e casas. Influenciado pelos desenvolvimentos da Geografia Regional e pela escola Vidaliana, que enfatizava o trabalho de campo e a observação, o *survey* de Geddes encapsulava um paradoxo: observar melhor para intervir menos.

A abordagem alicerçava-se no conceito de *conservation surgery* (cirurgia de conservação), ou seja, em intervenções com o mínimo possível de demolições, mantendo mercados, bazares e edificado. Nas suas palavras, “a tarefa não é forçar pessoas a mudarem-se para novos lugares contra as suas associações, desejos e interesses – como vemos maus esquemas a tentarem fazer. Ao invés, a tarefa é encontrar os lugares certos para cada tipo de pessoa, lugares onde possam realmente florescer” (Tyrwhitt, 1947, p. 22, tradução do autor). Articulando a ideia de ação social com a cirurgia de conservação, a preocupação de Geddes era compreender o o “outro”, em fomentar o olhar do cidadão sobre o território, um cidadão ativo com uma relação afetiva com o território e com quem o planeador pudesse dialogar, pensando a cidade coletivamente (Ferraro, 1998). Ainda que trabalhando para os poderosos e colonialistas, os trabalhos escritos de Geddes estão livres de categorias e assunções raciais, contêm um profundo respeito pelas tradições na Índia e uma sensibilidade notável para com as necessidades dos mais desprotegidos (Rao-Cavale, 2017). Sintomaticamente, esta atitude já estava presente em Geddes quando, após começar a trabalhar na Universidade de Edimburgo, se mudou com a esposa para um bairro operário, facto comentado e enaltecido por Kropotkin (Locke, 1977). Censurado por vários colegas, Geddes quis testar as suas ideias e, com esforço quotidiano, fez melhorias na sua casa, no jardim e na rua, e convenceu aos poucos os seus vizinhos a fazerem o mesmo, transformando o bairro.

NOTAS FINAIS

Os trabalhos e projetos de Geddes tiveram pouco impacto na Índia após 1925, e no ocidente o escocês foi resgatado pelos planeadores e não pelos sociólogos. No pós-guerra, Tyrwhitt (1949) editou e publi-

cou parte dos seus relatórios, e foi sobretudo o urbanista Lewis Mumford, que com ele manteve uma intensa troca epistolar durante mais de 15 anos (1915-1932), que recuperou muitas das suas ideias (Novak, 1995). Geddes teve uma forte influência na Tennessee Valley Authority (1933), na Garden Cities and Town Planning Association e na Regional Planning Association of America, especialmente as suas ideias de planeamento regional, ideia de conurbação, aproveitamento de recursos naturais, profundo conhecimento da realidade e vínculos da botânica, biologia e mundo natural com a geografia e as pessoas. A sua recusa de planos abstratos dedutivos e o afastamento de utopias, e a procura de cidades possíveis, respeitando o património das comunidades e trabalhando na adaptação às exigências do presente, foram recuperadas por John C. Turner, quase 50 anos mais tarde, e defendidas por Jane Jacobs, no quadro do planeamento urbano americano. Jacobs (2002 [1961]), tal como Geddes muito antes, rejeitou a renovação urbana racional com planos gerais, procurando uma abordagem orgânica e destacou a importância das comunidades locais e do planeamento participativo, através de conceitos como “biopólis” e “biorregionalismo”.

REFERÊNCIAS

- FERRARO, Giovanni – *Rieducazione alla speranza: Patrick Geddes planner in India, 1914-1924*. Milano: Jaca Book, 1998. ISBN 8816404620.
- FERRETTI, Frederico – Situated Knowledge and Visual Education: Patrick Geddes and Reclus's Geography (1886-1932). *Journal of Geography* [Em linha]. 116: 3 (2017) 3-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00221341.2016.1204347>. ISSN 1752-6868.
- GEDDES, Patrick – *Cities in Evolution. An introduction to the town planning movement and to the study of civics*. London: William & Norgate, 1915.
- HALL, Peter – *Cities of Tomorrow*. Oxford: Blackwell, 1996. ISBN 9780631199427.
- JACOBS, Jane – *The life and death of Great American cities*. London: Random House, 2002 [1961]. ISBN 9780375508738.
- KROPOTKIN, Piotr – *Apoio Mútuo. Um fator da evolução*. Lisboa: Antígona, 2021. ISBN 9789726083757.
- LOCK, David – Patrick Geddes: the conservative surgeon. *Built Environment Quarterly*. Londres. ISSN 0308-1508. 3:4 (1977) 325-328.
- MELLER, Helen – *Patrick Geddes: Social Evolutionist and City Planner*. London: Routledge, 1993. ISBN 0203985362.

NOVAK, Frank G. – *Lewis Mumford and Patrick Geddes – the correspondence*. London: Routledge, 1995. ISBN 9780415119061.

RAO-CAVALE, Karthik – Patrick Geddes in India: Anti-colonial nationalism and the historical time of ‘Cities in Evolution’. *Landscape and Urban Planning* [Em linha]. 166 (2017) 71-81. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.11.005>. ISSN 1872-6062.

SARMENTO, João – O evolucionismo cultural e o planeamento urbano e regional: texto em memória dos 150 anos do nascimento de Sir Patrick Geddes (1854-1932). *Geo Working Papers*. 2 (2004) 1–25.

TYRWHITT, Jaqueline – *Patrick Geddes in India*. Londres: Lund Humphries, 1947.

WELTER, Volker M. – *Biopolis: Patrick Geddes and the City of Life*. Cambridge: MIT Press, 2002. ISBN 9780262731645.

CLEMENTE, Mara – O que é o tráfico de pessoas? Apontamentos para uma sociologia crítica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 199-207. ISSN 2182-7419.

O QUE É O TRÁFICO DE PESSOAS? APONTAMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

MARA CLEMENTEⁱ
Universidade de Évora (UE)

RESUMO

Os desafios colocados pela ideia do tráfico de pessoas são tão antigos quanto as preocupações sobre o problema. Este artigo explora alguns dos limites das conceptualizações dominantes do tráfico e a contribuição dos estudos empíricos e críticos sobre o tráfico e das atuais agendas de combate ao tráfico. A conclusão alerta para os riscos de uma sociologia acrítica ao serviço de agendas apolíticas e a necessidade de uma sociologia alternativa do tráfico.

PALAVRAS-CHAVE: tráfico de pessoas, exploração do trabalho, migrações, sociologia crítica

ABSTRACT

WHAT IS HUMAN TRAFFICKING? NOTES FOR A CRITICAL SOCIOLOGY

The challenges posed by the idea of human trafficking are as old as concerns about the problem. This article explores some of the limits of dominant conceptualisations of trafficking and the contribution of empirical and

ⁱ mara.clemente@uevora.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5038-7328>.

critical studies on trafficking and current counter-trafficking agendas. The conclusion warns of the risks of an uncritical sociology serving apolitical agendas and emphasises the need for an alternative sociology of trafficking.

KEYWORDS: human trafficking, labour exploitation, migration, critical sociology

RESUMÉ

QU'EST-CE QUE LA TRAITE DES PERSONNES? NOTES POUR UNE SOCIOLOGIE CRITIQUE

Les défis posés par l'idée de la traite des personnes sont aussi vieux que les préoccupations suscitées par ce problème. Cet article explore certaines des limites des conceptualisations dominantes de la traite et la contribution des études empiriques et critiques sur la traite et les agendas actuels de lutte contre la traite. La conclusion met en garde contre les risques d'une sociologie acritique au service d'agendas apolitiques et sur la nécessité d'une sociologie alternative de la traite.

MOTS-CLÉS: traite des personnes, exploitation du travail, migration, sociologie critique

Patrícia é uma trabalhadora do sexo carioca, mãe de duas crianças. Durante 16 anos, viajou várias vezes para a Europa para trabalhar no mercado do sexo. Numa entrevista,¹ explica que fala espanhol e catalão, bem como um pouco de inglês e francês. Por diversos anos, Patrícia trabalhou num clube no norte de Portugal, na fronteira com Espanha: uma experiência que define como “triste”, durante a qual trabalhou dia e noite, sem conseguir poupar. Endividada pela viagem, esteve durante cerca de cinco anos sem poder ir ao Brasil. Patrícia abandona o clube com o apoio de um cliente, que a leva de camião para Espanha. Aqui, ela começa a trabalhar num clube diferente onde, longe das dívidas de viagem, consegue ter uma gestão diferente do trabalho e do dinheiro que ganha. Com a crise da Zona Euro, foi obrigada a regressar ao Brasil, mas entre os seus sonhos fica o de emigrar, comprar casa e ser feliz.

A experiência de Patrícia parece apresentar alguns dos elementos que caracterizam o tráfico de pessoas, tal como descrito nos principais protocolos,

¹ A entrevista está disponibilizada *online*, pelo projeto RED LIGHT RIO, no seguinte link: <https://redlightr.io/trafficked-in-portugal/>.

convenções e políticas internacionais. “Lá [em Portugal] a escravatura, o negócio das brancas, existe mesmo” – diz Patrícia, que se descreve como “prova viva disso”. No entanto, não está garantida a possibilidade de, dentro dos atuais sistemas de combate ao tráfico, a violência sofrida por trabalhadores migrantes como a Patrícia ser reconhecida como tráfico. A natureza fluida, essencialmente ambígua e instável da categoria jurídica do tráfico, para além do estigma da prostituição, contribuem para esta incerteza. Em muitos contextos, a própria mobilização da ideia de tráfico depende principalmente das prioridades das agendas políticas e morais e das dinâmicas de poder que caracterizam o campo do combate ao tráfico (Brennan, 2014; Clemente, 2019; Faier, 2024; ver também Bourdieu, 1984).

Ancorando-se nos resultados de estudos empíricos e críticos sobre o tráfico, este artigo propõe uma breve reflexão sobre o conceito de tráfico num momento histórico em que as preocupações antitráfico envolvem um número crescente de profissionais. O artigo parte da definição de tráfico de pessoas que encontramos num dos principais instrumentos jurídicos internacionais, com enfoque nos seus limites. De seguida, apresenta a ideia do tráfico tal como descrito *on the ground* e algumas das reivindicações ainda escassamente ouvidas no campo do combate ao tráfico. O artigo conclui chamando a atenção para a necessidade de uma sociologia crítica do tráfico (e do antitráfico) que contribua para a transformação social, em contraste com a tendência crescente para uma sociologia acriticamente ao serviço de agendas antitráfico apolíticas. O desafio de ouvir continua aberto aos responsáveis políticos.

O ENTENDIMENTO DOMINANTE SOBRE O TRÁFICO

Em vários contextos, o entendimento dominante sobre o “tráfico de pessoas” é amplamente moldado pelo Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (também conhecido como Protocolo de Palermo). Este instrumento jurídico internacional apresenta uma longa definição do tráfico,² identificando como suas características definidoras, pri-

2 O artigo 3.º, a) do Protocolo de Palermo descreve o tráfico como “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de

meiramente, uma “ação” de recrutamento ou transporte, transferência, alojamento, acolhimento de pessoas. Para que haja tráfico, será também necessária a presença de um “meio”, isto é, ameaça ou uso da força, de outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios. Por fim, será necessário ter a finalidade “fim” da exploração.

Entre as principais preocupações das Nações Unidas e de muitos governos nacionais que assinaram o Protocolo de Palermo — parte de um pacote de instrumentos legais proposto para combater o crime transnacional organizado — está a de distinguir o tráfico de pessoas da “introdução clandestina de migrantes”, isto é, a entrada de migrantes dentro das fronteiras dos Estados em violação das leis de migração.³ Se o tráfico constitui um crime contra as pessoas, a introdução clandestina de migrantes constitui um crime contra o Estado. Contudo, a natureza fluida e polissêmica da definição de tráfico proposta pelo Protocolo de Palermo não contribuiu para uma fácil distinção operacional entre as duas categorias jurídicas.

Esta definição, de facto, deixa alguns dos seus elementos constitutivos substancialmente indefinidos — a começar pelos conceitos de “vulnerabilidade” e “exploração” que se vislumbram na experiência de Patrícia — como resultado de uma complexa conciliação das agendas das várias agências e organizações envolvidas na luta contra o tráfico desde o final da década de noventa do século passado (Clemente e Varela, 2023).⁴ O desenvolvimento de ferramentas para a identificação

autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (UN, 2000a).

3 O artigo 3.º, a) do Protocolo Adicional das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea com “introdução clandestina de migrantes” refere-se ao ato de “facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material” (UN, 2000b).

4 Entre estas encontram-se organizações feministas preocupadas com a prostituição de mulheres, que, mesmo em Portugal, têm defendido a criminalização da prostituição como um meio de luta contra o tráfico, em contraste com grupos e organizações que têm reivindicado o reconhecimento da prostituição como trabalho que outorga direitos e deveres (Doezema, 2010; Silva *et al.*, 2013).

de casos de tráfico não tem limitado a subjetividade e variabilidade das intervenções, não raramente marcadas pelo estigma que recai sobre as pessoas que se dedicam ao trabalho sexual. Mais significativo ainda é que, quando as trabalhadoras do sexo migrantes como Patrícia conseguem ser reconhecidas como “vítimas de tráfico”, os benefícios que obtêm desta identificação são muito escassos. A subordinação da sua proteção à perseguição de traficantes, a sua reeducação em casas de abrigos e o seu regresso aos países de origem são práticas bem distantes das suas necessidade e expectativas (Bernstein, 2018; Clemente e Blanchette, 2024; Giordano, 2014).

UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA DO TRÁFICO (E DO ANTITRÁFICO)

Voltemos à experiência de Patrícia em Portugal. Vários intermediários exploraram a trabalhadora no sentido marxista da palavra, extraindo excedentes do seu trabalho. Uma exploração que emerge das negociações que permitem que ela possa viajar e trabalhar no mercado do sexo. Já em Espanha, Patrícia consegue ter uma gestão diferente do seu trabalho e dos seus rendimentos — um facto que não é óbvio para as trabalhadoras com um capital económico e social relativamente baixo, que têm de se endividar para viajar, tendo também de lidar com a falta de reconhecimento da prostituição como trabalho.

Significativamente, Brasil, Portugal, Espanha e muitos outros países não reconhecem os direitos das pessoas trabalhadoras do sexo e utilizam os seus poderes de polícia para impedi-las de migrarem, enquanto se propõem também resgatá-las como “vítimas de tráfico”. Ao fazê-lo, os Estados abstêm-se de intervenções políticas que visem o reconhecimento dos direitos laborais e migratórios, preferindo intervenções técnicas na “prevenção” do tráfico e na “proteção” das pessoas traficadas. Estas intervenções incluem cursos de formação e campanhas de sensibilização que visam a “apropriação social do conceito de tráfico” por parte da sociedade civil. A expressão, crescentemente popular no campo do combate ao tráfico português, sintetiza a estratégia de familiarização com o conceito dominante de tráfico e a necessidade de projetos e ações — e, com eles, mais financiamentos — para agentes e organizações no combate ao tráfico.

As formas como trabalhadoras migrantes como a Patrícia podem ou não utilizar o seu próprio corpo para vender sexo ou serviços sexuais, livre de abuso e violência, afetam as suas vidas. A liberdade de circulação restrita contribui para criar condições para a exploração laboral de muitos trabalhadores migrantes. No entanto, o combate ao tráfico ignora estas e outras realidades políticas *on the ground* e privilegia intervenções despolitizadas, configurando-se como um “dispositivo” (ou aparelho) refinado para expandir o controlo burocrático do Estado (Clemente, 2022b). Um corpo crescente de estudos críticos tem denunciado as implicações do dispositivo de combate ao tráfico nas condições de vida e de trabalho de numerosos migrantes — não apenas no mercado do sexo, convocando a atenção para os danos produzidos pelo aumento dos controlos fronteiriços e das deportações, o agravamento da dívida e a perda de rendimentos provocados por operações de “resgate”, sem descartar as medidas destinadas a criminalizar a venda de sexo (Piscitelli, 2016; Plambech, 2017; Silva *et al.*, 2013).

A construção social e política do “tráfico de pessoas” tem facilitado o processo de despolitização do combate ao tráfico. Em muitos contextos, incluindo Portugal, o campo de combate ao tráfico foi construído de cima para baixo por um grupo selecionado de agentes nele envolvido, em vez de responder à pressão de grupos considerados vulneráveis ao tráfico (Atasü-Topcuoğlu, 2015; Clemente, 2022a; Faier, 2024). A terceirização neoliberal de serviços de “prevenção” do tráfico e de “proteção” das pessoas traficadas a um número restrito de organizações não governamentais não tem contribuído para desafiar as atuais políticas, normas e discursos sobre o tráfico e, assim, favorecer mudanças políticas (Clemente, 2022b, 2023).

Neste contexto, a relevância da investigação sociológica amplia-se. O campo do combate ao tráfico oferece atualmente oportunidades crescentes para dar expressão a sociólogos e outros cientistas sociais que se posicionam favoravelmente às agendas dominantes de combate ao tráfico. No entanto, a luta contra o tráfico parece exigir um esforço adicional de investigação empírica e crítica, que, não se limitando a reproduzir tais agendas, esteja empenhada em desmascarar ideologias e contribuir para a mudança social e política. Trata-se de colocar no centro da investigação

as experiências e perspetivas daqueles que, excluídos ou menosprezados pelas atuais práticas de combate ao tráfico, estão sujeitos às formas mais severas de marginalização e de injustiça social. Em suma, trata-se de colocar em prática uma sociologia “alternativa” do tráfico (Ferrarotti, 1976), comprometida e militante, que vê o sociólogo como um intelectual público, politicamente engajado, mas prudentemente distante de uma certa (a)política (Machado, 2024; Silva, 2022).

Num futuro próximo, a robusta aposta na formação crítica das futuras gerações de investigadores e a expansão das oportunidades de investigação, independentes de agendas políticas predefinidas, poderão fomentar, por exemplo, uma análise dos pânicos e das esperanças atualmente associados ao papel da inteligência artificial e das suas tecnologias, tanto na produção como no combate ao tráfico de pessoas. Não menos relevante poderá ser a análise do processo que conduziu à recente alteração da diretiva da União Europeia contra o tráfico de pessoas, que, exigindo que os países-membros acrescentem o casamento forçado, a adoção ilegal e a gestação de substituição às formas de exploração abrangidas pela legislação nacional, poderá produzir novos “danos colaterais” (GAATW, 2007) nas vidas de muitas pessoas, suscetíveis de serem descritas como “vítimas de tráfico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATASÜ-TOPCUOĞLU, Reyhan – *Ideology and the Fight Against Human Trafficking*. Nova Iorque: Routledge, 2015. ISBN 9780415333368.
- BERNSTEIN, Elizabeth – *Brokered Subjects: Sex, Trafficking, and the Politics of Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 2018. ISBN 9780226573779.
- BOURDIEU, Pierre – *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Londres: Routledge, 1984. ISBN 9780415567886.
- BRENNAN, Denise – Trafficking, scandal, and abuse of migrant workers in Argentina and the United States. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* [Em linha]. 653:1 (2014) 107–123. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716213519239>. ISSN 1552-3349.
- CLEMENTE, Mara – O tráfico sexual (já) não é sexy? Atores, definições do problema e políticas no campo português de combate ao tráfico. *Gazeta de Antropologia*. 35:1 (2019). ISSN 0214-7564
- CLEMENTE, Mara – A construção do campo de combate ao tráfico de pessoas em Portugal: O papel das organizações não-governamentais. *SOCIOLOGIA ON LINE*. 28 (2022a) 11-34. Disponível em: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2022.28.1>

CLEMENTE, Mara – The counter-trafficking apparatus in action: who benefits from it?. *Dialectical Anthropology* [Em linha]. 46 (2022b) 267-289. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10624-022-09655-8>

CLEMENTE, Mara – Na luta e em luta contra o tráfico. Organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico. *SOCIOLOGIA ON LINE*. 31 (2023) 96-115. Disponível em: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2023.31.6>

CLEMENTE, Mara, BLANCHETTE, Thaddeus Gregory – What's in it for Maria? Brazilian migrant sex workers' (de)mobilization of the "trafficking victim" identity. *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*. 21:1 (2024) e21507. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1809-43412024v21d507>. ISSN 1809-4341.

CLEMENTE, Mara, VARELA, Cecília – Tráfico de pessoas, antitráfico e perspetivas críticas: nota introdutória. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. 32 (2023) 7-16. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.19561>. ISSN 2182-7419.

DOEZEMA, Jo – *Sex Slaves and Discourse Masters: The Construction of Trafficking*. Londres: Zed Books, 2010. ISBN 9781848134140.

FAIER, Lieba – *The Banality of Good. The UN's Global Fight against Human Trafficking*. Durham: Duke University Press, 2024. ISBN 9781478094074.

FERRAROTTI, Franco – *Uma sociologia alternativa. Da sociologia como técnica do conformismo à sociologia crítica*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

THE GLOBAL ALLIANCE AGAINST TRAFFIC IN WOMEN (GAATW) – *Collateral damage: The impact of anti-trafficking measures on human rights around the world*. Bangkok: The Global Alliance Against Traffic in Women, 2007.

GIORDANO, Cristiana – *Migrants in translation: Caring and the logics of difference in contemporary Italy*. Oakland: University of California Press, 2014. ISBN 9780520276666.

MACHADO, Fernando Luís – Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. XLIX, (2024) 13 - 55. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

PISCITELLI, Adriana – *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: CLAM/EdUERj, 2013. ISBN 9788575112649.

PLAMBECH, Sine – Sex, deportation and rescue: Economies of migration among Nigerian sex workers. *Feminist Economics* [Em linha]. 23:3 (2017) 134-159. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/femeco/v23y2017i3p134-159.html>. ISSN 1354-5701.

UN Treaty Collection – *Protocol to prevent, suppress and punish trafficking in persons, especially women and children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*. Nova Iorque: United Nations Treaty Collection. 15 November 2000a.

UN Treaty Collection – *Protocol against the smuggling of migrants by land, sea and air, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*. Nova Iorque: United Nations Treaty Collection. 15 November 2000b.

SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa; GRANJA, Rafaela – *Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual*. S.L.: Letras Paralelas, 2013. ISBN 9789899761735.

SILVA, Manuel Carlos – A Sociologia como área disciplinar e de ensino em Portugal. *SOCIOLOGIA ON LINE*. 28 (2022) 69-96. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2022.28.3

A MEDIAÇÃO E ALGUNS ASSUNTOS QUE DESAFIAM A PAZ GLOBAL

PEDRO CUNHAⁱ

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Fernando Pessoa (FCSH-UFP)

RESUMO

Desde o início deste século, temos testemunhado desafios importantes para a paz global que o mundo havia alcançado após o período da Guerra Fria. As soluções que surgiram para lidar com esses desafios estão cada vez mais polarizadas e pouco inclusivas de diferentes perspectivas. O objetivo desta reflexão é ponderar sobre o vasto campo de atuação que a mediação poderá integrar na contemporaneidade de modo a contribuir com uma intervenção mais competente e eficaz nesses complexos problemas e conflitos. A nossa premissa é a de que a mediação como metodologia não serve apenas para resolver conflitos e problemas concretos, mas também é um meio de promoção de uma cultura de paz num contexto global (cada vez mais) marcado por conflitos e guerras.

PALAVRAS-CHAVE: mediação, conflitos, paz global

ABSTRACT**MEDIATION AND SOME ISSUES THAT CHALLENGE GLOBAL PEACE**

At the beginning of this century, we have witnessed important challenges to global peace that the world had achieved in the post-Cold War period. Solutions that have often emerged to manage these challenges are increasingly polarised and not very inclusive of different perspectives. The objective of this reflection is to consider the vast field of action that mediation could integrate in contemporary times to contribute to a more competent and effective intervention in these complex problems and conflicts. Our premise is that mediation as a methodology is not only used to solve conflicts and specific problems but is also a means of promoting a culture of peace in a global context (increasingly) marked by conflicts and wars.

KEYWORDS: mediation, conflicts, global peace

RESUMÉ**LA MÉDIATION ET QUELQUES ENJEUX QUI REMETTENT EN CAUSE LA PAIX MONDIALE**

Au début de ce siècle, nous avons été témoins de défis importants à la paix mondiale que le monde avait obtenue après la Guerre Froide. Les solutions proposées pour les gérer sont de plus en plus polarisées et peu ouvertes aux différentes perspectives. L'objectif de cette réflexion est de considérer le vaste champ d'action que la médiation pourrait intégrer à l'époque contemporaine afin de contribuer à une intervention plus compétente et efficace dans ces problèmes et conflits complexes. Notre prémisse est que la médiation en tant que méthodologie ne sert pas seulement à résoudre des conflits et des problèmes concrets, mais est également un moyen de promouvoir une culture de la paix dans un contexte mondial (de plus en plus) marqué par les conflits et les guerres.

MOTS-CLÉS: médiation, conflits, paix mondiale

INTRODUÇÃO

O mundo deste início de século tem provocações que, infelizmente, nos fazem lembrar a célebre trilogia “Guerra, Fome e Peste” da Idade Média. No século XXI, habituamo-nos a designá-los por conflitos armados, migrações, alterações climáticas e pandemia.

As respostas para lhes fazer face são muito díspares, mas parecem inscrever-se, cada vez mais, numa lógica de “soma nula” (vencedor/perdedor) em que as propostas de solução são cada vez mais polarizadas e pouco inclusivas das diferentes perspetivas sobre esses problemas que nos assaltam.

Na nossa perspetiva, precisamos de investir mais em mediação e no desenvolvimento de mediadores (os “arquitetos da paz”). O objetivo desta reflexão é ponderar sobre o vasto campo de atuação que a mediação tem atualmente à sua frente e que compele os mediadores a uma intervenção ainda mais competente e eficaz porque mais desafiantes e complexos são os problemas e conflitos.

Partimos do pressuposto de que a mediação como metodologia não serve apenas para resolver conflitos e problemas concretos entre indivíduos, mas constitui também um meio para promover uma cultura de paz num contexto global (cada vez mais) marcado por conflitos e guerras. Através da sua cultura própria e da sua metodologia de intervenção, a mediação pode surgir como um importante ponto de referência de construção de uma cultura pacífica para a convivência. Com ela, o conflito pode mais facilmente deixar de ser apenas algo a evitar e passar a ser um território de desenvolvimento para todos os envolvidos.

1. A MEDIAÇÃO E ALGUNS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA HUMANIDADE

1.1. Mudanças climáticas e migrações constantes

Nestes anos 20 do século XXI, personalidades dos mais diferentes quadrantes (investigação, ativismos, organizações não governamentais, cobertura mediática, etc.) alertam para a nossa compreensão dos efeitos negativos das crises climáticas no nosso bem-estar (Vila-Tojo *et al*, 2024).

Desse modo, não é de estranhar que a eco-ansiedade (ou solastalgia) seja cada vez mais reconhecida como um fenómeno significativo entre adolescentes e adultos jovens, refletindo a profunda preocupação destes com as alterações e a degradação ambientais e suas consequências na paz global (Clayton, 2021).

De facto, o crescente reconhecimento das alterações climáticas como uma ameaça global e dos riscos associados coloca desafios significativos ao bem-estar psicológico, físico e social dos indivíduos. Os adolescentes são particularmente vulneráveis aos stressores causados pela crescente gravidade das crises ambientais. Manifestam cada vez mais problemas emocionais e relacionais, decorrentes de receios quanto à incerteza do seu futuro num clima em mudança. Desse modo, todo um conjunto de evidências sublinha a necessidade de abordar os efeitos negativos que as alterações climáticas têm no bem-estar, especialmente entre as populações mais jovens, que enfrentam o desafio de herdar um planeta ameaçado (Vila-Tojo *et al*, 2024).

Não podemos negligenciar a ligação entre as alterações no clima e as migrações permanentes, que, mais acentuadamente nas duas últimas décadas, se vêm fazendo sentir do sul para o norte do planeta. Trazem consigo o desafio da interculturalidade e a consequente importância da flexibilidade e da aceitação das diferenças (algo tão caro à mediação). A tradução de culturas (não só a sua interpretação) surge como forma de resposta essencial à ameaça que a diversidade carrega face a uma proclamada uniformidade cultural e/ou civilizacional. A mediação dá a possibilidade de escolha às pessoas, e neste caso entre estar comprometido coletivamente ou ser mais pessoal.

1.2. Conflitos armados

Um planeta de pluripotências desafia a paz global. É fulcral, pois, que nos lembremos que a paz começa pela negação da violência como forma de solução de conflitos. Para tal, é necessário que haja um amplo consenso a respeito disso, ou seja, a paz deve ser interiorizada culturalmente (é fundamental erradicar as culturas da guerra e da violência como formas de resolver problemas e gerir conflitos).

A construção de uma cultura de paz é um processo lento, que supõe sempre uma mudança de mentalidade individual e coletiva. Nessa mudança, a educação tem um papel importante, porque incide, desde a sala de aula, na construção de valores dos futuros cidadãos, permitindo uma evolução do pensamento social (que repense, por exemplo, o papel do armamento). As mudanças evolutivas, mesmo lentas, são as que têm um caráter mais irreversível e, nesse sentido, a escola auxilia na construção de novas formas de pensamento em relação ao conflito.

1.3. Ascensão de líderes carismáticos populistas e felicidade narcísica

Face à erosão democrática que se vem sentindo nos últimos tempos, a polarização política ameaça a paz global. Os populismos e a ideia de felicidade narcísica desafiam a credibilidade das democracias modernas, evidenciando como um certo mal-estar social acredita, desse modo, ter voz e ser escutado pelas esferas de poder. Os líderes carismáticos e populistas aparentam representar as dificuldades vivenciadas pela sociedade. É importante frisar aqui que uma das maiores vulnerabilidades humanas é assumir que a realidade diante dos nossos olhos continuará imutável no futuro.

Nesse sentido, a mediação transporta, em certa medida, um novo conceito de democracia baseado na pacificação social, no efetivo acesso à justiça e na ideia da palavra dada a todos.

Como nos pode ajudar a mediação nestes conflitos? Embora sempre potencialmente conflituais e instáveis, os seres humanos só alcançam estabilidade emocional e plenitude na paz. É o que trataremos no subcapítulo seguinte.

2. A MEDIAÇÃO NO CENTRO DA PAZ GLOBAL

A mediação destaca-se por ser um mecanismo diferente do modelo tradicional de justiça (solucionar conflitos vai muito além da sentença), pois possui uma visão integral da questão e dos envolvidos.

Tem vindo a afirmar-se numa perspetiva não apenas resolutiva, mas de gestão positiva e transformadora das pessoas e dos conflitos

(Cunha e Leitão, 2021; Cunha e Monteiro, 2018). Além de atender às necessidades individuais, também procura desenvolver capacidades de (re)valorização e reconhecimento individual e interpessoal (Gimenez Romero, 2019; Silva e Guiomar, 2022).

Embora promova a resolução cooperativa de conflitos, a mediação tem abrangido um enfoque mais amplo, reconhecido a partir da prática, associado à prevenção, gestão e transformação dos conflitos com impacto na regulação e coesão social.

Em razão da sua cultura e método, a Mediação vai mais longe ao indagar as causas da controvérsia para tentar sanar o sofrimento humano, uma vez que tem a capacidade de possibilitar a resolução de conflitos quotidianos concretos e de aproximar o cidadão da justiça e do direito social.

A participação direta das partes nas negociações permite que o indivíduo decida os rumos da controvérsia, resgate a sua responsabilidade e protagonize uma saída consensual para o conflito, o que o inclui como protagonista na configuração da solução do problema (Tartuce, 2015). A mediação, enquanto método que concebe a pessoa como protagonista e responsável das suas decisões, está fundamentada na dignidade humana no seu sentido mais amplo (Tartuce, 2015).

A participação de um terceiro no processo, denominado mediador, que orienta e auxilia as partes a chegarem ao consenso sem, contudo, interferir na decisão, é o que torna a mediação um dos instrumentos mais democráticos e participativos entre os mecanismos consensuais de solução de conflitos de interesse. A função do mediador é a de facilitador de uma mudança de percepção em relação ao conflito, que leve as partes a refletirem em torno de uma convivência harmoniosa e de respeito pelas diferenças, levando-as a contribuírem para a promoção da pacificação social (Luchiari, 2012).

Na Resolução 53/243/1999, foi apresentada a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da ONU, na qual se “reconhece ser a paz não apenas a ausência de conflitos, mas que também requer um processo positivo, dinâmico e participativo em que se promova o diálogo e se solucionem os conflitos dentro de um espírito de entendimento e de cooperação mútuas”.

A construção de uma cultura para a paz deve recuperar características que foram relegadas para segundo plano, frutos do medo, especialmente a capacidade humana de se preocupar e solidarizar com os outros (Ética). O ideal moral inclui a responsabilidade para com os outros e a compaixão, fatores que não se encontram na margem da moralidade, mas no seu centro. Esse processo considera, sempre, que as pessoas são seres únicos que pensam e sentem, capazes de se tornar livres pela individuação.

A evolução de cada ser humano depende do quanto possa vir a auto-conhecer-se e a conhecer o seu papel em relação ao mundo, de forma equilibrada e tendo sempre presente o respeito por si próprio e por todas as formas de vida (Lencastre *et al*, 2023).

REFLEXÕES FINAIS – A MEDIAÇÃO COMO UMA PONTE RESPONSÁVEL PARA A PAZ GLOBAL

A comunicação proporcionada dentro de uma sessão de mediação descortina novos horizontes, quando uma solicitação que reclama, reivindica, acusa, pode estabelecer acordos para uma nova realidade. A mediação é um processo social no qual a condição humana é valorizada, assim como a individualidade e a especificidade de cada interveniente são tidas em conta, evidenciando-se, desse modo, o quanto a mediação se focaliza no ser humano e nas relações que este estabelece com o outro. Este relevo no humano e na paz é manifesto ainda no facto de o acordo ser o resultado de um processo de “co-construção” entre os envolvidos e, conseqüentemente, da responsabilidade das decisões tomadas ser dos mesmos (Cunha e Monteiro, 2017).

Podemos, assim, equacionar soluções de mediação concreta para os desafios atrás explicitados.

No caso das mudanças climáticas, parece-nos que ainda se tem pensado pouco (e operacionalizado menos) as capacidades advindas de processos como a mediação ambiental, intergeracional, política, da saúde e intercultural. Na realidade, escasseiam programas de mediação e gestão de conflitos em contexto ambiental e da saúde que permitam alavancar definitivamente no nosso mundo a educação para a paz ambiental, por exemplo.

Quanto às migrações constantes, um trabalho articulado entre profissionais da mediação intercultural, comunitária, escolar, laboral e da saúde oferece maiores possibilidades de irmos ao encontro de uma abordagem das causas subjacentes aos conflitos, como desigualdade, discriminação e pobreza, que é essencial para a construção da paz.

No tocante aos conflitos armados, para além das inevitáveis mediações política e diplomática, o trabalho de mediadores comunitários em áreas afetadas por guerras e conflitos armados pode desempenhar um papel crucial não só na negociação de cessar-fogos e acordos de paz, mas identicamente na reconstrução pós-conflito.

Por último, quanto à ascensão de líderes carismáticos populistas, os processos de mediação escolar, familiar e intercultural através da construção de Redes de Paz que visem estabelecer e fortalecer redes de mediadores, organizações da sociedade civil e líderes comunitários podem constituir uma base sólida para a promoção da paz face às violências contemporâneas. No fundo, trata-se de fomentar a Justiça Social, atendendo a que a promoção da paz lhe está intimamente ligada.

Nunca a mediação foi tão condição *sine qua non* para a construção do bem-estar e da paz num mundo em conflito e guerra e com crescente medo em relação a ambos. A razão de ser desta afirmação prende-se com a capacidade de a mediação devolver o bem-estar a todos os que a procuram ou que sentem os seus efeitos. Entre as características mais marcantes da mediação encontram-se flexibilidade, aplicabilidade e eficácia na resposta aos pedidos sociais (Cunha e Leitão, 2021). Como pudemos constatar, as suas dimensões (resolutiva, reguladora e (trans)formativa) permitem-nos compreendê-la, face aos desafios atuais que identificamos, numa variedade de contextos e associá-la eficazmente à construção da paz nos mesmos.

BIBLIOGRAFIA

CLAYTON, Susan – Climate change and mental health. *Current Environmental Health Reports* [Em linha]. 8 (2021) 1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40572-020-00303-3>. ISSN 2196-5412.

CUNHA, Pedro; LEITÃO, Sofia – *Manual de gestão construtiva de conflitos*. 4ª ed. Porto: Publicações Fundação Fernando Pessoa, 2021. ISBN 9789896431686.

- CUNHA, Pedro; MONTEIRO, Ana Paula – Epistemologia e Prática da Mediação: Por Uma Cultura de Paz. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* [Em linha]. 69:3 (2017) 199-207. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000300014. ISSN 1809-5267.
- CUNHA, Pedro; MONTEIRO, Ana Paula – *Gestão de conflitos na escola*. Lisboa: Pactor, 2018. ISBN 9789896930844.
- GIMÉNEZ ROMERO, Carlos – A mediação e as metodologias participativas de resolução de conflitos como via para o fortalecimento da democracia. In MESA, Manuela (Coord.) – *Riesgos globales y multilateralismo: el impacto de la COVID-19* [Em linha]. Madrid: CEIPAZ, 2019. pp. 127-144. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.63.2>.
- HAYES, Katie; BLASHKI, Grant; WISEMAN, John; BURKE, Sal; REIFELS, Lennart – Climate change and mental health: Risks, impacts and priority actions. *International Journal of Mental Health Systems* [Em linha]. 12:1 (2018) 1–12. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13033-018-0210-6>. ISSN 1752-4458.
- LENCASTRE, Marina Prieto Afonso; SARAIVA, Rodrigo de Sá-Nogueira; CALHEIROS, José; VIDAL, Diogo Guedes; BARROSO, Eduardo Paz; CAMPELO, Álvaro; CUNHA, Pedro; PINTO, Ricardo Jorge; MAGALHÃES, Susana; TOLDY, Teresa [et al] – Composing Worlds: A Portuguese Transdisciplinary Network in Humanities, Health and Well-Being. *Societies* [Em linha]. 13 (2023) 97. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc13040097>. ISSN 2075-4698.
- LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta – *Mediação Judicial-Análise da Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: GEN, 2012. ISBN 9788530945602.
- SILVA, Ana Maria Costa; GUIOMAR, Patrícia – A mediação em Portugal: ensaio sobre a (des)construção de um percurso. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. 30 (2022) 91-112. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.16294>. ISSN 2182-7419.
- TARTUCE, Flávio – *Manual de direito civil: volume único*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. ISBN 9786559646982.
- VILA-TOJO, Sérgio; GÓMEZ-ROMÁN, Cristina, LISBOA, Paulo Vítor, MONTEIRO, Ana Paula; CUNHA, Pedro – Eco-anxiety and pro-environmental behaviour in adolescents. In LEAL FILHO, Walter; LOPES, Hélder S.; PRIETO LENCASTRE, Marina; ESTRADA, Rui; VIDAL, Diogo – *Composing Worlds: Humanities, Health, and Wellbeing in the XXI Century Towards a More Sustainable World*. Cham: Springer Nature, 2024. ISBN 9783031871078.

